



Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Centro de Ciências Sociais

Instituto de Estudos Sociais e Políticos

Isabel Cristina Veloso de Oliveira

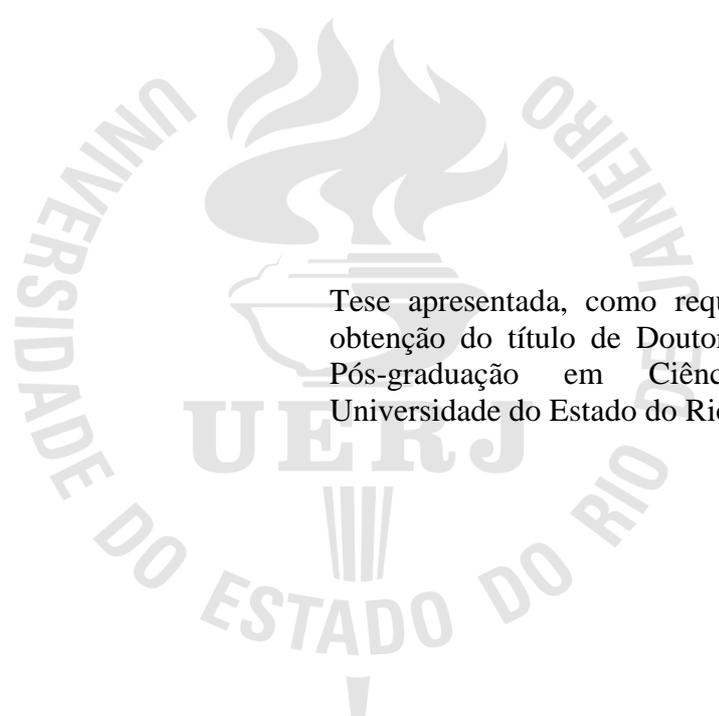
**Dos púlpitos aos palanques: a trajetória dos evangélicos na política
institucional brasileira**

Rio de Janeiro

2018

Isabel Cristina Veloso de Oliveira

**Dos púlpitos aos palanques: a trajetória dos evangélicos na política institucional
brasileira**



Tese apresentada, como requisito parcial para
obtenção do título de Doutor, ao Programa de
Pós-graduação em Ciência Política da
Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Orientador: Prof. Dr. Fernando Guarnieri

Rio de Janeiro

2018

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ / REDE SIRIUS / BIBLIOTECA CCS/D IESP

O148 Oliveira, Isabel Cristina Veloso de.
Dos púlpitos aos palanques: a trajetória dos evangélicos na política institucional brasileira / Isabel Cristina Veloso de Oliveira. – 2018.
223f.:

Orientador: Fernando Guarnieri.
Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Estudos Sociais e Políticos.

1. Religião e política – Brasil - Teses. 2. Igreja Universal do Reino de Deus – Brasil - Teses. 3. Partidos políticos – Brasil – Teses. 4. Eleições – Brasil - Teses. I. Guarnieri, Fernando. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Estudos Sociais e Políticos. III. Título.

CDU 261.7(81)

Rosalina Barros CRB-7 / 4204 - Bibliotecária responsável pela elaboração da ficha catalográfica.

Autorizo, para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta tese, desde que citada fonte.

Assinatura

Data

Isabel Cristina Veloso de Oliveira

**Dos púlpitos aos palanques: a trajetória dos evangélicos na política institucional
brasileira**

Tese apresentada, como requisito parcial para
obtenção do título de Doutora, ao Programa de
Pós-graduação em Ciência Política, da
Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Aprovado em 7 de maio de 2018.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Fernando Guarnieri (Orientador)

Instituto de Estudos Sociais e Políticos - UERJ

Prof. Dr. Ricardo Mariano

Universidade de São Paulo

Prof. Dr. Vinícius Werneck Barbosa Diniz

Fundação Joaquim Nabuco

Prof. Dr. Fabiano Guilherme Mendes Santos

Instituto de Estudos Sociais e Políticos - UERJ

Prof.^a Dra. Cecília Mariz

Instituto de Ciências Sociais - UERJ

Rio de Janeiro

2018

DEDICATÓRIA

Aos meus pais David e Vilma, as pessoas mais queridas do mundo.

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, David e Vilma, por tudo o que fizeram para que eu e meus irmãos tivéssemos uma boa formação e por tudo o que me ensinam em todos os dias da minha vida.

Aos meus irmãos, Livia e André, grandes companheiros.

Aos tios e tias que tenho a sorte de ter, especialmente aqueles que estão sempre presentes: tia Maria, tia Suzi, tia Alzineia, tio Guilherme e tio Beto.

A todos os meus primos e primas, tão numerosos e queridos: Renato, Andrea, Danieli, Patrícia, Priscila, Igor, Bibi, Tatá, Alber, Jully, Giselle, Guilherme, Juliana, Beatriz, Laura, Clarice, Júlia e Nicolas.

Às minhas avós Júlia (*in memoriam*) e Alzira (*in memoriam*) e ao meu avô Paulo (*in memoriam*), por serem grande inspiração na minha vida.

Ao Pedro Ulhoa, pelos anos de companheirismo e por ser uma pessoa de alma tão leve e sorriso constante.

Ao meu orientador, Fernando Guarnieri, pelas excelentes ideias, pela confiança e por sempre transmitir tranquilidade ímpar, que faz tudo parecer mais fácil.

Aos grandes professores que conheci na minha vida e que admiro muito, sobretudo no Iesp, onde cursei o mestrado e o doutorado, e da UFF. No Iesp, em especial, agradeço ao Jairo Nicolau, que me orientou antes de fazer a transição para a UFRJ; ao Gláucio Soares, meu orientador de mestrado e de vida, por quem tenho especial admiração; Diana Lima, que, enquanto estava no Iesp, me guiou pelos caminhos da Sociologia da Religião; Marcus Figueiredo (*in memoriam*), por tudo o que me ensinou sobre voto nas disciplinas que cursei e no meu percurso pelo mestrado; e, também, aos professores Fabiano Santos, Argelina Figueiredo, Maria Regina e Frédéric Vandenberghe, que muito contribuíram para minha formação e escolhas de pesquisa, bem como a todos os outros professores da casa.

Aos professores da UFF, que marcaram para sempre a minha vida acadêmica e me abriram as primeiras portas para a pesquisa: Luci Faria, Selene Herculano, Adriano de Freixo e Thomas Heye.

Aos professores Fabiano Santos, novamente, e Felipe Borba, por terem participado da minha banca de qualificação, pela leitura atenta e pelas orientações fundamentais.

A duas pessoas que admiro muito, Carlos Ragazzo e Michael Mohallem, meus dois chefes da FGV, onde trabalho como pesquisadora, por todas as oportunidades e por tudo que vêm me ensinando, incluindo métodos que apliquei na elaboração desta tese.

Aos meus companheiros de turma, tanto de Ciência Política quanto de Sociologia, que considero turma também, com quem tive a sorte de conviver. Primeiramente, à Cecília Soares, a leitora mais atenta e dedicada do mundo, por ter, de maneira muito generosa, lido e comentado toda a minha tese, e, também, por sua amizade, companheirismo e bom humor. À Andreia Marinho, pela grande amizade e troca que desenvolvemos nesses anos juntas. Agradeço também a outros amigos muito especiais da turma: Eric Monné, Leonardo Sato, Saulo Said, Shatterson Cuello e Míriam Starosky. Agradeço, também, aos amigos de outras turmas do Iesp, com quem desenvolvi uma ligação especial: Vinícius Werneck, Lízie Câmara, Rubens Duarte, Vitor Piaia, Natália Maciel, Brenda Cunha e Jean Spritzer.

A todos os funcionários do Iesp, em especial Florita, Louise, Leonardo, Gisele, e às ex-funcionárias Cristiana Avelar e Caroline Carvalho.

Aos queridos amigos da UFF: Leila Maribondo, Daiane Machado e Patrício Guida, a quem considero irmãos; Allysson Moraes, com quem compartilhei o interesse pela Sociologia da Religião; e Leonardo Leocádio e Pedro Ramos.

À Taíza Gama, minha amiga desde que me entendo por gente.

A Brenda Rolemberg e Luana Bandeira, amigas do intercâmbio SAL/SAJ, de quem nunca mais desgrudei, mesmo morando em locais tão distantes.

Àqueles com quem convivo ou convivi diariamente na FGV, especialmente Guilherme France, grande amigo, por ter lido três capítulos da minha tese com grande dedicação e por ser uma pessoa tão valiosa na minha vida; Aline Rangel, por ter feito a diferença para que eu engatasse na tese, dando-me confiança e trocando excelentes ideias; e as queridíssimas Juliana Knopp, Gabriela Gatulli, Giulia Benguigui e Carina Quirino. Agradeço, ainda, ao professor Pablo Cerdeira, pela ajuda com alguns dados do Capítulo 3.

Aos amigos sem filiação institucional das mais diversas partes, em especial Marcus Repa, também um leitor entusiasmado desta tese, Mari, Josué, Claudia Cavalcanti e Sérgio Giro.

Por fim, gostaria de agradecer à Capes, cujo auxílio financeiro, por meio da bolsa, foi imprescindível para a realização de meu doutorado.

La muerte

He renacido muchas veces, desde el fondo
de estrellas derrotadas, reconstruyendo el hilo
de las eternidades que poblé con mis manos,
y ahora voy a morir, sin nada más, con tierra
sobre mi cuerpo, destinado a ser tierra.

No compré una parcela del cielo que vendían
los sacerdotes, ni acepté tinieblas
que el metafísico manufacturaba
para despreocupados poderosos.

Quiero estar en la muerte con los pobres
que no tuvieron tiempo de estudiarla,
mientras los apaleaban los que tienen
el cielo dividido y arreglado.

Tengo lista mi muerte, como un traje
que me espera, del color que amo,
de la extensión que busqué inútilmente,
de la profundidad que necesito.

Cuando el amor gastó su materia evidente
y la lucha desgrana sus martillos
en otras manos de agregada fuerza,
viene a borrar la muerte las señales
que fueron construyendo tus fronteras.

Pablo Neruda - Canto General

RESUMO

OLIVEIRA, Isabel Cristina Veloso de. *Dos púlpitos aos palanques: a trajetória dos evangélicos na política institucional brasileira*. 223 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

Secularização e dessecularização são dois projetos antagônicos coexistentes na modernidade. No Brasil, o crescimento da parcela da população autodeclarada evangélica vem sendo acompanhado pelo aumento da vitalidade desse segmento na esfera política. Entre os resultados observados estão: 1) mudanças no campo representativo, com a expansão da bancada evangélica e do número de cargos eletivos ocupados por bispos e pastores; 2) remodelagem da atuação política, com o aumento de elementos religiosos no discurso proferido e a apresentação de proposições, bem como usos práticos da Lei, alinhados ao interesse religioso, tanto no aspecto moral quanto no institucional; e 3) transformações na esfera eleitoral, com o aumento da importância da clivagem religiosa como variável explicativa do voto. Esta tese investiga como esse cenário se estabeleceu no Brasil, buscando elementos explicativos para a transformação da clivagem religiosa em clivagem política, com o ingresso dos evangélicos na política institucional, e também em clivagem partidária, com a partidarização da Igreja Universal do Reino de Deus (IURD). Será mostrado que, embora não haja indícios na nomenclatura ou programa partidário, o Partido Republicano Brasileiro (PRB) possui densa participação de líderes eclesiásticos da IURD em todas as instâncias decisórias e que seu poder é ampliado pelo elevado número de comissões provisórias, além de ter reunido todos os parlamentares ligados à igreja nessa legenda. A tese proporciona uma inflexão na percepção de que o PRB seria um partido sem definição ideológica ou uma “legenda de aluguel” fadada ao ostracismo em meio a um sistema partidário altamente fragmentado, demonstrando que esse partido posiciona-se claramente como uma nova direita conservadora e vem obtendo êxito na expansão de seus espaços de atuação política. Explorando a dimensão eleitoral, foram desenvolvidos aqui testes estatísticos que sugerem a influência da IURD na orientação do voto e, no campo teórico, este trabalho desafia o entendimento de que os evangélicos seriam um “curral eleitoral”, apresentando elementos analíticos que convergem para a racionalidade dessa escolha. Por fim, faz-se uma análise sobre o que é a “bancada evangélica” e o que seus representantes vêm propondo no Congresso Nacional.

Palavras-chave: Religião e política. Evangélicos. Partidos Políticos. Eleições.

ABSTRACT

OLIVEIRA, Isabel Cristina Veloso de. *From pulpits to platforms: the trajectory of evangelicals in brazilian institutional politics*. 223 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

Secularization and desecularization are two antagonistic projects that coexist in modern times. In Brazil, the growth of the population which declares itself evangelicals went together with an increase in the strength of this segment in the political sphere. Among the results that can be observed we have the following: 1) Changes in the representative field, with the expansion of the Evangelical Bench and the number of elective positions occupied by bishops and pastors; 2) Remodeling of the political activity, with the increase of religious elements in their speeches and the presentation of propositions in accord to religious principles, as well as practical uses of the Law, aligned with religious interest, both in the moral and institutional aspects; 3) Transformations in the electoral sphere, with the increase of the importance of religious cleavage as an explanatory variable of the vote. This thesis researches how this scenario was established in Brazil, seeking explanatory elements for the transformation of the religious cleavage into a political cleavage, with the entry of evangelicals in institutional politics, and also in party cleavage, with the partisanship of the *Igreja Universal do Reino de Deus* (IURD). It is shown that despite the absence of evidence in the party nomenclature or program, the *Partido Republicano Brasileiro* (PRB) has a dense participation of IURD church's leaders in all decision-making instances and its power is amplified by the high number of provisional commissions; also PRB gathers all the parliamentarians connected to the church. This thesis provides an inflection in the perception that the PRB would be a party without an ideological definition or doomed to ostracism in the middle of a highly fragmented party system, demonstrating that the party clearly stands as a new conservative right and that it is increasing its success in the expansion of its areas of political action. In the electoral dimension, we developed statistical tests that suggest the influence of IURD in the orientation of the vote, and, in the theoretical field, we challenge the understanding that evangelicals would be a manipulated electorate presenting analytical elements that converge for their rational choice. Finally, we analyze what the "Evangelical Bench" is and what its representatives have been proposing in the National Congress.

Keywords: Religion and Politics. Evangelicals. Political parties. Elections.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 -Os principais partidos políticos nos diferentes períodos históricos no Brasil.....	77
Tabela 2 -Comissões Permanentes já presididas por membros do PRB.....	91
Tabela 3 -Eleitos para os cargos de deputado e senador entre a 53ª e a 55ª Legislatura.....	93
Tabela 4 -Diretórios Estaduais Provisório – PRB.....	99
Tabela 5 -Datas de criação de representações estaduais do PRB.....	100
Tabela 6 Votações – porcentagem dos partidos favoráveis a medidas liberais na economia - 55ª Legislatura.....	115
Tabela 7 -Votações - % dos partidos favoráveis a medidas conservadoras – 55ª Legislatura...	117
Tabela 8 -Gasto por voto dos membros da bancada evangélica.....	144
Tabela 9 -Parlamentares evangélicos eleitos nas últimas oito legislaturas.....	176

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Porcentagem da população brasileira por religião.....	44
Gráfico 2 - Porcentagem de brasileiros por religião.....	45
Gráfico 3 - Perfil de renda (em %) – Salários mínimos <i>per capita</i>	47
Gráfico 4 - Perfil de cor ou etnia (%).....	48
Gráfico 5 - Grau de frequência às atividades religiosas.....	51
Gráfico 6 - Porcentagem de pessoas que mudaram hábitos motivadas.....	52
Gráfico 7 - Evolução no número de candidatos eleitos – PRB.....	91
Gráfico 8 - Evolução no número de candidatos eleitos – PRB.....	92
Gráfico 9 - Porcentagem de Diretórios Provisórios.....	98
Gráfico 10 - Divisão temática do Programa do PRB – regras, organização e comportamento partidário vs. Outros temas.....	104
Gráfico 11 - Número de proposições apresentadas por ano (PRB).....	109
Gráfico 12 - Temas mais recorrentes nas proposições do PRB.....	110
Gráfico 13 - Bairros do município do Rio de Janeiro com maior número de Igrejas.....	127
Gráfico 14 - Bairros com maior número de templos da Igreja Universal do Reino de Deus.....	133
Gráfico 15 - Bairros com maior número de templos da Assembleia de Deus.....	133
Gráfico 16 - Relação entre percentual de votos no local vs. igrejas em 1000 m (1º turno).....	134
Gráfico 17 - Relação entre percentual de votos no local vs. igrejas em 1000 m (Marcelo Crivella – 2º turno).....	135
Gráfico 18 - Relação entre percentual de votos no local vs. igrejas em 1000 m (Marina Silva – 1º turno).....	136
Gráfico 19 - Relação entre percentual de votos no local vs. igrejas em 1000 m (Luiz Fernando Pezão – 1º turno).....	137
Gráfico 20 - Relação entre percentual de votos no local vs. igrejas em 1000 m (Luiz Fernando Pezão – 2º turno).....	137

Gráfico 21 - Relação entre percentual de votos no local vs. igrejas em 1000 m – locais de votação com maior número de igrejas de todas as denominações (Marcelo Crivella).....	138
Gráfico 22 - Relação entre percentual de votos no local vs. igrejas em 1000 m – locais de votação com maior número de templos da Assembléia de Deus (Marcelo Crivella).....	139
Gráfico 23 - Relação entre percentual de votos no local vs. igrejas em 1000 m – locais de votação com maior número de templos da Igreja Universal do Reino de Deus (Marcelo Crivella).....	140
Gráfico 24 - Relação gastos vs. votos – eleições de 2014.....	143
Gráfico 25 - Número de votos/Gastos de campanha individuais – eleições para a Câmara dos Deputados (2010).....	146
Gráfico 26 - Custo por voto – Bancadas suprapartidárias.....	146
Gráfico 27 - Evolução do número de frentes parlamentares.....	167
Gráfico 28 - Temas mais recorrentes.....	178
Gráfico 29 - Temas mais recorrentes.....	178
Gráfico 30 - Partidos dos parlamentares da bancada evangélica que mais apresentaram proposições: temas gerais.....	179
Gráfico 31 - Grau de conservadorismo da população.....	183
Gráfico 32 - Índice de Conservadorismo no Brasil: posicionamento sobre as pautas.....	183
Gráfico 33 - Legalização do aborto: a favor ou contra?.....	184
Gráfico 34 - Casamento entre homossexuais: a favor ou contra?.....	185

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1 -	Porcentagem de evangélicos por região do Brasil.....	46
Imagem 2 -	Frequência a cultos religiosos – Mundo.....	49
Imagem 3 -	A importância da Religião.....	50
Imagem 4 -	Programação da Rede Record.....	86
Imagem 5 -	Postagem no Facebook da Folha Universal.....	88
Imagem 6 -	Palavras mais recorrentes no Programa do PRB.....	103
Imagem 7 -	Preferência conforme pertencimento eleitoral do candidato.....	124
Imagem 8 -	Templo da Glória do Novo Israel.....	126
Imagem 9 -	Zoneamento da cidade do Rio de Janeiro.....	128
Imagem 10 -	Resultado do 1º turno – Eleições para o cargo de prefeito, município do Rio de Janeiro.....	129
Imagem 11 -	Resultado do 2º turno – Eleições par o cargo de prefeito, município do Rio de Janeiro.....	130
Imagem 12 -	Resultado do 1º turno – Eleições para o cargo de governador, estado do Rio de Janeiro.....	131
Imagem 13 -	Resultado do 2º turno – Eleições para o cargo de governador, estado do Rio de Janeiro.....	132
Imagem 14 -	Culto com presença de deputados da frente parlamentar evangélica.....	175

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AD	Assembleia de Deus
AIB	Ação Integralista Brasileira
ARENA	Aliança Renovadora Nacional
DEM	Democratas
DIAP	Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar
FPE	Frente Parlamentar Evangélica
ESEB	Estudo Eleitoral Brasileiro
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBOPE	Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística
ICS	Índice de Confiança Social
IDEA	Institute for Democracy and Electoral Assistance
ISER	Instituto de Estudos da Religião
IURD	Igreja Universal do Reino de Deus
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PCdoB	Partido Comunista do Brasil
PCO	Partido da Causa Operária
PDS	Partido Democrático Social
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PFL	Partido da Frente Liberal
PHS	Partido Humanista da Solidariedade
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PMN	Partido da Mobilização Nacional
PMR	Partido Municipalista Renovador
PP	Partido Progressista
PPL	Partido Pátria Livre
PPR	Partido Progressista Renovador
PPS	Partido Popular Socialista
PR	Partido da República
PRB	Partido Republicano Brasileiro
PRN	Partido da Reconstrução Nacional
PRP	Partido Republicano Progressista
PRTB	Partido Renovador Trabalhista Brasileiro
PSB	Partido Socialista Brasileiro
PSC	Partido Social Cristão
PSD	Partido Social Democrático
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PSDC	Partido Social Democrata Cristão
PSL	Partido Social Liberal
PSOL	Partido Socialismo e Liberdade
PSTU	Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado
PT	Partido dos Trabalhadores

PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
PTC	Partido Trabalhista Cristão
PTdoB	Partido Trabalhista do Brasil
PTN	Partido Trabalhista Nacional
PV	Partido Verde
TRE-RJ	Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Rio de Janeiro
TSE	Tribunal Superior Eleitoral
UDN	União Democrática Nacional
UFF	Universidade Federal Fluminense
UNICAMP	Universidade Estadual de Campinas

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	19
1	A TRANSFORMAÇÃO DA CLIVAGEM RELIGIOSA	30
1.1	A construção social do crente	30
1.1.1	<u>A chegada e a diferenciação dos segmentos evangélicos no Brasil: do ascetismo à Teoria da Prosperidade</u>	31
1.1.1.1	Os diferentes segmentos evangélicos.....	34
1.1.1.2	Protestantismo tradicional.....	36
1.1.1.3	Pentecostalismo clássico.....	38
1.1.1.4	Deuteropentecostalismo.....	39
1.1.1.5	A Teologia da Prosperidade e o neopentecostalismo.....	40
1.2	Perfil socioeconômico dos evangélicos brasileiros	43
1.3	Participação nos cultos	48
1.2	A transformação da clivagem religiosa em clivagem política	54
1.2.1	<u>Secularização, pós-secularização e laicização</u>	56
1.2.1.1	Secularização e pós-secularização.....	56
1.2.1.2	Laicidade.....	59
1.2.1.3	Religiosidade popular: socialização e atuação política.....	63
1.2.2	<u>A inserção dos evangélicos na política</u>	66
1.2.2.1	Campo político e campo religioso.....	67
1.2.3	<u>Os “encontrais sociais”</u>	69
1.2.4	<u>A mobilização do discurso religioso</u>	71
1.3	A partidarização da Igreja Universal do Reino de Deus	74
1.3.1	<u>Os partidos políticos no Brasil</u>	75
1.3.2	<u>A Igreja Universal do Reino de Deus</u>	81
1.3.3	<u>A criação e ascensão do PRB</u>	89
1.3.4	<u>A organização interna do PRB</u>	96
1.3.4.1	O programa partidário do PRB.....	101
1.3.5	<u>O peso político do PRB nas coalizões do Poder Executivo Federal</u>	107
1.3.6	<u>As proposições legislativas do PRB</u>	107
1.3.7	<u>O posicionamento do PRB nas principais votações</u>	114

1.3.8	<u>Afinal, o que é o PRB?</u>	118
2	IMPACTOS NA ARENA ELEITORAL E NA ATUAÇÃO POLÍTICA	121
2.1.	Impactos na arena eleitoral	121
2.1.2	<u>O desempenho eleitoral de Marcelo Crivella e a influência da Igreja Universal do Reino de Deus</u>	125
2.1.3	<u>Financiamento de campanha</u>	141
2.2	Impactos na arena eleitoral: Perspectiva Teórica	148
2.2.1	<u>Quem os elege: as interfaces do “eleitor evangélico”</u>	148
2.2.2	<u>O voto correto e a ideia de moralização da política</u>	152
2.2.3	<u>Teorias da escolha do voto</u>	154
2.2.3.1	Teorias Sociológicas.....	155
2.2.3.2	Teoria psicossociológica do comportamento eleitoral: o modelo de Michigan.....	158
2.2.3.3	Teoria da escolha racional.....	161
2.3	Impactos na atuação política: A bancada evangélica	165
2.3.1	<u>Frentes parlamentares e bancadas temáticas suprapartidárias</u>	165
2.3.1.1	Frentes parlamentares.....	165
2.3.1.2	A formação e atuação das bancadas evangélicas.....	170
2.3.1.3	A utilidade e as limitações das frentes e bancadas.....	171
2.3.2	<u>Composição da bancada evangélica</u>	172
2.3.3	<u>Os temas prioritários da Bancada evangélica no Congresso Nacional: análise da 55ª Legislatura</u>	177
2.3.4	<u>Evangélicos: uma outra política?</u>	180
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	187
	REFERÊNCIAS	193
	APÊNDICE A – A tramitação das proposições.....	204
	ANEXO A – Exemplos de propaganda eleitoral com apelo religioso.....	208
	ANEXO B – O programa do PRB.....	215
	ANEXO C – Parlamentares que se declaram evangélicos – 55ª Legislatura	218

INTRODUÇÃO

Você é evangélica? Para além do interesse em qualquer teoria ou metodologia científica, essa foi a pergunta que mais ouvi durante a minha trajetória de estudos sobre o tema desta tese. Por se tratar de uma questão recorrente e um tanto curiosa, decidi começar evidenciando ao leitor meu distanciamento e, concomitantemente, meu interesse pelo objeto de pesquisa. Considero-me uma “ateia não praticante”, categoria que inventei, pois não acredito em nenhum tipo de ser(es) supremo(s) que guie(m) nossas vidas, apenas por uma incredulidade que foge ao meu controle; ao mesmo tempo, não me proponho a dialogar ou convencer ninguém a compartilhar da minha total descrença. Na verdade, creio que é muito gratificante e reconfortante acreditar em Deus.

Em minha caminhada, sempre considerei interessante a fé das pessoas, como milhares de fiéis creem totalmente em dogmas e receitas de conduta completamente distintas. Sempre me perguntei, então, se alguém (ou ninguém) estaria certo. Existia, na rua onde cresci, uma Igreja de Nova Vida, para a qual recebi centenas de convites, mas nunca entrei. Compartilhava apenas algumas amizades com alguns fiéis voltando do culto, no momento de comer um cachorro-quente ou hambúrguer na barraquinha da esquina. Costumava ainda presenciar, com algum estarrecimento, uma vizinha minha ligando as caixas de som superpotentes com *funk*, para “duelar” com as pregações. Com o passar dos anos e o início da carreira acadêmica, comecei a desenvolver um interesse genuíno pelas causas, pelos significados e consequências da inserção política dos evangélicos. As igrejas evangélicas sempre foram, portanto, um ponto de observação que me causava interesse, uma incógnita que sempre procurei em desvendar.

A sociedade é uma construção humana e a religião é parte desse empreendimento, havendo um processo amplo para a organização societária, embora mediada pela conduta individual, que pode pautar três momentos na vida social: exteriorização, objetivação e interiorização. A primeira refere-se a atividades físicas e mentais sobre o mundo; a segunda é a realidade que se defronta com o indivíduo e seus produtos do pensamento; e a terceira é a reapropriação da realidade do mundo confrontado que se transforma em estruturas na consciência subjetiva (BERGER, 2003).

Nesse sentido, o mundo encontrado pelo indivíduo é moldado pela sua própria atividade: é fabricado. Essa construção permite que se especializem certos impulsos individuais ou coletivos, e com base nesses, certo modo de sociabilidade, que formará o caráter coletivo das ações ordenadoras da realidade (idem). Entretanto, é nas situações marginais que os

membros da sociedade se deparam com a precariedade do mundo. Nesses momentos, tudo o que é formado socialmente parece estar próximo a uma irrealidade. Tais situações impõem o exame individual ou coletivo para se conservar dentro da segurança estabelecida em certos limites (idem).

A religião, desse modo, é um empreendimento humano que estabelece uma organização do mundo pelo sagrado e profano. O sagrado é tudo aquilo dotado de poder misterioso e temeroso, uma qualidade atribuída a qualquer coisa (pedras, pessoas, imagens etc.) que se transforma em força ou princípio supremo que organiza o cosmos (mundo). Em contraste, o profano se estabelece pelo mundo cotidiano, retirado dessa esfera sagrada. Essa oposição auxilia na organização da realidade e opõe o cosmos ao caos. Tal embate significa compreender que este último gera anomia nos indivíduos, enquanto o primeiro organiza a vida dos grupos em sociedade. Assim, a religião torna-se ponto crucial para o processo de exteriorização (idem).

Esse processo significa um meio de manutenção do mundo, isto é, o controle social que contém resistências individuais e grupais dentro de um limite (idem). Nesse sentido, haveria um tipo de legitimação dessa ordem que explica continuamente, e de modo objetificado, as justificativas da ordem social e os “porquês” dos dispositivos na sociedade. As instituições se estruturam pelas atividades humanas e são integradas nessa formulação, precisando ser repetidas, tornando-se indiscutíveis, contribuindo para sua legitimação (idem).

No caso religioso, é eficaz, nas instituições, falar de um *status* ontológico de validade suprema com referencial sagrado e cósmico para situar os fenômenos humanos, “cosmificando” papéis na sociedade e gerando uma estabilidade que transcende a morte e a dissolução da coletividade interna. Para a religião, tudo que for contingente humano ou processo histórico transforma-se em algo de “lei natural” e sacramento. Desse modo, a religião mantém a realidade do mundo constituído e a existência da vida cotidiana, servindo para integrar realidades e situações marginais (sonho, morte, êxtase, entre outros), legitimando-as. Para isso, o ritual religioso é fundamental para rememorar tais ideias, que são repetidas e se tornam presentes na esfera da realidade, e possíveis interpretações legítimas sobre o mundo social. O mundo religioso mantém a plausibilidade, isto é, o que é aceitável socialmente, funcionando como uma rede de solidariedade entre os agentes sociais diante do “caos” presente na vida cotidiana.

Com esse destaque para o papel da sociedade na manutenção da realidade do mundo constituído, a trajetória deste trabalho será iniciada por dois dos assuntos mais polêmicos da sociedade brasileira: religião e política.

Trabalhar a interseção entre esses dois temas em pleno século XXI é tratar do insucesso de um projeto: a secularização. Entende-se por esse termo a libertação do homem moderno da

tutela da religião (BERGER, 2003, p. 118), algo considerado irreversível frente ao avanço da modernidade. Os processos históricos e sociais durante os séculos demonstraram que secularização e dessecularização são dois projetos de sociedade inacabados e em constante tensão. Esta tese insere-se, portanto, nos estudos sobre a permanência da influência da religião nos diversos mecanismos da sociedade contemporânea, incluindo a esfera política.

Parte-se do pressuposto de que, em um processo de “retorno do sagrado”, a religião vem se reposicionando como um elemento aglutinador de uma identidade – a religiosa – capaz de mobilizar a ação coletiva em aspectos sociais e políticos (ORTIZ, 2001). Estar-se-ia diante de um processo intrinsecamente contraditório (HERVIEU-LÉGER, 2008), que combina a perda do poder de controle das religiões tradicionais a uma nova recomposição das representações religiosas, em um movimento guiado de modo livre e pragmático.

Por exemplo, recentemente Cabo Daciolo, membro da Avante-RJ e ex-membro da chamada bancada evangélica, pronunciou-se da seguinte maneira ao justificar a PEC 12/2015: “Pergunto aos senhores e senhoras parlamentares: que mal há expressar explicitamente, na Carta Magna, que todo o poder emana de Deus? Nenhum. E que bem há nessa afirmação? Todos. Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”. Essa citação funciona como uma hipérbole para introduzir o tema central desta tese: a trajetória de politização e partidarização dos evangélicos no Brasil.

Cabe, antes de prosseguir, fazer um adendo: por que direcionar o olhar aos evangélicos na política? Embora, ainda hoje, a maioria dos parlamentares declare ser católica, correspondendo a 71,2% dos parlamentares da 55ª Legislatura (2015-2018)¹, eles não se posicionam claramente como tal, diferentemente dos evangélicos. A recém-criada Frente Parlamentar Mista Católica Apostólica Romana, uma das 313 da atual legislatura, não vem alcançando a mesma coesão e notoriedade da Frente Parlamentar Evangélica, ou “bancada evangélica”², e tais parlamentares não têm priorizado a identidade religiosa em seus posicionamentos.

Os evangélicos, por sua vez, estão mobilizando um conjunto de significados e valores morais religiosos (relacionada ao que se considera *pecado* ou não na política institucional, sobretudo por estarem representados não apenas por fiéis, mas, principalmente, por pastores e bispos. Nessa trajetória pela política institucional brasileira, duas igrejas assumiram papel de

¹ “71% dos futuros deputados se dizem católicos e 16%, evangélicos”. Disponível em: <<http://g1.globo.com/politica/noticia/2015/01/71-dos-futuros-deputados-se-dizem-catolicos-e-16-evangelicos.html>> Acesso em: 22 abr. 2016.

² As diferenças, evolução histórica e particularidades dessas frentes serão apresentadas no Capítulo 6.

liderança: a Igreja Universal do Reino de Deus (IURD) e a Assembleia de Deus (AD), ambas pertencentes a vertentes do pentecostalismo e detentoras de veículos midiáticos, como canais de televisão e rádio, os quais ampliam seu poder de influência. Outro movimento que chama atenção é a criação e o controle das instâncias decisórias do Partido Republicano Brasileiro (PRB) por parte da IURD. Esse partido é dirigido, desde sua origem, por bispos da igreja e hoje é composto, em mais de sua metade, por bispos e pastores da IURD.

O objetivo central desta tese é compreender como ocorreram esses processos de politização e partidarização da clivagem religiosa. As clivagens podem ser entendidas como a separação ou diferenciação de grupos sociais. Como afirma Giedo Jansen & Need (2011), a junção entre clivagens sociais e políticas faz parte de um conflito que dimensiona a ação política dos atores. Por isso, compreender as clivagens significa perceber que, nas eleições democráticas, existem grupos em conflito. O autor retoma as concepções clássicas de Karl Marx e Max Weber sobre questões de clivagens sociais. Na obra de Marx, a clivagem social pode ser identificada na luta de classes, que marca as mudanças históricas. Duas classes antagônicas – capitalistas e proletários – disputam os meios de produção. A classe dominante (burguesia) pretende manter seu controle dos meios de produção, pois sua política e poder estão diretamente ligados aos seus interesses de classe nesse domínio (JANSEN, NEED, 2011, p. 17). No entanto, Max Weber salienta que as classes sociais se concentram nas mudanças de vida e acesso a bens e serviços escassos. Ainda dentro da perspectiva weberiana, discutir classe não é o mesmo que debater “grupos de *status*”. Segundo o autor, tais grupos se formam por meio do prestígio e de modelos de consumo, sendo abertos ou fechados, determinando as bases de ocupação e sua mobilidade. No caso da religião, a teoria weberiana discute o poder religioso e suas formas de penetração no poder político (JANSEN, 2011, p. 18).

O conceito de clivagem ganhou nova tônica na obra clássica de Lipset e Rokkan (1990), em que os autores afirmaram que a Revolução Industrial adensou o conflito entre proprietários e trabalhadores em razão da crescente industrialização e da necessidade de os trabalhadores formarem uniões para tratar das inseguranças do trabalho. Nesse contexto, as clivagens sociais modelavam padrões de competição partidária na Europa ocidental, demarcando as divisões históricas no eleitorado que se evidenciaram após o sufrágio universal: católicos e protestantes, patrões e trabalhadores e regiões centrais e periféricas. Lipset e Rokkan (1990) afirmaram que os partidos expressam a função de desenvolver a interpretação do contrato social dentro de sua cultura estrutural, ou seja, são instrumentos de representações que tratam de interesses, mesmo que contraditórios, exigências claudicantes, barganhas etc.

Nesse contexto, a hierarquia de clivagens, em cada sistema partidário, apresenta diferenças que surgem conforme o tempo e espaço, alterando-se nas formas políticas. Os conflitos observados geram a formação de um território nacional e seus conflitos. A ideia aqui não se refere a quem “perde” ou “ganha”, mas a concepções morais e interpretação da história da humanidade e seus destinos (LIPSET; ROKKAN, 1990, p. 96). De modo geral, o modelo pretende abarcar um conjunto de ideias que permitam uma análise comparativa dos sistemas partidários. A clivagem religiosa na Europa ocidental, segundo os autores, é oriunda da Reforma e Contrarreforma, e possibilitou, em partes, a formação dos estados nacionais.

Em uma abordagem mais recente, Heather Stoll (2004) dimensiona as relações entre preferências, antes escondidas, que se tornam novos mecanismos de atenção para questões políticas em países na sociedade moderna. Aqui, o sistema partidário se apresenta pelas particularidades de escolha dos atores sociais inseridos em um contexto político e histórico que permite, contudo, medir e identificar as características ideológicas de preferências partidárias dentro de um grupo.

Para operacionalizar esta pesquisa, o conceito de clivagem partidária recupera a ideia dos manifestos políticos encontrados dentro dos partidos. Aqui, notam-se as questões voltadas à articulação de clivagens ideológicas, discutidas e comparadas na obra de Lipset e Rokkan (1990) e na de Lijphart (1999). A base da discussão molda-se em sete clivagens observadas pelos dois trabalhos: socioeconômica, étnica-cultural, religiosa, política estrangeira, urbano-rural, pós-materialista e democrática-autoritária. Lipset e Rokkan discutem quatro dessas variações (econômica, étnica-cultural, religiosa e urbana-rural), mas com outras denominações (classe, centro-periferia, Estado-Igreja e urbano-rural). Já Lijphart considera todas as clivagens mencionadas, embora se utilize de uma noção ideológica sobre o caráter autoritário ou democrático de uma sociedade. A clivagem religiosa, ou Estado-Igreja, refere-se às atividades eclesiais e sua autoridade diante das relações na sociedade moderna. As questões que a movem baseiam-se em discussões sobre aborto, apoio à tradição, moralidade religiosa, presença de símbolos religiosos na esfera pública, educação religiosa em escolas públicas etc. (STOLL, 2004, p. 96).

Após a apresentação dos dados e países que compõem a pesquisa, Stoll (2004, p. 118) mostra que, com o passar do tempo, nas sociedades, nota-se o declínio e o aumento de certas clivagens. Por exemplo, a questão urbano-rural caiu em todos os países, menos na Islândia durante o pós-guerra; na maioria dos países com democracias avançadas a religião não é mais um conflito proeminente, algo que esteve mais presente durante o final do século XIX e começo do século XX. Apesar disso, em alguns casos, como na Holanda, a questão esteve em queda no

final da década de 1950 até 1970; e, em outros casos, houve um aumento da escalada dos conflitos nos anos 1980 e 1990, justamente pela ascensão da direita cristã nos Estados Unidos e por questões religiosas com islâmicos (na França e Alemanha).

As clivagens podem ser ou não latentes de acordo com o contexto histórico e podem ser politizadas e partidarizadas, algo que não ocorre de modo natural e deve ser estudado. Servem, portanto, como método para analisar as questões políticas em diferentes países. A clivagem urbano-rural, por exemplo, tende a ser latente em países cujas áreas rurais ainda são fortes componentes para a economia e política local; a clivagem socioeconômica, por sua vez, emerge de modo mais intenso em países caracterizados pela desigualdade econômica (STOLL, 2004).

Nesta tese, objetiva-se estudar uma clivagem latente na sociedade brasileira: a religiosa. Ou seja, existiria na sociedade brasileira algum tipo de conflito velado que poderia ganhar revelação assim que fosse captado por um sentido político (quando ocorre a politização dos evangélicos na Constituinte, por exemplo, em contraponto ao papel hegemônico exercido pela Igreja Católica³ na sociedade brasileira)⁴ ou partidarizado (exemplificado pelo PRB, criado e controlado pela IURD em um movimento de diferenciação de outras igrejas evangélicas que também adentravam a política).

Esta é, portanto, a questão central desta tese: “Tratando da inserção dos evangélicos na política institucional, como a clivagem religiosa se politizou e se partidarizou no Brasil?”. Essa pergunta permeia diversas outras de pano de fundo: quais elementos estruturais do sistema político brasileiro favorecem os evangélicos? Como se diferenciam enquanto atores políticos? Como moldam significados perceptíveis aos eleitores? O controle da IURD sobre o PRB é demonstrável empiricamente? Quais temas são, de fato, prioritários em suas agendas de atuação? Existe um “eleitor evangélico”?

Este trabalho se justifica pela tentativa de lançar luz sobre a reconfiguração da política brasileira, que vem ocorrendo em virtude do adensamento da participação evangélica na política institucional. A ampliação do espaço de influência da religião na esfera pública deve ser problematizada e compreendida.

A atuação de igrejas evangélicas na política brasileira começou a ganhar visibilidade

³ Como destaca Maria das Dores Machado (2012), “numa disputa por fiéis, que é ao mesmo tempo exógena e endógena, os grupos evangélicos acabaram por encontrar na via da política partidária uma forma de combater as prerrogativas históricas da Igreja Católica (no campo da educação, da saúde, da assistência social, na concessão dos meios de comunicação, etc.) e ampliar sua capacidade de influência na sociedade brasileira”.

⁴ No livro *Plano de poder* (2008), o bispo Edir Macedo defende que apenas um presidente evangélico poderia criar um Estado laico: “sem privilégios à Igreja Católica”.

com o advento da Assembleia Constituinte (1987-1988)⁵, quando os deputados evangélicos se posicionaram de maneira alinhada pela primeira vez e o termo “bancada evangélica” começou a ser registrado em publicações midiáticas (FREESTON, 1993). Na ocasião, essa bancada, embora ainda não formalizada, conseguiu eleger 33 deputados, 18 dos quais pentecostais. Tal inserção, autodenominada “representantes de Deus na Constituinte”, veio acompanhada de forte discurso moralizante e em prol das instituições evangélicas (PIERUCCI; PRANDI, 1996).

Desde então, a bancada evangélica vem crescendo quase ininterruptamente, tanto em questões numéricas quanto em sua importância política, e seus membros são requisitados para parcerias e trocas de favores⁶, garantindo uma série de prerrogativas para o grupo de interesse. Além disso, os evangélicos têm se consolidado como “porta-vozes da família tradicional”, chegando a ocupar a presidência da Comissão de Direitos Humanos e Minorias na Câmara, antes marcada por posições mais progressistas. No Poder Executivo, vêm ocupando cargos ministeriais bem como cargos executivos importantes, como o de prefeito do Rio de Janeiro, conquistado em 2016 pelo bispo licenciado Marcelo Crivella.

Esta tese será orientada por quatro hipóteses:

Hipótese 1

Partindo do pressuposto de que existem diversos graus de moralização e conservadorismo na política institucional e que ela se divide em um espectro, a primeira hipótese é de que existem vertentes de igrejas evangélicas que fazem uma leitura de certo eleitorado, procurando concatenar ideias que lhe são caras com o que acreditam ser uma perspectiva já próxima desse eleitorado, independentemente de sua religião. Essa agenda de identificação tem como principal pauta a “defesa da família” e seus desdobramentos, politizando temas característicos da moral religiosa, como oposição à descriminalização do aborto, o direito ao casamento para pessoas LGBTs, questões relativas ao feminismo e a possibilidade de adoção de crianças e adolescentes por casais do mesmo sexo.

⁵ Ocorreu entre 1º de fevereiro de 1987 e 22 de setembro de 1988. Foi instalada no Congresso Nacional com o objetivo de elaborar uma nova Constituição após os mais de 20 anos de Regime Militar.

⁶ A matéria a seguir apresenta alguns exemplos de movimentos políticos em prol da garantia de parcerias e votos no segmento evangélico. “Voto dos evangélicos terá peso inédito nas eleições de 2018”. Huffpost. POLÍTICA. 12/01/2018. Disponível em: <https://www.huffpostbrasil.com/2018/01/12/voto-dos-evangelicos-tera-peso-inedito-nas-eleicoes-de-2018_a_23332289/> Acesso em: 18 jan. 2018.

Hipótese 2

Existe uma agência própria no eleitorado evangélico. Os evangélicos são considerados eleitores que tendem a votar de acordo com mecanismos clientelistas. Esse tipo de voto é constante na história da América Latina. No entanto, não é possível categorizá-los como um “curral eleitoral” ou eleitores “sem racionalidade”, posto que são feitos cálculos racionais de perdas e ganhos, o que confere agência a essa suposta parcela do eleitorado.

Hipótese 3

O PRB é controlado pela IURD, desde as bases até o exercício do poder. A igreja fez uma leitura apurada do sistema partidário brasileiro, da preferência do eleitorado geral e de seu público específico. Além disso, embora possua um programa e estatuto genérico, o PRB não pode mais ser considerado um partido fisiológico, como vem sendo apresentado na literatura, e está se posicionando de modo coerente como direita conservadora.

Hipótese 4

O parlamentar evangélico não é um *outlier* na política brasileira. Ele se diferencia mais no processo eleitoral, em que os significados que elenca o coloca em uma posição, por vezes, favorecida no pleito eleitoral, do que na prática política. Em geral, atua conforme a maioria conservadora e pouco propõe em questões diretamente relacionadas aos interesses religiosos, formulando suas agendas políticas de modo concatenado a um suposto Estado laico.

Metodologia

Esta tese apresenta uma combinação de metodologias qualitativas e quantitativas. Além da revisão bibliográfica, composta principalmente por autores de ciência política, sociologia e antropologia, foi feita uma pesquisa de campo sem a pretensão de aplicar métodos etnográficos, porém visando à familiarização com o ambiente religioso, práticas e vocabulários. A autora assistiu a 12 cultos nas seguintes igrejas: IURD, AD, Nova Vida e Sara Nossa Terra. Nessas visitas, foi possível transpassar os livros e visualizar na prática como se constrói o discurso religioso e como funcionam esses espaços de socialização.

Dados estatísticos de diversas naturezas foram tratados para determinar o perfil dos evangélicos e os resultados eleitorais; mais de 2.500 proposições do PRB, desde sua criação, e também de outros parlamentares da bancada evangélica na 55^a Legislatura foram analisadas manualmente. O *software* Tableau foi utilizado para examinar os dados, tendo como finalidade apresentar ao leitor o perfil de atuação legislativa desses atores: temas mais recorrentes, proposições de interesse religioso, partidos mais propositivos na bancada evangélica, entre outros. Realizou-se uma análise de conteúdo no programa e no estatuto do PRB com o *software* NVivo11, buscando elementos que fornecessem indícios sobre o posicionamento da legenda quanto às questões econômicas e morais ou mesmo à ausência ou presença desses elementos. Mensurou-se a porcentagem de cobertura desses assuntos para analisar se os documentos eram genéricos ou se apresentavam posicionamentos que ajudassem a defini-los ideologicamente.

Ainda sobre o PRB, foram analisadas 10 votações da 55^a Legislatura, que permitiram evidenciar o posicionamento dos partidos em aspectos econômicos e sociais/morais. Quanto a aspectos econômicos, há a PEC 395/14, que autoriza universidades públicas a cobrar por cursos *lato sensu* e teve a aprovação de 74% dos deputados do PRB; o PL 4567/16, que propôs o fim da participação obrigatória da Petrobras no pré-sal, com 100% de votos favoráveis do PRB; o PEC 241/16, que estabelece um teto para o aumento dos gastos públicos pelas próximas duas décadas, aprovada por 100% dos deputados do PRB; o PL 4302/98, que aprova a terceirização para todas as atividades das empresas e amplia de 90 para 180 dias o prazo para trabalho temporário, com 76% da aprovação dos deputados do PRB; e o PL 6787/16, da Reforma Trabalhista, que altera mais de 100 pontos da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), incluindo a medida que estabelece que, nas negociações trabalhistas, poderá prevalecer o acordado sobre o legislado, recebendo apoio de 79% dos deputados do PRB.

Para compreender melhor a atuação da frente parlamentar evangélica (FPE) e da bancada evangélica, evidenciando suas diferenças conceituais e regimentais, foi feita uma entrevista *on-line* com a assessoria da FPE, na qual foram elucidadas diversas questões sobre como o trabalho se dá na prática e foi enviado à Câmara dos Deputados um pedido de Acesso à Informação, com base na Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação).

Na arena eleitoral, foram analisados dados estatísticos sobre os gastos declarados de campanha dos pleitos de deputado federal das 54^a e 55^a Legislaturas, analisando se os evangélicos possuíam ou não menor custo para a obtenção de votos.

Por fim, buscando verificar se a igreja evangélica exerce influência direta sobre o voto, foi feito um estudo com base no pleito para o governo do estado do Rio de Janeiro em 2014, em que Luiz Fernando Pezão (PMDB) e Marcelo Crivella (PRB) alcançaram, respectivamente,

a primeira e a segunda posição. Foi feito um cálculo de correlação de Pearson, regressão de modelo univariado que testa o nível de associação entre duas variáveis numéricas (intervalar ou de razão) e lineares, indicando a direção, ou seja, se a relação é positiva, negativa ou nula. Esse coeficiente varia entre -1 (correlação negativa) e 1 (correlação positiva); no caso do resultado zero, pode-se afirmar que as variáveis não têm ligação entre si. A técnica também teve como objetivo mostrar a força da correlação entre os elementos testados. Para aprofundar a investigação, a votação de Marcelo Crivella foi comparada à de Luiz Fernando Pezão, que não possui atuação religiosa conhecida, e à de Marina Silva, então candidata evangélica ao pleito presidencial. O ponto de análise foi o local de votação, com a presença de igrejas no raio de 1.000 metros.

Organização dos capítulos

Esta tese está dividida em duas partes, cada uma contendo três capítulos, com propósitos complementares. A primeira parte, composta pelos capítulos 1, 2 e 3, foca na análise do movimento de inserção dos evangélicos na política institucional brasileira, diferenciando conceitualmente quem são os evangélicos, como se deu sua politização e, em movimento mais recente, sua partidarização, com o controle do PRB. A segunda parte, composta pelos capítulos 4, 5 e 6, trata das consequências dessa inserção, analisando impactos na arena eleitoral e de atuação política.

O Capítulo 1 busca familiarizar o leitor com as diferentes vertentes da religião evangélica. Assim, busca-se demonstrar que não se pode dizer que há um grupo monolítico. A apresentação de quatro “tipos ideais” – protestantismo tradicional, pentecostalismo clássico, deuteropentecostalismo e neopentecostalismo (MARIANO, 1996; 2005) – contribuiu para dimensionar o grupo e explicar suas formações valorativas, visão de mundo e diferenças. O “evangélico” é apresentado enquanto ator social, político imerso e difusor de uma série de normas e práticas religiosas, com base em acepções teológicas que surgiram ao longo do tempo. As vertentes evangélicas transitam entre o ascetismo, com o distanciamento do “mundo”, que pode ser entendido como tudo que não é “igreja”, e a Teologia da Prosperidade, com a liberalização dos usos e costumes, e a concepção meritocrática de que Deus colocou no mundo bens materiais que podem ser alcançados por todos que tiverem fé (ROMEIRO, 1998), convidando a uma aliança com Deus que ocorre, principalmente, por meio do pagamento de dízimos e ofertas. Será apresetando também o perfil social dos evangélicos brasileiros e seu grau de frequência aos cultos.

O Capítulo 2 aborda a transformação da clivagem religiosa em clivagem política, analisando papéis sociais, características, motivações e elementos de interação que pautaram a inserção dos evangélicos na política institucional desde a redemocratização. A política é compreendida como um campo, em que significados são continuamente construídos e os espaços são disputados. Entende-se que a análise teórica desses elementos subjetivos é indispensável para explicar o avanço dos evangélicos na política institucional.

O Capítulo 3 trata de um fenômeno crescente no Brasil: a partidarização da IURD. São mostrados dados empíricos sobre a estruturação interna do partido que indicam o forte controle dessa igreja sobre o PRB, com o exercício do poder em diversas instâncias decisórias por bispos e pastores da IURD, a exemplo do cargo de presidência, desde a criação da legenda, e o controle das comissões estaduais e municipais, quase integralmente provisórias, mesmo após 12 anos do surgimento do partido. Serão apresentadas também algumas características do sistema partidário brasileiro que podem ter sido decisivas para a expansão da legenda e seu posicionamento no espectro partidário brasileiro.

O Capítulo 4 analisa os impactos desta inserção religiosa na arena eleitoral. Será apresentado um estudo estatístico sobre a dinâmica de votos de Marcelo Crivella para o cargo de governador no estado do Rio de Janeiro, tendo como ponto de análise a proximidade de templos da IURD; em outros escopos, serão analisados os gastos de campanha das eleições para o cargo de deputado federal da 55^a Legislatura (2015-2018), mostrando que os evangélicos obtêm a melhor relação custo *vs.* voto.

O Capítulo 5 analisa a perspectiva do eleitor evangélico, comumente estereotipado como “currel eleitoral”, tendo como base estudos teóricos sobre comportamento eleitoral, tema que será abordado como resultado de diversos elementos condicionantes e/ou concomitantes, originados no decorrer da vida, e como uma ação influenciada por fatores diversos: inserção em determinado grupo social, classe social, religião, identificação partidária, interesses pessoais, entre outros.

O sexto e último capítulo da tese explora os impactos na atuação política dos evangélicos, mostrando como se dá a construção de significados que remetem ao papel social do religioso, dos “homens de Deus” que atuam na política institucional. O capítulo é voltado à atuação da bancada evangélica no Congresso Nacional, mostrando o que é de fato essa bancada, com suas utilidades e limitações impostas pela prática legislativa, e a análise de todas as proposições apresentadas pelo grupo em questão nos três primeiros anos da 55^a Legislatura, quando chegaram ao auge numérico no Congresso. Por fim, será problematizada a existência ou não de excepcionalidades em sua atuação.

1 A TRANSFORMAÇÃO DA CLIVAGEM RELIGIOSA

1.1 A construção social do crente

Introdução

Este capítulo trata do “crente” enquanto ator social e político imerso e difusor de uma série de normas e práticas religiosas. Não se pretende, contudo, inferir que praticantes das vertentes protestantes no Brasil constituam um grupo monolítico, e sim fazer uma tipificação analítica, para que seja possível identificar a atuação desses grupos na sociedade, como são percebidos pela coletividade e o que isso significa para a inserção dos evangélicos na política institucional brasileira.

O evangélico é um militante da causa religiosa – seus valores permeiam os mais diversos ambientes, desde os templos até os grupos de *WhatsApp*. Como descreve Mafra, “[...] os evangélicos tendem a se identificar e a ser identificados, no Brasil, como um povo missionário cristão” (2001, p. 20). São eles que, frequentemente, preenchem as calçadas distribuindo panfletos, convidando pessoas a incluir seus nomes em listas de oração e a participar de cultos. No Brasil, o “crente” é aquele que, segundo defendem, mais segue o princípio bíblico: “E disse-lhes: Ide por todo o mundo e pregai o Evangelho a toda criatura” (Marcos, 16:15), e não há modo mais genuíno de difundir esses princípios que ocupando espaços-chave de interações sociais. Para tal, os evangélicos procuram ser capazes de equilibrar a função de difundir a “palavra de Deus” e a manutenção da diferenciação moral, sempre presente, que os faz lembrar de que, embora haja contato em todas as esferas e com as pessoas mais “malvistas” pela sociedade, o crente é “diferente”. O mesmo ocorre na política institucional. Embora se perceba diferente por ser “empoderado pela palavra de Deus”, o político cristão habita a esfera político-institucional sem, teoricamente, perder seus valores. Mesmo imerso em um ambiente reconhecido como corrupto e volúvel, ele mantém o objetivo de difundir os valores cristãos.

O “crente” não se distancia da “questão social”. Sua estratégia de atuação faz com que esteja constantemente imerso nela e tenha um bom trânsito em diversas realidades sociais. Ao falar sobre a atuação dos evangélicos em ambientes como o do tráfico de drogas, Mafra (1998) destacou que estes fornecem uma resposta de caráter espiritual ao problema da violência sem

criar uma oposição direta em relação ao tráfico, buscando não se afastar dos “bandidos” mesmo com suas restrições em relação à moral desses indivíduos. Trata-se de uma postura proselitista, que gera uma aproximação com a finalidade de transformar o indivíduo por meio da “palavra de Deus”.

A “poluição moral” (TEIXEIRA, 2008) é uma sombra constante e deve ser evitada pelo “homem de bem”; por isso, o contato com “o mundo”, ou seja, com todo o ambiente que não seja a igreja, deve ser feito tendo em vista que o crente é “diferente”. Em contraposição ao catolicismo, em que o sacerdote possui um papel mais central na pregação, o crente, mesmo sem função eclesiástica, costuma estar habituado, ainda que de modo sutil, a pregar em qualquer espaço e se sente apto a manter sua “autoridade moral”, seus valores, sua postura e sua “missão”.

O crente transcende, portanto, a esfera religiosa com a consolidação do seu papel social como “bom moço”, “temente a Deus” e, sobretudo, como um ator capaz de dialogar e perpassar diferentes ambientes. São homens e mulheres que não desfazem suas conexões sociais, mesmo com indivíduos considerados marginalizados, a exemplo de presidiários e narcotraficantes. Inserem-se em inúmeros contextos resguardando sua posição de “homens de Deus”. Tal comportamento pode ser explicado pelo fato de a filiação de um indivíduo a um determinado grupo religioso fornecer-lhe uma série de códigos que contribuem para fortalecer o individualismo nas relações sociais (HERVIEU-LÉGER, 2008).

Este capítulo visa compreender quem são os evangélicos na sociedade brasileira, passo fundamental para que se possa analisar os significados da atuação política desse grupo. O objeto e sujeito analisados nesta pesquisa perpassam indivíduos e instituições com suas ramificações e vertentes, produzindo uma série de discursos e estratégias de atuação, sobre os quais os capítulos seguintes se debruçarão.

1.1.1 A chegada e a diferenciação dos segmentos evangélicos no Brasil: do ascetismo à Teoria da Prosperidade

Para compreendermos a dinâmica atual dos evangélicos, é preciso recapitular alguns elementos, a exemplo do ascetismo, doutrina filosófica voltada à abstenção dos prazeres físicos e psicológicos como meio de alcançar a sabedoria e o equilíbrio moral, a qual envolve o domínio dos instintos do corpo físico e não está necessariamente atrelada à moral religiosa.

Um exemplo clássico é o ascetismo espartano: os soldados eram expostos a situações extremas como meio de ampliar a resistência em combates. Michel Eyquem de Montaigne (1533-1592), em um de seus ensaios, cita um exemplo clássico: o rei Pirro (318 a.C.–217 a.C.), do Epiro e da Macedônia, passando pela Itália, reconheceu a organização do exército que os espartanos enviaram contra ele e afirmou: “Não sei que bárbaros [forasteiros] são esses, mas o ordenamento do exército que vejo não tem nada de bárbaro” (2010). Foi, portanto, uma estratégia bem-sucedida: abnegar-se dos prazeres carnis e submeter-se ao sofrimento para tornar-se apto a guerrear. Essa é também a realidade de atletas de alto desempenho. Com tais exemplos, busca-se lembrar que o ascetismo não é uma exclusividade da esfera religiosa.

A religião, de modo geral, impõe condutas e restrições, algumas mais ou menos rigorosas que outras. Um exemplo extremo é o caso da vestimenta no Islã. Uma passagem constantemente retomada no mundo islâmico é a do profeta Maomé: “Comei, sê caritativo e vesti sem abuso ou opulência” (An-Nasa’i, 2559). Os homens devem usar roupas opacas, cobrindo-os até os joelhos; as mulheres, diante de homens estranhos, devem cobrir todo o corpo, com exceção das mãos e do rosto. “Dois tipos de habitantes do Inferno que ainda não vi: as mulheres que ao vestirem-se parecem nuas...” (Muslim, Baihaqi e Ahmad). Estão amaldiçoados também os homens que se vestem como mulher e as mulheres que se vestem como homem (Abu Dawud, 4098 – Alcorão).

O ponto é que vestimentas como as que hoje vemos no mundo ocidental, sobretudo as femininas, são consideradas “vaidosas” do ponto de vista islâmico e confrontam os valores religiosos, sobretudo relacionados ao papel da mulher na sociedade. Portanto, o costume do uso do véu pelas mulheres (nas suas variações: burca, *niqab*, *hijab* e xador), que data de período anterior ao Islã, pode ser considerado uma forma radical de ascetismo, ignorando-se, de modo consciente ou não, os padrões dominantes de vestimenta, para manter os princípios morais, relacionados a fatores tanto concretos, pela regra da vestimenta em si, quanto simbólicos, com a manutenção do papel da mulher com suas restrições sobre educação, oportunidade de emprego, herança, casamento, justiça, etc.

O ascetismo é muito presente também no budismo. A história de Sidarta Gautama, mestre religioso e fundador do budismo no século VI a.C., trata de um homem que fugiu do palácio em que morava para alcançar a iluminação durante um longo período de meditação sob a árvore *Bodhi*, quando mudou seu nome para Buda, ou “desperto”.

Uma passagem de uma das escrituras budistas tradicionais [Anguttara Nikaya (II, 37)] relata que Buda afirmou: “Brâmane, assim como uma flor de lótus azul, vermelha ou branca, nasce nas águas, cresce e mantém-se sobre as águas intocada por elas; eu também, que nasci no

mundo e nele cresci, transcendi o mundo e vivo intocado por este. Lembre-se de mim como aquele que é desperto”.

Buda passou fome, comia um grão de arroz por dia e, por fim, chegou à conclusão de que essa exacerbação não trazia iluminação, abandonando esse caminho extremo. Concluiu que o sofrimento desequilibra a mente e prejudica o autoconhecimento. Com o desenvolvimento da doutrina budista, foi-se percebendo que a negação eleva o potencial dos desejos e faz com que a mente perca a paz e passe a focar em se satisfazer com mais intensidade, diminuindo o espaço para as emoções, que trazem o autoconhecimento. Criou-se, portanto, um filtro: quando o budismo prega o abandono dos desejos, considera apenas os negativos. Há, assim, um contraponto a um ascetismo tido como despropositado.

Os evangélicos, sobretudo os protestantes e pentecostais clássicos, são comumente reconhecidos pelo ascetismo, caracterizado pelas rígidas formas de comportamento. O estereótipo do crente contemporâneo ficou marcado pelo homem de paletó pouco alinhado e com uma Bíblia embaixo do braço e pela mulher com longos cabelos presos em coque, saia e blusa de malha. São pessoas que, comumente, evitam ouvir música secular, frequentar festas, comprar rifas ou até mesmo assistir à televisão. No entanto, a Teologia da Prosperidade dissolveu um pouco esse estereótipo. Outros trajés e, principalmente, anseios, a exemplo da participação na política, passaram a ter trânsito comum nas igrejas. Nessa nova leitura da religião evangélica, “[...] o sagrado e o desfrute intramundano da fortuna estão positivamente vinculados e é a busca individual pela plenitude terrena, prioritariamente objetivada na riqueza material, o que dá sentido à adesão religiosa” (LIMA; WERNECK, 2012, p. 230).

Antes de avançar na diferenciação dos segmentos evangélicos, é preciso ressaltar que a identidade evangélica possui forte caráter estigmatizador, sobretudo por ser totalizante, e que muitos de seus valores e crenças transpassam esferas do convívio social. Goffman (1980), em seu estudo sobre estigma e identidade social, trata da existência de uma identidade social virtual e de uma identidade social real. A primeira produziria uma determinada expectativa normativa de atributos, e a segunda representaria os atributos que, de fato, o indivíduo possui. Para o autor, a discrepância entre as expectativas geradas pela identidade social virtual e as observadas na identidade social real produziram o que ele chama de estigma: algo relacional, valorativo, moral e não essencial. O atributo estigmatizante se tornaria então uma característica totalizante do indivíduo, utilizada pelos outros para defini-lo. Um dos estigmas dos evangélicos, por exemplo, é a atribuição do selo de “curral eleitoral”, sem antes tentar compreender a racionalidade que os motiva. O estudo da identidade evangélica pode ser perpassado por questões relativas a uma estigmatização da categoria; chama-se, portanto, a atenção do leitor para esses estigmas, que

devem ser ponderados para que o objeto seja plenamente compreendido em sua complexidade e anseios.

1.1.1.1 Os diferentes segmentos evangélicos

Diferentemente da Igreja Católica, que manteve uma rígida estrutura hierárquica e grande homogeneidade em suas práticas e princípios ideológicos, desenvolvendo um plano institucional sólido, o protestantismo deu origem a uma variedade de tendências e instituições. Desde o princípio, esse segmento religioso mostrou-se incapaz de manter a unidade, dando origem aos segmentos luterano, calvinista, metodista, entre outros. Com o passar do tempo, a vertente pentecostal e suas ramificações se desenvolveram e trouxeram ainda mais complexidade e diversidade.

Embora o protestantismo não seja um fenômeno recente, o aumento exponencial do número de igrejas evangélicas se deu de modo mais significativo com o advento do movimento pentecostal, que chegou ao Brasil em 1910, sobretudo por seu caráter missionário.

Atualmente, o movimento de expansão das vertentes do pentecostalismo vem sendo impulsionado pela facilidade que existe para a abertura de templos religiosos no Brasil. O procedimento de abertura de igrejas requer cerca de cinco dias úteis. Para tal, é preciso pagar taxas referentes a cartório e inscrição de CNPJ que, somadas, não chegam a R\$ 800,00 para cada abertura de templo. A instituição religiosa fica isenta do pagamento de imposto de renda, IOF (Imposto sobre Operações Financeiras), IPTU, ITR (Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural), IPVA e ISS (Imposto Sobre Serviços). A cobrança de ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) ocorre apenas em alguns estados. Os ministros religiosos, por sua vez, ficam isentos do serviço militar obrigatório (CF, art. 143, §2º)⁷ e adquirem o direito a prisão especial (Código de Processo Penal, art. 295)⁸.

É preciso destacar que esse crescimento trouxe maior visibilidade à religião evangélica. No entanto, essa visibilidade não foi propriamente positiva devido à existência de líderes religiosos que utilizaram a facilidade de abrir igrejas e a fé inabalável dos fiéis para enriquecimento próprio. Tais líderes, presentes não apenas na religião evangélica, ajudaram a

⁷“Art. 143, § 2º. As mulheres e os eclesiásticos ficam isentos do serviço militar obrigatório em tempo de paz, sujeitos, porém, a outros encargos que a lei lhes atribuir”.

⁸“Art. 295. Serão recolhidos a quartéis ou a prisão especial, à disposição da autoridade competente, quando sujeitos a prisão antes de condenação definitiva: [...] VIII – os ministros de confissão religiosa”. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/529749/codigo_de_processo_penal_1ed.pdf>. Acesso em: 07 dez. 2016.

construir um estigma de alienação para os fiéis. É comum, por exemplo, ligar a televisão e ver programas denominados evangélicos solicitando enfaticamente doações financeiras, sendo aceito, até mesmo, o pagamento por meio de cheque ou cartão de crédito. Além disso, a ocorrência de milagres é recorrentemente apresentada como um ato contínuo após a doação de valores suntuosos.

Um outro ponto que determina o crescimento exponencial das igrejas evangélicas é o caráter missionário. Para Mafra (2001), o convívio dos evangélicos com o catolicismo popular, a religiosidade ameríndia e as religiões de matriz africana ampliaram a noção de missão evangélica.

Existe hoje um vasto processo de pulverização da religião evangélica no Brasil, movimento que tem resultado em um número cada vez maior de denominações, cultos, valores morais e práticas cotidianas. Referir-se aos evangélicos como uma categoria homogênea é cada vez mais impraticável. Por isso, diversos cientistas sociais brasileiros se preocuparam em estabelecer categorias que enquadrassem o maior número possível de igrejas evangélicas com base em características comuns (Freston, 1994; Mariano, 1996, 2005; Oro, 1996; Alves (2011; Giumbelli, 2001).

Não seria possível fazer esse enquadramento sem recorrer à elaboração ou à adoção de “tipos ideais”, utilizados como instrumentos para orientar a investigação em meio a uma realidade complexa, funcionando como parâmetro. Os “tipos ideais”, para Max Weber, “[...] permitem-nos ver se, em traços particulares ou em seu caráter total, os fenômenos se aproximam de uma de nossas construções, determinar o grau de aproximação do fenômeno histórico e o tipo construído teoricamente” (1979, p. 372). Tal construção funcionaria, portanto, como “[...] um recurso técnico que facilita uma disposição e terminologia mais lúcidas” (idem, 1979, p. 372).

O recurso do “tipo ideal” é utilizado para descrever os segmentos evangélicos, aproximando igrejas com base na dinâmica histórico-institucional, características da moral religiosa pregada ou grau de ascetismo, por exemplo. Ao longo de todo este trabalho, utilizaremos quatro “tipos ideais” segundo a proposta de Mariano (1996; 2005)⁹: os protestantes

⁹ Ainda que tenhamos escolhido a classificação de Mariano (2005), que serão descritas nos itens seguintes, outros autores utilizam classificações semelhantes. Paul Freston (1994) é um deles. Ao tratar da implantação do pentecostalismo no Brasil, Freston distingue três momentos complementares, sem fronteiras claras entre eles. Seriam estes: 1ª onda: introdução do pentecostalismo no Brasil, vindo dos Estados Unidos, que teve início a partir da Congregação Cristã (1910) e da Assembleia de Deus (1911), e caracteriza-se pela ênfase na glossolalia e pelo batismo no Espírito Santo; 2ª onda: criada em meados do século XX, tendo como principais templos a Igreja do Evangelho Quadrangular (1951), a Igreja Brasil para Cristo (1955) e a Deus é Amor (1962), e ênfase nos rituais de cura, no uso de meios de comunicação e na organização institucional empresarial, além do ataque à religiosidade

clássicos e as três variações do pentecostalismo – pentecostalismo clássico, deuteropentecostalismo e neopentecostalismo.

Embora as características comuns permitam estabelecer as categorias como descritas a seguir, esses segmentos estão sujeitos a constantes semantizações e definições de novas práxis comportamentais e morais. É o caso, por exemplo, da Assembleia de Deus, que, de início, possuía princípios amplamente ascéticos, mas, atualmente, vem reconfigurando seus padrões morais e comportamentais¹⁰.

Um outro ponto é que, embora existam características marcantes, há um grande fluxo de fiéis entre as denominações. Isso se deve à fluidez doutrinária desses segmentos religiosos, que facilita a dilatação das fronteiras institucionais, e isso leva à existência de certo grau de ecumenismo entre as vertentes evangélicas.

1.1.1.2 Protestantismo tradicional

O protestantismo surgiu na Europa central, no início do século XVI, como uma reação às doutrinas e práticas do catolicismo romano medieval. A Reforma Protestante foi liderada por Martinho Lutero (1483-1546). Nascido na Alemanha, Lutero foi um monge agostiniano e professor de teologia que se opunha a diversos dogmas do catolicismo. Em 1517, divulgou suas 95 Teses¹¹. Por questionar a disparidade entre os princípios bíblicos e os preceitos da Igreja

popular católica e às religiões mediúnicas; e 3ª onda: teve início da década de 1970, com o desenvolvimento da Teologia da Prosperidade, cujos principais templos são a igrejas como Sara Nossa Terra (1980), Renascer em Cristo (1986), Internacional da Graça de Deus (1980) e a Igreja Universal do Reino de Deus (1977). Essa terceira onda, também chamada de neopentecostalismo, trouxe forte ênfase à “guerra espiritual” e grandes investimentos na mídia, na política e na internacionalização dos templos.

¹⁰ “Das várias mudanças que vêm ocorrendo, o que nos interessa analisar com mais cuidado é a questão da “Doutrina” dos usos e costumes que para muitos pastores e fiéis é um padrão bíblico de forma que se constitui uma Doutrina inquestionável e não é só uma rotina de bons costumes. Esta Doutrina por várias décadas mantivera-se presa a um rígido estereótipo que para muitos pastores parecia imutável, porque estaria baseado nas Sagradas Escrituras. Hoje, tem recebido vários golpes fatais. Para se reconhecer um membro da Assembleia de Deus era fácil: pela sua indumentária e maneira de se comportar e até de andar, os identificava como diferente, hoje, porém, tem ocorrido uma ruptura na identidade estética e na aparência destes membros e nenhum crente desta igreja pode ficar isento desta influência, e nem sem compreender as normas e regras de valores que vem sendo sustentados os quais geram visão de mundo diferenciado e um etos próprio” (SILVA, 2003, p. 34-5).

¹¹ As 95 Teses são, na realidade, 95 frases ou parágrafos que questionam interpretações bíblicas e práticas da Igreja Católica. Alguns exemplos são: “1. Ao dizer: ‘Fazei penitência’ etc. [Mt, 4:17], o nosso Senhor e Mestre Jesus Cristo quis que toda a vida dos fiéis fosse penitência.”; “5. O papa não quer nem pode dispensar de quaisquer penas senão daquelas que impôs por decisão própria ou dos cânones.”; “6. O papa não tem o poder de perdoar culpa a não ser declarando ou confirmando que ela foi perdoada por Deus; ou, certamente, perdoados os casos que lhe são reservados. Se ele deixasse de observar essas limitações, a culpa permaneceria.”; “21. Erram, portanto, os

Católica e por não ter atendido às exigências de retratação, foi excomungado em 1521. Uma das mudanças mais substantivas que propunha era o fim da divisão entre clérigos e leigos, de modo que todos os cristãos batizados poderiam, ao seu ver, ser considerados sacerdotes e santos. Lutero também defendia que somente a fé em Cristo poderia salvar o homem, inutilizando as indulgências ou boas ações (LIENHARD, 1998).

As teses de Lutero colocavam em xeque o poder mediador da Igreja Católica, que assegurava a remissão dos pecados por meio do pagamento de indulgências, e rapidamente ganharam notoriedade. A proposta era reformar a Igreja Católica com base em um movimento de “retorno às Escrituras”. O movimento ganhou apoio e culminou na divisão da Igreja do Ocidente em católicos romanos e protestantes, dando início ao protestantismo.

Todo protestante é evangélico, mas nem todo evangélico é protestante. No Brasil, o termo “protestante” é utilizado para se referir às igrejas diretamente derivadas da Reforma. As principais são: luterana, anglicana, metodista, presbiteriana, congregacional e batista¹². Todas possuem similaridades do ponto de vista teológico e eclesiológico, e guardam os princípios fundantes do protestantismo¹³.

pregadores de indulgências que afirmam que a pessoa é absolvida de toda pena e salva pelas indulgências do papa.”; “22. Com efeito, ele não dispensa as almas no purgatório de uma única pena que, segundo os cânones, elas deveriam ter pago nesta vida.”; “32. Serão condenados em eternidade, juntamente com seus mestres, aqueles que se julgam seguros de sua salvação através de carta de indulgência.”; “46. Deve-se ensinar aos cristãos que, se não tiverem bens em abundância, devem conservar o que é necessário para sua casa e de forma alguma desperdiçar dinheiro com indulgência.”; “62. O verdadeiro tesouro da Igreja é o santíssimo Evangelho da glória e da graça de Deus.”; “63. Mas este tesouro é certamente o mais odiado, pois faz com que os primeiros sejam os últimos.” (As 95 Teses de Martin Lutero).

¹² A Igreja Batista, embora não seja oriunda direta e contemporaneamente da Reforma, costuma ser enquadrada na nomenclatura.

¹³ *Sola scriptura* (Somente a Escritura) é o princípio no qual a Bíblia tem primazia em relação à Tradição legada pelo magistério da Igreja, quando os princípios doutrinários entre esta e aquela forem conflitantes. Como Martinho Lutero afirmou quando a ele foi pedido para que voltasse atrás em seus ensinamentos: “Portanto, a menos que eu seja convencido pelo testemunho das Escrituras ou pelo mais claro raciocínio; a menos que eu seja persuadido por meio das passagens que citei; a menos que assim submetam minha consciência pela Palavra de Deus, não posso retratar-me e não me retratarei, pois é perigoso a um cristão falar contra a consciência. Aqui permaneço, não posso fazer outra coisa; Deus queira ajudar-me. Amém”. O protestantismo também defende a interpretação privada ou juízo privado dos textos bíblicos, conceito exposto por Lutero em outubro de 1520, quando enviou seu escrito “A Liberdade de um Cristão” ao Papa, acrescentando a frase significativa “Eu não me submeto a leis ao interpretar a palavra de Deus”. Disse Lutero também em outra ocasião que é “sempre melhor ver com um de nossos próprios olhos do que com os olhos de outras pessoas”; *Sola gratia* (Somente a Graça ou Salvação Somente pela Graça) afirma que a salvação é pela graça de Deus apenas, e que nós somos resgatados de Sua ira apenas por Sua graça. A graça de Deus em Cristo não é meramente necessária, mas é a única causa eficiente da salvação. Esta graça é a obra sobrenatural do Espírito Santo que nos traz a Cristo por nos soltar da servidão do pecado e nos levantar da

Em 1557, chegou ao Brasil a primeira igreja protestante: trata-se da Igreja Reformada Francesa, composta por missionários calvinos, que se instalou no Rio de Janeiro. De modo geral, as igrejas evangélicas chegaram ao Brasil em momentos distintos, estabelecendo-se por meio de diversos tipos de projetos missionários. Com o passar do tempo, surgiram inúmeras trajetórias de afiliação confessional, embora as igrejas tradicionais tenham se mantido presentes e resguardado suas principais características, como o “Batismo no Espírito Santo” e a ênfase ao ensinamento teológico e trabalho social.

1.1.1.3 Pentecostalismo clássico

O pentecostalismo teve origem nos Estados Unidos em 1901 e chegou ao Brasil em 1910, por meio de missionários estrangeiros. As primeiras igrejas pentecostais no Brasil foram a Congregação Cristã no Brasil (São Paulo, 1910) e a Assembleia de Deus (Pará, 1911). Também podem ser classificadas como igrejas pentecostais clássicas a Igreja de Cristo no Brasil (Rio Grande do Norte, 1932), a Igreja Evangélica do Calvário Pentecostal (Goiás, 1935) e a Igreja do Nosso Senhor Jesus Cristo (São Paulo, 1936).

A característica mais marcante do pentecostalismo é a glossolalia, fenômeno de “falar em línguas”. A prática deriva da crença de que o Espírito Santo continua a se manifestar nos dias de hoje, assim como ocorreu na narrativa do Novo Testamento (Atos 2)¹⁴, de modo que o fiel entra em uma espécie de transe e começa a falar em línguas “desconhecidas” e, aparentemente, ininteligíveis. A mesma prática foi adotada pela Renovação Carismática Católica, movimento da Igreja Católica criado nos Estados Unidos em 1967 que desenvolveu

morte espiritual para a vida espiritual. *Sola fide* (Somente a Fé ou Salvação Somente pela Fé) afirma que a justificação é pela graça somente, através da fé somente, por causa somente de Cristo. É pela fé em Cristo que Sua justiça é imputada a nós como a única satisfação possível da perfeita justiça de Deus; *Solus Christus* (Somente Cristo) afirma que a salvação é encontrada somente em Cristo e que unicamente Sua vida sem pecado e expiação substitutiva são suficientes para nossa justificação e reconciliação com Deus, o Pai. O evangelho não foi pregado se a obra substitutiva de Cristo não é declarada, e a fé em Cristo e Sua obra não é proposta; *Soli Deo gloria* (Glória somente a Deus) afirma que a salvação é de Deus e foi alcançada por Deus apenas para Sua glória. Disponível em: <<http://bloghistoriaprotestante.blogspot.com.br/2012/09/principios-fundamentais-do.html>>. Acesso em: 1 out. 2017.

¹⁴ “1 Chegando o dia de Pentecoste, estavam todos reunidos num só lugar. 2 De repente veio do céu um som, como de um vento muito forte, e encheu toda a casa na qual estavam assentados. 3 E viram o que parecia línguas de fogo, que se separaram e pousaram sobre cada um deles. 4 Todos ficaram cheios do Espírito Santo e começaram a falar noutras línguas, conforme o Espírito os capacitava”. Bíblia Sagrada, Atos 2. Disponível em: <<https://www.bibliaonline.com.br/nvi/atos/2>>. Acesso em: 8 dez, 2016.

novas formas de doutrinação e uma releitura dos ritos e vivência do catolicismo, com a inclusão da prática da glossolalia. Outras características do pentecostalismo são anticatolicismo, sectarismo radical, ascetismo e rejeição ao mundo (MARIANO, 2005). Esta última característica amenizou-se com o passar dos anos. A Assembleia de Deus, por exemplo, nos primórdios de sua criação, tinha aversão à política, mas é atualmente a igreja com maior número de representantes no Congresso Nacional.

Paul Freston (1994) destaca que, no início, o movimento pentecostal era desaprovado tanto pelos católicos quanto pelos protestantes históricos. A rejeição devia-se principalmente ao uso exacerbado de “poderes sobrenaturais”, como a glossolalia e as curas milagrosas. Como destaca o autor, o pentecostalismo desenvolveu-se nas classes baixas, promovendo cultos de adoração fervorosa e improvisada, bem dissonantes dos protestantes tradicionais, caracterizados pelo comportamento formal e contido.

O proselitismo faz com que a religião evangélica tenha grande sucesso em ambientes que o catolicismo não está tão apto a alcançar. Freston (1994) destaca que Chicago foi a cidade norte-americana em que o pentecostalismo mais cresceu, justamente um ambiente com 75% de imigrantes ou filhos de imigrantes e com graves condições de exploração industrial e violência cotidiana, e cujo crescimento contrastava com condições sanitárias precárias.

Um outro ponto importante é a “ênfase no carisma” (MACHADO, 1996), fator que possibilitou a fluidez na abertura de novos templos, visto que os líderes pentecostais possuem grande potencial para angariar novos membros. Sempre que ocorrem discordâncias, apresenta-se a possibilidade de abertura de uma nova igreja.

1.1.1.4 Deuteropentecostalismo

O deuteropentecostalismo chegou ao Brasil em 1950 por meio da Cruzada Nacional da Evangelização, criada por dois missionários norte-americanos da International Church of The Foursquare Gospel (MARIANO, 2004). Esse movimento tem ênfase teológica na cura divina, o que atraiu multidões ávidas por presenciar e pleitear milagres dos mais diversos tipos. A difusão do movimento foi acelerada devido ao uso intenso dos meios de comunicação, uma grande inovação em relação ao pentecostalismo clássico. As principais igrejas desse movimento são Brasil para Cristo (1955), Igreja Pentecostal Deus é Amor (1962) e Casa da Bênção (1964).

Como destaca Mariano, na Igreja Quadrangular, os missionários seguiram “[...] o bem-sucedido movimento de cura propagado nos Estados Unidos durante a Segunda Guerra

Mundial. Como estratégia proselitista, além da ênfase na cura, essa vertente pentecostal notabilizou-se pelo intenso uso do rádio e pela pregação itinerante com o emprego de tendas de lona” (2004, p. 123). O deuteropentecostalismo tem como práticas a evangelização em massa e as pregações com base em profecias. Embora ainda utilize a glossolalia, esta é menos recorrente do que no pentecostalismo clássico. A questão do rigor nos valores e costumes varia de acordo com a igreja do segmento.

1.1.1.5 A Teologia da Prosperidade e o neopentecostalismo

A Teologia da Prosperidade, base do neopentecostalismo, foi desenvolvida nos Estados Unidos durante a década de 1970 por Essek William Kenyon (1867-1948), ex-pastor batista, metodista e pentecostal. A Teologia da Prosperidade é um conjunto de doutrinas que afirma que o verdadeiro crente tem o direito de ser próspero e que “qualquer sofrimento humano indica falta de fé” (ROMEIRO, 1998, p.5). O cerne dessa doutrina entra em confronto com os demais segmentos do Cristianismo que, em geral, entendem o sofrimento como um meio de alcançar a redenção, a exemplo do catolicismo e do espiritismo. Na Teologia da Prosperidade, as realizações materiais e pessoais devem ser alcançadas em vida, de modo que “[...] considera o consumo de bens e serviços típicos da sociedade de consumo como sinais visíveis de que o fiel convive com Deus” (CAMPOS, 1999, p. 36).

A Teologia da Prosperidade parte da interpretação bíblica de que a crucificação de Jesus Cristo redimiu os pecados dos homens e os tornou aptos a desfrutar das “promessas divinas”¹⁵. Além disso, segundo seus idealizadores, a Bíblia é um livro de prosperidade e “[a] única vez em que as pessoas foram pobres na Bíblia foi quando elas estiveram sob uma maldição. E a única razão de terem estado sob maldição é porque não ouviram e não fizeram o que Deus lhes disse que fizessem” (TILTON apud ROMEIRO, 1998, p. 43). Portanto, nessa vertente, “há pouca ênfase sobre ganhar almas e ajudar os necessitados do mundo [...] A maior parte do ensino é direcionada a como desenvolver sua fé a fim de que você possa receber sua herança de Deus” (ROMEIRO, 1998, p. 70). Os pregadores da prosperidade chegaram a afirmar que

¹⁵ Esta perspectiva fica clara no depoimento do bispo R. R. Soares, líder da igreja neopentecostal Internacional da Graça de Deus: “Agora, eu prego a prosperidade. Prefiro mil vezes pregar a teologia chamada da prosperidade do que a teologia do pecado, da mentira, da derrota, do sofrimento. À teologia da prosperidade, pelo que se fala por aí, eu bato palmas. Não creio na miséria. Essa história é conversa de derrotados. São tudo um bando de fracassados, cujas igrejas são um verdadeiro fracasso”. (Revista *Eclésia*, ano V, n. 67, jun. 2001, p. 26).

“Jesus usava roupas de *griffe*, que morava em uma grande casa e que liderava um ministério com muito dinheiro” (ROMEIRO, 1998, p. 42).

O neopentecostalismo, cujas principais igrejas são a Igreja Universal do Reino de Deus, a Igreja Internacional da Graça de Deus, a Igreja Mundial do Poder de Deus e a Bola de Neve, representou um rompimento com o pietismo ascético, comum a outros segmentos evangélicos, caracterizado por isolamento social, moral rígida e distanciamento da política. Para Ferrari (2007), esse segmento trouxe melhores respostas à segunda e à terceira geração de crentes, “[...] já criados na cultura urbana, desejosos de inserção na sociedade do capital e do consumo” (p. 91). Segundo seus idealizadores, “Deus quer que seus filhos usem a melhor roupa. Ele quer que eles dirijam os melhores carros e quer que eles tenham o melhor de tudo, simplesmente exija o que você precisa” (HAGIN apud ROMEIRO, 1998, p. 43).

A dúvida é entendida como um sinal de falta de fé, o que gera um perfil de fiéis resignados e com pouca receptividade a questionamentos críticos sobre a religião: “[...] Deus colocou os bens do mundo ao alcance de todos, [...] só está faltando a fé manifestada em palavras para vencer o mal e para tomar posse do merecimento material e de sua satisfação no viver” (ROMEIRO, 1998, p. 95).

A doutrina concede grande ênfase à inveja, aos “encostos” e ao “mau-olhado” em suas explicações para os eventuais fracassos nos anseios dos fiéis. A ação demoníaca teria lugar quando houvesse falta de fé. Para domar tais ações, “[...] fazem uso de objetos com panos coloridos, chás de sete guias, galhos de arruda, molhados em bacias cheias de água benta e sal” (MARIANO, 2006, p. 135).

Almeida (1996) indica como características doutrinárias do neopentecostalismo a cura extensiva, desde problemas triviais, como dor de cabeça, até questões mais graves, como dificuldades financeiras ou o vírus HIV. Tudo pode ser possível com o uso de “óleos santos”, “sal abençoado”, “roupas ungidas”, entre outros apetrechos. Como define o autor: “A cura é prometida a todos que têm fé” (idem, p. 16). A segunda característica é o exorcismo como peça fundamental nos cultos, um modo de combater a atuação de Satanás em diversos aspectos da vida, como crise familiar, desemprego etc.¹⁶. E, por último, a ênfase na cobrança de dízimos e

¹⁶ A título de ilustração, segundo o bispo Edir Macedo, na controversa obra “*Orixás, caboclos & guias: Deuses ou demônios?*”, “É incrível o número de pessoas cheias de doenças que consultam os médicos e ouvem a tradicional frase: ‘Você não tem nada. Pode ficar sossegado’. Alguns teimam e fazem exames, porém estes também nada acusam. A explicação do médico é aquela de sempre: mania de doença, impressão etc. Alguns chegam a encaminhar seus clientes a um psiquiatra... Afirimo, categoricamente, que todas as pessoas possesas têm alguma enfermidade, doença ou dor. Ao ‘descansarem’ nos corpos das pessoas, os espíritos demoníacos as contaminam, fazendo com que o sofrimento físico tome conta delas” (2002, p. 62).

ofertas, apresentados como uma demonstração de gratidão a Deus e possibilidade de investimento lucrativo.

Em abordagem semelhante, Mariano (2003) afirma que três características fundamentais geram diferentes conotações teológicas, axiológicas, estéticas e comportamentais para o crente. Segundo ele, tais características vêm contribuindo para minimizar diversos traços sectários e ascéticos do pentecostalismo brasileiro: a ênfase na guerra espiritual contra o diabo, bem como às religiões afro-brasileiras e o espiritismo; a difusão da Teologia da Prosperidade, revertendo a lógica cristã da pobreza material; e o apelo ao abandono de boa parte dos estereotipados usos e costumes puritanos de santidade, a exemplo das “‘vestes de santos’ – terno, gravata, vestido comprido, ausência de maquiagem, etc.” (p. 23).

A necessidade de combate beligerante aos seres do mal é levada ao extremo em igrejas neopentecostais. Uma das formas recorrentes de atacar as “forças do mal” é o enfrentamento ou combate às religiões de matriz africana. Isso ocorre porque, na visão de igrejas neopentecostais, como a Igreja Universal do Reino de Deus,

“No Brasil, em seitas como vodu, macumba, quimbanda, candomblé ou umbanda, os demônios são adorados, agradados ou servidos como verdadeiros deuses. No espiritismo mais sofisticado, eles se manifestam mentindo, afirmando serem espíritos de pessoas que já morreram (médicos, poetas, escritores, pintores, sábios etc.)” (MACEDO, 2002, p. 14).

O “crente”, portanto, se diferencia do “macumbeiro” com base na demonização da diferença, que data desde o período colonial, estando fortemente imbricado na cultura brasileira e levando não só a uma forte estigmatização, mas também à criminalização das religiões de matriz africana (SOUZA, 2009). José Murilo de Carvalho (2002) trata das circunstâncias históricas que tornaram o processo de formação da cidadania mais lento e fizeram com que prevalecesse a desconfiança entre os cidadãos e destes para com o governo. Argumentando que quem define a cidadania, na prática, é a polícia, o autor cita que os policiais estabelecem, por conta própria, três classes de cidadãos (ainda que não recebam tal reconhecimento): o doutor, o crente e o macumbeiro: “Doutor é o cidadão de primeira classe, titular dos direitos constitucionais, merecedor do respeito e da deferência dos agentes da lei. O crente vem em segundo lugar: pode ter alguns direitos violados, mas ainda merece algum respeito. Por fim, o macumbeiro: não tem direitos, nem pode ser considerado cidadão” (CARVALHO, 2002, p. 33). Apesar de a percepção de Carvalho sobre a visão dos policiais tender ao essencialismo, ela retrata um pouco da hierarquia social, sobretudo em ambientes periféricos.

Em nossas pesquisas de campo, foi possível presenciar a apresentação de inúmeros casos em que um fiel vivia “em desgraça” e foi liberto da “ação do mal” quando deixou de frequentar religiões de matriz africana. Um exemplo desse testemunho foi publicado no *blog* do bispo Edir Macedo:

“Aos 18 anos ela se casou e em seguida teve 3 filhos. Depois de algum tempo, Roseli já tinha seu próprio centro e a cada dia sua dedicação aos espíritos imundos, cujos nomes não vale a pena mencionar, aumentava. Além de fazer os trabalhos espirituais, ela via, ouvia e conversava cara a cara com o que se intitulava chefe do inferno. [...] Hoje em dia, ela tem prazer de dar seu testemunho para ganhar almas para o Reino de Deus, sendo eu uma delas. Cheguei à Igreja enferma, viciada em álcool, drogas, cigarro, seguidora de várias seitas, e também viciada em cartomancia, sem dinheiro, sem trabalho e sem casa.

Hoje, estou liberta, saudável, bem casada, feliz e próspera, Graças a Deus! Como diz a D. Roseli: ‘Da Igreja Universal jamais sairei. Mesmo que o Bispo Macedo saísse, o que é impossível, de lá eu jamais sairei porque conheço a verdade. Sei que estou viva devido ao esforço, dedicação e à obediência dele e de seus pastores à Palavra de Deus.’” (MACEDO, 2010)¹⁷.

Embora a intolerância religiosa não seja uma prática recente, visto que esteve presente, por exemplo, na práxis da Igreja Católica, principalmente no período pré-conciliar, tal segmento religioso vem inspirando episódios e trazendo retrocessos a esse campo.

1.1.2 Perfil socioeconômico dos evangélicos brasileiros

A religião possui grande significado para a população brasileira e foi tema de uma variedade de estudos ao longo do tempo. No Brasil, segundo pesquisa realizada pelo Barômetro Global de Otimismo, desenvolvida pelo IBOPE Inteligência (2014)¹⁸ em parceria com a Worldwide Independent Network of Market Research (WIN), oito em cada dez pessoas se dizem religiosas, totalizando 79% da população. Dentre o percentual restante, 16% se consideram sem religião e 2% afirmam ser ateus. A pesquisa, realizada em 65 países, com 63.898 entrevistados, identificou que a média global é de 63% de religiosos.

A pesquisa investigou, ainda, a relação entre religiosidade, idade, renda e nível educacional, constatando que pessoas com maior escolaridade e mais jovens (até 34 anos) tendem a ser mais religiosos, 80% e 66%, respectivamente. Entretanto, mostrou também que, quanto maior a renda, menor o nível de religiosidade. Entre os entrevistados, apenas 50% dos

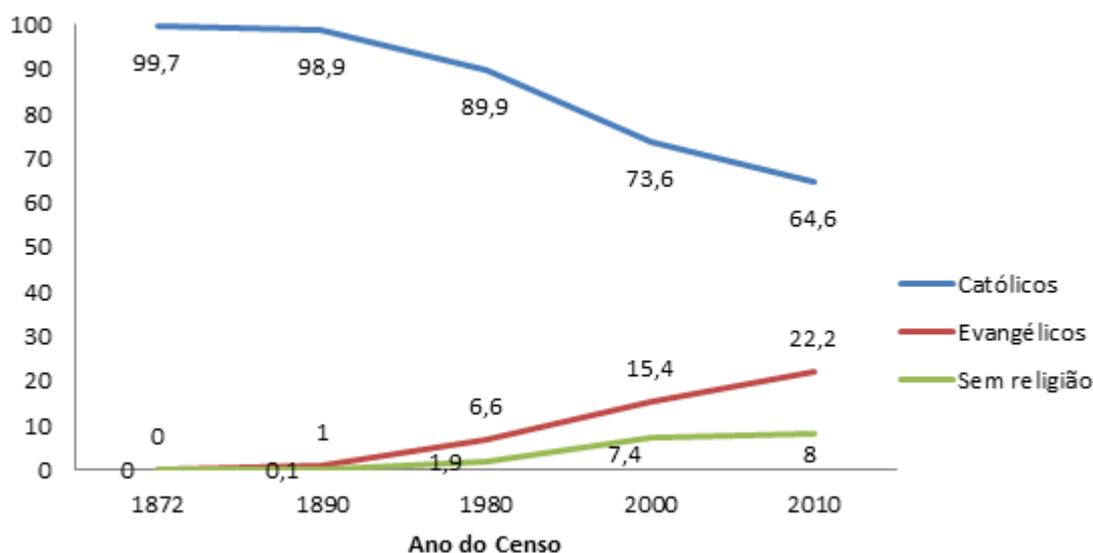
¹⁷ MACEDO, Edir. *Ex-mãe de santo pede perdão*. [Blog]. Disponível em: <<https://blogs.universal.org/bispomacedo/2010/01/12/ex-mae-de-santo-pede-perdao/>>. Acesso em: 29 out. 2016.

¹⁸ IBOPE Inteligência. *Oito em cada dez brasileiros se consideram religiosos*. Disponível em: <<http://www.ibope.com.br/pt-br/noticias/Paginas/Oito-em-cada-dez-brasileiros-se-consideram-religiosos.aspx>>. Acesso em: 26 nov. 2017.

que possuem maior renda se dizem religiosos, contra 70% dos que possuem menores rendimentos. Além disso, 25% dos mais ricos afirmam ser ateus (IBOPE, 2014).

Após demonstrar que o Brasil é um país predominantemente religioso, é preciso explorar a questão da evolução da presença dos evangélicos no Brasil. O Gráfico 1 apresenta dados do Censo, realizado a cada 10 anos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que demonstram as mudanças da porcentagem da população brasileira por religião no decorrer das décadas:

Gráfico 1- Porcentagem da população brasileira por religião



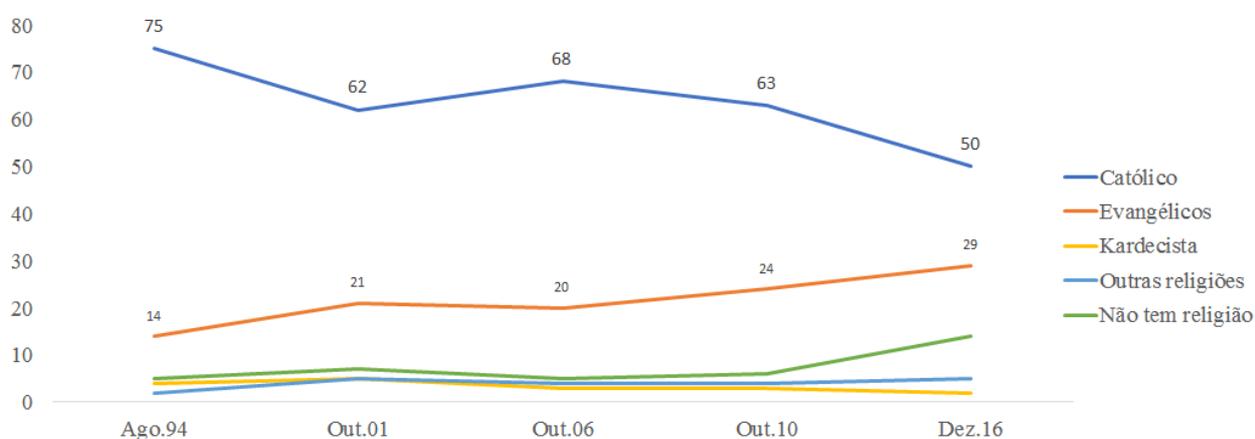
Fonte: IBGE, 2010.

Até 1980, mais de 90% da população se declarava católica. Porém, no Censo de 2010, esse percentual foi reduzido em cerca de 25%, passando a representar 64,6% da população. Os evangélicos, por sua vez, tiveram um crescimento expressivo, passando de 6,6% na década de 1980 para 15,4% em 2000 e 22,2% em 2010. Outro dado apresentado pelo IBGE foi o crescimento de índios evangélicos, alcançando 22% dessa população. Atualmente, 210 mil índios se declaram evangélicos, resultado possivelmente decorrente das práticas proselitistas de missionários evangélicos que, com sua doutrinação, podem ter contribuído para o etnocídio¹⁹ da população indígena.

¹⁹ “Se o termo genocídio remete à idéia de raça e ao desejo de extermínio de uma minoria racial, o termo etnocídio acena não para a destruição física dos homens (nesse caso permaneceríamos na situação genocidiana), mas para a destruição de sua cultura. O etnocídio é, portanto, a destruição sistemática de modos de vida e de pensamento de

Dados do Gráfico 2 complementam o Gráfico 1, mostrando que o crescimento dos evangélicos no Brasil continua intenso, tendo chegado a 29% em 2016, ou seja, 7 pontos percentuais a mais do que o Censo de 2010. O número de católicos, por sua vez, reduziu em 13% entre outubro de 2010 e dezembro de 2016.

Gráfico 2 - Porcentagem de brasileiros por religião



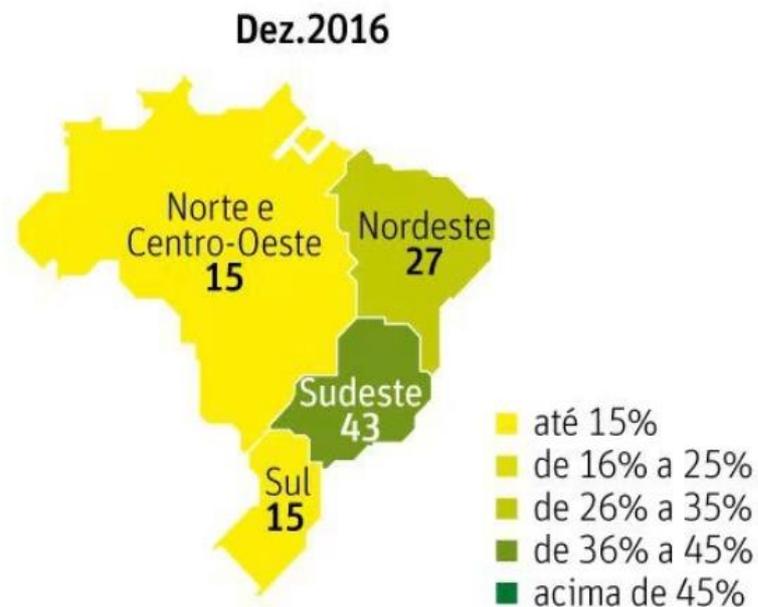
Fonte: Datafolha, 2016.

Montero e Almeida (2001) dividem as religiões em três categorias no âmbito demográfico: doadoras, receptoras e aquelas que trocam adeptos entre si. As pesquisas vêm indicando que a religião católica é a que mais perde fiéis; em contrapartida, a evangélica é a que mais recebe adeptos.

O Mapa 1 mostra a porcentagem de evangélicos por região do Brasil, evidenciando que a maior concentração está no Sudeste, onde 43% da população é evangélica:

peças diferentes daquelas que conduzem a empresa da destruição. Em suma, o genocídio assassina os povos em seus corpos e o etnocídio os mata em seu espírito” (CLASTRES, 1982, p. 53-4).

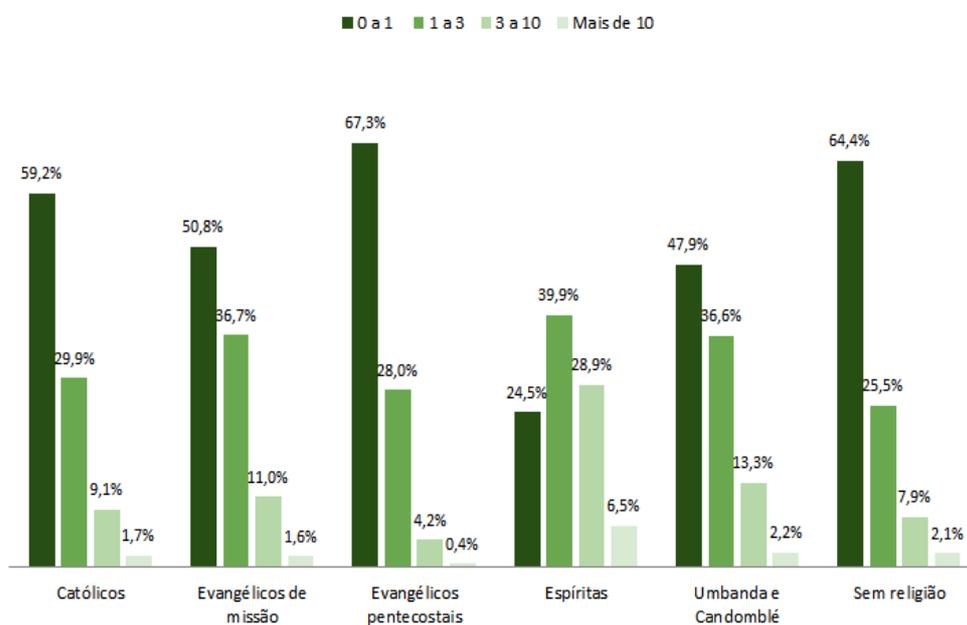
Imagem 1 - Porcentagem de evangélicos por região do Brasil



Fonte: Datafolha, 2016.

Quanto a questões de renda, os dados do IBGE (2010) mostram que os evangélicos são o que possuem maior porcentagem de pessoas ganhando entre 0 e 1 salário mínimo (67,3%). São igualmente os que possuem a menor porcentagem ganhando mais de 10 salários mínimos (0,4%).

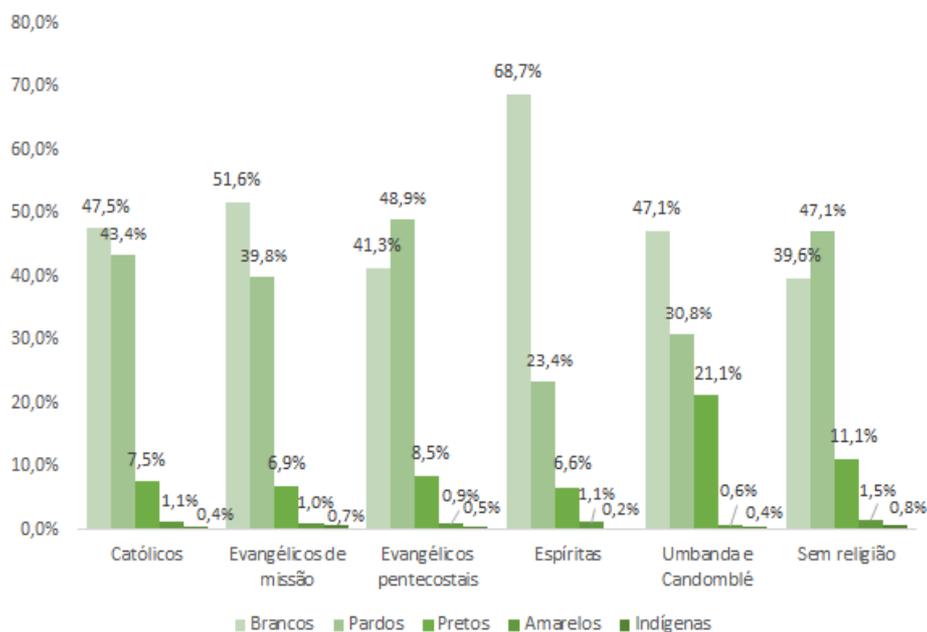
Gráfico 3 - Perfil de renda (em %) – Salários mínimos *per capita*



Fonte: IBGE, 2010.

Quanto à etnia, o IBGE (2010) mostrou que, entre aos evangélicos de missão (protestantes tradicionais), 51,6% são brancos, 39,8% são pardos, 6,9% são negros, 1% amarelo e 0,7% indígena. Entre os evangélicos pentecostais, 41,3% são brancos, 48,9% são pardos, 8,5% são negro, 0,9% é amarelo e 0,5% é indígena.

Gráfico 4 - Perfil de cor ou etnia (%)



Fonte: IBGE, 2010.

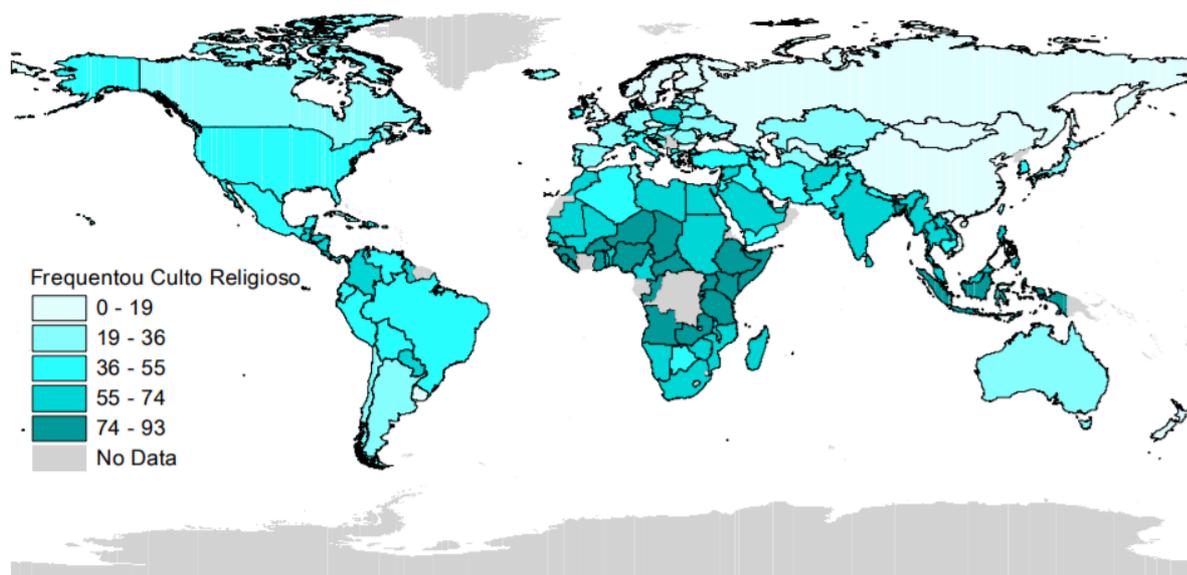
O crescimento dos segmentos evangélicos renovou a participação da religião no espaço público, diluindo o papel de minoritária e confrontando a hegemonia do catolicismo. O discurso das diferentes congregações alcançou visibilidade por meio de canais de televisão e personalidades públicas, movimento estratégico para maiores pretensões de inserção nas instituições políticas. Com o desenvolvimento das vertentes, os evangélicos assumiram cada vez mais um protagonismo em projetos antes supostamente seculares, a exemplo da busca pela atuação direta na política, por meio da atuação político-partidária – processo de suma importância, como veremos no próximo capítulo.

1.1.3 Participação nos cultos

Para abordar a participação nos cultos, fator primordial para a efetivação dos anseios de inserção política dos evangélicos, buscou-se, em primeiro lugar, dados internacionais para compreender a religiosidade do Brasil no contexto global. Dados reunidos pela CPS/FGV com base no Gallup World Poll (2011) demonstraram que, em relação à religiosidade ativa, o Brasil está exatamente no meio do *ranking* global, considerando-se 156 países. Foi constatado que

50% da população do país frequenta cultos religiosos de qualquer natureza, o que indica certa importância da religiosidade na vida cotidiana e enquanto espaço de socialização.

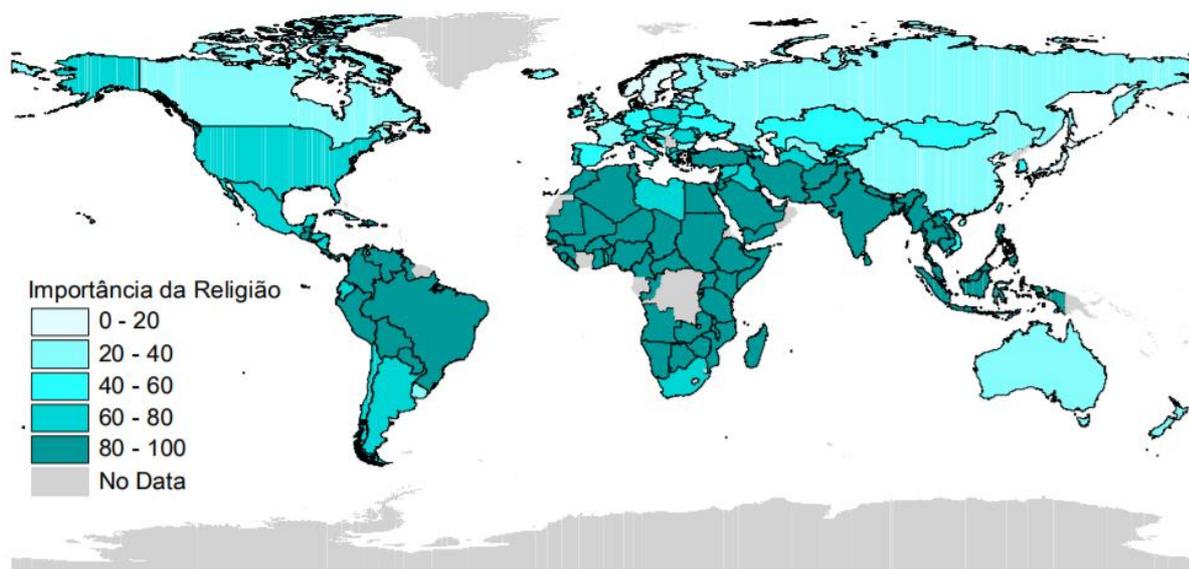
Imagem 2 - Frequência a cultos religiosos – Mundo



Fonte: CPS/FGV com base no Gallup World Poll, 2011.

Em relação à importância da religião, o Brasil apareceu em 60º lugar, com 89% da população respondendo que considera a religião importante. O Mapa 3 indica também que a religião, em boa parte dos países considerados mais pobres, ganha um grau de importância mais elevado:

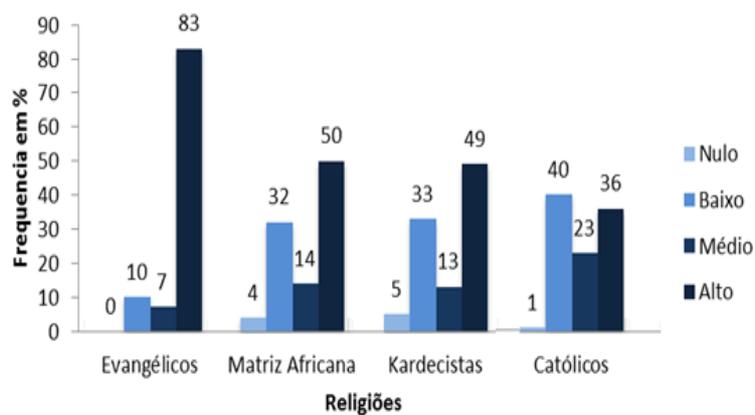
Imagem 3 - A importância da religião



Fonte: CPS/FGV com base no Gallup World Poll, 2011.

O levantamento do grau de frequência às atividades religiosas não tem sido contemplado em pesquisas nacionais recentes. O último levantamento foi feito pelo Eseb em 2002. Conforme apresentado no Gráfico 5, fazem parte do grau nulo aqueles que nunca comparecem a atos religiosos; do baixo, aqueles que raramente comparecem ou comparecem algumas vezes por ano; do médio, quem comparece uma ou duas vezes por mês; e do alto, quem comparece uma vez por semana.

Gráfico 5 - Grau de Frequência às atividades religiosas



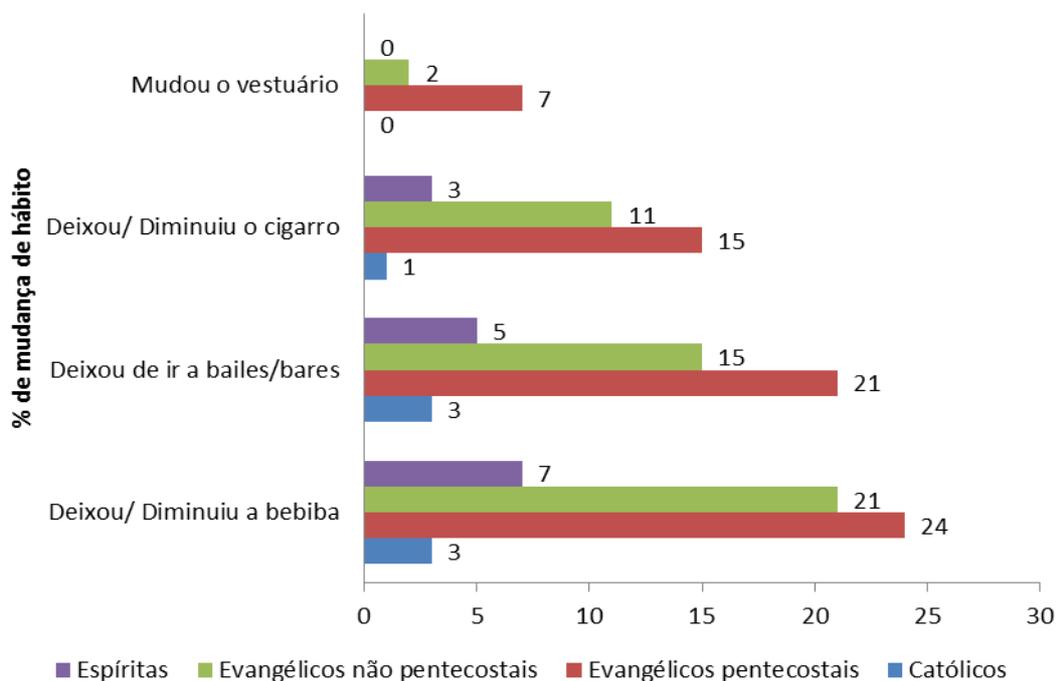
Fonte: Eseb, 2002.

No levantamento em questão, os evangélicos foram identificados como os que mais comparecem aos cultos, com frequência de 83%, e que apresentam também o menor grau de participação nula ou baixa.

São também os evangélicos do segmento pentecostal os que, segundo levantamento do Datafolha (2007), mais contribuem financeiramente para instituições religiosas. Oitenta e nove por cento dos evangélicos pentecostais entrevistados afirmam que fazem contribuições regulares, seguidos por evangélicos não pentecostais (87%), católicos (75%), candomblecistas (67%), umbandistas (58%) e espíritas (44%). Chama atenção o fato de serem justamente os que possuem faixa de renda mensal de até 2 salários mínimos os que mais contribuem (80%).

Outro dado interessante diz respeito à influência dos segmentos religiosos na mudança de hábitos. Uma pesquisa realizada em 2007 pelo Datafolha mostrou que os evangélicos pentecostais são os que mais mudam de hábitos em função do pertencimento religioso:

Gráfico 6 - Porcentagem de pessoas que mudaram hábitos motivadas



Fonte: Datafolha, 2007.

Os evangélicos pentecostais e não pentecostais, representados, respectivamente, nas barras em vermelho e verde no Gráfico 6, foram os que receberam maior influência da instituição religiosa na mudança de hábitos. Entre as mudanças, estão deixar de ingerir ou diminuir o volume de álcool ingerido, deixar de frequentar bailes e bares, deixar ou reduzir o consumo de cigarro e mudar o tipo de vestuário.

Os dados apresentados visam demonstrar que os evangélicos, de modo geral, são os que buscam o maior contato com os templos religiosos, seja pela necessidade pessoal ou pelo maior sucesso da estrutura teológica desenvolvida por esses segmentos.

A história nos mostrou que a religião pode ser progressista, conservadora ou ambas ao mesmo tempo e que há casos em que a fé religiosa não desloca o fiel de suas condições reais e históricas, embora não haja realidade completamente desprovida de fé como parâmetro de comparação. A religião, nessa hipótese, funcionaria como uma crença em outra realidade possível e aplicável ainda no plano real. É preciso destacar que a religião, embora seja constantemente associada a uma relação metafísica, possui capacidade de intervenção sobre o real.

A utilização do sofrimento como instrumento de conexão e compartilhamento da realidade é uma das bases das religiões cristãs. No espiritismo, por exemplo, a perda de um ente querido ou mesmo a certeza de que esse momento irá chegar é um elo de dor e aproximação com a doutrina religiosa. Mas do que nas demais religiões cristãs, existe no espiritismo a crença de que, ao morrer, o homem torna-se um espírito, um ser que se fará sempre presente em um plano espiritual paralelo. Estabeleceu-se a crença de que os que já partiram estarão sempre ao alcance por meio de conexões espirituais, desde as mais imperceptíveis até as mais diretas, por meio das religiões mediúnicas. O espiritismo se apresenta como o “consolador” prometido por Jesus, justamente por disponibilizar de modo estruturado estudos que, embora não apresentem rigor científico, propõem-se a apresentar evidências de que a vida não acaba com a morte. Excedem, assim, os avanços das demais religiões, visto que procuram, a seu modo, sistematizar evidências e análises que vão além da tradicional interpretação da Bíblia.

O sofrimento aparece como base também nos segmentos evangélicos. No entanto, a pesquisa de campo desenvolvida neste trabalho mostrou que os elementos de sofrimento mais elencados nos cultos estão atrelados a questões de ordem social e econômica. A superação da pobreza é o tema mais recorrente. O que muda em relação a uma leitura secular da questão é o entendimento sobre quem são as vítimas e os algozes. A leitura da realidade é alheia a fatores econômicos. A superação da pobreza não é entendida no contexto do antagonismo da luta de classes ou fruto de um desequilíbrio macroeconômico, mas é vista, antes, como uma questão de fé, de merecimento. Não é considerada a existência da necessidade de uma contrapartida relacionada às políticas econômicas; o que está em questão é o poder da fé e da salvação. A noção de meritocracia aparece constantemente de modo transversal; a diferenciação está, sobretudo, no fato de que o mérito é entendido como uma mescla de fé e esforço laboral.

A formulação de um pensamento social protestante no Brasil mistura elementos exclusivos dessa sociedade com questões internacionais, sobretudo pensando-se o protestantismo como uma categoria mais ampla de afiliação religiosa. Analisar os evangélicos na sociedade brasileira surge como um recurso investigativo para se compreender um projeto político de clérigos que, transcendendo o espaço da Igreja, ocupam cargos do Executivo e do Legislativo. Nos capítulos seguintes, discute-se o que permite tal ascensão política, quais são as estratégias e os efeitos já observáveis.

1.2 A transformação da clivagem religiosa em clivagem política

Introdução

O processo de secularização, diferentemente das expectativas trazidas pelo avanço da modernidade, está distante de um “triumfo final”. Seu caráter emancipatório sobre a influência da religião não obteve adesão ou interesse unânimes. De modo mais amplo, o conceito de autonomia das instâncias da sociedade não avançou o suficiente a ponto de a religião ser considerada, de forma majoritária, uma sombra a ser extirpada pela “luz da razão moderna”, ou seja, uma realidade não eliminou a outra. No campo político, os atores religiosos vêm redesenhando sua inserção e legitimando seu papel entre os partícipes do debate, naturalizando e contemporizando a participação das religiões na política institucional.

Tratando apenas do século XXI, temos as Repúblicas Islâmicas²⁰, cujo corpo institucional e, em alguns casos, o Código Penal, seguem os preceitos do islamismo, na prática, um governo teocrático. Existem ainda diversos países com partidos confessionais ou lideranças políticas religiosas ocupando cargos políticos e exercendo influências menos diretas, como a permanência de referências religiosas nos símbolos nacionais, instituições e discursos oficiais.

No Brasil, o avanço dos evangélicos na política vem chamando atenção como um contraponto ao processo de secularização. Para além de um grupo social que atua politicamente enquanto parte da sociedade civil, os evangélicos são o grupo religioso que mais ocupou, de modo organizado, as instituições políticas desde a redemocratização. Como destaca Freston (1993, p. 2), “[...] a eleição de 1986 para a Constituinte iniciou uma nova presença protestante em termos quantitativos (número de deputados) e qualitativos (novas igrejas representadas, novos tipos de político e novas estratégias de ação)”. Uma minoria protestante começava a ganhar corpo no Congresso em um país de forte tradição católica, ameaçando a hegemonia da Igreja.

Neste capítulo, busca-se compreender tal inserção enquanto fenômeno social e como reação ao poder hegemônico que a Igreja Católica exercia no Brasil. Para tal, são mencionados autores que se debruçaram sobre a relação entre práticas e estruturas sociais, mas sem desconsiderar as dinâmicas de poder imbricadas nas relações intersubjetivas.

O início da participação dos evangélicos na política institucional deu-se no período de redemocratização do país, com o objetivo primeiro de se contrapor à influência da Igreja

²⁰ Irã, Paquistão, Arábia Saudita, Afeganistão e Mauritânia.

Católica nos rearranjos políticos do período pós-ditadura militar. Os evangélicos entendiam que existia, na redemocratização, abertura para a recolocação do catolicismo como religião oficial do Estado, o que poderia prejudicar sua liberdade religiosa (MACHADO, 2012). Era o momento também de se posicionar para evitar a expansão de grupos considerados adversários, a exemplo dos homossexuais, feministas e religiões afro-brasileiras (SYLVESTRE, 1986).

Para Mariano (2009), a presença e participação dos evangélicos na Constituinte teve como principal objetivo a defesa da moral religiosa cristã e tradicional, fazendo oposição direta a grupos religiosos adversários, assim como aos laicos. Ademais, combatiam a descriminalização do aborto e união civil entre pessoas do mesmo sexo, realizando um discurso da moralidade e bons costumes, preservação da família, entre outros. Ainda durante o processo da Constituinte, Pierucci (1996) argumenta sobre a presença desse grupo religioso e sua mobilização política no período. A agenda política proposta direcionava-se ao conservadorismo, embora, entre os 33 eleitos naquele pleito, poucos convergissem às tendências mais progressistas (PIERUCCI, 1996). A ideia do autor é dimensionar o que chama de “bancada evangélica”, sua configuração, aspectos ideológicos e funcionamento dos autoproclamados evangélicos, pautando seus princípios pelos “bons costumes” (idem).

Os representantes políticos do grupo evangélico se autoproclamam também a “representação do povo”, pois suas percepções são ditas como de conhecimento público e estão no cerne dos debates partidários e políticos que visam encontrar em seus oponentes, os quais, por vezes, não estão atrelados ao campo religioso, como o “[...] movimento feminista, o movimento gay, a esquerda laica, o humanismo secular, o modernismo cultural, a indústria da pornografia, a intelectualidade esnobe, a cultura da juventude, os educadores liberais [...]” (PIERUCCI, 1996, p. 176). Nessa gama de “opponentes”, os símbolos trazidos para discussão no ambiente político tratam daqueles mencionados na Bíblia, e o sentido da ação proposta reside em não separar a moral política da privada, exibindo traços de moralismo conservador no discurso e sua tendência à direita (PIERUCCI, 1996).

A proeminência dos evangélicos na política foi uma surpresa para os especialistas em religião e política da época, que avaliavam que a ala progressista da Igreja Católica seria a grande figura político-religiosa do Brasil redemocratizado. No entanto, no lugar dos líderes das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), que exerceram importante papel de resistência à ditadura militar, foram os pentecostais que apareceram (FREESTON, 1993).

1.2.1 Secularização, pós-secularização e laicização

Para iniciar, serão perpassadas questões fundamentais sobre a influência da religião na esfera pública, que nada tem de inovador, mas vem mudando seus contornos com o passar do tempo. Em primeiro lugar, é preciso fazer uma diferenciação conceitual entre os processos de secularização e laicização, bem como suas variações, retrocessos e desdobramentos, dada a importância dos conceitos para a compreensão da inserção da religião na esfera pública. Tanto a secularização como a laicização surgiram com a modernidade e são processos civilizacionais e culturais; porém, como será visto adiante, os termos não podem ser apresentados como sinônimos e não podem ser vistos como processos inevitáveis ou em vias de conclusão.

1.2.1.1 Secularização e pós-secularização

O termo “secularização” refere-se ao que é “secular”, presente, inerente à realidade terrena e antagônico à noção de religioso. O processo de secularização é recorrentemente apresentado como uma etapa crucial do avanço da modernidade, em que a religião refluí para o âmbito privado, estabelecendo-se como uma opção individual de prática coletiva e perdendo parte de sua importância no ordenamento social, relegada a um papel de menor importância. Esse declínio está diretamente relacionado ao desenvolvimento da ideia de que a ciência “[...] não apenas explicou muitas facetas da vida e do seu ambiente material de forma mais satisfatória do que a religião, como também ofereceu confirmação de suas explicações através de resultados práticos” (WILSON, 1969, p. 55).

É possível definir a secularização como o declínio da importância e autoridade da religião sobre a vida privada, pois instituições e símbolos religiosos deixaram de exercer domínio sobre setores da sociedade e da cultura (BERGER, 2003). No caso brasileiro, uma das consequências do processo de secularização pode ser exemplificada na perda da hegemonia da Igreja Católica, o que abriu margem à liberdade religiosa, conforme destacado no Capítulo 1. A secularização possui, portanto, caráter emancipatório. Como afirma Berger (2003) em *O dossel sagrado*, publicado inicialmente em 1967:

A característica-chave de todas as situações pluralistas, quaisquer que sejam os detalhes de seu pano de fundo histórico, é que os ex-monopólios religiosos não podem mais contar com a submissão das populações. A submissão é voluntária e, assim, por definição, não é segura. Resulta daí que a tradição religiosa, que antigamente podia ser imposta pela autoridade, agora tem que ser colocada no mercado. Ela tem que ser “vendida” para uma clientela que não está mais obrigada a “comprar”. Nelas as

instituições religiosas tornam-se agências de mercado e as tradições religiosas tornam-se comodidades de consumo (BERGER, 2003, p. 149).

Como destaca Berger (2003), o processo de secularização ocorre no campo social com as seguintes características: a separação entre Igreja e Estado, e a expropriação de terras ou a emancipação da educação, de modo que há perda do *status quo* da religião como instrumento de coesão. De outro modo, no sentido subjetivo, a secularização da consciência atua aliada às novas possibilidades de percepção individual do mundo e a vida, sem o recurso das interpretações religiosas. Assim, a crença religiosa perde a sua influência no modo de pensar e agir dos indivíduos.

A secularização colocou uma situação inteiramente nova para o homem moderno. Provavelmente pela primeira vez na história, as legitimações religiosas do mundo perderam a plausibilidade não apenas para uns poucos intelectuais e outros indivíduos marginais, mas para amplas massas das sociedades inteiras. Isso ocasionou uma crise aguda não apenas para nomização das grandes instituições sociais, mas também para a das bibliografias individuais (BERGER, 2001, p. 137).

A concepção clássica de secularização possui três implicações possíveis: decadência das práticas e crenças religiosas, privatização da religião e distinção das esferas sociais (CASANOVA, 2007).

O processo de racionalização da religião ganhou ênfase na Europa pós-Reforma Protestante, com o questionamento dos cânones religiosos católicos e o rompimento de ritos e crenças antes dominantes. É nesse contexto de desprestígio da magia e da superstição, trazido pelo protestantismo, que, segundo Pierucci (2003) sobre os escritos de Max Weber, introduziu-se o conceito de “desencantamento do mundo”, uma nova maneira de interação com a divindade sem os meios encantados: “O desencantamento em sentido estrito se refere ao mundo da magia e quer dizer literalmente: tirar o feitiço, desfazer um sacrilégio, escapar da praga rogada, derrubar um tabu, em suma, quebrar o encanto” (PIERUCCI, 2003, p. 7). Portanto, diferentemente da secularização, é um desencantamento intrarreligioso, uma reformulação no processo de mediação para se chegar a Deus.

Para Weber, o processo histórico-religioso do desencantamento do mundo “[...] teve início com as profecias do judaísmo antigo e, em conjunto com o pensamento científico helênico, repudiava como superstição e sacrilégio todos os meios mágicos de busca de salvação, encontrou aqui [no protestantismo] sua conclusão” (WEBER, 2004, p. 96, grifo nosso).

Todavia, como abordado no Capítulo 1, o pentecostalismo e suas vertentes manifestam novamente sua contraposição ao processo de racionalização pensado por Weber. Nos cultos, elementos mágicos, como sessões de descarrego, uso de óleos de unção ou galhos de arruda,

entre outros, parecem resgatar o “mundo da magia” nesses espaços religiosos, e esse é apenas um dos sinais de exaurimento que se pode notar. Um dos mais contundente seria a busca por uma inserção expressiva na política institucional.

Assim como o processo de desencantamento do mundo no espaço intrarreligioso pode preceder um reencantamento, por meio do surgimento de novas religiões e seitas e do revigoramento de fundamentalismos religiosos, isso também pode ser dito sobre o processo de secularização. Afinal, o mundo moderno realmente supriu a necessidade de recorrer a entidades metafísicas para dominar a realidade? Há unanimidade sobre o efeito positivo do distanciamento entre religião e Estado? A religião está se restringindo ao âmbito privado? Como está esse processo?

A secularização e a dessecularização são projetos inacabados e dialéticos. A secularização ocorreu em dimensões variáveis de acordo com o contexto e coexiste com movimentos contrassecularizantes e um crescente retorno de aspectos religiosos. Há de se notar também que a discussão desses termos passa pela própria revisão de ideias. Peter Berger, por exemplo, autor de uma das mais notórias obras sobre a Teoria da Secularização (citada anteriormente), em uma nova publicação de 1999 rejeita sua perspectiva teórica anterior, afirmando que é “[...] falsa a suposição de que vivemos em um mundo secularizado” (2001, p. 10).

Desse modo, a secularização não é um processo concretizado ou uma via de mão única. No Brasil, a emergência do pentecostalismo é um exemplo claro. Somados ao caso brasileiro estão o crescimento dos movimentos militantes islâmicos no Oriente Médio, a expansão da Teologia da Libertação na América Latina, o ressurgimento de identidades religiosas na Europa oriental pós-comunista e, até mesmo, o engajamento de evangélicos fundamentalistas e da direita cristã na política norte-americana (MARIANO, 2011).

A secularização trouxe a expectativa de que haveria o fim da religião ou uma separação de fato entre o que é público e privado. No entanto, essa realidade não se concretizou. A atualidade vem revelando um interesse crescente em questões religiosas, até mesmo quanto à atuação religiosa na esfera pública, contexto que Habermas (2012) descreveu como “sociedade pós-secular” – o retorno do religioso na esfera de debate público. O autor observa que é necessário revisar a tese da secularização, pois questões ligadas à religião estão cada vez mais presentes no cotidiano de sociedades democráticas. Ao tratar da religião na esfera pública, no que seria uma sociedade “pós-secular”, o autor cita três exemplos da vitalidade religiosa: a atuação de grupos ortodoxos ou conservadores; os movimentos fundamentalistas,

especialmente os pentecostais e os radicais islâmicos; e os mulás no Irã e terroristas islâmicos (HABERMAS, 2012).

Existe ainda uma perspectiva teórica que indica a (re)conciliação de elementos das teorias da “secularização” e da “dessecularização”, sugerindo uma visão mais complexa da realidade religiosa. Autores como Peter Berger (2003) e Danièle Hervieu-Léger (2008) sugerem que existem forças atuando paralelamente, tanto para desafiar as crenças religiosas quanto para fortalecê-las.

Por um lado, as grandes explicações religiosas do mundo, nas quais os homens do passado encontravam um sentido global, são desqualificadas. [...] Por outro lado, esta mesma modernidade secularizada oferece, porque é geradora simultaneamente de utopia e de opacidade, as condições mais favoráveis à expansão da crença. Quanto maior é a incerteza quanto ao futuro, quanto mais intensa é a pressão da mudança, mais as crenças proliferam, diversificando-se e disseminando-se até ao infinito. O principal problema, para uma sociologia da modernidade religiosa, é por isso tentar compreender no seu conjunto o movimento pelo qual a modernidade continua a minar a credibilidade de todos os sistemas religiosos e aquele pelo qual ela faz ao mesmo tempo surgir novas formas de crença (HERVIEU-LÉGER, 2008, p. 46).

É preciso repensar a existência de uma oposição arraigada entre “religião e modernidade”. Aparentemente, os dois processos tendem a coexistir, e isso não seria uma contradição, mas uma amostra da imprevisibilidade dos resultados da modernidade e da força que a religião exerce ainda hoje em diversos mecanismos da sociedade e que, em algum momento, no âmbito da teoria da “secularização”, foi subestimada. Há de se destacar, no entanto, que “[...] por mais forte que seja essa religiosidade despertada, ela não seria capaz, na pluralidade global existente no mundo contemporâneo, de desempenhar o mesmo papel encompasador que possuía na pré-modernidade (MARIZ, 2006, p. 137).

1.2.1.2 Laicidade

A laicidade é uma doutrina que preconiza a exclusão da religião do exercício do poder político. Ou seja, um Estado laico, secular ou não confessional, é aquele em que não se adota religião oficial e há separação entre clero e Estado. Não se trata, no entanto, de um Estado antirreligioso ou intolerante; o que predomina é o pluralismo religioso. “Laico” deriva do termo “leigo”, ou seja, é o oposto de clerical. Trata-se de um fenômeno político de afastamento entre religião e esfera pública, de neutralidade do Estado.

Para Mariano (2011), o termo “laicidade”

recobre especificamente à regulação política, jurídica e institucional das relações entre religião e política, igreja e Estado em contextos pluralistas. Refere-se, histórica e normativamente, à emancipação do Estado e do ensino público dos poderes eclesiásticos e de toda referência e legitimação religiosa, à neutralidade confessional das instituições políticas e estatais, à autonomia dos poderes político e religioso, à neutralidade do Estado em matéria religiosa (ou a concessão de tratamento estatal isonômico às diferentes agremiações religiosas), à tolerância religiosa e às liberdades de consciência, de religião (incluindo a de escolher não ter religião) e de culto (2011, p. 243-4).

No entanto, assim como a secularização, o processo de laicização não deve ser visto de maneira generalizada, visto que é afetado pelas especificidades de cada local ou contexto histórico. Não é, igualmente, um processo irreversível. Trata-se de “[...] um sistema social de convivência, cujas instituições políticas são legitimadas principalmente pela soberania popular, e não por elementos religiosos. É por isso que o Estado laico realmente emerge quando a origem dessa soberania não é mais sagrada, mas popular (BLANCARTE, 2008a, p. 19).

Segundo Blancarte (2008b), a laicidade está ligada, de algum modo, ao liberalismo, às democracias, à separação das esferas religiosas e políticas, à tolerância religiosa, aos direitos humanos, entre outros. Em outros termos, pode-se dizer que estabelece um regime de convivência voltado ao respeito da liberdade de consciência. No passado histórico, significava a separação entre os religiosos e aqueles que não eram membros do clero (idem).

Entretanto, as duas ideias – laico e secular – são oriundas do vocabulário religioso, especialmente do cristão. O primeiro termo faz parte do repertório analítico dos países latinos para os estudos religiosos e políticos; já o segundo, dos anglo-saxões. De qualquer modo, ambos significam criar um espaço temporal independente da esfera religiosa.

Na América Latina, a laicidade está intrinsecamente ligada ao embate à Igreja Católica, reflexo do fato de que um processo lento e gradual não definiu sistematicamente a esfera política. Houve diversas aproximações por parte da Igreja durante certos períodos históricos, especialmente no momento das independências, novas configurações políticas republicanas, entre outros. Para o autor, o que ocorreu nos países latinos foi a construção de um Estado laico com base na ideia de educação separada da religião, instituída por círculos franco-maçônicos, liberais e positivistas. As ideias desses grupos podem ser caracterizadas pela transformação da sociedade em símbolo de “religião civil”, com rituais e cultos laicos que habitualmente trocavam a simbologia religiosa no espaço público pela referência a líderes políticos, bandeiras, objetos da nação etc. (idem).

Após a independência, os países mantiveram o catolicismo protegido, privilegiando a Igreja romana em detrimento aos demais meios de confissão religiosa. Com a disputa política entre liberais e conservadores, a religião tornou-se terreno de conflito e instrumentalização.

Nesse sentido, não havia intenções em alavancar a soberania popular, e sim em colocar a religião submetida ao jogo político, mais do que secularizar a sociedade. Apesar disso, na América do Sul, esse movimento propiciou a liberdade de culto e a secularização do registro civil para nascimento, matrimônio e gestão de cemitérios (idem). Em certo sentido, o movimento estabeleceu uma separação entre Estado e Igreja, promovendo a transição para novas formas de legitimação.

O liberalismo laico ganhou maior relevo na segunda metade do século XIX. Aqui, a pluralidade religiosa deu-se pela laicização da esfera política, embora alguns países ainda se apoiassem na Igreja Católica: assim, tais medidas pareciam não atender à vontade popular, pois ainda estavam sob influência política do catolicismo (idem).

No caso brasileiro, é recorrente afirmar que, com o advento da República, foram experimentados dois modelos de laicidade: o de separação, conforme estabelecido pela Constituição de 1891; e o de cooperação, previsto na Constituição de 1934. O segundo modelo teria sido uma reação católica ao laicismo “radical” do texto da Primeira República. No entanto, para além do texto constitucional, é preciso destacar a interpretação e a prática concreta conferida à época. Fábio Leite (2011) argumenta que o processo de laicização, com origem na Primeira República, teve mais intersecções da Igreja Católica do que comumente se pensa na historiografia. O autor afirma que, a partir de 1916, um modelo de envolvimento entre Estado e religião, com características como “[...] ensino religioso em escolas públicas, colaboração entre Estado e religião, cemitérios públicos confiados à administração confessional, cemitérios confessionais, símbolos religiosos em locais públicos, feriados religiosos e a legação brasileira junto à Santa Sé” (p. 51), moldaram um tipo de laicidade que persiste, em menor medida, até os dias atuais, ainda que o país tenha sido mais uma vez elevado à posição de Estado laico na Constituição de 1988²¹.

²¹ Os valores do Estado laico podem ser identificados nos seguintes trechos:

Art. 5º ...

[...] VI - é inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e a suas liturgias;

VII - é assegurada, nos termos da lei, a prestação de assistência religiosa nas entidades civis e militares de internação coletiva;

VIII - ninguém será privado de direitos por motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política, salvo se as invocar para eximir-se de obrigação legal a todos imposta e recusar-se a cumprir prestação alternativa, fixada em lei;

Art. 19. É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios:

I - estabelecer cultos religiosos ou igrejas, subvencioná-los, embaraçar-lhes o funcionamento ou manter com eles ou seus representantes relações de dependência ou aliança, ressalvada, na forma da lei, a colaboração de interesse público; (g.n.)

Art. 143. O serviço militar é obrigatório nos termos da lei.

Segundo análise semelhante, Mariano (2011) destaca que, no caso brasileiro, mesmo com o início da República, não houve o fim dos privilégios religiosos, especialmente dos católicos, e tampouco houve o fim da discriminação do Estado em relação a outras crenças religiosas. Segundo o autor, houve algumas intervenções e perseguições contra o avanço concorrente de religiões que não fossem católicas. O pluralismo religioso nacional só foi possível diante do processo de redemocratização, com o crescimento da participação dos pentecostais e a ação na política partidária. A ideia de pluralismo, aqui, formulou-se por meio de uma “dinâmica pluralista e concorrencial no campo religioso nacional” (MARIANO, 2011, p. 248).

Como abordado na introdução deste trabalho, a atuação político-partidária dos evangélicos vem se ampliando desde a Assembleia Constituinte. Antes, o lema do grupo era “crente não se mete em política” (MARIANO, 2011). Desse modo, os religiosos eram vistos como alienados e apolíticos, pois não participavam de nenhuma ação pela democracia, sendo até mesmo defensores da Doutrina de Segurança Nacional, apoiavam autoridades políticas e se ausentavam da luta pelos direitos humanos, entre outros exemplos (idem). Mas, na Constituinte de 1988, os pentecostais abandonaram esse comportamento excluído das discussões partidárias e passaram ao ativismo, alegando defesa de seus interesses, pelos “valores morais contra seus adversários católicos, homossexuais, ‘macumbeiros’ e feministas na elaboração da carta magna”. (idem, p. 251).

A política nacional contribui, segundo Mariano, para tratar política e religião como instrumentos e ocupar de modo religioso a esfera pública. Aqui, apesar dos avanços de grupos laicos e laicistas, católicos e evangélicos retomaram seu ativismo na política e mídia para

§ 1º - às Forças Armadas compete, na forma da lei, atribuir serviço alternativo aos que, em tempo de paz, após alistados, alegarem imperativo de consciência, entendendo-se como tal o decorrente de crença religiosa e de convicção filosófica ou política, para se eximirem de atividades de caráter essencialmente militar.

§ 2º - As mulheres e os eclesiásticos ficam isentos do serviço militar obrigatório em tempo de paz, sujeitos, porém, a outros encargos que a lei lhes atribuir.

Art. 150. Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios:

[...] VI - instituir impostos sobre:

[...] b) templos de qualquer culto;

Art. 210. ...

§ 1º - O ensino religioso, de matrícula facultativa, constituirá disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental.

Art. 226. ...

[...] § 2º - O casamento religioso tem efeito civil, nos termos da lei.

E o apreço é tal pela religião que até o art. 19, que define a laicidade de nosso Estado, não deixa de conferir garantias religiosas. Deve-se dar especial atenção ao art. 19, que estabelece as vedações ao Estado: “estabelecer cultos religiosos ou igrejas, subvencioná-los, embaraçar-lhes o funcionamento ou manter com eles ou seus representantes relações de dependência ou aliança, ressalvada, na forma da lei, a colaboração de interesse público” (CF, Art. 19).

ampliar sua influência na sociedade e no Estado, promovendo a “moralidade cristã tradicional” e contribuindo para aumentar, no espaço público, a dimensão da religião em detrimento de um ambiente laico, quando são tratados, por exemplo, temas como descriminalização do aborto, drogas, união homoafetiva, entre outros (idem).

Ainda nesse debate, a ideia de laicidade e seus diferentes sentidos é recuperada: o grupo divergente ao modelo religioso apregoa a separação entre Estado e Igreja, com restrição à participação de autoridades e grupos religiosos nos espaços públicos, entre outros; já os grupos religiosos entendem que a laicidade é justamente a liberdade de os grupos agirem nesses espaços públicos intervindo no debate político (MARIANO, 2011).

Desse modo, segundo destaca o autor, no Brasil não há força de defesa da laicidade, os grupos evangélicos e católicos são poderosos e “[a] laicidade não tem um valor ou princípio na República brasileira, que deve ser defendido e preservado a todo custo” (p. 254), embora tenha se consolidado como um valor e uma referência importante para os poderes públicos e suas autoridades no trato de conflitos entre grupos religiosos e laicos.

1.2.1.3 Religiosidade popular: socialização e atuação política

É preciso cautela com qualquer mecanismo de análise que possa a) menosprezar a importância da religião na sociedade brasileira; e b) reduzir a agência do eleitorado evangélico. Alguns teóricos concebem que as igrejas reproduzem dinâmicas históricas de clientelismo²²; outros atribuem a essas instituições um papel relevante na formação de associações que tendem a incentivar a participação política em espaços que não os de sua religião propriamente (IRELAND, 1999; BERRYMAN, 1999; MAINWARING, 1983).

As religiões populares são historicamente responsáveis por parte significativa dos movimentos sociais de base no Brasil e na América Latina, por meio da Igreja Católica e suas reformas internas. Nesse sentido, é importante ressaltar que as religiões populares

não são produtos espontâneos e naturais. São formadas historicamente através do encontro entre grupos populares e instituições de poder e importância em suas sociedades. [...] Instituições almejam moldar crenças e práticas sociais, e são profundamente afetadas por esse processo. Desde meados dos anos 1960, uma reavaliação das religiões populares e do lugar e status dos grupos populares de modo

²² Tal como Gaskill (1997), que compreende que a atuação política das igrejas não promove práticas cívicas de cidadania, mas reforça o clientelismo recorrente na América Latina de modo geral.

geral é um processo em curso na Igreja latino-americana (MANWARING, 1983, p. 8).

Embora o catolicismo na América Latina tenha adotado uma postura conservadora e se aliado às elites, esse cenário foi modificado a partir dos anos 1980, com a construção de uma igreja das classes populares, o que não implica um processo uniforme nem definitivo, mas com grandes paralelos em diversos países (MAINWARING, 1983). Nesse sentido, é relevante considerar o papel das classes populares na transformação das instituições religiosas e políticas, criando novos espaços de atuação e protesto (Ibid.).

Desse modo, caso se observe a atuação das CEBs, pode-se perceber como, dentro das igrejas, estão inseridas pautas para o questionamento da certa ordem estrutural; especialmente, no caso brasileiro, do golpe militar de 1964. O engajamento de bispos, freiras e padres para a formação das CEBs contribuiu para a legitimação dos protestos religiosos no país. Segundo Mainwaring (1986), a emergência de modelo religioso progressista, embora ainda atrelado ao poder clerical, teve como experiência deslegitimar em alguns aspectos o poder central do governo, buscando uma “consciência independente popular” (MAINWARING, 1986, p. 6) para construir uma luta política de resistência contínua para transformação social no país.

Entretanto, tal experiência pretendeu, na ideia de religião, acompanhar os grupos sociais mais pobres, incentivando-os a participar ativamente de movimentos sociais ou de partidos políticos, estimulando ideais de organização coletiva e legitimando-as (MAINWARING, 1986). Assim, nesse período a Igreja estaria se relacionando com questionamentos mais amplos de desigualdades e hierarquias na vida cotidiana. Segundo Mainwaring (1983), a Igreja deslocou o “poder decisório” para as classes mais pobres durante os processos de redemocratização.

Nesse contexto, as igrejas evangélicas se posicionaram de modo competitivo em relação às igrejas católicas, sobretudo em razão do protagonismo histórico da Igreja Católica na política brasileira, que retoma a cena no processo de redemocratização (SYLVESTRE, 1986).

É importante compreender que as igrejas não operam como instituições autônomas e estão conectadas a toda uma estrutura social, e que, mesmo com a estrutura hierárquica, as mudanças que ocorrem em suas bases afetam a instituição como um todo. Nesse sentido, as “religiões populares” podem ser compreendidas enquanto fruto desse processo de transformação, sobretudo a partir da instauração do regime militar de 1964, que esvaziou os modos usuais de associação política, fazendo com que o espaço religioso fosse o único meio possível dentro do que era considerado legal, mas ainda de maneira que não fossem visto como ameaça aos regimes (MANWARING, 1983). O discurso em prol da justiça social, sobretudo

nas vertentes franciscanas, foi crucial para a formação de um movimento político de base. Além disso, as religiões populares, ou “popularizadas”, propõem um discurso de participação dos fiéis, promovendo estruturas hierárquicas menos rígidas e podendo ser consideradas fundamentais para o estabelecimento de novas concepções sobre a prática religiosa e a construção de um imaginário no qual política e religião estão interseccionadas.

Esse movimento de popularização do catolicismo também pode ser compreendido como uma preocupação da Igreja, que estava perdendo fiéis. A Igreja Católica romana, em sua forma mais tradicional, possui ritos que pouco condizem com questões práticas da vida cotidiana, o que, somado a outros fatores, pode impelir seus praticantes a migrar para outras religiões. Além disso, a própria distinção entre praticante e não praticante reflete o fato de muitos brasileiros serem iniciados na religião católica, mas poucos seguirem a religião de maneira assídua. As próprias CEBs enfraqueceram e sofreram esvaziamento no processo de redemocratização, o que não significa conversão em outras religiões, mas indica o enfraquecimento do catolicismo até mesmo em sua forma mais popular. De todo modo, a formação e atuação das CEBs foram importantes para a iniciação de grupos populares nos processos políticos, dos quais não participavam antes (MANWARING, 1983).

Para fundamentar seus argumentos, Manwaring (1983) utiliza o recurso biográfico de uma mulher chamada Azuleika, que vivia na Rocinha, no Rio de Janeiro. A personagem teve o impulso inicial de seu engajamento político formulado sob preceitos religiosos bíblicos, o que corrobora para a compreensão das CEBs enquanto espaço de iniciação para a vida política. Segundo o autor, a mulher abandonara a participação nas CEBs, mas continuara uma série de engajamentos em seu cotidiano, o que prova os efeitos em longo prazo. Nas CEBs, há um estímulo à expressão e à participação, o que é crucial para que as pessoas falem e defendam, por exemplos, direitos que outrora nem sabiam ter. O autor afirma que a história representa o poder de mudança social das religiões populares, mas ressalva que movimentos cujos clérigos das lideranças questionavam em demasia as hierarquias ou promoviam uma politização já na formação das CEBs tendiam ao esvaziamento, o que indica uma postura ainda conservadora quanto à ordem e à presença de figuras de autoridades.

Não é possível indicar a existência de uma organização de política de base similar às CEBs no caso das igrejas evangélicas. Contudo, pode-se identificar que atualmente esse segmento religioso é um dos principais espaços para a participação política de grupos sociais periféricos, ainda que, em muitos casos, seja restrito ao engajamento no processo eleitoral.

Parte do crescimento da matriz pentecostal pode ser compreendida enquanto fruto de seus mecanismos mais eficazes de atração de novos seguidores, como o carisma (WEBER,

2004) e sua estrutura de organização em rede (CASTELLS, 1996). Nessa argumentação, entende-se o carisma weberiano pela ideia de dominação carismática, ou seja, uma legitimidade que se atribui por um comportamento *extracotidiano* de uma pessoa sendo líder, gerando veneração, poder heroico ou caráter exemplar (WEBER, 1994). As igrejas evangélicas vêm moldando um espaço de construção de preferências políticas, voltados a valores conservadores, que se traduz muitas vezes no comportamento eleitoral e político. A seguir, continuar-se-á aprofundando os mecanismos de transformação dessa clivagem.

1.2.2 A inserção dos evangélicos na política

Para se pensar esse processo de inserção política, busca-se, no pensamento sociológico, um sentido que possa compreender a ideia de campo. Ademais, o conceito, como trabalhado por Pierre Bourdieu (2011), acrescenta à argumentação aspectos que dimensionam a tratativa de incorporação de religiosos no mundo político e partidário nacional. Assim, o conceito de campo trata de “um microcosmo autônomo no interior do macrocosmo social com certa autonomia, dispendo de leis e regramento específico” (BOURDIEU, 2011, p. 40), no qual ocorrem relações intersubjetivas de acordo com o poder material e simbólico adquirido pelos agentes (BOURDIEU, 2009). O sentido de autonomia revela também a configuração de leis próprias e regras internas dentro de uma estrutura hierárquica, em que os agentes atuam inseridos em suas posições, entre os que possuem mais ou menos atributos na hierarquia proposta pelo campo (BOURDIEU, 2011).

Todavia, deve-se conceber a ideia de campo pelas tensões internas, pois são formados por agentes ou instituições que pretendem legitimar suas atuações pelo controle daquilo que é produzido. Assim, segundo o autor, política e religião podem ser pensadas como processos de transformação da consciência na medida em que há uma aceitação das regras impostas dentro desses campos, que separam os profissionais dos profanos, no primeiro caso, e clérigos dos leigos, no segundo (BOURDIEU, 2011).

Dessa maneira, o conceito de campo aqui expresso pretende construir uma observação que tome o sentido relacional entre os campos político e religioso, justamente pela temática proposta em compreender a inserção dos evangélicos na política nacional. Os apontamentos de Bourdieu (2011) sugerem que as relações hierárquicas construídas no campo político tornam algumas pessoas mais propensas a participar do que outras, por exemplo, de acordo com sexo, condição social e etnia. Nesse sentido, pode-se pensar a inserção dos evangélicos na política de

duas maneiras: a) compreendendo os paralelos entre religião e política; e b) entendendo como, no caso brasileiro, essa transmutação do campo religioso para o político envolveu o ingresso de grupos que tradicionalmente não participavam da política.

1.2.2.1 Campo político e campo religioso

O campo político possui paralelos com o religioso, o que, conforme se argumenta neste capítulo, permite que os evangélicos se insiram nas instituições políticas formalmente laicas. Isto é, há uma passagem dos discursos do campo religioso para o político sem que a narrativa religiosa pareça não condizente com as práticas políticas, mas, pelo contrário, desenvolvendo um conjunto de significados híbridos que angariam seguidores e oponentes. Como dito anteriormente, no trabalho de Pierucci (1996), a expansão se dá justamente pela aproximação daqueles que professam a mesma fé, excetuando os parlamentares mais progressistas, aos “costumes” contrários segundo uma lógica bíblica de discurso.

Bourdieu (2011) argumenta que tanto no campo religioso quanto no político há uma distinção entre os “profissionais” e os “profanos”. Os profissionais da política constituem a classe comumente associada a alguém que detenha uma posição formal, uma intelectualidade ou uma vocação; o profano seria o indivíduo que não possui capital e *status* para ocupar o campo político, comumente associado ao eleitor comum. Nesse sentido, a autonomização do campo permite dizer que determinadas ações internas são próprias do jogo político e não se pautam diretamente com relação ao eleitor, e sim com os membros profissionais e suas posições na estrutura política (BOURDIEU, 2011). Assim, essa lógica permite que os políticos atuem por interesses específicos, não reduzindo suas ações para seus eleitores, embora estejam quase sempre no juízo de seus votantes, pois a política é um lugar de debates de certas ideias que atuam para mobilizar aspectos simbólicos entre adversários (BOURDIEU, 2011).

Desse modo, o conceito bourdieusiano mencionado anteriormente é proveitoso para se entender os mecanismos de disputas dentro dos campos que organizam a vida social, bem como as esferas que constituem a atuação dos agentes e permitem que sejam realizados planos de ação com certa legitimidade e regras específicas. Assim, os campos podem ser relacionais, isto é, cada um se constitui pela autonomia buscando aproximações e diálogo com os demais, porém delimitados pelos agentes que o compõem (BOURDIEU, 2009):

Um campo é um campo de forças, e um campo de lutas para transformar as relações de forças. Em um campo como o campo político ou o campo religioso, ou qualquer

outro campo, as condutas dos agentes são determinadas por sua posição na estrutura da relação de forças característica desse campo no momento considerado. Isso coloca uma questão: qual é a definição da força? Em que consiste ela e como é possível transformar essas relações de forças? Outra questão importante: quais são os limites do campo político? (2011, p. 201).

A eleição de Luiz Inácio Lula da Silva em 2002 (FIGUEIREDO; COUTINHO, 2003; CARREIRÃO, 2004) pode ser considerada uma expressão para a mudança no paradigma na política brasileira.

“Mudanças de paradigmas” são situações nas quais novos ingressantes mudam de tal maneira os princípios de pertencimento ao campo que pessoas que antes faziam parte dele agora já não fazem mais, são desqualificadas, e pessoas que dele não faziam parte e agora fazem (BOURDIEU, 2011, p. 202).

As eleições de 2002 operaram como uma contraproposta aos governos anteriores, posto que um sociólogo renomado estava sendo sucedido por um candidato identificado como ex-operário e sindicalista²³.

No caso brasileiro, portanto, é possível identificar certa descrença quanto ao político “profissional”, o que leva à eleição de um “profano”, tendo em vista que o candidato eleito em 2002 era acusado, por seus detratores, de não possuir capital intelectual suficiente para o exercício do cargo. Nesta pesquisa, entende-se os profanos pela designação de quaisquer atores sociais que provêm de outro campo que não o político, mas que, com base em mudanças conjunturais, conseguem adquirir *status* e ingressar no campo político.

Nessa disputa de forças dentro do campo político, o papel da mídia na inserção dos evangélicos é fundamental. No caso da IURD e Assembleia de Deus (AD), esse papel é potencializado, como será visto no Capítulo 3, pelo fato de essas igrejas serem detentoras de importantes emissoras de televisão e rádio. O discurso dos clérigos ganhou espaço em um debate sobre a moralização da política, frente à debilidade dos serviços públicos e às frequentes denúncias de esquemas de corrupção. Desse modo, a transição de membros do campo religioso para o político envolveu uma disputa discursiva que intersecciona questões morais e de representatividade. A construção da imagem do evangélico enquanto político distinto é um processo para se compreender a centralidade da noção de reputação na inserção dos evangélicos na política. Bourdieu fundamenta que “o capital político é [...] uma espécie de capital de reputação, um capital simbólico ligado à maneira de ser conhecido” (2011, p. 204). Além disso,

²³ Parte disso se explica “devido às altas taxas de desemprego e à manutenção de desigualdades sociais enormes: houve uma percepção majoritária de que o governo FHC não fez o suficiente para melhorar a vida das pessoas mais pobres” (CARREIRÃO, 2004, p. 181).

pode-se pensar, conforme Bourdieu (2011), em tratar os políticos evangélicos eleitos pela demonstração de suas autoridades que mobilizam tanto a legitimidade religiosa quanto a política, pois, de algum modo, eles reproduzem a estrutura interna da igreja em suas práticas, construindo modelos perceptivos do mundo e buscando conformidade na ordem para combater as heresias (BOURDIEU, 2011).

A disputa, contudo, não se dá apenas entre os “profanos” e os “profissionais” do campo político. Apesar das reformulações das normas do campo político, os “profanos”, que articulam sua inserção na política, também podem disputar entre si projetos diferentes. Uma expressão disso é a relação entre as grandes igrejas evangélicas e as eleições de 1989 e 1994. Nas primeiras, por exemplo, Edir Macedo declarou que “após orar e pedir a Deus que indicasse uma pessoa, o Espírito Santo nos convenceu de que Fernando Collor de Mello era o escolhido” (JORNAL DO BRASIL, 1989 *apud* MARIANO; PIERUCCI, 1992, p. 94). Em 1994, também houve forte oposição, sobretudo da IURD, à candidatura de Lula. A associação ao comunismo era compreendida como ameaça à existência das igrejas, enquanto pautas como a legalização do aborto e o casamento entre pessoas do mesmo sexo ofendiam os ideais valorizados pelas lideranças religiosas (MARIANO; PIERUCCI, 1992).

Embora existam hierarquias e estratificações dentro de todo campo e grupo social, as origens sociais dos evangélicos eleitos são, em sua maioria, os mesmos meios vulneráveis dos quais advêm os membros de suas igrejas (MACHADO, 2012; ORO, 2004; BAPTISTA, 2007). Portanto, os cargos políticos podem operar como um mecanismo de ascensão socioeconômica e também pela manutenção do *status quo* em exercício contínuo de participação partidária e política, demonstrando seu apreço pelos valores tradicionais, sobretudo em relação aos costumes, legitimando seu discurso com base na simbologia religiosa para impor seu pensamento no campo político.

1.2.3 Os “encontros sociais”

Tratando-se da campanha eleitoral televisionada e veiculada em emissoras de rádio, a limitação temporal, inerente às regras eleitorais brasileiras, faz com que os candidatos busquem maneiras mais eficientes de estabelecer um elo com o eleitor. É comum ouvir, por exemplo: “Sou fulano da saúde”, “Sou beltrano de Madureira” ou “Sou o pastor [...]”.

Dado o contexto de delimitação de tempo e necessidade de se conquistar o eleitor, é possível delinear o processo de atuação desses candidatos com base em teorias da ação social

como a de Goffman (2007), que desenvolveu um estudo sobre a representação tendo como base a metáfora da ação teatral analisando situações de interação – os chamados encontros sociais:

O indivíduo influencia o modo que os outros o verão pelas suas ações. Por vezes, agirá de forma teatral para dar uma determinada impressão para obter dos observadores respostas que lhe interessem, mas outras vezes poderá também estar atuando sem ter consciência disto. Muitas vezes não será ele que moldará seu comportamento, e sim seu grupo social ou tradição à qual pertença (GOFFMAN, 2007, p. 67).

Ao desenvolver seu estudo empírico para entender as técnicas comumente adotadas como meio de controle das interações sociais, Goffman constatou que o indivíduo atenta-se a transmitir a impressão que lhe interessa e, conseqüentemente, influenciar a interpretação que os outros possam formular sobre a situação em questão. O interacionismo simbólico é um aporte teórico interessante para se pensar o funcionamento das campanhas eleitorais, sobretudo os pleitos para o poder legislativo: trata-se de um momento propício para que o candidato se apresente de modo a agradar a audiência.

Para isso, esse indivíduo constrói de antemão sua ideia sobre o que agradaria o eleitorado. Caso se pense na teoria de Goffman (2007), logo, tal como um ator de teatro, o candidato performatiza de acordo com o que se pensa esperar dele. Aqui, destaca-se o “convencimento” dessa prática de um para outro, isto é, é oferecida ao eleitor uma ideia de “crença” naquilo que é representado. Entretanto, podem ocorrer dois momentos: no primeiro, a dimensão da realidade se destaca no desempenho, propiciando uma encenação sincera; no segundo, não há convencimento do próprio ator sobre sua atuação, e, desse modo, ele pode parecer cínico diante do encontro (GOFFMAN, 2007). Mesmo assim, segundo o autor, os dois momentos podem ser percebidos durante as interações sociais. Assim, pode haver uma disparidade entre o que o ator pretende informar e o que de fato é captado pelo público com o qual interage.

Goffman (2007) afirma que o discurso pode ser dividido em duas partes: uma monopolizada pelo locutor e manipulada por ele, e outra marcada pelas informações e expressões que escapam de seu controle e domínio. Para o autor, os espectadores podem identificar os aspectos manipulados pelo indivíduo por meio do comportamento expressivo que lhe escapou. A falta de tempo de exposição, imposta pelas regras do código eleitoral, dificulta esse processo de identificação de aspectos moldados pelo locutor. Resta para o eleitor, portanto, identificar os significados no pouco tempo disponível.

Nas campanhas realizadas nas ruas e no espaço religioso, essa identificação por parte do eleitor tende a ser mais apurada. É nesses espaços que se pode identificar mais claramente

as técnicas dramatúrgicas que os candidatos utilizam para garantir a eficácia da comunicação ao incorporar papéis sociais. Escolher bem um papel é crucial, pois as aparências têm função central e, muitas vezes, ganham uma dimensão moral, visto que as impressões fornecidas tendem a ser reivindicadas em novas situações. Escolher um candidato que, em poucos segundos, expressa pertencer a uma determinada religião desperta um conjunto de significados que podem ser reivindicados em uma nova situação. No entanto, há a necessidade de se abrir parênteses para dizer que não há a intenção de hipervalorizar o papel das campanhas televisivas para a escolha dos candidatos. Existem as relações de bairro, na igreja, as trocas de favores, além do puro e simples desinteresse, que pode levar o eleitor a votar no papelzinho encontrado na rua a caminho da urna, por exemplo. De qualquer modo, quando é o caso, a identificação gerada leva à ideia de que o candidato escolhido desempenhará um papel coerente em relação aos valores morais com que o eleitor já está familiarizado no ambiente religioso.

Paul Freston (2006) alega que uma das maneiras de a ligação entre religião e política ocorrer de maneira positiva é pela inserção de suas propostas no “mercado das ideias”, com a pretensão de que influenciem a sociedade, ainda que determinada religião não seja majoritária. Tal ligação, que, como descreveu o autor, baseia-se em preceitos bíblicos, parte do pressuposto de que os valores cristãos não são arbitrários, mas correspondentes à realidade do ser humano e do universo.

Nesse ponto, o autor convida a refletir sobre as motivações para a entrada de religiosos no campo político. Essa participação, entendida por muitos como uma afronta à laicidade ou como um meio de usar a fé para garantir interesses pessoais ou da igreja, pode ser vista também de maneira mais amistosa se se pensar que alguns desses “homens de Deus” na política têm, como verdade, o fato de que seu entendimento sobre a dimensão sobrenatural é a mais positiva e dotada dos mais fidedignos valores morais, e que essa visão de mundo seria positiva diante do cenário político da sociedade brasileira.

1.2.4 A mobilização do discurso religioso

As dinâmicas de poder perpassam as relações nas instituições religiosas. O discurso²⁴

²⁴ “O discurso – como a psicanálise nos mostrou – não é simplesmente aquilo que manifesta (ou oculta) o desejo; é, também, aquilo que é o objeto do desejo; e visto que – isto a história não cessa de nos ensinar – o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo porque, pelo que se luta, o

religioso produz saberes que atuam como forças de disciplinamento sobre grupos de indivíduos que não dominam a produção do discurso. Para exemplificar como ocorre a fundamentação da inserção política dos evangélicos, tanto como eleitos quanto como eleitores, são citadas a seguir as dez razões enumeradas pelo bispo Edir Macedo para que um “cristão vote em um cristão”. Os exemplos evidenciam como as passagens bíblicas podem ser instrumentalizadas para construir esse discurso:

1. Porque tudo o que é preciso para os maus prevalecerem é que os bons não façam nada e simplesmente assistam das arquibancadas. (Ester 4.14);
2. Porque somos chamados a obedecer às autoridades governamentais. Se estas forem más, estaremos sujeitos a elas e às suas leis. (Romanos 13.1);
3. Porque o governo eleito cria, executa e julga segundo leis que afetam os princípios cristãos, tais como casamento, família, sexualidade, liberdade religiosa e muito mais. Para proteger esses princípios, precisamos eleger líderes que os tenham. (Daniel 3.5-8);
4. Porque o povo de Deus é advertido por Ele a não eleger um incrédulo para o governar. (Deuteronômio 17.15);
5. Porque *“Os maus não governarão para sempre a terra do povo de Deus; se eles governassem, até os bons começariam a fazer o mal.”* Salmo 125.3. A nossa obrigação é não permitir que os maus continuem governando nossa terra;
6. *Porque feliz é a nação cujo Deus é o Senhor.* Salmo 33.12. Devemos eleger líderes de nossa nação que não somente digam que creem em Deus, mas que realmente tenham um histórico de vida com Deus e para Deus.
7. Porque nós somos sal da terra e fazemos a diferença positiva na esfera do governo. Temos vivido dias em que pessoas más, odiosas e sem Deus têm ocupado cargos políticos importantes. Se não tivermos representantes cristãos nesse meio, seremos ainda mais perseguidos e oprimidos. (Mateus 5.13);
8. Porque *“Pela bênção dos homens de bem a cidade se exalta, mas pela boca dos perversos é derrubada.”* Provérbios 11.11. Os perversos fazem sua voz ser ouvida nas urnas. Os do bem não podem ficar omissos ou em silêncio. Temos o poder para abençoar nossa cidade, estado e país;
9. Porque *“Quando os honestos governam, o povo se alegra; mas, quando os maus dominam, o povo geme.”* Provérbios 29.2;
10. Porque o padrão bíblico para os líderes do povo é que sejam capazes, temam a Deus, mereçam confiança e sejam honestos em tudo (Êxodo 18.21,22), pois eles serão responsáveis por servir o povo com a justiça todo o tempo²⁵.

O voto é o meio pelo qual atores religiosos conseguem transformar seu poder simbólico em poder político (BOURDIEU, 2009) e, ao mesmo tempo, é um modo de o eleitor evangélico garantir, com base em sua visão de mundo, espaço para suas demandas políticas. Compreende-se, portanto, o modo como os indivíduos atuam na coordenação de suas ideias para buscar o entendimento entre as partes (PINTO, 1995). No caso de “transmissão” da fala por instituição

poder do qual nos queremos apoderar” (FOUCAULT, 2012, p. 10).

²⁵ 10 razões por que cristão vota em cristão. Disponível em: <https://blogs.universal.org/bispomacedo/2014/09/08/10-razo%CC%83es-por-que-crista%CC%83o-vota-em-crista%CC%83o/>. Acesso em: 15 maio 2015.

política, pode-se aproximar do caso estudado, em que as igrejas atuam no parlamento por meio de seus representantes eleitos. Assim, o povo representado por esse grupo religioso tem um canal de participação direta nos embates políticos nacionais.

Desse modo, é possível perceber que as igrejas operam como uma espécie de parainstituição ao suprir a ausência ou mau uso desses canais institucionais que estabelecem o interesse público. Embora, na tradição habermasiana, o interesse sectário de um grupo religioso não possa constar como vontade pública, um olhar mais atento e adaptado à realidade brasileira permite compreender que os grupos evangélicos podem apresentar demandas para além de suas questões religiosas, representando, portanto, a vontade de uma parcela mais ampla da população, sobretudo as relacionadas a demandas conservadoras.

As igrejas, portanto, podem preencher os canais de diálogo entre cidadãos e seus representantes políticos, ao passo que o ambiente da igreja torna-se um espaço de aproximação entre eleitores e elegíveis. Nesse sentido, a inserção dos evangélicos na política e a entrada de lideranças desse segmento no campo político resolve parte dos problemas de representatividade, os quais geram, em suma, a desvalorização do espaço público de debate e participação política, embora também possam criar contradições, sobretudo com relação ao laicismo do Estado, revelando os limites da lei que proíbe que os púlpitos se tornem espaços para campanhas eleitorais.

A inserção de lideranças evangélicas na política institucional deve ser lida para além de binarismos que tratam as igrejas como “currais eleitorais” e negam a ação do eleitor evangélico. Entretanto, não se pretende afirmar que haja o desenvolvimento de uma cidadania aos moldes das teorias políticas do norte global, como no caso de países onde o voto religioso é parte comum das eleições, visto que os processos históricos daqueles partilharam os antagonismos internos do cristianismo e, adiante, estiveram diante da ascensão do islamismo, além de outras confissões religiosas. Assim, no caso brasileiro, os grupos evangélicos que ascendem ao poder trazem sua crença privada para o ambiente político e público. A clivagem que se estabelece é a politização de perspectivas morais e tradicionais em constante embate diante das esferas laicas e proposições progressistas em políticas públicas ou sociais.

1.3 A partidarização da Igreja Universal do Reino de Deus

Introdução

Os partidos são um meio de representação da pluralidade de interesses que conformam uma sociedade. Não é surpreendente que, em um sistema pluripartidário nas proporções do brasileiro, interesses religiosos estejam representados em algum grau. O Brasil possui três partidos políticos de inspiração confessional: Partido Trabalhista Cristão (PTC), Partido Social Cristão (PSC) e Partido Social Democrata Cristão (PSDC). Todos são formados por parlamentares com ou sem orientação religiosa, e, entre os religiosos, existem membros e lideranças de diversas igrejas. Em nenhuma das legendas citados, os esforços de criação e desenvolvimento do partido foram canalizados por uma única instituição eclesiástica. Essa é, entretanto, a história basilar do Partido Republicano Brasileiro (PRB), idealizado e conduzido pelas mais altas instâncias decisórias da Igreja Universal do Reino de Deus (IURD), que, desde sua criação, reuniu todos os seus bispos e pastores em uma mesma legenda, para colocar em prática o seu “plano de poder”²⁶.

Este capítulo pretende estudar a transformação da clivagem religiosa em clivagem partidária. O PRB será objeto de análise por quatro principais razões: a) o fato de ser, segundo dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), o partido que mais agrega candidatos que declaram o fato de serem pastores, bispos ou outros cargos de ordem religiosa como profissão; b) sua proeminência na bancada evangélica, reunindo o maior número de parlamentares dessa fé; c) o movimento de migração, para o PRB, de todos os bispos, pastores e lideranças da IURD que já possuíam cadeiras de senador ou deputado federal, logo após a criação do partido; e d) o poder exercido pela IURD por meio da ocupação de cargos nas instâncias decisórias do partido.

Procura-se compreender elementos basilares da criação e evolução do PRB, bem como seu posicionamento no espectro partidário brasileiro. Busca-se também mapear alguns elementos que o caracterizam no jogo político, como sua organização interna, programa partidário, os temas de suas proposições e seus posicionamentos, tanto econômicos como sociais (progressismo ou conservadorismo), com base nas votações que os demarcam.

²⁶ A expressão faz referência ao livro *Plano de poder: Deus, os cristãos e a política*, do bispo e mandatário da IURD, Edir Macedo. Na obra, lançada duas semanas antes das eleições de 2008, o bispo defende que Deus tem um plano político para os fiéis da IURD e para os evangélicos aliados: governar o Brasil (MACEDO; OLIVEIRA, 2008).

1.3.1 Os partidos políticos no Brasil

Antes de aprofundar as especificidades do PRB, é importante tratar do sistema partidário em que está inserido, abordando-se, ainda que brevemente, o que significa ser um partido no Brasil, bem como as possibilidades e limitações que a dinâmica nacional impõe.

É indiscutível o fato de que os partidos políticos são essenciais para o funcionamento dos regimes democráticos, visto que os estruturam e corroboram para a organização da competição política, viabilizando esses sistemas representativos ao agregar interesses, estruturar a competição eleitoral, conduzir trabalhos legislativos e, de modo mais ou menos direto, governar (AMARAL, 2013). São os partidos e parlamentares – atores legitimados para atuar no processo de negociação política – que organizam os trabalhos legislativos e tornam viável o processo democrático representativo (PEREIRA; MUELLER, 2000), além de possuírem importância fundamental como bases de apoio para a formação de governos (MENEGUELLO, 1998). Trata-se, ainda, de um elo entre sociedade e governo, vínculo importante entre sociedade civil e Estado, o qual exerce papel funcional como parte de um todo (SARTORI, 1982).

No entanto, os partidos e sistemas partidários podem ser mais ou menos consolidados. O debate sobre questões a respeito do grau de estabilidade dos sistemas partidários é bastante significativo na literatura internacional (SARTORI, 1982; ROSE; MACKIE, 1988; BARTOLINI; MAIR, 1990; MAINWARING; SCULLY, 1995; MAIR, 1997; MAINWARING, 2001; MAINWARING; TORCAL, 2005) e já suscitou muitas análises e reflexões. Como afirma Carreirão (2014), a noção de institucionalização, proposta por Mainwaring et al. e elaborada com base em uma crítica à tipologia de sistemas partidários desenvolvida por Sartori (1982), foi provavelmente a parcela da literatura que obteve maior poder de influência no debate brasileiro acerca da caracterização do grau de institucionalização de um sistema partidário. Entre os aspectos analisados estão: “a) o grau de estabilidade dos padrões de competição eleitoral; b) o grau de enraizamento dos partidos na sociedade; c) o grau de legitimidade dos partidos junto a diferentes atores políticos; d) o grau de independência das organizações partidárias frente aos seus líderes” (CARREIRÃO, 2014, p. 256).

Melo e Câmara (2012) consideram, por sua vez, que “[...] o conceito de institucionalização, tal como utilizado na literatura, não é a ferramenta mais indicada para uma discussão a respeito do atual estágio do sistema partidário brasileiro” (2012, p. 77) e propõem que se utilize o conceito de “estrutura da competição”, desenvolvido por Mair (1997). Em sua

obra, Mair afirma que a base de todo sistema partidário é constituída por meio da estrutura da competição pelo controle do Executivo e depende do padrão de alternância do governo, da fórmula governamental utilizada e dos partidos que de fato participam da gestão. Um quadro partidário incipiente aconteceria, portanto, quando não houvesse possibilidade de se caracterizar a competição pelo governo, definindo seus atores e em torno do que a disputa se realiza.

É possível exemplificar o conceito por meio dos Estados Unidos, onde o padrão de alternância é altamente previsível – visto que o governo é unipartidário e que apenas dois partidos disputam, na prática, o jogo eleitoral – e dos casos do Peru e do Equador, onde a competição pelo governo central tem se mantido imprevisível (MELO; CÂMARA, 2012). Essa análise teórica também é utilizada para debater o sistema partidário brasileiro, com o objetivo de avaliar sua consolidação e a existência ou não de padrões estáveis e identificáveis²⁷. Não se pretende enveredar por esse debate, apenas mostrar sua existência e a grande complexidade que é o estudo do sistema partidário, incluindo o caso brasileiro. Neste capítulo, serão tratadas algumas características do sistema que possibilitaram a criação e o desenvolvimento do PRB.

Em primeiro lugar, cabe fazer uma breve passagem pelos diversos contornos que o sistema partidário brasileiro assumiu com o passar dos anos. Os primeiros partidos, embora não na concepção moderna do termo, surgiram durante o Período Imperial. Até a redemocratização, a composição dos partidos pode ser sintetizada da seguinte maneira:

²⁷ Segundo Carreirão (2014), autores como Braga (2010) e Tarouco (2010) ampliam a discussão e partem das ideias institucionais para os partidos políticos e o sistema partidário em oposição à Mainwaring, isto é, questionam o papel dos partidos nas democracias, sendo esses mais atrelados à competição dentro da estrutura para a formação do governo do que à representação política dos eleitores.

Tabela 1 - Os principais partidos políticos nos diferentes períodos históricos do Brasil

Período histórico	Partidos
Império (1822-1889)	Partido Conservador – <i>saquaremas</i> (1836) e Partido Liberal – <i>luzias</i> (1834)
República Velha (1889-1930)	Partido Republicano (1873) e partidos republicanos regionais (1903)
República Nova (1930-1937)	Surgimento dos partidos ideológicos. Partido Comunista Brasileiro (PCB) (1922) e Ação Integralista Brasileira (AIB) (fascistas) (1932)
Estado Novo (1937-1945)	Abolição de todos os partidos
República Populista (1945-1964)	Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) (1945) e União Democrática Nacional (UDN) (oposição a Getúlio Vargas) (1945)
Regime Militar (1964-1985)	Aliança Renovadora Nacional (Arena) (situacionista – pró-regime militar) (1965) e Movimento Democrático Brasileiro (MDB) (oposicionista) (1966)
Redemocratização (a partir de 1985)	Dissolução da Arena (atual PP e DEM) e do MDB (suas correntes originaram legendas como PMDB, PSDB, PDT e PT). Restauração da Democracia e multipartidarismo

Fonte: A autora, 2018

Não existem, portanto, partidos com longa atuação política, resultado, especialmente, das mudanças de regime e golpes de Estado que o país enfrentou, como observado na tabela 1. Ainda assim, para caracterizar e compor os partidos políticos, vale a recuperação desse tema para exemplificar o sistema partidário brasileiro após a redemocratização e a estrutura que se observa pela tramitação de processo legal.

Atualmente, o sistema partidário brasileiro é constantemente caracterizado como fragmentado. Cabe, portanto, abordar o processo de criação de partidos políticos no Brasil. O parágrafo 1º do art. 17 da Constituição Federal de 1988 e o artigo 3º da Lei nº 9.096/95 (Lei dos Partidos Políticos) concederam autonomia para os partidos políticos definirem sua estrutura interna, organização e funcionamento²⁸. Para registrar o estatuto de um partido político no TSE,

²⁸ Até então, as referidas agremiações não gozavam dessa autonomia, pois todos os seus atos internos dependiam de norma geral dirigida a todos os partidos (Lei nº 5.682/71 – Lei Orgânica dos Partidos Políticos – revogada). Entre outras prerrogativas, os partidos podem estabelecer critérios para a realização de suas convenções, fixar prazos superiores àqueles previstos na lei para que o filiado possa concorrer à convenção e criar uma estrutura diferente da existente em outros partidos. Deverá, também, estabelecer em seus estatutos normas de fidelidade e disciplina partidárias. Disponível em: <http://www.tre-mg.jus.br/partidos/criacao-de-partidos/criacao-e-registro-de-partidos-politicos>. Acesso em: 7 jan. 2018.

é necessário ter caráter nacional, comprovando, no período de dois anos, o apoio de eleitores não filiados a partido político correspondente de, no mínimo, 0,5% do montante de votos da última eleição geral para a Câmara dos Deputados, sem contar os votos em branco e nulos. Os apoiadores precisam estar distribuídos por um terço ou mais dos estados, alcançando, no mínimo, 0,1% do eleitorado que votou em cada unidade federativa²⁹. Cumprindo os requisitos para o registro, o novo partido poderá participar do processo eleitoral e terá acesso aos recursos do Fundo Partidário e à propaganda gratuita no rádio e na televisão, conforme especificações previstas em Lei.

Resumidamente, esse processo é dividido em quatro etapas: a) Registro Civil (art. 10 da Res. TSE 23.465/15), em que pelo menos 101 eleitores, com domicílio eleitoral em, no mínimo, um terço dos estados, devem criar um programa e o estatuto do partido, além de elegerem os dirigentes nacionais provisórios e, posteriormente, registrar o requerimento do registro de partido político³⁰; b) apoio de eleitores (arts. 11 a 19 da Res. TSE 23.465/15), que deve ser obtido no prazo de que trata o § 3º do art. 7º da resolução (dois anos a partir da data da aquisição da personalidade jurídica), mediante a assinatura de eleitor não filiado a partido político em listas ou formulários, de acordo com os modelos disponibilizados pela Justiça Eleitoral, organizados pela agremiação em formação para cada zona eleitoral³¹; c) registro dos

²⁹ “O quantitativo do apoio mínimo será informado pelo Sistema de Apoio a Partidos em Formação – SAPF. O apoio mínimo também poderá ser calculado acessando a seguinte página do TSE: <http://www.tse.jus.br/eleicoes/estatisticas/estatisticas-eleitorais-2014-resultado>. Selecionar a opção: Estatísticas de Resultados; Resultados; Comparecimento e votação. Parâmetros de pesquisa: 1) Abrangência: UF – todas 2) Turno: 1º turno 3) Eleição: geral 4) Cargo: deputado federal 5) Consultar a coluna ‘quantidade de votos válidos’”. Disponível em: <http://www.tre-mg.jus.br/partidos/criacao-de-partidos/criacao-e-registro-de-partidos-politicos>. Acesso em: 7 jan. 2018.

³⁰ O requerimento do registro de partido político, dirigido ao cartório competente do Registro Civil das Pessoas Jurídicas, da Capital Federal, deve ser subscrito por seus fundadores e será acompanhado de: I. cópia autenticada da ata da reunião de fundação do partido; II. exemplares do Diário Oficial que publicou, no seu inteiro teor, o programa e o estatuto; III. relação de todos os fundadores com nome completo, naturalidade, número do título eleitoral com a zona, seção, município e estado, profissão e endereço da residência. O partido político em formação deve informar, no prazo de até 100 (cem) dias, contados da obtenção do seu registro civil, ao Tribunal Superior Eleitoral da sua criação, apresentando: I. a respectiva certidão do Registro Civil de Pessoas Jurídicas; II. o seu número de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ); III. cópia da ata de fundação e da relação dos fundadores, acompanhada do estatuto e do programa aprovados no momento da fundação; e IV. endereço, telefone e número de fac-símile de sua sede e de seus dirigentes nacionais provisórios. Nesse momento, a Secretaria Judiciária do Tribunal Superior Eleitoral entregará ao presidente nacional da agremiação a senha de acesso ao Sistema de Apoio a Partidos em Formação (SAPF). Esse sistema, de uso obrigatório, é utilizado no gerenciamento dos dados de todos os processos de criação de partidos políticos. Disponível em: <http://www.tre-mg.jus.br/partidos/criacao-de-partidos/criacao-e-registro-de-partidos-politicos>. Acesso em: 7 jan. 2018.

³¹ O chefe de cartório dará imediato recibo de cada lista ou formulário que lhe for apresentado e, no prazo de até 15 (quinze) dias, após conferir, por semelhança, as assinaturas e os números dos títulos eleitorais, deve lavrar o seu atestado nas listas ou nos formulários, devolvendo a cópia ao representante credenciado do partido em formação. Disponível em: <http://www.tre-mg.jus.br/partidos/criacao-de-partidos/criacao-e-registro-de-partidos-politicos>. Acesso em: 7 jan. 2018.

órgãos partidários no Tribunais Regionais Eleitorais (TRE) (arts. 20 a 25 da Res. TSE 23.465/15); e d) registro do estatuto e do órgão de direção nacional do TSE (arts. 26 a 34 da Res. TSE 23.465/15).

Com exceção das etapas burocráticas, que visam, especialmente, verificar se o partido terá grau suficiente de representatividade, não existem outros impeditivos para a criação de novos partidos. Atualmente, existem 35 partidos registrados³².

Esse cenário de fragmentação partidária resulta e é resultado de algumas características do sistema partidário, pela dificuldade de identificação ideológica com uma ou mais legendas: “[...] a ideologia conta cada vez menos como estruturadora desse sistema” (CARREIRÃO, s. a., p. 256), e da proliferação de partidos sem definição ideológica ou, na concepção de Weber (1982), “empresas de interesses”. Todas essas características geram descrédito do sistema partidário. Como afirma Mainwaring, “[...] em todos os países democráticos, os cidadãos têm atitudes um tanto ambivalentes em relação aos partidos, mas o descrédito dessas instituições no Brasil é particularmente enfático” (2001b, p. 169).

Sartori (1982) trabalha a noção de polarização entre esquerda e direita, categorizando os sistemas partidários por meio da quantidade de polos ideológicos nos quais os partidos se alinham, considerando-os bipolares quando se sustentam na dualidade esquerda *vs.* direita. O autor trata também do grau de polaridade dos sistemas, o qual varia conforme a distância ideológica entre os polos. A percepção majoritária é de que há, no Brasil, três blocos ideológicos, constituídos por “direita (PDS/PPR, PFL e PTB), centro (PMDB e PSDB) e esquerda (PDT e PT)” (FIGUEIREDO; LIMONGI, 1999).

Em estudo mais recente, Cesar Zucco Jr. (2009) aborda o significado da ideologia em parlamentares e seus espectros políticos, bem como seu papel para o comportamento do trabalho político. De modo geral, segundo o autor, existe um modo pelo qual se articulam entre os pares, significando suas posições ideológicas e pouco “impacto” nas classificações no comportamento (ZUCCO JR., 2009). Assim, a dicotomia entre esquerda e direita se faz presente e se associa à questão perspectiva de cada parlamentar em relação ao Estado e seu funcionamento, como na abordagem que se refere à intervenção estatal na economia (*idem*).

O estudo de Zucco (2009) pauta-se em escalas com respostas de 1 a 10, com base em procedimentos metodológicos nos *surveys*, com perguntas classificatórias que dirigem, no

³² PMDB, PT, PSDB, PP, PDT, PTB, DEM, PR, PSB, PPS, PSC, PCdoB, PRB, PV, PSD, PRP, PSL, PMN, PHS, PTC, SD, PSDC, Avante, PODE, PSOL, PRTB, Pros, PEN, PPL, PMB, Rede, PSTU, PCB, Novo e PCO.

espectro político, o escalonamento para esquerda, centro ou direita. Para isso, como já mencionado, Power e Zucco Jr. (2009) aplicam dois métodos: o primeiro tende a separar variações possíveis dentro do mesmo *survey*, em que cada legislador diz a posição do partido; e o segundo utiliza os mesmos legisladores em diferentes *surveys*, colocando-os em respostas diversas em um mesmo espaço. Desse modo, as ideologias surgem em posições com correspondência nos *surveys*, sendo transformadas para uma escala comum (ZUCCO JR., 2009, p. 3).

Após esse momento, o estudo propõe uma análise dos resultados, apresentados em tabelas e gráficos. De acordo com o texto, seguindo a metodologia proposta, o PSOL é o partido localizado “mais à esquerda do espectro ideológico brasileiro” (*idem*, p. 5). Por sua vez, o DEM, antigo PFL, surge mais à direita do que o PP; o PPS, que antes pertencia à esquerda do espectro político, atualmente está à direita. Entretanto, segundo o texto, “a maioria tanto dos partidos de direita quanto dos de esquerda está hoje mais próximos do centro” (*idem*, p. 6).

Os autores demonstram que PT e PSDB mantêm uma regularidade de atuação, conforme o posicionamento político de quem está no poder, movendo-se ora à esquerda, ora à direita no momento de oposição (ZUCCO JR., 2009). Além disso, mediu-se que os parlamentares se dizem mais à esquerda do que realmente são. Esse tipo de comportamento já fora observado por Pierucci (1987) sobre a “vergonha” de ser de direita. Os dados empíricos apresentados pelos autores demonstram esse tipo de conduta:

Enquanto apenas 13,5% dos parlamentares se colocam à direita de onde colocam seus próprios partidos, 25,5% se colocam mais à esquerda. Finalmente, e o que talvez seja mais impressionante, 88% dos parlamentares se posicionam à esquerda da reputação do seu partido, onde reputação é entendida como a posição média do partido entre os não membros [...] Imagina-se, e há espaço para se testar esta hipótese até mesmo em perspectiva comparada, que a direita envergonhada esteja associada às heranças da ditadura militar, e ao desconforto que tais heranças podem causar ao político que abertamente se apresenta como de direita (ZUCCO JR., 2009, p. 7-8).

Em outro aspecto, a ideia de ideologia que permite discutir o espectro político dos partidos baseia-se em um sistema de questionamentos sobre qual “tipo de sistema econômico seria mais adequado para o Brasil” (*idem*, p. 9). Aqui, são destacadas quatro escalas para se formar o significado ideológico dos partidos e legisladores:

“uma economia predominantemente de mercado com a menor participação possível do Estado”, “um sistema econômico em que houvesse uma distribuição equitativa entre uma parte de responsabilidade das empresas estatais e outra das empresas privadas”, “uma economia em que as empresas estatais e o Estado constituíssem o setor principal, mas sem que a participação da economia do mercado fosse eliminada”; e, finalmente, “uma economia em que o capital privado fosse totalmente

afastado dos principais setores econômicos, passando as grandes empresas para o controle estatal” (ZUCCO JR., 2009, p. 9)

Assim, podem ser significados e medidos em escalas os valores estimados em *surveys* e os efeitos de certa ideologia na formação dos partidos e legisladores. Segundo o Zucco Jr., pensa-se que a esquerda se define com base em um “conjunto de parlamentares com maior probabilidade de preferir uma economia com estado dominante a qualquer outro tipo de arranjo” (idem, p. 12). Os partidos de direita, por sua vez, “seriam caracterizados por uma preferência prevista maior em relação a um modelo de mercado puro, e os de centro seriam aqueles cuja maior probabilidade de resposta residiria na categoria de um modelo de equilíbrio entre Estado e mercado” (idem).

Portanto, o trabalho verificou certos aspectos de ideologia em parlamentares no Brasil, com base em estudos da Plio 2009 e da Pesquisa Legislativa (ZUCCO, 2009). Desse modo, a pesquisa salienta que há certa estabilidade no modo que “os parlamentares se veem, e como veem os seus pares” (idem, p. 16); “os partidos brasileiros aparecem ordenados no espectro ideológico de forma bastante compatível com o que seria esperado”; nenhum partido, “exceto o PPS, exibiu grandes variações de posição ao longo do tempo” (idem). De modo geral, pode-se dizer que “elites políticas” se reconhecem na estrutura ideológica, contudo “preferências e comportamento estão muito menos associadas a esta estrutura do que no passado” (idem, p. 18).

O estudo acima não menciona o PRB no espectro político. Entretanto, em outra obra, Alarcon, Maciel e Gimenes (2017) destacam um conjunto de variáveis que atribuem valores numéricos como base em pesquisa ideológica com os parlamentares brasileiros. Em seu trabalho, o PRB pontuou com uma média de 5,33, o que significa um posicionamento de centro-direita, já que a escala varia entre 1 para esquerda e 10 para direita (idem, 2017). No entanto, sobretudo na mídia, o partido vem sendo apresentado como uma legenda sem clara identificação ideológica e *catch all*³³, cuja utilidade para o sistema democrático seria questionável. Seria esse, realmente, o caso do PRB?

1.3.2 A Igreja Universal do Reino de Deus

Falar no PRB é falar na IURD, visto que suas histórias e lideranças políticas sempre estiveram imbricadas. Esta seção destina-se, portanto, a apresentar um pouco da história dessa

³³ São partidos que visam maximizar o número de eleitores em diferentes correntes ideológicas (ANDRÉ, 2003).

instituição, ressaltando seu poder centralizado e a existência de dois braços de atuação que garantem o fortalecimento institucional: o midiático, que chegou ao ápice com a compra da Rede Record em 1989; e o político, que conta com um partido, o PRB, e a inserção de diversos bispos e pastores na política institucional, incluindo o sobrinho de Edir Macedo, o bispo Marcelo Crivella, eleito prefeito do Rio de Janeiro em 2016. Também serão abordadas algumas características das práticas institucionais que contribuíram para a partidarização da clivagem religiosa.

Fundada em 1977 no bairro do Méier, cidade do Rio de Janeiro, a IURD teve início em um coreto de praça pública, passando, posteriormente, a ocupar um pequeno espaço alugado de uma antiga funerária. Três décadas depois, transformou-se no maior fenômeno religioso do Brasil (MARIANO, 2004). Atualmente, está presente em mais de 200 países e possui mais de 6 mil endereços no Brasil, incluindo o maior espaço religioso do país, o Templo de Salomão, com quase 100 mil metros quadrados de área construída e espaço para 10 mil pessoas sentadas. A inauguração do Templo, que ocorreu em 2014, contou com a participação da então presidente da República, Dilma Rousseff (PT), o então vice-presidente, Michel Temer (PMDB), o então governador de São Paulo, Geraldo Alckmin (PSDB), e o então prefeito de São Paulo, Fernando Haddad (PT). A IURD possui, além de imóveis, investimentos em patrimônios de diversos tipos, como a já mencionada Rede Record, e uma participação de 49% no Banco Renner, adquirida diretamente pelo bispo Macedo e sua esposa em 2013³⁴.

Edir Macedo é o líder e fundador da IURD. Antes de se converter à religião evangélica, quando frequentava a Igreja de Nova Vida, entre 1963 e 1975, foi católico e umbandista. Desde o início, o governo vertical da IURD centraliza-se em sua figura. Essa estrutura foi pensada para garantir unidade e coesão denominacional, simplificando o processo decisório e centralizando a administração dos recursos provenientes de dízimos e ofertas, bem como dos demais investimentos empresariais da igreja (MARIANO, 2004). Outro ponto relevante em sua

³⁴ “A Secretaria Municipal de Fazenda do Rio de Janeiro publicou nesta quarta (6), no Diário Oficial, o extrato de um contrato que permite ao Banco A.J. Renner S/A a realização de empréstimos consignados com desconto em folha de pagamento de todos os servidores ativos e inativos da prefeitura. A medida chama a atenção, já que um dos acionistas da instituição financeira, que tem sede no Rio Grande do Sul, é a B.A. Empreendimentos e Participações, *holding* do Grupo Record, que tem entre seus sócios Edir Macedo, tio de Marcelo Crivella e líder da Igreja Universal do Reino de Deus, da qual o prefeito é bispo licenciado”. Disponível em: <https://theintercept.com/2017/09/07/prefeitura-do-rio-faz-convenio-com-banco-ligado-a-edir-macedo/>. Acesso em: 22 mar. 2018.

trajetória foi a sua prisão por 11 dias em 1992, sob a acusação de charlatanismo, curandeirismo e estelionato. Saiu como um mártir para uns e como uma figura incrédula para outros³⁵.

Um dos aspectos curiosos da IURD são as ligações com Israel e elementos do judaísmo. É comum nos templos o uso de oliveiras importadas desse país e menorás³⁶. Marcelo Crivella (PRB-RJ), assim que foi eleito para o cargo de prefeito, viajou para Israel para buscar ideias aplicáveis à cidade do Rio de Janeiro³⁷. Outro momento importante foi a visita do primeiro-ministro israelense Benjamin Netanyahu ao Templo de Salomão, onde demonstrou a importância da IURD em propagar informações sobre a causa israelense³⁸. Assim, a religião e a política ganham novos contornos, e os eventos propostos pela IURD avançam no objetivo de estreitar laços com o governo israelense.

Quanto ao público e à carreira religiosa, a maioria dos fiéis das igrejas evangélicas, sobretudo neopentecostais, pertence aos estratos mais pobres e menos escolarizados da sociedade. Chegar ao cargo de pastor exige conversão e dedicação, bastando que o fiel se empenhe, saiba reproduzir a atuação dos pastores titulares e, em alguns casos, faça um curso intensivo de 6 meses para estar apto à função. É preciso, também, demonstrar talento para a coleta de dízimos e ofertas (MARIANO, 2004).

Uma das características mais marcantes de todos os cultos assistidos durante a elaboração desta tese foi a ênfase na cobrança de dízimos e ofertas³⁹. Nos templos, aceita-se o pagamento por meio de dinheiro, cheque, bens e, em algumas igrejas, cartão de débito ou crédito. Também foi criado um site para doações⁴⁰, que conta com um versículo bíblico que

³⁵ A história da prisão de Edir Macedo, bem como sua trajetória, será retratada no filme *Nada a perder*, que terá lançamento mundial em abril e maio de 2018. Trailer disponível em: <<https://noticias.r7.com/domingo-espetacular/assista-ao-trailer-do-filme-nada-a-perder-sobre-a-trajetoria-de-edir-macedo-04022018>>. Acesso em: 27 mar. 2018.

³⁶ Candelabros de sete braços muito utilizados em cerimônias religiosas do judaísmo.

³⁷ Disponível em: <<http://blogs.oglobo.globo.com/ancelmo/post/em-israel-crivella-se-reune-com-prefeito-de-jerusalem-e-quer-trazer-ideias-para-o-rio.html>>. Acesso em: 10 jan. 2018.

³⁸ *Primeiro-ministro israelense se encontra com bispo Macedo*. Disponível em: <<https://www.universal.org/noticias/primeiro-ministro-israelense-se-encontra-com-bispo-macedo>>. Acesso em: 10 jan. 2018.

³⁹ De modo geral, o Brasil parece ser um país suscetível a doações para templos religiosos. A pesquisa *World Giving Index* (2017), o principal estudo comparativo global sobre solidariedade realizada pela CAF Global Alliance, rede mundial de organizações que trabalham em prol da filantropia, mostrou que 68% dos brasileiros doaram dinheiro com fins filantrópicos no período de 12 meses anterior à realização da pesquisa. A doação para instituições religiosas é a causa mais popular, correspondendo a 49% do direcionamento das doações. Disponível em: <<http://idis.org.br/wp-content/uploads/2017/11/country-giving-report-2017-brasil.pdf>>.

⁴⁰ Disponível em: <<https://doacao.universal.org>>. Acesso em: 10 jan. 2018.

fala que a alma generosa prosperará, além de uma explicação afirmando que “[...] as únicas coisas que você pode ter de verdade são aquelas das quais você consegue se desvincular, que é capaz de dar. A doação é um ato que pode modificar o entendimento e o interior de uma pessoa”⁴¹.

Segundo a lógica da IURD, o pagamento de dízimos e ofertas implica uma relação de dívida de Deus perante o fiel:

Quando pagamos o dízimo a Deus, Ele fica na obrigação de cumprir a “Sua Palavra”, repreendendo os espíritos devoradores que desgraçam a vida do ser humano e atuam nas doenças, vícios, degradação social e em todos os setores da atividade humana que fazem sofrer (MACEDO, 2005, p. 64).

Para Diana Lima (2007), de modo geral, o dinheiro está muito presente na prática de diversas igrejas, especialmente as pentecostais, que concebem os fiéis como dizimistas. Para essas igrejas, uma das obrigações fundamentais dos fiéis é contribuir para a “Obra de Deus”. O que diferencia a IURD é a contrapartida mais explícita pregada nos templos, onde se afirma que o pagamento de dízimos implica o estabelecimento de uma sociedade com Deus em seus empreendimentos e anseios terrenos.

Além disso, os pastores e bispos ensinam que os adeptos devem doar dízimos com base na renda que desejam obter, e não com base no cálculo da renda atual (MARIANO, 2004). O dízimo, que, pela própria semântica da palavra, deveria corresponder a 10% do salário dos fiéis, é inflado pelo desejo de “investir em graças”. Em alguns casos, a coação e insistência dos pastores na temática trouxeram grandes prejuízos financeiros aos fiéis e acarretou punições judiciais para a IURD, a exemplo do Processo nº 017/1.07.0004478-4⁴², que resultou em uma indenização para a parte recorrente, uma ex-fiel da IURD. Em outro caso, ocorrido no Rio Grande do Sul, a IURD foi condenada por charlatanismo religioso, pois fiéis foram coagidos a

⁴¹ Ao fazer uma etnografia sobre a IURD na Itália, Rodrigues e Silva (2012) descrevem técnicas de arrecadação de dízimos e ofertas semelhante às observadas no Brasil: “Um outro aspecto simbólico importante presente neste culto foi o momento das ofertas. Quando o bispo pede as contribuições, as ofertas, ele invoca primeiramente trinta pessoas para contribuírem com trezentos euros cada uma; isso simboliza os trinta dias do mês, cada fiel correspondendo a um dia. Após a solicitação do bispo, trinta pessoas dirigiram-se ao altar e pegaram nos respectivos envelopes para as ofertas. Entre as trinta pessoas estavam quatro obreiros, sendo três mulheres. Esgotados os envelopes para a oferta de 300 euros, o bispo apela a que os fiéis doem cem euros. Finalmente, reforçando o aspecto simbólico da Quaresma, o bispo pede para todos os presentes doarem no mínimo quarenta euros cada um. Num determinado momento do culto, o bispo chama os dizimistas ao altar em fila indiana para depositarem o envelope com dinheiro e receberem a unção com o óleo. Logo a seguir, baixaram uma enorme tela situada em frente ao altar, que permite a projeção de vídeos através de datashow, e começaram a exibir os testemunhos de fiéis recém-convertidos. Comprovando e reforçando a importância da conversão de nacionais, os depoimentos apresentados foram feitos por três italianos: duas mulheres e um homem. Para além dos pedidos dos trezentos, dos cem e dos quarenta euros, os obreiros começaram a passar as ‘sacolinhas’ para receberem as ofertas”.

⁴² CNJ:0044781-56.2007.8.21.0017.

doar valores maiores de dízimo e ofertas em troca de conquistas pessoais⁴³. Os relatos processuais correspondem ao que vem sendo observado pela literatura:

A parte autora relatou que, influenciada pelos programas exibidos pela Rede Record, passou a frequentar a Igreja Universal do Reino de Deus. Ressaltou que, juntamente com seu companheiro, vinham passando por problemas financeiros e que a Igreja iludia com a promessa de solução, onde, ao final de cada culto, os pastores recolhiam certa quantia em dinheiro e **asseveravam que, quanto mais dinheiro fosse doado, mais Jesus daria em troca**. Salientou que, em função da promessa de soluções de seus problemas financeiros, resolveu doar valores à Igreja e, assim, prosseguiu com a venda do veículo que possuía, entregou joias, eletrodomésticos, aparelho celular e uma impressora, tudo sem o consentimento do companheiro. Mencionou que, mais tarde, se deparando com toda a situação, se vendo sem carro para trabalhar, o seu companheiro se obrigou a registrar ocorrência junto à Delegacia de Polícia de Lajeado. Alegaram ter sido iludidos e roubados, vítimas do que muitos chamam de “mercado da fé”, onde foram enganados, vindo a sofrer abalo emocional. Ao final, requereram a concessão do benefício da assistência judiciária gratuita; a condenação do réu no pagamento dos honorários advocatícios; e a condenação do réu no pagamento de danos morais e danos materiais, no valor de R\$ 220.000,00, mais juros e correção monetária, mais lucros emergentes e lucros cessantes” (Processo nº: 017/1.07.0004478-4, CNJ:0044781-56.2007.8.21.0017. Natureza: Indenizatória) (grifo nosso)⁴⁴.

Outro ponto a se destacar é a importância da Rede Record para atrair fiéis aos templos. Como se nota na imagem 4, referente a um dia de domingo, a programação mescla entretenimento com programação de cunho religioso, sobretudo em horários de menor interesse comercial devido à menor audiência, entre 1 hora da madrugada e 8 horas da manhã, quando toda a programação é preenchida por gravações de cultos da IURD e programas liderados por pastores e bispos, a exemplo do “Ponto de Luz” e “Fala que eu te escuto”, que convida os telespectadores a preparar um copo d’água para serem abençoados e contar seus problemas. Os programas exibem testemunhos de pessoas que superaram seus encostos e problemas terrenos após começarem a frequentar os cultos e enfatizam a necessidade de procurar a IURD mais próxima de casa.

⁴³ *Igreja Universal é condenada a devolver dinheiro a fiéis por charlatanismo religioso*. Disponível em: <https://www.revistaforum.com.br/igreja-universal-e-condenada-devolver-dinheiro-fieis-por-charlatanismo-religioso>. Acesso em: 14 jan. 2018.

⁴⁴ Disponível em: <https://www.conjur.com.br/dl/sentenca-condena-iurd-indenizar-casal.pdf>. Acesso em: 14 jan. 2018. Outros exemplos podem ser acessados em: <https://www.conjur.com.br/2013-fev-05/igreja-universal-devolver-dinheiro-doador-fiel-arrependido>. Acesso em: 14 jan. 2018.

Imagem 4 - Programação da Rede Record

Programação Semanal 08/01/2018 a 14/01/2018 Nacional São Paulo

Segunda - 08/01 Terça - 09/01 Quarta - 10/01 Quinta - 11/01 Sexta - 12/01 Sábado - 13/01 **Domingo - 14/01**

06h00		Santo Culto em Seu Lar • Visite o site
06h30		IURD - Ponto de Luz • Visite o site
07h00		Programa do Templo • Visite o site
08h00		Escola do Amor Responde • Visite o site
09h00		Record Kids - Pica Pau • Visite o site
NO AR		Domingo Show • Visite o site
11h00		
15h30		Hora do Faro • Visite o site Assista à chamada
19h30		Domingo Espetacular • Visite o site
23h15		Série: Chicago Fire - Heróis Contra o Fogo • Visite o site
01h15		Programação Universal • Visite o site

A GRADE DE PROGRAMAÇÃO DA RECORD SEGUE O HORÁRIO DE BRASÍLIA

Fonte: Programação da Rede Record⁴⁵, 2018

A compra da Rede Record foi o maior feito de uma igreja evangélica no país e trouxe grande repercussão. Uma das estratégias da emissora vem sendo o lançamento de dramaturgias com enredo bíblico para contrapor outras emissoras. A novela mais bem-sucedida até o momento é “Dez Mandamentos” (2015), que, após grande sucesso, transformou-se em filme e

⁴⁵ Disponível em: <<http://recordtv.r7.com/programacao/>>. Acesso em: 10 jan. 2018.

conquistou recorde de maior bilheteria nacional (embora tenha esgotado algumas salas vazias, visto que muitos ingressos foram comprados pela própria IURD para distribuição gratuita ou venda nos templos⁴⁶). Outros exemplos de títulos que utilizaram elementos do imaginário bíblico e das religiões espírita e de matriz africana foram: “Os mutantes: caminhos do coração” (jun. 2008 a mar. 2009); “Chamas da vida” (jul. 2008 a ago. 2009); “Mutantes: promessas de amor” (mar. 2009 a ago. 2009); “A história de Ester” (2010); “Sansão e Dalila” (2011); “Rei Davi” (2012); “José do Egito” (2013); “Pecado Mortal” (set. 2013 a maio 2014); “A terra prometida” (jun. 2016 a mar. 2017); “O rico e Lázaro” (2017) e “Apocalipse” (em exibição).

Ainda sobre os investimentos no campo midiático, a IURD conta com o jornal impresso Folha Universal, de distribuição gratuita, com tiragem semanal de mais de 1,8 milhão de exemplares, e o portal Universal.org⁴⁷, além de uma gravadora gospel de grande sucesso, a Line Record, e dezenas de estações de rádio em todo o Brasil, como a Rede Aleluia, composta por diversas emissoras afiliadas em todo o Brasil.

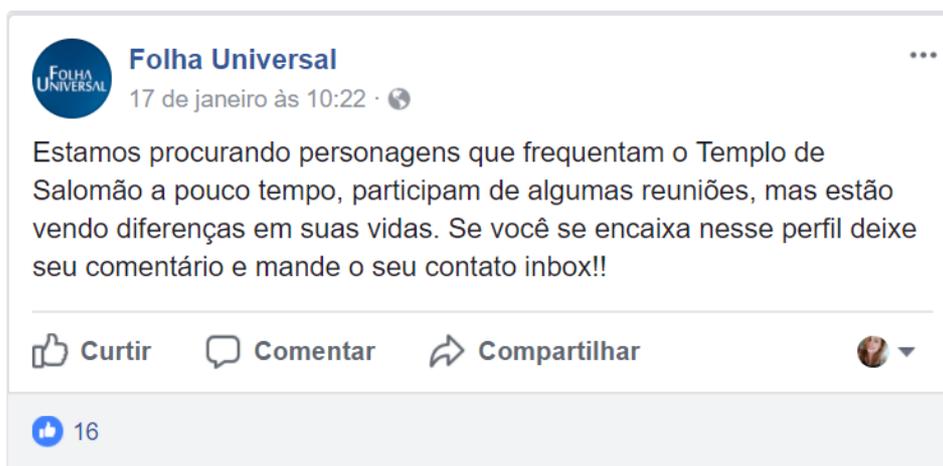
A Folha Universal detinha-se exclusivamente à exposição dos impressionantes milagres alcançados pelos seguidores e dos sucessos da IURD no Brasil e no mundo, com um *update* sobre a abertura de novos templos; recentemente, no entanto, passou a incluir acontecimentos gerais do mundo da política, entretenimento, economia, dicas para conseguir trabalho e até notícias esportivas. Entre as manchetes, é comum ver situações como: “Ela se rendeu a Deus no banheiro de uma balada”; “Ela expeliu bichos pelo corpo”; “Ele tinha apenas 1% de chance de andar e conseguiu”, além de dicas sobre como reconstruir a vida: “Imagine você sair para trabalhar e, ao retornar para casa, cansado, encontrar sua casa devastada, com os móveis queimados, bens roubados e familiares sequestrados”; ou como transformar uma pessoa: “Moro há um ano com o meu namorado e ele ainda não se divorciou, o que causa muitas brigas entre nós. No mês passado, encontrei no celular mensagens dele para outras mulheres. Ele diz que não me traiu. Contudo, descobri que uma delas era amante dele”. Somadas a essas estão notícias sobre atualidades, que, em geral, são resumos de matérias já amplamente divulgadas na grande mídia.

A fonte para tantos milagres noticiados provém de diversos meios, inclusive do Facebook:

⁴⁶ “Os Dez Mandamentos” bate recorde de bilheteria “esgotando” salas vazias. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2016/04/1759482-os-dez-mandamentos-bate-recorde-de-bilheteria-esgotando-salas-vazias.shtml>>. Acesso em: 5 jun. 2016.

⁴⁷ <<http://www.universal.org>>.

Imagem 5 - Postagem no Facebook da Folha Universal



Fonte: Página oficial do Facebook da IURD⁴⁸, 2018

A IURD é apresentada como uma porta de entrada para um universo de sonhos e desejos, habitado por um “Deus vivo” capaz de operar transformações na vida de “qualquer um que tenha fé”.

Parte do sucesso alcançado pela IURD, incluindo a compra da Rede Record, pode ser atribuído à eficiência na arrecadação de dízimos e ofertas e à grande habilidade persuasiva dos pastores. Além de prover vida confortável às centenas de pastores e bispos, o dinheiro vem sendo investido na construção e manutenção de templos, compra de patrimônio e na internacionalização.

Com a célebre frase “Pare de sofrer”, a IURD é, acima de tudo, uma instituição que oferece milagres a quem precisa, retratados diariamente nos cultos, programas de televisão, na internet e no jornal Folha Universal, sendo bastante atraente a quem está construindo ou sofrendo com as intempéries da vida no Brasil ou em outros países.

Por último, voltando à política, o braço mais promissor da IURD, as articulações mais bem elaboradas dessa igreja começaram em 1997, com o recenseamento dos fiéis em período anterior ao lançamento de candidaturas a ela ligadas (MARIANO, 2005), para que a distribuição de candidatos fosse compatível aos possíveis eleitores. Houve também a adoção do modelo corporativo da candidatura oficial, com base na análise do capital eleitoral do qual

⁴⁸ Disponível em: <<https://www.facebook.com/FolhaUniversal>>. Acesso em: 22 jan. 2018.

dispunham (ORO, 2003; MARIANO, 2005) e o conseqüente afastamento de candidatos-membros não enquadrados na lógica organizacional. Ocorreram, também, campanhas para recrutamento de novos eleitores, com o incentivo para que jovens a partir dos 16 anos solicitassem o título de eleitor (ORO, 2003). A articulação mais bem elaborada, no entanto, como será visto adiante, foi a criação do PRB.

1.3.3 A criação e ascensão do PRB

O PRB foi criado em 2003 e registrado oficialmente em 25 de agosto de 2005, inicialmente com o nome de Partido Municipalista Renovador (PMR), alterado em 2006 para a atual sigla (Resolução/TSE nº 22.167). O partido obteve o apoio de 457.702 eleitores à época e se define como “um partido de direita moderada” que mantém “[...] firmes os valores cristãos, em defesa da família tradicional, contra o aborto e a legalização das drogas, mas sem deixar de dialogar com aqueles que pensam diferente. Em síntese, o PRB busca a paz”, colocando-se como “a sinalização dos brasileiros que há uma expectativa por alternativas que não sejam ‘vermelhas’ ou ‘azuis’”⁴⁹.

Os principais articuladores do PMR eram pastores da IURD filiados ao Partido Liberal (PL). Na ocasião, dos 18 deputados vinculados à IURD, 9 pertenciam ao PL. A figura central da criação do partido foi o bispo Carlos Rodrigues, braço direito de Edir Macedo, cujo nome foi apagado das páginas do PRB, provavelmente, porque foi preso em 2006 devido ao envolvimento no escândalo de desvio de recursos destinados à compra de ambulâncias, investigado na Operação Sanguessuga⁵⁰. Outro expoente foi José Alencar, que optou por sair do PL após diversos parlamentares terem se envolvido no escândalo do “Mensalão”, filiando-

⁴⁹ PRB: 10 anos de crescimento. Disponível em: <<https://www.prb10.org.br/noticias/palavra-do-presidente/prb-10-anos-de-crescimento/>>. Acesso em 7 jan. 2017.

⁵⁰ CONGRESSO EM FOCO, 24/09/2010: “Segundo as investigações, o grupo liderado pelos empresários Luiz Antônio Vedoin e Darci Vedoin, donos da Planam, pagava propina a parlamentares em troca de emendas destinadas à compra de ambulâncias e materiais hospitalares. Ainda de acordo com a denúncia, um grupo de parlamentares viabilizava a aprovação das emendas e intercedia nas prefeituras para direcionar as licitações para as empresas da família Vedoin vencerem as disputas. Os pagamentos eram feitos muitas vezes por meio de intermediários para dificultar a identificação dos envolvidos. De acordo com auditoria da Controladoria-Geral da União (CGU) e do Departamento Nacional de Auditoria do Ministério da Saúde (Denasus), a máfia das ambulâncias causou um prejuízo de pelo menos R\$ 15,5 milhões aos cofres públicos. Para os auditores, houve superfaturamento em 70% dos convênios analisados”. Disponível em: <<http://congressoemfoco.uol.com.br/noticias/entenda-o-caso-o-que-foi-a-operacao-sanguessuga>>. Acesso em: 7 jan. 2017.

se ao PMR e compondo chapa presidencial com Lula no pleito de 2006. Alencar foi escolhido também como presidente de honra do partido.

Desde a criação da IURD até 2011, o bispo Vitor Paulo Araújo dos Santos, ex-diretor da Record, exerceu o cargo de presidente do partido⁵¹. O segundo presidente do partido, entre 2011 e 2016, foi o também bispo da IURD Marcos Pereira, que ocupou o cargo de vice-presidente da Record entre 2003 a 2009. Em maio de 2016, Marcos Pereira foi convidado pelo então presidente interino Michel Temer (PMDB) para o cargo de ministro da Indústria, Comércio Exterior e Serviços. Para assumir a função de presidente interino do partido, mais um bispo da IURD foi convidado: dessa vez, o senador Eduardo Lopes (PRB-RJ)⁵². Trata-se, portanto, de um partido que, desde sua criação, teve seu principal cargo de direção exercido unicamente por bispos da IURD. Entre as conquistas mais expressivas do PRB estão o cargo de vice-presidente da república, exercido por José Alencar (2007-2010); quatro cargos de ministro, no decorrer dos governos Lula, Dilma e Temer, com: Mangabeira Unger (ministro-chefe da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República do Brasil), Marcelo Crivella (ministro da Pesca e Aquicultura), George Hilton (ministro do Esporte) e Marcos Pereira (ministro da Indústria, Comércio Exterior e Serviços); e a eleição de Marcelo Crivella para o Senado pelo Rio de Janeiro em 2010. Foi a legenda com maior crescimento percentual na Câmara dos Deputados em 2010, pleito no qual Celso Russomanno (PRB-SP) foi o mais votado no Brasil, e, em sua conquista mais recente, Marcelo Crivella chegou ao cargo de prefeito do Rio de Janeiro em 2016.

Quanto à presidência exercida em comissões permanentes no Congresso pelo PRB, tem-se:

⁵¹ Vitor Paulo foi deputado distrital entre 2003 e 2006, presidiu a Associação Brasileira de Radiodifusão, Tecnologia e Telecomunicações (Abratel) entre 2005 e 2008, e foi eleito deputado federal no pleito de 2010 (Câmara dos Deputados, 2018). Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/credn/arquivos/deputado-vitor-paulo>. Acesso em: 14 jan. 2018.

⁵² Eleito em 2010 como 1º suplente da chapa de Marcelo Crivella (PRB), assumiu o mandato deste em 2012, quando tornou-se ministro da Pesca do governo Dilma, cargo posteriormente ocupado por Lopes.

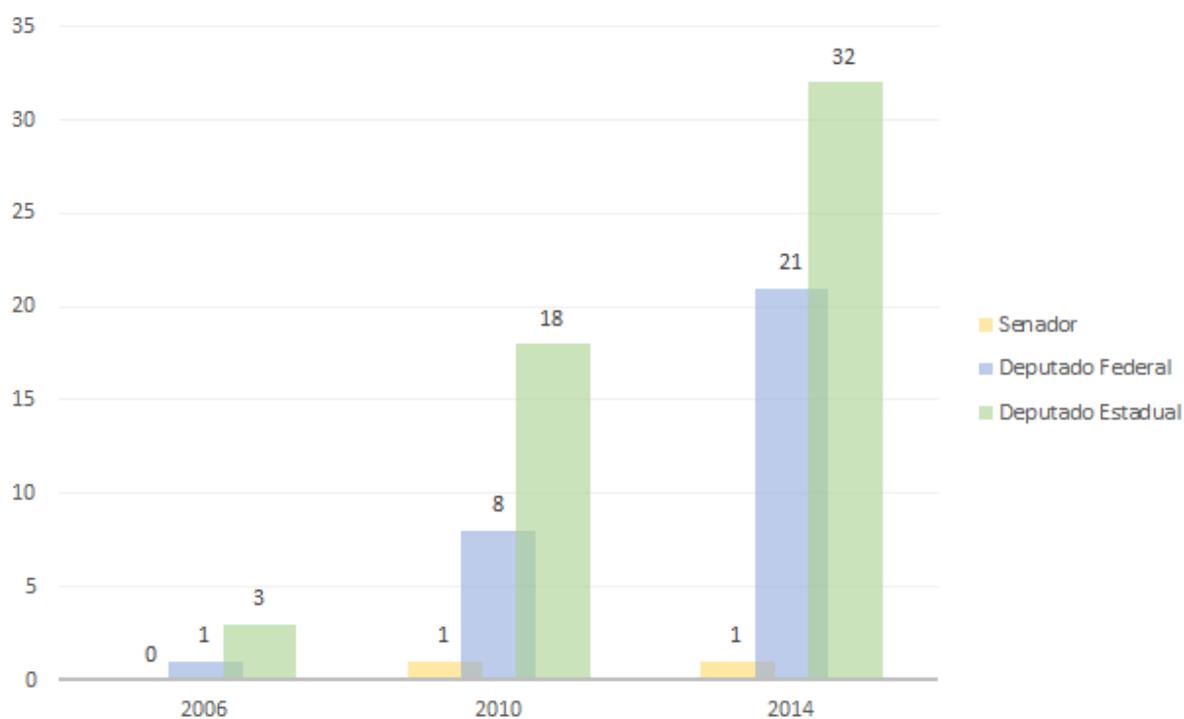
Tabela 2 - Comissões permanentes já presididas por membros do PRB

Comissão	Ano	Deputado
Legislação participativa	2011	Vitor Paulo
Esporte	2015	Márcio Marinho
Esporte	2016	César Halum
Minas e energia	2017	Jhonatan de Jesus
Parlasul	2017	Celso Russomanno

Fonte: Assessoria do PRB, 2018

Desde sua criação, o PRB vem apresentando crescimento significativo nos pleitos. O gráfico a seguir mostra a evolução no número de senadores, deputados federais e estaduais eleitos pelo partido:

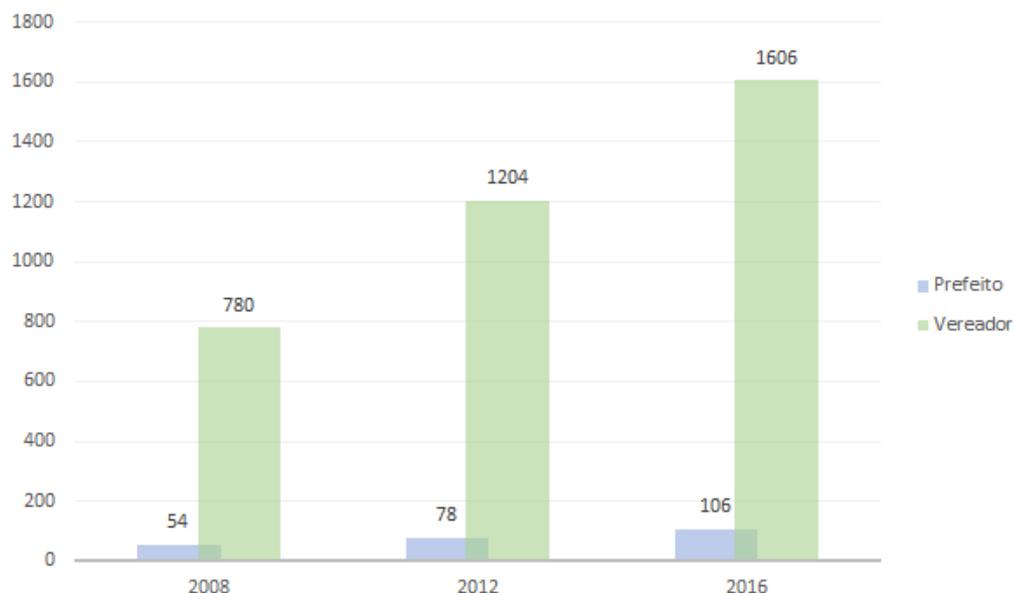
Gráfico 7 - Evolução no número de candidatos eleitos – PRB



Fonte: TSE, 2018

O gráfico 8, por sua vez, mostra a evolução no número de prefeitos e vereadores eleitos pela legenda

Gráfico 8 - Evolução no número de candidatos eleitos – PRB



Fonte: TSE, 2018

Em 2012, o PRB apresentou um crescimento de 54,4% no número de vereadores em relação ao pleito municipal anterior (2008) e de 42% no número de prefeitos. Em 2014, Celso Russomanno, que havia sido candidato à prefeito de São Paulo nas eleições de 2012, alcançando a terceira posição, obteve 1,5 milhão de votos e passou a ser o segundo parlamentar mais votado da história do Brasil. No último pleito eleitoral (2016), o PRB apresentou um crescimento de 33% no número de prefeitos em relação aos eleitos em 2012 e de 35% no número de vereadores eleitos.

Para dar continuidade aos estudos sobre o PRB e o grau de seu envolvimento com a IURD, apresenta-se um levantamento feito por Diogo Ives (2016). A tabela 3 explora o histórico de mandatos, profissão declarada e se há ligação conhecida entre o deputado federal em questão e atividades da IURD ou TV Record:

Tabela 3 - Eleitos para os cargos de deputado e senador entre a 53ª e a 55ª legislatura (continua)

Eleições de 2006 – 53ª legislatura (2007-2011)				
Estado	Nome	Mandatos e/ou afiliações anteriores	Profissão	Atividades em igrejas evangélicas e/ou na Record
RJ	Léo Vivas	1 vez vereador (PDT) e 1 vez deputado estadual (PDT)	Pastor	Bispo da Universal
Eleições de 2010 – 54ª (2011-2014) e 55ª (2015-2018) legislaturas do Senado				
Estado	Nome	Mandatos e/ou afiliações anteriores	Profissão	Atividades em igrejas evangélicas e/ou na Record
RJ	Marcelo Crivella	1 vez senador (PL)	Bispo, cantor gospel, escritor, engenheiro civil	Bispo da Universal
Eleições de 2010 – 54ª (2011-2014)				
Estado	Nome	Mandatos e/ou afiliações anteriores	Profissão	Atividades em igrejas evangélicas e/ou na Record
BA	Márcio Marinho	1 vez deputado estadual (PL) e 1 vez deputado federal (PR)	Bispo e radialista	Bispo da Universal e jornalista na Rádio Record (1991-1993), TV Record RJ (1993-1995) e TV Itapoan BA, afiliada da Record (2001-2002)
MA	Cléber Verde	3 vezes vereador (PV e PAN) e 1 vez deputado federal (PAN)	Professor, servidor público, vendedor autônomo	Católico, não faz parte da IURD
MG	George Hilton	2 vezes deputado estadual (PST, PL) e 1 vez deputado federal (PP)	Teólogo, radialista e apresentador de TV	Pastor da IURD e apresentador do programa “Minas na TV”, da Record MG (1994-?)
RJ	Vitor Paulo Araújo dos Santos	1 vez deputado distrital (PSDB)	Jornalista e radialista	Bispo da IURD, diretor na TV Record SP (1996-2000) e presidente da Abratel (2005-2008)

Tabela 3 - Eleitos para os cargos de deputado e senador entre a 53ª e a 55ª legislatura (continuação)				
RR	Jhonatan de Jesus	Não	Empresário	Membro da Igreja Batista
SP	Otoniel Carlos de Lima	1 vez vereador (PR) e 1 vez deputado estadual (PR)	Não informada	Membro da IURD
SP	Antônio Bulhões	1 vez deputado federal (PMDB)	Bispo evangélico, apresentador de TV, teólogo e administrador	Bispo da IURD e apresentador de “Fala que eu te escuto” e “Retrato da família” na Record (s. d.)
SE	Heleno Silva	1 vez deputado estadual (PTB) e 1 vez deputado federal (PL)	Pastor evangélico, locutor e técnico agrícola	Pastor da IURD
Eleições de 2014 - 55ª (2015-2018)				
Estado	Nome	Mandatos e/ou afiliações anteriores	Profissão	Atividades em igrejas evangélicas e/ou na Record
AC	Alan Rick	Não	Jornalista e apresentador de TV	Pastor da Assembleia de Deus e apresentador do programa “Gazeta Entrevista” na TV Gazeta AC, afiliada da Record (2006-2014)
AP	André Abdon	PTB	Engenheiro florestal	Membro da Assembleia de Deus
BA	Márcio Marinho	1 vez deputado estadual (PL) e 2 vezes deputado federal (PR, PRB)	Radialista	Bispo da Universal e jornalista na Rádio Record (1991-1993), TV Record RJ (1993-1995) e TV Itapoan BA, afiliada da Record (2001-2002)
BA	Tia Eron	4 vezes vereadora (PL, DEM, PRB)	Técnica em administração	Membro da IURD
CE	Ronaldo Martins	1 vez vereador (PL), 3 vezes deputado estadual (PL, PMDB e PRB)	Radialista	Pastor da IURD
MA	Cléber Verde	3 vezes vereador (PV e PAN) e 2 vezes deputado federal (PAN, PRB)	Professor, servidor público, vendedor autônomo	Católico, não faz parte da IURD

Eleitos para os cargos de deputado e senador entre a 53ª e a 55ª legislatura (continuação)				
MG	George Hilton	2 vezes deputado estadual (PST, PL) e 2 vezes deputado federal (PP, PRB)	Teólogo, radialista e apresentador de TV	Pastor da IURD e apresentador do programa “Minas na TV”, da Record MG (1994-?)
RJ	Roberto Sales	Não	Não informada	Pastor da Universal
RJ	Rosângela Gomes	3 vezes vereadora (PL, PRB) e 1 vez deputada estadual (PRB)	Não informada	Membro da Universal
RS	Carlos Gomes	1 vez deputado estadual (PPS)	Não informada	Pastor da IURD
RR	Jhonatan de Jesus	1 vez deputado federal (PRB)	Empresário	Membro da Igreja Batista
SE	Jony Marcos	2 vezes vereador (PRB)	Pastor	Pastor da IURD
SP	Celso Russomanno	4 vezes deputado federal (PSDB, PPB, PP)	Apresentador de TV e repórter	Apresentador no “Programa da Tarde”, da TV Record (2012-2015)
SP	Antônio Bulhões	2 vezes deputado federal (PMDB, PRB)	Bispo evangélico, apresentador de TV, teólogo e administrador	Bispo da IURD e apresentador dos programas “Fala que eu te escuto” e “Retrato da Família” na Record (s. d.)
SP	Roberto Alves	1 vez deputado estadual (PTB), 1 vez deputado federal (PTB), 1 vez vereador (PRB)	Metalúrgico	Pastor da IURD
SP	Vinicius Carvalho	1 vez deputado federal (PTdoB)	Jornalista, administrador E advogado	Pastor da IURD
SP	Sérgio Reis	Não	Cantor e ator	Apresentador do programa de TV “Raízes do Sertão” na Record (2014)
SP	Beto Mansur	1 vez vereador (PSDB), 2 vezes prefeito (PPB, PP), 4 vezes deputado federal (PDT, PPR, PP)	Empresário da comunicação, engenheiro eletrônico	Não

Eleitos para os cargos de deputado e senador entre a 53ª e a 55ª legislatura (conclusão)				
SP	Marcelo Squassoni	3 vezes vereador (PL, PRB)	Não informada	Não identificado
SP	Fausto Pinato	Não	Advogado	Não identificado
TO	César Halum	1 vez prefeito (PFL), 2 vezes deputado estadual (PFL), 1 vez deputado federal (PPS, PSD)	Veterinário	Apresentador da TV Record (Palmas)

Fonte: TSE, 2018

É possível notar que 71% dos candidatos eleitos pelo PRB para os cargos de deputado e senador possuem ligação direta com a IURD ou a Rede Record, braço midiático da IURD. É válido ressaltar que a Rede Record tem peso fundamental, pois “[o]s políticos são hoje dependentes da mídia porque as redes de comunicação social ganharam a preferência do público enquanto principais fontes de informação para as decisões políticas” (FIGUEIREDO, 2000, p. 41). No entanto, apesar de todos os indícios, a IURD não assume sua proeminência em relação à coordenação ou participação no PRB, talvez porque seja mais estratégico, para a participação nos pleitos, não ser tachado como um partido que representa os interesses de uma instituição eclesial. Tal postura contemplaria um número menor de eleitores, reduzindo os ganhos.

1.3.4 A organização interna do PRB

Fernando Guarnieri (2011) lembra que a maioria dos autores que analisam o sistema político brasileiro considera seus partidos fracos:

Bolívar Lamounier, em seu trabalho com Rachel Meneguello, salientou que “a complexidade da sociedade brasileira, a razoável modernidade do aparelho de Estado, para não falar do dinamismo da economia, tudo isso forma um contraste intolerável com o evidente subdesenvolvimento das instituições de intermediação política” (1986, p. 9). Para Rodrigues (2002) “excetuando-se os partidos de esquerda, os demais não passariam de legendas despidas de qualquer estrutura organizatória”. Morgenstern e Vasquez-Delía (2007, p. 148) observam recentemente que, com a exceção do PT, os partidos tendem a se organizar “*as weak and decentralized organizations*”. Para autores como Samuels (1997), Ames (2001) e Mainwaring (1991; 1999), essa fraqueza seria caracterizada pela falta de controle dos partidos sobre seus membros. Essa falta de controle seria a consequência lógica da aplicação do modelo de escolha

racional à realidade brasileira. As regras eleitorais vigentes no país, notadamente a representação proporcional de lista aberta, criariam incentivos a um comportamento individualista por parte dos políticos. Como as lideranças partidárias não teriam controle sobre a formação da lista, elas não teriam controle sobre o comportamento de seus membros. Outros autores possuem uma visão mais positiva dos partidos como Figueiredo e Limongi, (1995; 1999), Melo (1999; 2000), Nicolau (2000), Schmitt, Carneiro e Kuschnir (1999), Peres (1999). Mas esta visão positiva se resume à arena parlamentar e não leva em conta a organização partidária. Na arena eleitoral, a visão preponderante é de que a ausência dos partidos de massa levaria à fragmentação e à instabilidade do sistema partidário (p. 273).

No entanto, Guarnieri destaca que “poucos autores olharam para o interior da organização partidária para ver até que ponto as lideranças de fato controlam ou não esse comportamento” (idem, p. 274). Em seu estudo, propõe mostrar a força dos partidos considerados fracos por não terem uma estrutura interna sólida, evidenciando que a deficiência dessa estrutura pode reforçar os mecanismos de controle das lideranças partidárias. Guarnieri demonstra também o impacto desses mecanismos de controle nas decisões de lançar ou não candidatos em eleições majoritárias.

O autor adota a perspectiva de Panebianco (2005), que sugere uma tipologia sobre a “ordem organizativa” dos partidos, tendo a centralização/descentralização do poder no interior da organização como a principal característica definidora. Nessa perspectiva, quanto mais poder os dirigentes têm sobre os recursos partidários, maior é o controle que exercem sobre os outros grupos, tornando a coalizão mais estável. Existiriam, portanto, partidos oligárquicos ou monocráticos, com coalizões dominantes fortes, e partidos políticos poliárquicos, divididos e instáveis. Trata-se de um meio para compreender a fisionomia dos partidos brasileiros e como exercem controle sobre decisões estratégicas e disputas internas.

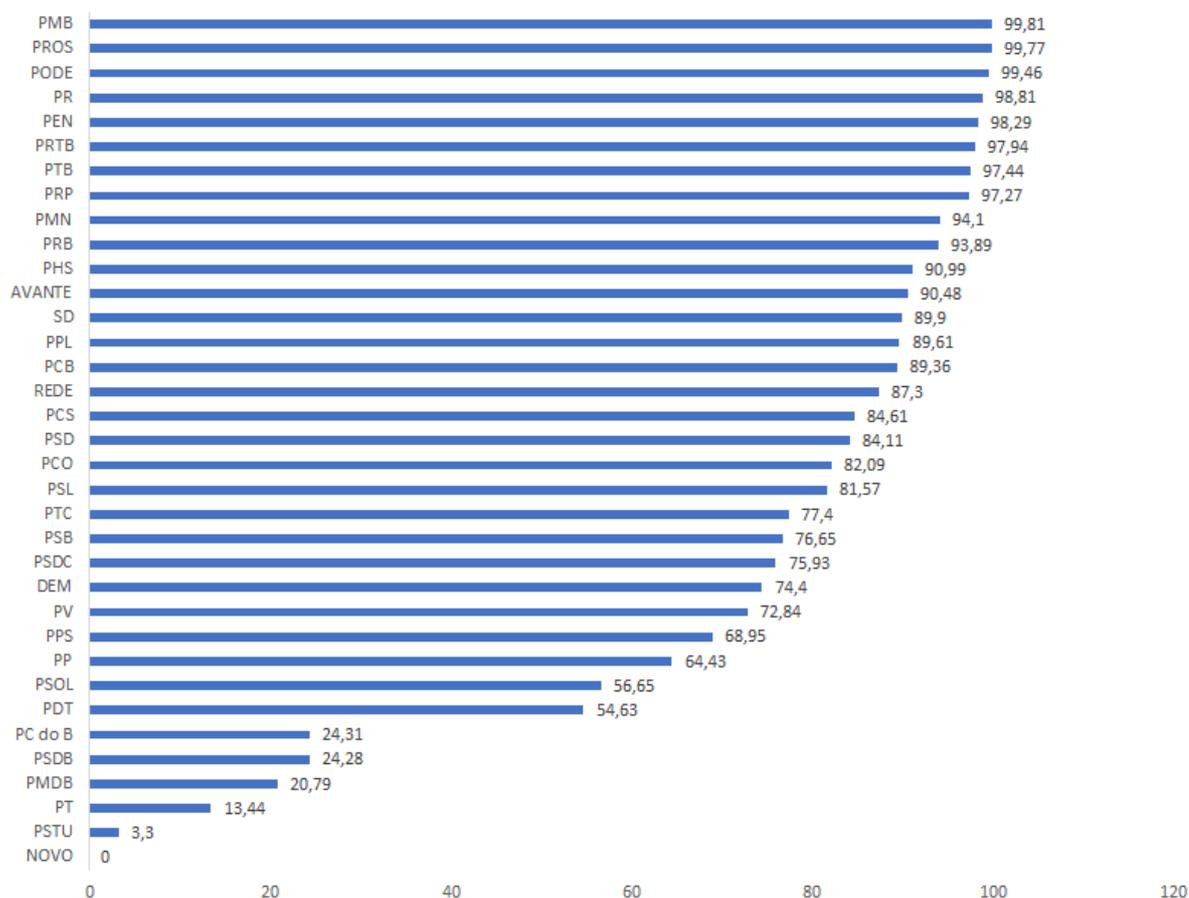
Tendo em vista a perspectiva de Guarnieri (2011, p. 238) de que “um partido forte é aquele em que a direção partidária controla as decisões internas, notadamente as estratégias de participação nas arenas eleitoral e decisória”, é essencial analisar a estrutura organizacional do PRB, verificando o potencial de controle das lideranças em relação às convenções partidárias, momento crucial para a tomada de decisões eleitorais, como lançamento de candidaturas e definição das coligações.

Em 2017, o TSE apurou que a maioria dos diretórios partidários no Brasil é provisória. Entre as 55.204 direções municipais, estaduais e nacionais, 40.575 (73,5%) foram nomeadas

pelos dirigentes dos partidos, com *status* de provisórias. Cabe ao TSE decidir como proceder a esse respeito⁵³.

Por se tratar de uma situação de vulnerabilidade das instâncias decisórias do partido, sem a legitimidade de um processo de escolha com a participação de bases partidárias, líderes estaduais e municipais, indicados pelos dirigentes, costumam oferecer maior alinhamento, desajustando o modo como o processo decisório deveria ocorrer.

Gráfico 9 - Porcentagem de diretórios provisórios



Fonte: TSE, 2017

Ou seja, dos 35 partidos brasileiros, apenas 6 (PCdoB, PSDB, PMDB, PT, PSTU e Novo) possuem mais da metade de seus diretórios com caráter permanente. O PMB e o Pros têm mais de 99% de seus núcleos com caráter provisório, e o PRB conta com 94% de diretórios provisórios, sendo 100% das comissões estaduais provisórias (jan/2018). No entanto, o PMB e

⁵³ Ainda em 2015, com cenário equivalente, o TSE aprovou uma resolução segundo a qual as legendas teriam 120 dias para alterar seus estatutos, definindo prazos máximos para a duração das comissões provisórias. Com diversos adiamentos, a medida entrou em vigor em agosto de 2017.

o Pros são partidos novos; o PMB obteve registro definitivo no TSE em 2015 e o Pros, em 2013. O PRB, por sua vez, está definitivamente registrado há cerca de 13 anos.

Nesse aspecto, a fisionomia do PRB não se distancia de grande parte dos partidos brasileiros. O que há de inovador é o fato de que, entre os 27 diretórios estaduais do PRB, 11 são presididos por membros da IURD, sendo que o número pode ser ainda maior, uma vez que nem todos possuem informações claras sobre pertencimento religioso. Nenhum dos bispos e pastores foi escolhido pelas bases, visto que os diretórios são provisórios. Em todos os casos, foram nomeados pela coalizão dominante do partido.

Tabela 4 - Diretórios estaduais provisórios – PRB (continua)

Estado	Nome	Função eclesialística
AC	Manuel Marcos	Pastor da IURD
AL	Fabiana Pessoa	Sem informação
AP	Aline Gurgel	Sem informação
AM	João Carlos dos Santos Mello	Sem informação
BA	Tia Eron	Membro da IURD
CE	Ronaldo Martins	Pastor da IURD
DF	Wanderley Tavares da Silva	Sem informação
ES	Devanir Ferreira	Pastor da IURD
GO	João Campos	Sem informação
MA	Cleber Verde	Católico
MT	Rogério Rossetti Martins	Sem informação
MS	Wilton Melo Acosta	Sem informação
MG	Gilberto Abramo	Bispo da IURD
PA	Fabio Sousa de Freitas	Sem informação
PB	Jutay Meneses	Pastor da IURD
PR	Valdemar Bernardo Jorge	Sem informação
PE	Silvio Costa Filho	Sem informação
PI	Gessivaldo Isafas	Membro da IURD

Diretórios estaduais provisórios – PRB (conclusão)		
RJ	Eduardo Lopes	Bispo da IURD
RN	Victor Hugo de Assis Cruz	Sem informação
RS	Carlos Gomes	Pastor da IURD
RO	Lindomar Garçon	Sem informação
RR	Mecias de Jesus	Sem informação
SC	Sérgio Motta Ribeiro	Bispo da IURD
SP	Sergio Fontellas	Sem informação
SE	Jony Marcos	Pastor da IURD
TO	César Halum	Sem informação

Fonte: Site do PRB, jan/2018

As informações sobre a presidência de diretórios municipais não estão disponíveis no *site* do partido e foram solicitadas aos seus assessores. O retorno, todavia, foi impreciso, com uma planilha contendo apenas o número de comissões por estado.

É possível afirmar que a IURD vem exercendo forte controle sobre as instâncias decisórias do partido, o que ajuda a explicar o grande número de pastores e bispos da IURD que vêm conquistando cargos políticos pelo PRB.

Existe outro ponto de análise, desta vez em relação às representações estaduais, que permite a observação do grau de controle do diretório federal sobre as unidades federativas. As datas de criação das representações estaduais do PRB demonstram que estruturas localizadas em estados diferentes foram criadas em datas muito semelhantes ou idênticas, o que indica que as ações foram coordenadas, não se tratando de um processo natural, ocorrido nas bases estaduais. A tabela 5 mostra esse cenário:

Tabela 5 - Datas de criação de representações estaduais do PRB (continua)

Estado	Data de criação
PB e RS	25 de junho de 2005
SC	10 de outubro de 2005
AP, DF, PE, PI e SE	25 de outubro de 2005
MG	23 de março de 2006

Datas de criação de representações estaduais do PRB (conclusão)	
MS, RR e TO	23 de maio de 2007
ES	15 de junho de 2007
MT	16 de julho de 2007
MA	26 de julho de 2007
CE	10 de agosto de 2007
AC	18 de agosto de 2007
RO	19 de novembro de 2007
AL	1 de fevereiro de 2008
PA	16 de dezembro de 2008
SP	30 de janeiro de 2009
BA, GO e PR	9 de fevereiro de 2009
AM	1 de outubro de 2009
RN	11 de março de 2010
RJ	19 de maio de 2010

Fonte: TSE, 2018

1.3.4.1 O Programa Partidário do PRB

Em um cenário ideal, o programa partidário propõe um programa político composto por diretrizes e orientações ideológicas, as quais se compromete a seguir. Cabe ao eleitor, por sua vez, escolher, entre os partidos, aquele que apresenta as propostas e diretrizes que considera mais relevantes e cujo posicionamento ideológico lhe causa maior familiaridade. Aqui, será analisado o programa do PRB em uma tentativa de compreender os propósitos e diretrizes do partido.

Em primeiro lugar, é válido retomar o fato de que o PRB foi criado por diversos dissidentes do PL. No entanto, o rompimento, aparentemente, não provém de discordâncias ideológicas, mas de discordâncias de interesses, provavelmente relacionados ao objetivo de expansão da IURD na política institucional, bem como a um maior controle de seus representantes.

A suspeita da ausência de rompimento ideológico, que justificaria a criação do novo partido, fortalece-se, com a observação de que, no primeiro estatuto elaborado pelo então PMR⁵⁴, existem muitas similitudes e, até mesmo, alguns trechos de plágio, a exemplo do art. 43, que inclui o nome do PL em vez do nome do PMR:

CAPÍTULO VIII Das Bancadas Art. 43 - **As bancadas do PL** nas Câmaras Municipais de Vereadores, nas Assembleias Legislativas e Senado Federal constituirão suas lideranças de acordo com as normas regimentais das respectivas Casas Legislativas e com as normas baixadas pela respectiva Comissão Executiva, podendo, inclusive, adotar as regras estabelecidas para a eleição do Líder do Partido na Câmara dos Deputados, abaixo discriminadas [...] (Estatuto do PMR, p. 10, grifo nosso)

Para além das semelhanças de discurso com a legenda que, em partes, lhe deu origem (essas identificadas no primeiro estatuto), analisou-se o conteúdo do programa partidário vigente, buscando conteúdos que ajudassem a definir seus posicionamentos quanto a aspectos econômicos e sociais. Foram buscados trechos que fizessem referência aos temas escolhidos, com potencial para a compreensão do posicionamento do partido no espectro partidário brasileiro.

Embora possa ser considerado um material empírico limitado para a análise da orientação programática dos partidos (ideológico ou não ideológico), já que programas partidários genéricos são recorrentes, o programa é o principal documento para a apresentação do partido. Com o processo ainda em curso de universalização da internet, o documento passou a alcançar um público mais numeroso. Desse modo, considera-se que seja feito um esforço por parte dos partidos para se apresentarem de maneira coerente aos eleitores e que, portanto, seria válido analisar o material.

Começa-se com a definição de República no programa:

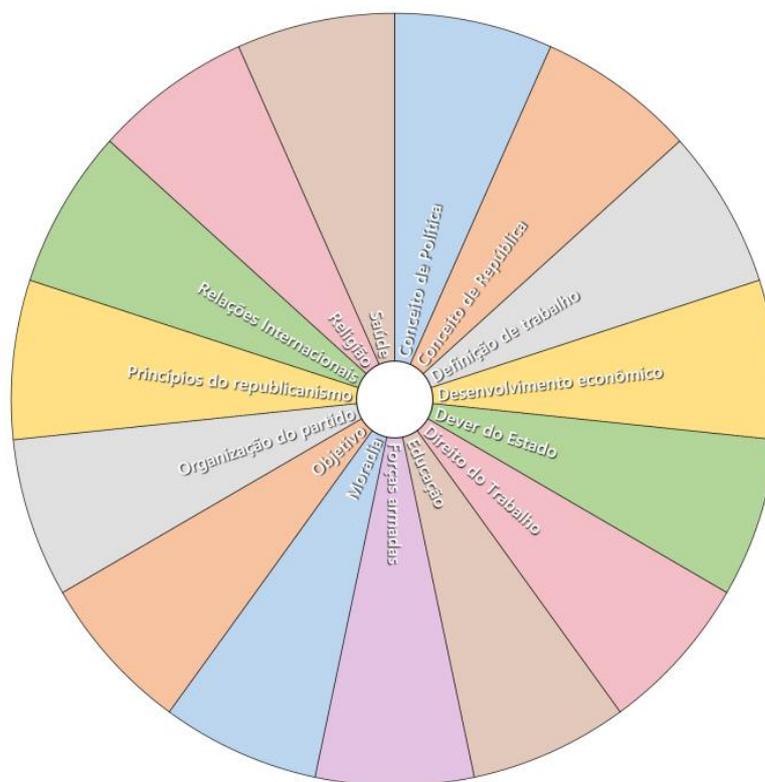
É nosso entendimento que a República, como comunidade de homens livres, deve ser o espaço de realização das aspirações de cada cidadão a uma vida digna, e ao pleno desenvolvimento de suas potencialidades materiais e espirituais. O Estado deve exercer a sua soberania no sentido de assegurar aos cidadãos brasileiros condições efetivas de vencer a pobreza, de reduzir as disparidades de renda e de alcançar a felicidade individual e familiar (PRB, 2017, p. 1)

Para avançar na compreensão da orientação programática do PRB, por meio do Programa Partidário, utilizou-se o *software* de análise qualitativa de dados NVIVO 11⁵⁵.

⁵⁴ Disponível em: <<http://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/estatuto-do-partido-republicano-brasileiro-de-15.2003>>. Acesso em: 15 jan. 2018.

⁵⁵ Esse *software* auxiliou no desenvolvimento de uma análise mais atenta de temas-chave abordados no documento. O programa oferece recursos como: criação de um *corpus* de análise, formação de blocos discursivos,

Gráfico 10 - Divisão temática do Programa do PRB – regras, organização e comportamento partidário vs. outros temas



Fonte: A autora, por meio do *software* NVivo11., 2017

Todos os assuntos foram abordados de modo superficial e genérico. Existem apenas duas referências ao tema política econômica/economia. A primeira é uma definição de como deve ser a política econômica, tendo sido apresentada como um dos cinco “princípios básicos republicanos”⁵⁶: “4. A política econômica deve visar ao desenvolvimento econômico e social, mediante a utilização plena e soberana dos recursos humanos e materiais da sociedade, *dentro*

⁵⁶ Os cinco “princípios básicos republicanos”, de acordo com a definição do partido, são: “1. A única fonte legítima do poder político é o voto livre do povo; 2. É intolerável toda forma de discriminação entre os cidadãos, seja de natureza econômica, social, de raça, religiosa ou de qualquer outra espécie; 3. O sistema federativo exige efetivo equilíbrio fiscal entre as unidades que o compõem, devendo ser revertida a tendência dos últimos anos de excessiva concentração tributária e de poderes orçamentários e fiscais pela União; 4. A política econômica deve visar ao desenvolvimento econômico e social, mediante a utilização plena e soberana dos recursos humanos e materiais da sociedade, dentro de critérios responsáveis em relação ao meio ambiente; 5. Os segmentos frágeis da sociedade, principalmente os jovens, os idosos e os portadores de necessidades específicas, devem gozar de atenção especial do Estado”. Disponível em: <<https://www.prb10.org.br/programa>>. Acesso em: 15 jan. 2018.

de critérios responsáveis em relação ao meio ambiente” (Programa do PRB, 2017, p. 1, grifo nosso)⁵⁷.

O segundo momento em que o tema economia aparece é:

Da Economia. É dever do Estado promover o desenvolvimento econômico do País e criar as condições macroeconômicas para que, *em regime de capitalismo regulado, e combinando a força da iniciativa privada com o planejamento estratégico indicativo governamental*, todo o potencial material e humano da sociedade seja mobilizado, seguindo critérios razoáveis de responsabilidade ambiental, para a criação de renda, de riqueza e de postos de trabalho, com adequada retribuição do capital e do trabalho, e sob o ordenamento de um sistema fiscal e tributário moderno, justo e equitativo (Programa do PRB, 2017, p. 2, grifo nosso)⁵⁸.

O tema do desenvolvimento econômico é abordado no contexto de definição do dever do Estado. Existe uma combinação entre “capitalismo regulado”, “força da iniciativa privada” e “planejamento estratégico indicativo governamental”, além de um chamado para que todo o “potencial material e humano da sociedade seja mobilizado” e da apresentação da necessidade de atender a “critérios razoáveis de responsabilidade ambiental” como meio de geração de renda, riqueza e trabalho. Fala-se ainda de uma “adequada retribuição do capital e do trabalho” e em “ordenamento de um sistema fiscal e tributário moderno, justo e equitativo”. No entanto, pouco ou nada pode ser apreendido sobre os meios pelos quais tal cenário pode ser alcançado. O posicionamento é demasiadamente genérico e permite inúmeros enquadramentos ideológicos. Um partido de direita costuma apresentar, em seu programa, grande ênfase em temas econômicos de teor neoliberal, a exemplo da defesa do Estado mínimo, da valorização da iniciativa privada, do empreendedorismo, bem como da ênfase para questões morais, como a defesa da família e da religião. No estatuto do Partido Progressista (PP), por exemplo, consta o ideal de “IV - consecução de um sistema econômico livre, que favoreça a prática das regras de mercado, mas que tenha como objetivo maior o bem-estar dos brasileiros e a eliminação das desigualdades sociais” (Estatuto do PP, p. 25). Sobre moral e bons costumes, o partido afirma, como uma de suas prioridades: “implementação de políticas, normas e atos em defesa da moral e dos bons costumes visando assegurar estabilidade à família” (idem, p. 35)⁵⁹.

⁵⁷ Estatuto do Partido Republicano Brasileiro. Disponível em: <<https://www.prb10.org.br/programa>>. Acesso em: 15 jan. 2018.

⁵⁸ Programa do Partido Republicano Brasileiro (2017). Disponível em: <<https://www.prb10.org.br/programa>>. Acesso em: 15 jan. 2018.

⁵⁹ Estatuto do Partido Progressista. Disponível em: <<http://www.pp.org.br/sites/1600/1694/00001099.pdf>>. Acesso em: 15 jan. 2018.

O tema “família” também não ganhou destaque no programa do PRB, aparecendo de maneira transversal na seguinte passagem: “[o] Estado deve exercer a sua soberania no sentido de assegurar aos cidadãos brasileiros condições efetivas de vencer a pobreza, de reduzir as disparidades de renda e de alcançar a **felicidade** individual e **familiar**” (Programa do PRB, p. 1, grifo nosso)⁶⁰. O tema “religião” também foi abordado de modo bastante neutro: “Da Religião. O PRB defende a liberdade de crença e a liberdade de culto. Ninguém deve ser preterido ou preferido em função de sua opção religiosa” (idem, p. 3)⁶¹. Temas comuns na agenda parlamentar do PRB, como proibição do aborto em casos de estupro, proibição da adoção por casais do mesmo sexo e da união homoafetiva, estão ausentes.

Os trabalhadores, ou “cidadãos aptos e dispostos a trabalhar”, também não parecem ser o tema central do estatuto:

O direito ao trabalho remunerado, **como única fonte de sobrevivência digna para os que nasceram sem herança, é entendido como em pé de igualdade com o direito à propriedade privada**, sendo dever do Estado garantir as condições macroeconômicas capazes de assegurá-lo a **todos os cidadãos aptos e dispostos a trabalhar** (Programa do PRB, 2017, p. 1, grifos nossos)⁶².

Trata-se, portanto, de um emaranhado de conceitos genéricos e posicionamentos rasos e imprecisos. Analisando puramente o Programa Partidário, que contém apenas 3 páginas, trata-se, aparentemente, de um “partido fisiológico” (termo amplamente utilizado pela mídia), sem posicionamentos definidos sobre economia e até mesmo sobre moral, apesar da sólida ligação com a IURD. Entre as conclusões que se pode tirar dessa análise do programa do PRB estão: a fragilidade de se considerar unicamente o programa para definir o posicionamento de um partido; o pouco comprometimento do partido em formular um programa cujos posicionamentos ideológicos fiquem claros para os eleitores; ou, em outra hipótese, o pouco interesse em se comprometer com determinados posicionamentos.

⁶⁰ Programa do Partido Republicano Brasileiro (2017). Disponível em: <https://www.prb10.org.br/programa>. Acesso em: 15 jan. 2018.

⁶¹ Programa do Partido Republicano Brasileiro (2017). Disponível em: <https://www.prb10.org.br/programa>. Acesso em: 15 jan. 2018.

⁶² Programa do Partido Republicano Brasileiro (2017). Disponível em: <https://www.prb10.org.br/programa>. Acesso em: 15 jan. 2018.

1.3.5 O peso político do PRB nas coalizões do Poder Executivo Federal

Como destacam diversos autores, a cooperação entre o Poder Executivo e o Poder Legislativo, por meio de coalizões multipartidárias, assegura o sucesso do Poder Executivo na aprovação de sua agenda prioritária (AMORIM NETO, 1998; 2000; FIGUEIREDO; LIMONGI, 1999; SANTOS, 2003).

Diferentemente do PMDB (que, desde dezembro de 2017, passou a se chamar MDB), analisado por Maciel (2014) como o jogador central em 19 coalizões do governo Federal, entre a gestão Sarney e o segundo governo Lula, o peso político do PRB ainda é pequeno. Quanto à importância matemática do PRB na composição do governo, ou seja, a cota do jogo, constituída pelo número de votos necessários para aprovar um projeto de lei na Câmara dos Deputados (maioria simples: 50% + 1), no cenário atual, último ano do governo Michel Temer (2018), o PRB compõe a base do governo com 22 deputados⁶³. O MDB, por exemplo, possui 61 deputados. Proporcionalmente, o PRB representa 8,58% da cota necessária para a aprovação de proposições de interesse do Poder Executivo, e esse é o maior peso já alcançado pelo partido.

Embora ainda não tenha peso numérico decisivo, o PRB apoiou todos os governos federais desde que se constituiu como partido. Desse modo, alcançou posições importantes na composição do governo, a exemplo do cargo de vice-presidente (José Alencar filiou-se ao PRB em 2005 e foi reeleito vice-presidente da República para o mandato 2007-2010 na chapa de Lula), e no comando de pastas ministeriais. Essa posição sugere grande poder de influência, visto que a montagem de governos de coalizão é uma estratégia imprescindível para os presidentes brasileiros. Indica também seu potencial no jogo político, visto que:

[p]ara influenciar a política pública, é preciso estar alinhado com o presidente. Assim, restam aos parlamentares, basicamente, duas alternativas: fazer parte da coalizão presidencial na legislatura em curso, ou cerrar fileiras com a oposição esperando chegar à Presidência no próximo termo (LIMONGI, 2006, p. 41).

1.3.6 As proposições legislativas do PRB

Para avaliar se existe alguma excepcionalidade na atuação legislativa do PRB, um dos caminhos metodológicos escolhidos foi o mapeamento de todas as proposições do partido desde

⁶³

Disponível

em:

http://www.camara.leg.br/internet/deputado/dep_Lista.asp?Partido=PRB&UF=QQ&Nome&Todos=QQ&SX=QQ&condic=QQ&Ordem=QQ&Forma=QQ. Acesso em: 7 jan. 2017.

sua criação⁶⁴. Foram encontradas 985 proposições na Câmara dos Deputados e 317 no Senado Federal, das quais 360 proposições foram apresentadas em parceria com outros partidos⁶⁵. A proposição mais antiga chegou à Câmara em 8 de março de 2006. Trata-se do PL 6707/2006, embora seja oriunda do PLS 420/2003, quando o autor, o senador Marcelo Crivella, ainda pertencia ao PL. A proposição trata das sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito. Como PRB, de fato, a proposição mais antiga data de 5 de abril de 2006 e trata de dedução do Imposto de Renda de Pessoa Física (IRPF) da parcela do valor pago no ano-calendário para a aquisição de imóvel residencial mediante financiamento.

Todas as 1.302 proposições foram lidas e classificadas manualmente, conforme seu teor central⁶⁶. Por ser uma metodologia qualitativa e exploratória, por óbvio, seriam possíveis inúmeras outras classificações. O objetivo foi, no entanto, tentar sintetizar o tema central das proposições, de modo que fosse possível agrupá-las para avaliar qual seria o peso de determinados temas na agenda partidária e, sobretudo, buscar, em meio às centenas de proposições, aquelas que teriam interesse religioso, seja por conter a defesa de valores morais ou por serem voltadas às demandas das instituições religiosas.

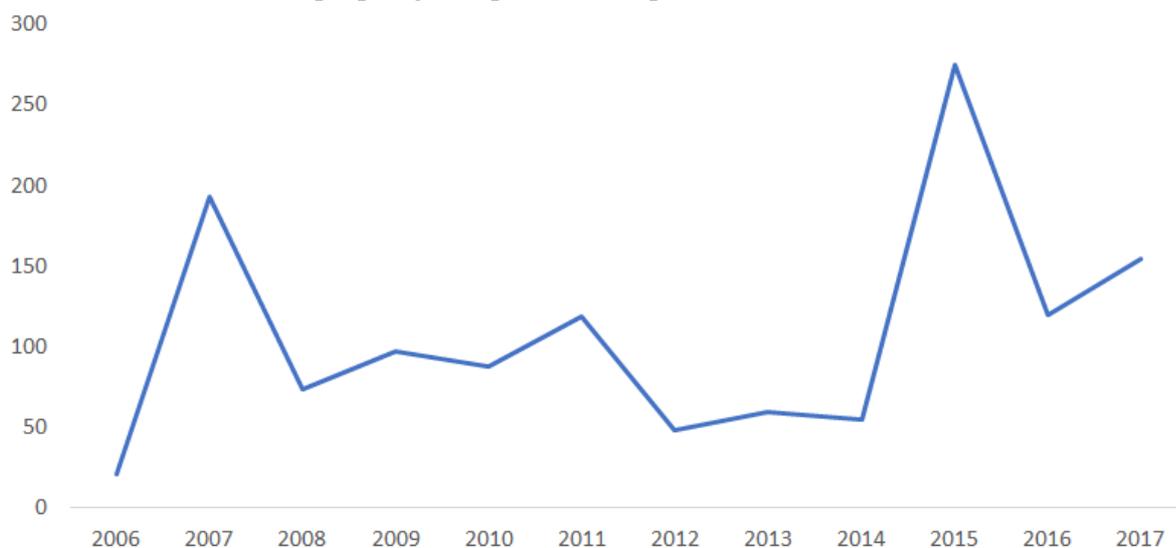
O gráfico 11 analisa o ano de apresentação das proposições. A maior atividade legislativa foi identificada em 2015, quando o PRB apresentou 275 proposições.

⁶⁴ As proposições da Câmara e do Senado foram coletadas no Sistema de Informação Legislativa (Sileg). A coleta envolveu os tipos de proposições mais comuns: Projeto de Lei (PL), Projeto de Lei do Senado (PLS), Projeto de Lei da Câmara (PLC), Projeto de Lei Complementar (PLP), Projeto de Resolução (PR), Projeto de Decreto Legislativo (PDC), Proposta de Emenda à Constituição (PEC) e Medida Provisória (MPV), estando elas arquivadas ou em tramitação.

⁶⁵ A última atualização na nossa base foi feita em 3 de janeiro de 2018.

⁶⁶ Visto que ferramentas de leitura e agrupamento automático poderiam apresentar enviesamentos.

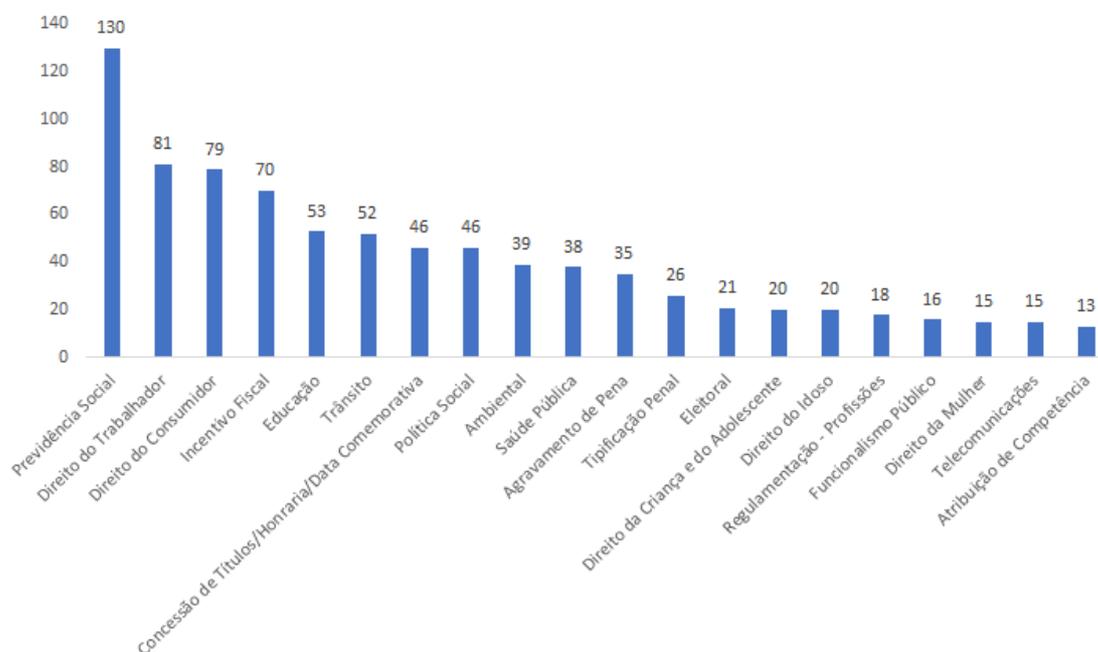
Gráfico 11 - Número de proposições apresentadas por ano (PRB)



Fonte: Sileg – Câmara dos Deputados e Senado Federal, 2018

Entre os temas mais recorrentes, que podem ser visualizados no gráfico 12, estão: previdência social (130), direito do trabalhador (81), direito do consumidor (79), incentivo fiscal (70), educação (53), trânsito (52), concessão de títulos/honoraria/data comemorativa e política social (46).

Gráfico 12 - Temas mais recorrentes nas proposições do PRB



Fonte: A autora, com base em dados do Sileg, 2018

Os assuntos de interesse religioso não estiveram no centro da agenda do PRB, representando apenas 20 das proposições apresentadas – 1,5% do total. No entanto, esse percentual pode ser considerado elevado em comparação a outros partidos. Entre os assuntos de interesse religioso estão:

- PL 7649/2006⁶⁷: altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, que regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências, favorecendo a instalação de templos religiosos.
- PLS 376/2007⁶⁸: é instituído o Dia Nacional da Marcha para Jesus, a ser comemorado, anualmente, sessenta dias após o domingo de Páscoa, com o objetivo de promover a manifestação pública da fé cristã em todo o país.
- PL 4142/2008⁶⁹: dispõe sobre a proteção aos locais de culto e suas liturgias, regulamentando o inciso VI do art. 5º da Constituição Federal, e dá outras providências.

⁶⁷ Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=338352>>. Acesso em: 4 ago. 2017.

⁶⁸ Disponível em: <<http://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/81680>>. Acesso em: 4 ago. 2017.

⁶⁹ Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=412467>>. Acesso em: 4 ago. 2017.

- d) PL 3234/2008⁷⁰: institui o Dia Nacional da Marcha para Jesus.
- e) PL 3541/2008⁷¹: institui o Dia Nacional do Evangélico no dia 30 de novembro de cada ano.
- f) PL 3323/2008⁷²: altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, Estatuto da Criança e do Adolescente, para vedar a adoção por casais do mesmo sexo.
- g) PLC 267/2009⁷³: institui o Dia Nacional do Evangélico a ser comemorado no dia 30 de novembro de cada ano.
- h) PL 2756/2011⁷⁴: assegura aos clérigos o exercício dos atos litúrgicos em estrita conformidade com os respectivos ordenamentos religiosos.
- i) PL 733/2011⁷⁵: disciplina o inciso III do art. 19 e o *caput* do art. 226 da Constituição Federal, que tratam da vedação ao Poder Público de criar distinções e preferências entre brasileiros e da especial proteção do Estado à família. Note-se o trecho: “a motivação da apresentação deste projeto decorre da nossa preocupação com a erosão dos valores familiares, que são, ao que sabemos, os sustentáculos de uma nação que tem como objetivo fundamental assegurar a felicidade de todos”.
- j) PL 6055/2013⁷⁶: revoga a Lei nº 12.845, de 1º de agosto de 2013, que “dispõe sobre o atendimento obrigatório e integral às pessoas vítimas de violência sexual”. Note-se que o PL avalia que a lei em questão “tem manifestamente como principal objetivo preparar o cenário político e jurídico para a completa legalização do aborto no Brasil. Sua eficácia se estende também aos hospitais mantidos por entidades religiosas ou que sejam contrários ao aborto cirúrgico ou químico, este último inclusive na forma da vulgarmente chamada pílula do dia seguinte”.

⁷⁰ Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=552638&filename=PL+3234/2008>. Acesso em: 04 fev. 2018.

⁷¹ Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetrmitacao?idProposicao=399108>>. Acesso em: 4 ago. 2017.

⁷² Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetrmitacao?idProposicao=392098>>. Acesso em: 4 ago. 2017.

⁷³ Disponível em: <<http://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/93920>>. Acesso em: 4 ago. 2017.

⁷⁴ Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetrmitacao?idProposicao=528378>>. Acesso em: 4 ago. 2017.

⁷⁵ Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetrmitacao?idProposicao=494905>>. Acesso em: 4 ago. 2018.

⁷⁶ Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetrmitacao?idProposicao=586417>>. Acesso em: 4 fev.2018.

- k) PEC 133/2015⁷⁷: acrescenta § 1º-A ao art. 156 da Constituição Federal para prever a não incidência sobre templos de qualquer culto do Imposto Predial e Territorial Urbana (IPTU), ainda que as entidades abrangidas pela imunidade tributária sejam apenas locatárias do bem imóvel.
- l) PL 181/2015⁷⁸: dispõe sobre a isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e do Imposto de Importação (II) para todo material de construção, obra de arte ou objeto decorativo considerado sagrado e/ou de valor histórico cultural, importados para a reprodução de templos religiosos ou lugares sagrados, em razão do simbolismo religioso para seus fiéis, contribuindo para estimular o turismo religioso no país.
- m) PL 3983/2015⁷⁹: altera o artigo 128 do Decreto-Lei 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal). Prevê que o aborto seja permitido apenas para salvar a vida da gestante: “Art. 128 - Não se pune o aborto praticado por médico se não há outro meio de salvar a vida da gestante”. “A Constituição brasileira, em seu artigo 5º, garante a “inviolabilidade do direito à vida”, não sem antes estabelecer que “todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza”. A mesma Constituição, em seu artigo 5º, inciso XLV, estabelece que “nenhuma pena passará da pessoa do condenado. É o que não ocorre no aborto em caso de estupro, quando o nascituro é privado de sua vida por causa de um crime cometido pelo pai”.
- n) PL 524/2015⁸⁰: estabelece limites para emissão sonora nas atividades em templos religiosos, ampliando-os.
- o) PL 6518/2016⁸¹: altera a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, para dispor sobre barreiras arquitetônicas em templos religiosos, pois “o projeto de lei em comento objetiva excluir, dessas obrigações, os altares de templos religiosos. Destacamos que, em alguns templos, os altares são ou foram construídos tendo como base réplicas de templos antigos, alguns milenares, já não mais existentes. Por sua vez, outros altares seguem padrões

⁷⁷ Disponível em: <<http://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/123551>>. Acesso em: 4 ago. 2017.

⁷⁸ Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=945873>>. Acesso em: 4 ago. 2017.

⁷⁹ Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2074902>>. Acesso em: 4 fev. 2018.

⁸⁰ Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=955460>>. Acesso em: 4 fev. 2018.

⁸¹ Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2117723>>. Acesso em: 4 fev. 2018.

estabelecidos por dogmas, princípios ou fundamentos religiosos, cujas alterações com base nas normas vigentes poderiam trazer prejuízos litúrgicos”.

- p) PL 4302/2016⁸²: proíbe o reconhecimento da “união poliafetiva”, formada por mais de um convivente.
- q) PL 8126/2017⁸³: institui o Dia Nacional do Pastor Evangélico, a ser comemorado anualmente no segundo domingo do mês de junho.
- r) PL 8137/2017⁸⁴: altera a Lei nº 9.982, de 14 de julho de 2000, para dispor sobre a assistência religiosa e a realização de cultos em entidades civis e militares de internação coletiva e em entidades terapêuticas de tratamento de dependentes químicos.
- s) PL 9048/2017⁸⁵: acrescenta o art. 208-A ao Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal –, para tipificar a conduta de profanação de crença e símbolo religioso.

Em síntese, os assuntos que estiveram em pauta foram:

- a) Na esfera privada: proibição do aborto em caso de estupro ou ação cautelar, para que profissionais e hospitais mantidos por entidades religiosas não sejam obrigados a praticar aborto ou fornecer pílula do dia seguinte em casos previstos em lei; proibição da união poliafetiva; proibição da adoção por casais do mesmo sexo; tipificação de condutas de profanação de crença e símbolo religiosos.
- b) Na esfera institucional: não obrigatoriedade de adoção de ajustes arquitetônicos para promover acessibilidade em altares religiosos; regulação de atividades religiosas em entidades terapêuticas de tratamento de dependentes químicos; não incidência de IPTU em templos próprios ou alugados; isenção do IPI e II para todo material de construção, obra de arte ou objeto decorativo considerado sagrado e/ou de valor histórico cultural, importados para a reprodução de templos religiosos ou lugares sagrados; medidas de

⁸² Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2076754>>. Acesso em: 4 fev. 2018.

⁸³ Disponível em: <http://www2.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2146092>>. Acesso em: 4 fev. 2018.

⁸⁴ Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=528378>>. Acesso em: 4 fev. 2018.

⁸⁵ Disponível em: <http://www2.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2160696>>. Acesso em: 4 fev. 2018.

desburocratização para a instalação de templos religiosos; ampliação do limite de emissão sonora para cultos religiosos; proteção dos locais de culto em relação à ação de autoridades policiais; além da criação de datas comemorativas, como o Dia Nacional da Marcha para Jesus, Dia Nacional do Pastor Evangélico e Dia Nacional do Evangélico.

Foram abarcados todos os temas que marcam o estereótipo do parlamentar evangélico: contrariedade à união homoafetiva e à adoção por casais do mesmo sexo; proibição do aborto mesmo em casos de estupro; bem como medidas de fortalecimento institucional, que acabariam por favorecer diferentes credos, além de proposições que marcam a posição do crente na sociedade, a exemplo de honrarias como o “Dia do Evangélico”. No entanto, embora seja comum na atividade legislativa a apresentação de proposições de temas semelhantes, a recorrência de projetos de interesse religioso não foi tão elevada como se esperava. Para esse fato, existem algumas explicações plausíveis: a) houve um entendimento de que as principais demandas já haviam sido apresentadas em projeto de lei; b) essas temáticas não são tão prioritárias na agenda do partido, tendo em vista que é composto unicamente por membros da IURD; e c) o partido evitou inflar a agenda de interesse religioso para contemplar maior número de eleitores.

1.3.7 O posicionamento do PRB nas principais votações

Muitos autores avançaram nos estudos sobre a qualificação dos partidos com base em suas orientações ideológicas. Entre os métodos utilizados para tal identificação, conta-se a autoimputação ideológica dos membros do partido (ZUCCO JR., 2011), segundo a qual o PRB se apresentaria atualmente como “direta moderada”⁸⁶; o comportamento legislativo dos representantes eleitos (DIAS; MENEZES; FERREIRA, 2012; RIBEIRO, 2012); a avaliação do comportamento dos partidos com base na afinidade ideológica das coligações (CARREIRÃO, s. a.); e a análise dos programas oficiais dos partidos políticos (JAHN, 2011; TAROUCO; MADEIRA, 2013; TAROUCO, 2011), entre outros.

Após mapear a produção legislativa do partido e o teor do estatuto, esta seção propõe-se a oferecer um panorama do posicionamento do PRB no espectro partidário brasileiro, tendo

⁸⁶ Disponível em: <<https://www.prb10.org.br/noticias/palavra-do-presidente/prb-10-anos-de-crescimento>>. Acesso em: 22 nov. 2017.

como base seu posicionamento em votações recentes. Como já abordado, o sistema partidário brasileiro é basicamente composto por três blocos ideológicos: direita, centro e esquerda. O posicionamento do PRB em temas sociais já é conhecido e tido como conservador; isto é, caso se tome o pensamento político, estaria contrário aos temas ditos progressistas da sociedade, que garantem certa situação nas posições que os agentes ocupam, concebendo, ademais, por meio desse pensamento, a impossibilidade de transformações, uma postura negativa frente à emancipação (SILVA, 2010). Porém, como de fato age o partido quando temas econômicos estão em pauta?

A amostra levou em consideração 10 votações da 55ª Legislatura, que permitem evidenciar o posicionamento dos partidos em aspectos econômicos, sociais ou morais. Quanto a aspectos econômicos, tem-se a PEC 395/14, que autoriza universidades públicas a cobrar por cursos *lato sensu* e teve a aprovação de 74% dos deputados do PRB; o PL 4567/16, que propôs o fim da participação obrigatória da Petrobras no pré-sal, com 100% de votos favoráveis do PRB; o PEC 241/16, que estabelece um teto para o aumento dos gastos públicos pelas próximas duas décadas, aprovada por 100% dos deputados do PRB; o PL 4302/98, que aprova a terceirização para todas as atividades da empresa e amplia de 90 para 180 dias o prazo para trabalho temporário, com 76% da aprovação dos deputados do PRB; e o PL 6787/16, da Reforma Trabalhista, que altera mais de 100 pontos da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), incluindo a medida que estabelece que, nas negociações trabalhistas, poderá prevalecer o acordado sobre o legislado, recebendo apoio de 79% dos deputados do PRB.

Tabela 6 - Votações – porcentagem dos partidos favoráveis a medidas liberais na economia – 55ª Legislatura (continua)

Partido	Cursos pagos em universidades públicas 21/10/2015	Petrobrás/pré-sal 5/10/2016	Teto dos gastos 11/10/2016	Terceirização 22/03/2017	Reforma trabalhista 26/04/2017	Média
PRP	100%	100%	100%	100%	100%	100%
PSDB	100%	100%	100%	75%	98%	95%
DEM	100%	100%	96%	63%	100%	92%
PMDB	87%	95%	100%	75%	88%	89%

Votações – porcentagem dos partidos favoráveis a medidas liberais na economia – 55ª Legislatura (conclusão)						
PSD	87%	96%	97%	77%	85%	88%
PP	88%	88%	95%	83%	79%	87%
PRB	74%	100%	100%	76%	79%	86%
PTB	76%	75%	93%	71%	76%	82%
PSC	80%	100%	100%	63%	80%	82%
PR	76%	91%	93%	67%	80%	81%
PSL	100%	100%	100%	50%	50%	80%
PEN	100%	50%	67%	100%	67%	77%
PV	83%	100%	100%	33%	67%	77%
SD	86%	100%	92%	58%	38%	75%
Pode	50%	91%	100%	69%	58%	74%
PPS	100%	100%	57%	38%	67%	72%
PHS	100%	83%	100%	25%	33%	68%
PSB	37%	84%	69%	57%	47%	59%
Pros	90%	75%	57%	40%	20%	56%
PTdoB	100%	33%	67%	50%	25%	55%
PDT	56%	9%	35%	6%	6%	22%
PT	24%	0%	0%	0%	0%	5%
PCdoB	0%	0%	0%	0%	0%	0%
PSOL	0%	0%	0%	0%	0%	0%
Rede	0%	0%	0%	0%	0%	0%

Fonte: Sileg, 2017

Quanto a temas sociais, relacionados a medidas conservadoras, tem-se a PEC 171/93, que prevê a redução da maioria penal de 18 para 16 anos em casos de crime hediondo, aderida por 100% dos deputados do PRB; o PL 2016/15, que tipifica o crime de terrorismo, com 95% de adesão dos deputados do PRB; o PL 4850/2016 desfigurado, ou seja, oriundo das 10 Medidas Anticorrupção, porém com uma série de emendas que alteraram completamente o pacote, suprimindo propostas de endurecimento da legislação ou de simplificação de trâmites processuais para crimes de corrupção, e que recebeu a adesão de 95% dos deputados do PRB; a PEC 304/2017, que regulamenta a vaquejada, determinando que práticas desportivas que

utilizem animais não são consideradas cruéis, com 74% da adesão do PRB; e a MPV 756/2016, que a reduz área de floresta nacional no Pará, com 87% de adesão do PRB.

Tabela 7 - Votações - % dos partidos favoráveis a medidas conservadoras – 55ª Legislatura

Partido	Redução da maioria penal 02/07/2015	Lei antiterrorismo 12/08/2015	Pacote anticorrupção desfigurado 30/11/2016	Vaquejada 10/05/2017	Redução de reservas ambientais 16/05/2017	Média
PRP	100%	100%	n/a	100%	n/a	100%
PSL	n/a	100%	100%	100%	100%	100%
PR	93%	85%	83%	97%	96%	91%
PRB	100%	95%	95%	74%	87%	90%
PMDB	74%	92%	82%	98%	100%	89%
PP	95%	65%	81%	98%	94%	86%
PTB	79%	85%	71%	100%	85%	84%
SD	80%	83%	67%	92%	88%	82%
PSD	94%	63%	61%	91%	95%	81%
PDT	26%	100%	88%	100%	86%	80%
PSC	92%	31%	71%	88%	100%	76%
PTdoB	100%	100%	75%	100%	0%	75%
PSDB	4%	74%	24%	81%	100%	75%
PHS	60%	100%	43%	86%	83%	74%
Pode	50%	75%	77%	89%	73%	73%
PSB	48%	62%	57%	97%	70%	67%
Pros	55%	91%	0%	80%	100%	65%
PEN	100%	100%	67%	33%	0%	60%
PCdoB	0%	100%	100%	78%	0%	56%
PT	2%	93%	98%	63%	2%	51%
PPS	36%	100%	13%	25%	56%	46%
PV	43%	83%	20%	25%	50%	44%
Rede	n/a	n/a	0%	33%	0%	11%
PSOL	0%	0%	0%	0%	0%	0%

Fonte: Sileg, 2017

O levantamento, embora retrate um curto espaço temporal, compreendendo apenas as votações consideradas mais relevantes na 55^a Legislatura, fornece um panorama sobre a atuação das legendas em assuntos econômicos e sociais. Nesse período, o PRB pode ser visto como um partido da direita conservadora, justamente pelo *score* obtido na alta porcentagem de votos em pautas conservadoras (90%), sendo o terceiro colocado, como apresentou a tabela 7, e próximo ao PP na apresentação feita anteriormente.

É válido ressaltar que foi apresentado apenas um panorama. A inclusão de outras votações, ou uma análise com base em outra conjuntura política, poderia trazer resultados diversos, embora alguns partidos dificilmente apresentariam mudanças bruscas em seus posicionamentos. De modo geral, esse retrato da tendência ideológica atende, em grande medida, à classificação usual das legendas.

1.3.8 Afinal, o que é o PRB?

Weber (1982) definiu os partidos modernos como “empresas de interesses”, e um de seus fundamentos seria a distinção entre uma camada de políticos ativos, militantes recrutados entre a massa eleitoral, e o restante dessa massa, que, por sua vez, é um corpo passivo, que participa apenas ocasionalmente. Para o autor, essa distinção entre poucos ativos e muitos passivos é o fundamento dos partidos, que se organizam em suas disputas como uma empresa constituída por políticos profissionais, com práticas como a distribuição de cargos. Entre os políticos profissionais está o carismático, que, por meio de seus dons pessoais e intransferíveis, mobiliza a organização política e convence a maioria, agregando seguidores. Para o autor, o desenvolvimento da máquina partidária nesses moldes ocasiona uma sofisticação que tende a sobrepor a captação de votos e os recursos às questões programáticas, levando ao surgimento do que ele denomina “partidos sem princípios”, constituídos por “caçadores de empregos, poder e recursos financeiros”. Recorre-se a esse clássico para reintroduzir a pergunta que permeia este capítulo: a que veio o PRB?

“Partido da IURD”? Partido fisiológico? Partido da Bíblia? Este capítulo buscou trazer elementos de análise que ajudassem a responder a essas perguntas, mostrando que o PRB possui, de fato, clara influência de lideranças eclesiais da IURD em todas as suas instâncias decisórias e ampla participação de bispos e pastores no quadro de parlamentares eleitos. Entretanto, mostrou também que, embora presentes, as proposições que contemplam a moral

religiosa e os interesses institucionais não são preponderantes na agenda do partido, sendo numericamente ínfimas perto da diversidade de temas abordados. Outro ponto, desta vez sobre a pecha de partido fisiológico que vem recebendo, é que tal impressão não é corroborada pelo posicionamento do partido em votações recentes: o PRB parece estar se consolidando como um partido da direita conservadora, de modo muito semelhante àquele segundo o qual se autodescreve, ainda que seu estatuto seja muito genérico quando se trata de esclarecer seus princípios ideológicos.

Pela pouca longevidade do partido, não é possível afirmar que existam posicionamentos sólidos quanto às questões econômicas. O PRB compôs tanto a base do PT quanto a de Michel Temer, tendo passado rapidamente da posição de aliado do governo Dilma Rousseff, em meio à crise política de 2016, para a de partido independente e, em seguida, para a base do governo atual. O posicionamento sobre fatores econômicos pode variar bruscamente conforme a posição de quem estiver à frente do Poder Executivo, e, certamente, a 56ª Legislatura virá para ajudar a elucidar essas questões. A dificuldade em definir o posicionamento ideológico de um partido não é, entretanto, uma característica restrita ao PRB. A fluidez com a variação dos temas fundamentais da agenda pública, o ambiente político brasileiro e o excesso de legendas tornam complexa a compreensão do sistema partidário. Apesar disso, a análise mostra um partido, ainda que em processo de consolidação, minimamente coeso em sua conduta política.

A imagem que se pretende construir é a de um partido que preza pela família e pelos valores do que seria uma “sociedade cristã”. Devido à dimensão do seu “plano de poder”, há uma tentativa de distanciamento em relação à IURD na apresentação do partido aos eleitores, embora o poder centralizador da IURD não tenha se mostrado apto a se distanciar das instâncias decisórias da legenda. Tal plano, vale dizer, tende a reunir na IURD a comunicação (televisão, rádio etc.) combinada à atuação política; isto é, o crescimento da igreja, segundo Machado (2010), conquistou novo patamar em relação às outras denominações religiosas, alcançando um público maior, apresentando-se pelo posicionamento político nos pleitos eleitorais, formando novas lideranças e lançando posteriormente candidatos próprios como representantes elegíveis. Em complemento, Mafra, Swatowski e Sampaio (2012) destacam a visão empreendedora de Edir Macedo em capitanear as vontades de Deus em projetos “empreendedores”, liderando certos grupos pastorais voltados à economia de mercado e transmitindo uma mensagem aos fiéis de um “cristianismo liberal” (MAFRA et al., 2012, p. 91).

A partidarização da IURD concretizou-se com a transformação da instituição religiosa em uma instituição externa, que coordenou a criação e o desenvolvimento do PRB, detendo o real poder decisório em detrimento das bases partidárias, apagadas pelo “braço político” da

IURD. Entre as figuras carismáticas que impulsionam o partido, existe uma mescla entre bispos, a exemplo de Marcelo Crivella, e grandes nomes da Rede Record, braço midiático da IURD, como Celso Russomanno. No entanto, nenhum deles ganhou notoriedade e aprovação em nível nacional. Não existe, ainda, uma figura central e expressiva na política nacional.

Dantas (2011, p. 32) argumenta que “há uma espécie de instrumentalização das siglas partidárias, que servem apenas para viabilizar conquistas eleitorais, sendo depois descartadas e trocadas por outras legendas, consideradas mais promissoras e vantajosas nas negociações legislativas”. Esse, certamente, não parece ser o destino do PRB. Suas bases, cuja gênese está nos púlpitos, e não nos palanques, é como uma pirâmide invertida, repleta de políticos religiosos, com grande poder de mobilização, fiéis ao compromisso ideológico, aos planos de expansão da legenda e ao próprio projeto político da IURD. Como lembrado por Mariano (2010), essa movimentação política é parte do objetivo dessa denominação religiosa em se expandir numericamente, que imperou durante os últimos anos, apresentando um desempenho de ativismo intenso devido a seu fortalecimento administrativo, líderes eclesiásticos, captação financeira em redes de comunicação e fiéis capazes de propagarem sua mensagem religiosa de modo estratégico em espaços sociais mais pobres.

O resultado prático é que pastores e bispos da IURD vêm ampliando sua voz na política institucional brasileira por meio de um partido marcado por baixo grau de autonomia e resultados eleitorais cada vez mais animadores, consolidando-se como uma legenda que mais concentra influências de uma instituição religiosa no Brasil. Segundo Machado (2010), ao contrário de outras denominações, a IURD torna-se protagonista, dada sua visibilidade nos meios de comunicação, lançando-se nos pleitos e participando de projetos de cidadania pentecostal por meio de um:

modelo corporativo de representação política com o lançamento de candidaturas oficiais por parte da Igreja Universal do Reino de Deus. Esse tipo de iniciativa ampliou a força política do grupo e, conseqüentemente, acirrou as disputas no interior do campo evangélico fazendo com que outras igrejas criassem espaços de debate, socialização e organização das iniciativas no campo da política eleitoral (idem, p. 35)

Desse modo, a IURD vem se destacando frente a outras igrejas e ampliando seu poder institucional.

2. IMPACTOS NA ARENA ELEITORAL E NA ATUAÇÃO POLÍTICA

2.1 Impactos na arena eleitoral

Introdução

No Brasil, apesar de a religião, institucionalmente, não exercer influência direta nas tomadas de decisão, a ampliação dos espaços de poder e atuação política formal das igrejas evangélicas vem crescendo exponencialmente já que a Constituição Federal (1988) garante liberdade religiosa e de culto; guardadas as proporções desses exercícios sem danos à convicção alheia; isto é, o Estado assegura a atuação da diferentes crenças, ao mesmo tempo que estas não devem se sobrepor à lei e, tampouco, às obrigações legais.

Em nossa legislação eleitoral, existe apenas uma referência à religião:

Art. 24. É vedado, a partido e candidato, receber direta ou indiretamente doação em dinheiro ou estimável em dinheiro, inclusive por meio de publicidade de qualquer espécie, procedente de:

[...]

VIII - entidades beneficentes e religiosas; (Incluído pela Lei nº 11.300, de 2006).

[...]

(BRASIL, TSE, 2016, art. 24, inciso VIII).

Essa previsão normativa pretende evitar o uso do poder econômico das igrejas no processo eleitoral. Porém, levantamentos de medidas cautelares aplicadas pelos Tribunais Regionais Eleitorais dão conta de que essa ainda é uma prática constante, embora nenhum partido, até o presente momento, tenha sido efetivamente punido por uso irregular da religião

para fins eleitorais⁸⁷. A Legislação Eleitoral (2016)⁸⁸ proíbe, ainda, que seja feita propaganda política em “bens de uso comum”, o que inclui as igrejas. No entanto, os candidatos evangélicos naturalmente são frequentadores desse espaço, ou como fiéis, ou como líderes eclesiásticos – diáconos, pastores e bispos – em diversas ocasiões.

No senso comum brasileiro, existe a ideia de que as igrejas funcionam pela motivação de “voto de cabresto”. Victor Nunes Leal, em linhas gerais, argumenta que a ausência de uma legislação que protegesse o trabalhador rural possibilitava que este estivesse sob a supervisão constante do dono da fazenda. A figura do coronel, como patrão e político, fazia com que os moradores pobres e quase sempre analfabetos de suas propriedades trocassem a vivência naquele local por um “voto de cabresto”, isto é, elegiam os candidatos indicados ou apoiados diretamente pelo dono da fazenda. Esse mecanismo de voto controlado era possível na República Velha, pois, no sistema eleitoral, o voto não era secreto, sendo possível sua contestação posterior (2012, p. 42-6).

Esse tipo de pensamento implica considerar o religioso, sobretudo o evangélico, como desprovido de raciocínio lógico e plenamente suscetível ao assédio moral e à pressão psicológica de líderes religiosos. Posto isso, o objetivo deste capítulo é compreender o crescimento exponencial do espaço alcançado pelos políticos evangélicos e como esses atores podem ser considerados produtores e produtos de um nicho social ou, como fundamenta Stoll

⁸⁷ A única punição pelo descumprimento de tal norma foi aplicada pelo Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas, que decidiu pela cassação do mandato do deputado estadual João Caldas (PTN-MA) por uso indevido de meios de comunicação e “abuso do poder religioso” durante o pleito de 2010. O deputado em questão valeu-se de eventos da Igreja Internacional da Graça de Deus como espaço de campanha. No entanto, essa punição foi suspensa no Tribunal Superior Eleitoral, que apresentou como um dos motivos o fato de que o “abuso do poder religioso” elencado pelos juízes não está previsto no ordenamento jurídico, tendo sido confundido com “abuso de poder por meio da estrutura eclesiástica-religiosa”, além de erros na designação da investigação e na apresentação de provas: Eleições 2010; candidato ao cargo de deputado estadual; ação de impugnação ao mandato eletivo; AIME; CF/88, art. 14, § 10. Desistência da ação pelo autor originário; sucessão processual pelo ministério público eleitoral; possibilidade; precedentes jurisprudenciais; pedido de improcedência da ação nas alegações finais pelo parquet; pedido que não vincula a conclusão da análise do conjunto probatório pelo tribunal; matéria de interesse público e de direito indisponível; impossibilidade de perda superveniente do interesse processual; utilização de eventos para impulsionar a candidatura; entrega de panfletos pelo candidato e equipe devidamente fardada durante a realização dos eventos religiosos; pedidos de votos; utilização da programação da rádio e televisão pela igreja responsável pelo evento religioso em troca de apoio para divulgação de candidatura; uso promocional; finalidade e proveito eleitoral na realização dos eventos; abuso do poder econômico configurado; potencialidade lesiva para influir no resultado do pleito; desigualdade na disputa eleitoral; ação julgada procedente; cassação do mandato que se impõe (Ação de Impugnação de Mandato Eletivo n. 3433-03.2010.6.02.0000. Acórdão n. 9.366, Rel. Des. Frederico Wildson da Silva Dantas).

⁸⁸ “Ac.-TSE, de 17.11.2016, no AgR-AI nº 781963: distribuição de panfletos em templo religioso caracteriza infração instantânea e dispensa prévia notificação; Ac.-TSE, de 14.6.2016, no AgR-REspe nº 379568: na hipótese de propaganda por meio de derramamento de santinhos, na madrugada do dia das eleições, a exigência de prévia notificação pode ser mitigada.”

(2004), sobre construção de preferências. Aqui, deve-se pensar que o evangélico, enquanto eleitor, partilha da dimensão política encontrada nos partidos brasileiros. As questões apresentadas pelo voto podem ser indicadas, como no pensamento da autora citada, por meio do entrecruzamento de diferentes clivagens que passam tanto pelo plano ideológico como pela questão de classe social, espaço urbano, região central ou periférica, entre outras. Assim, a preferência do evangélico pode variar segundo sua denominação de crença, classe, região etc.

A perspectiva da influência da filiação religiosa no comportamento eleitoral, por meio do crescimento do papel das igrejas como “comunidades políticas”, vem sendo estudada como um fenômeno capaz de trazer repercussões significativas para a esfera política e a socialização religiosa (GILBERT, 1993; HUCKFELDT; PLUTZER; SPRAGUE, 1993; WALD; OWEN; HILL, 1998; WILCOX; SIGLEMAN, 2001). Para adensar o estudo da trajetória dos evangélicos na política institucional e seu impacto na arena eleitoral, serão apresentados dados relacionados ao melhor aproveitamento dos gastos de campanha de candidatos evangélicos em comparação aos candidatos que não possuem personalidade associada a instituições religiosas, e, ainda, evidências estatísticas de que a Igreja Universal do Reino de Deus vem obtendo conquistas na captação de votos em áreas próximas aos templos.

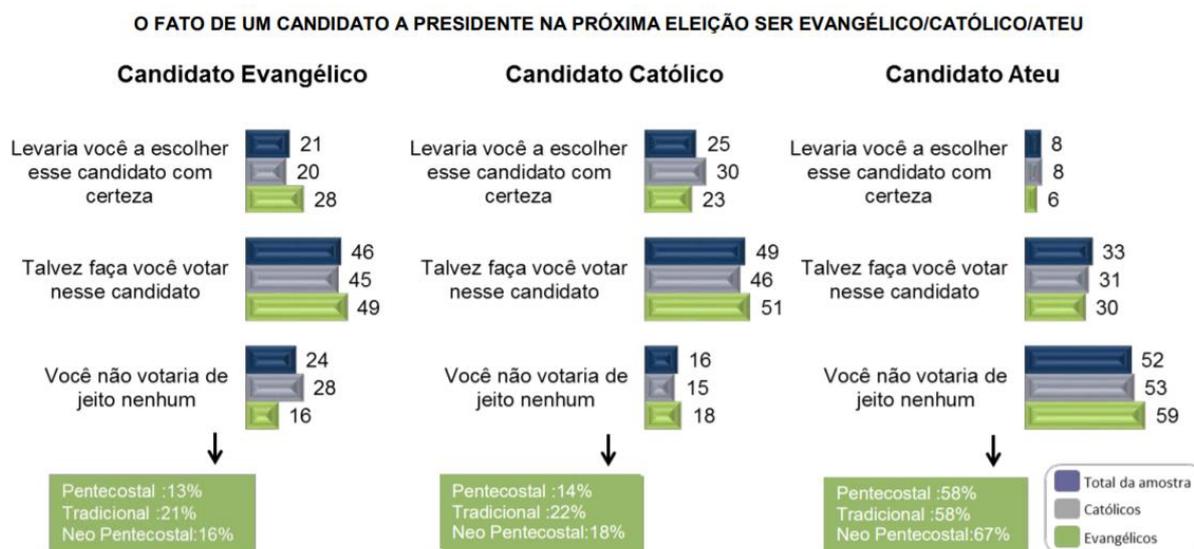
Em relação aos eleitores, é preciso fazer uma ressalva sobre a orientação do voto com base em recomendações de lideranças religiosas. Uma pesquisa do Datafolha (2017)⁸⁹ revela que a porcentagem de eleitores que considera, no momento da decisão do voto, o apoio de suas lideranças religiosas a candidatos é de 19% para a população em geral, 26% entre os eleitores evangélicos e 31% entre os eleitores neopentecostais. Esse dado ajuda a contrapor a noção de homogeneidade dos eleitores evangélicos e remete aos tipos ideais abordados no Capítulo 1, em que foram tratadas as principais características de cada segmento evangélico.

A pesquisa deixa claro, no entanto, que a religião de fato é um aspecto importante no cenário eleitoral brasileiro, o que também foi observado pelos estudos apresentados nos capítulos anteriores. Como demonstrado na Imagem 7, o fato de o candidato ser ateu, por exemplo, causa rejeição de 52% do total de eleitores, 53% dos católicos e 59% dos evangélicos, chegando a 67% entre os neopentecostais. Há um indicativo de que o pertencimento a igrejas neopentecostais gera mais impacto na decisão do voto. Na sociedade brasileira, o número de

⁸⁹ Nesse levantamento, realizado entre os dias 27 e 28 de setembro de 2017, foram realizadas 2.772 entrevistas presenciais em 194 municípios, com margem de erro máxima de 2 pontos percentuais, para mais ou para menos, considerando um nível de confiança de 95%. Disponível em: <<http://media.folha.uol.com.br/datafolha/2017/10/26/d74b5c2355ed6d11891ff03c1be2d019.pdf>>. Acesso em: 9 jan. 2018.

ateus declarados que rejeitam qualquer tipo de deidade ainda é baixo, e eles ainda são associados a comunistas e anticristos (DULLO; MONTERO, 2014):

Imagem 7 - Preferência conforme pertencimento eleitoral do candidato



Fonte: Datafolha, 2017.

Candidatos evangélicos e católicos apresentam rejeição significativamente inferior. No entanto, há também uma diferença considerável na rejeição entre esses candidatos. Os católicos geram menor taxa, possivelmente por não se acreditar que trarão elementos de interesse religioso para o campo político, por não priorizarem sua identidade religiosa nessa esfera de atuação ou por não terem características tão evidentes quanto os evangélicos. Além disso, têm um impacto mais baixo por serem considerados dentro do padrão. Em alguns casos, um católico pode ser tão engajado quanto um evangélico, mas parecer menos declarado em suas intenções por partilhar uma fé tida como familiar por parte da população. A categoria “católico não praticante” é recorrente no Brasil, e o mesmo não ocorre com outras religiões.

Com foco nos impactos da inserção dos evangélicos na arena eleitoral, este capítulo é composto por duas partes. A primeira apresenta uma pesquisa empírica que explora a hipótese de a Igreja Universal do Reino de Deus exercer influência direta na eleição de seus candidatos. Para isso, apresenta-se uma análise estatística do desempenho eleitoral de Marcelo Crivella na cidade do Rio de Janeiro, avaliando-se o perfil de votos em áreas próximas a templos da Igreja Universal de Deus. Na segunda parte, ainda sob perspectiva empírica, será demonstrado que, nos pleitos para o Congresso Nacional, os evangélicos são os que apresentam a melhor relação custo-benefício para a obtenção de votos. Os dados analisados referem-se às 54^a e 55^a Legislaturas.

2.1.1 O desempenho eleitoral de Marcelo Crivella e a influência da Igreja Universal do Reino de Deus

No livro *Plano de poder* (2008), Edir Macedo afirma que a potencialidade numérica dos evangélicos como eleitores pode decidir qualquer pleito. Estaria essa previsão se confirmando? No Capítulo 1, foram apresentados o crescimento numérico dos evangélicos por meio de dados do IBGE e a maior tendência de fiéis dessa denominação (neopentecostais) a frequentar cultos e considerar o posicionamento de líderes religiosos na escolha do voto. No Capítulo 2, mostrou-se o evangélico enquanto ator político e como se dá sua inserção na política institucional; e, no Capítulo 3, apresentou-se o processo de partidarização da Igreja Universal do Reino de Deus, o pragmatismo do PRB e o sucesso que este vem obtendo na esfera eleitoral. Neste capítulo, serão demonstrados possíveis resultados da instrumentalização desses aspectos.

O campo de análise será o município do Rio de Janeiro, local onde o PRB e a Igreja Universal do Reino de Deus obtiveram uma de suas vitórias mais significativas: a eleição do bispo Marcelo Crivella para o cargo de prefeito da segunda cidade mais populosa do Brasil, com aproximadamente 6,5 milhões de habitantes, atrás apenas de São Paulo. É preciso, ainda, mencionar a dimensão histórica do município, que foi capital do Império do Brasil e da República dos Estados Unidos do Brasil até a transferência da sede do governo para Brasília, em 1960. A cidade é, também, tradicionalmente guardada por disputas políticas acirradas, sobretudo capitaneadas pelo PMDB.

De acordo com o IBGE, a cidade do Rio de Janeiro conta com 10.142 igrejas, das quais 1.865 (18,38%) pertencem à Assembleia de Deus e 229 (2,25%), à Igreja Universal do Reino de Deus. No entanto, dois pontos precisam ser observados: 1º) o fato de mais da metade das igrejas cadastradas (5.056) estar sem especificação, o que pode subestimar a análise; e 2º) o fato de, usualmente, os templos da Igreja Universal do Reino de Deus serem instalados em espaços significativamente maiores, podendo agregar maior número de fiéis. A título de exemplo, a Imagem 8 mostra o Templo da Glória do Novo Israel, maior templo da Igreja Universal do Reino de Deus no Rio de Janeiro, localizado no bairro de Del Castilho:

Imagem 8 - Templo da Glória do Novo Israel

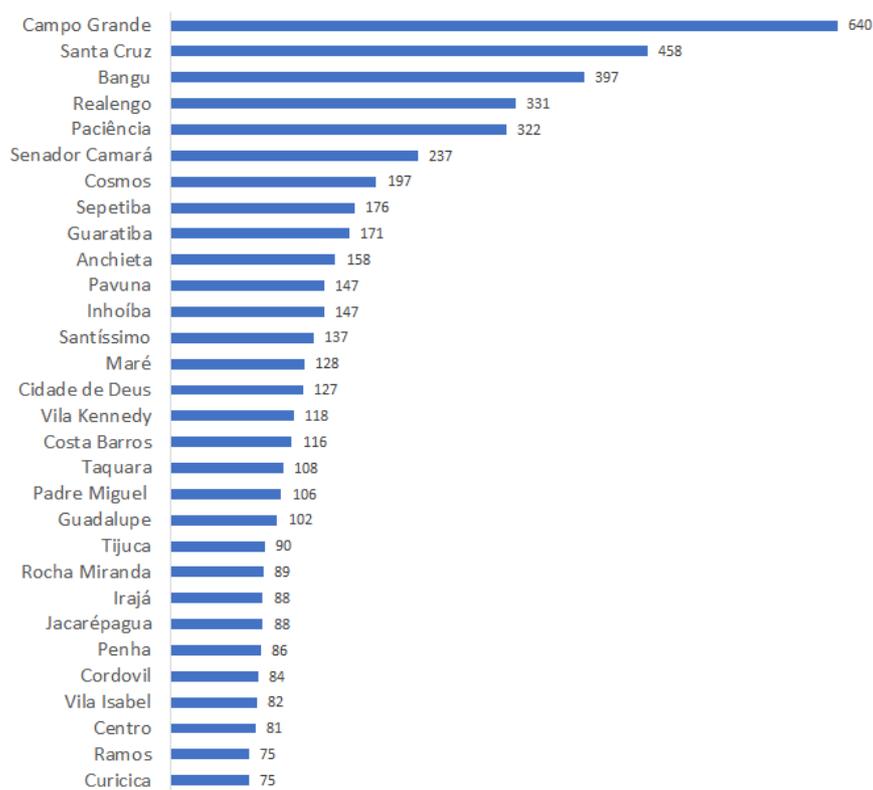


Fonte: Arquivo – Igreja Universal do Reino de Deus, 2017.

O templo em questão, inicialmente chamado de Catedral Mundial da Fé, possui capacidade para 12 mil pessoas sentadas, dois prédios administrativos com oito andares cada, amplo estacionamento, praça de alimentação, espaço para batizar 50 pessoas simultaneamente, além de um heliponto e do Centro Cultural Jerusalém, com uma miniatura da cidade sagrada⁹⁰. Apurando a quantidade total de igrejas por bairro do Rio de Janeiro, temos os dados fornecidos pelo Gráfico 13:

⁹⁰ “Catedral Mundial da Fé da IURD completou 10 anos”. Disponível em: <<https://pastorchicco.wordpress.com/2009/08/19/>>. Acesso em: 5 nov. 2017.

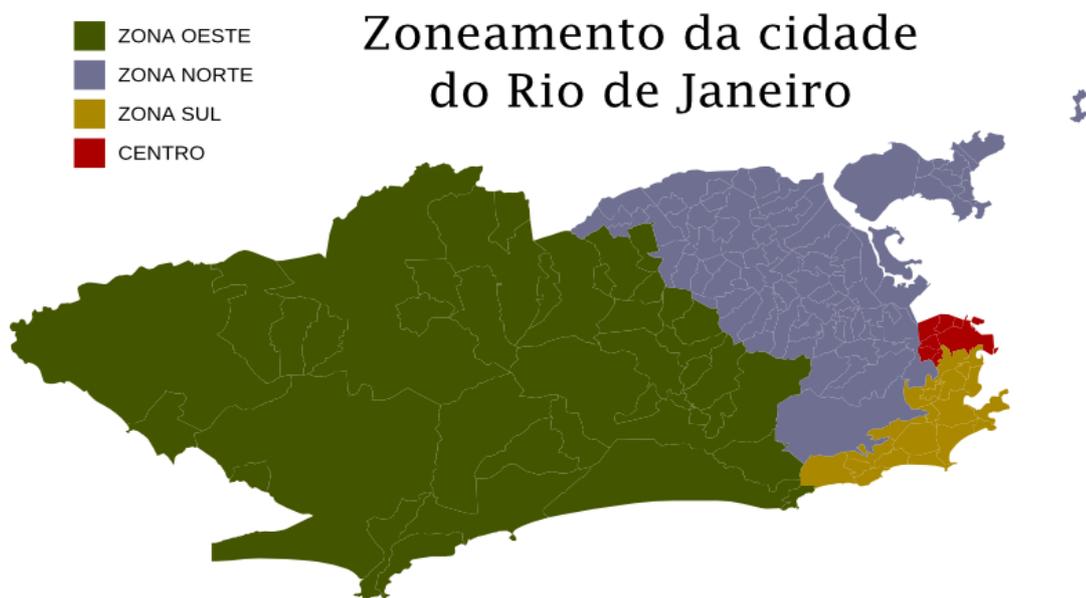
Gráfico 13 - Bairros do município do Rio de Janeiro com maior número de igrejas



Fonte: Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro, 2016.

Todas as igrejas enumeradas no Gráfico 13, com exceção do Centro, estão localizadas em áreas mais pobres das zonas Oeste e Norte, apresentadas na Figura 2. A parte sul da Zona Oeste é composta por bairros com elevados índices de desenvolvimento, como São Conrado, Barra da Tijuca e Recreio dos Bandeirantes. A Zona Sul, destacada em amarelo, é considerada a parte mais desenvolvida do município, como mostra a Imagem 9:

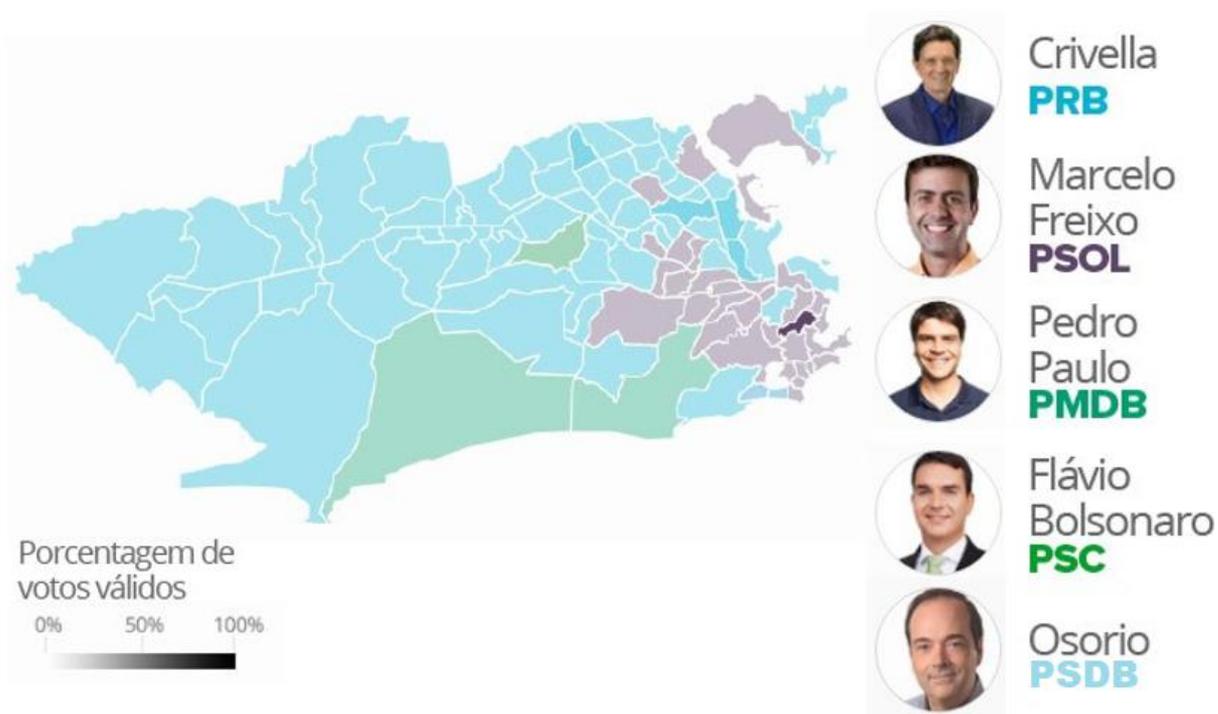
Imagem 9 - Zoneamento da cidade do Rio de Janeiro



Fonte: Prefeitura do Rio de Janeiro, 2018.

A Imagem 10 mostra o resultado das eleições para o cargo de prefeito do Rio de Janeiro. Marcelo Crivella (PRB) venceu na maioria das zonas eleitorais das zonas Norte e Oeste, com exceção dos bairros mais ricos, enquanto Marcelo Freixo (PSOL), que ficou em segundo lugar, venceu na Zona Sul:

Imagem 10 - Resultado do 1º turno – Eleições para o cargo de prefeito, município do Rio de Janeiro



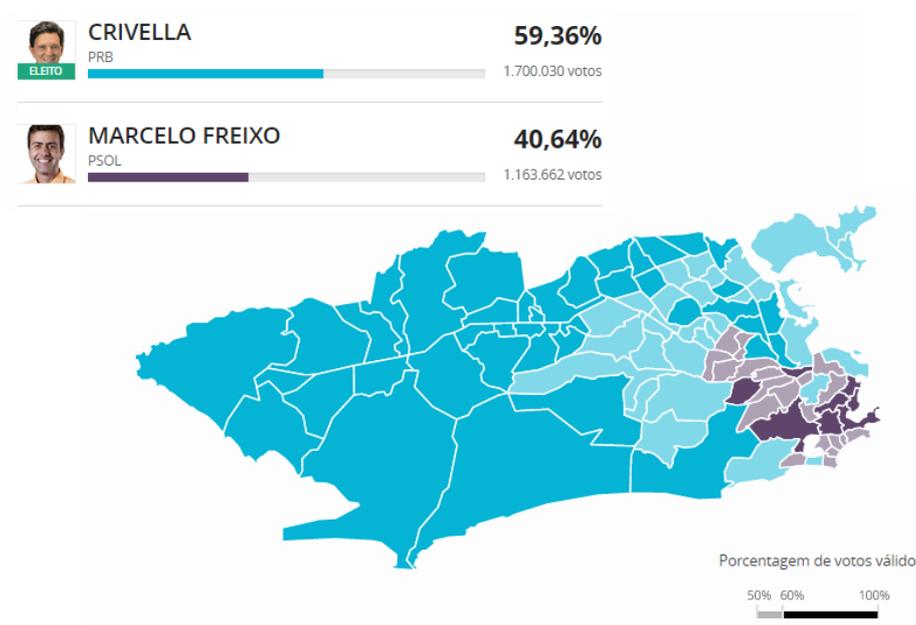
Fonte: TSE – Infográfico G1, 2016.

No primeiro turno, Marcelo Crivella, que obteve 27,78% dos votos válidos, foi o mais votado em 62 das 97 zonas eleitorais, a maioria nas zonas Oeste e Norte. Marcelo Freixo, que obteve 18,26% dos votos válidos, venceu em 30 zonas, sobretudo na Zona Sul e no Centro. Pedro Paulo (PMDB) saiu vitorioso em duas zonas, e Osório (PSDB) e Flávio Bolsonaro (PSC), um em cada.

A maior votação de Marcelo Crivella foi nos bairros de Benfica, Mangueira e Triagem, onde conquistou 46,98% dos votos. Um dado interessante é que, apesar de o tempo de campanha na televisão ter sido de 1 minuto e 11 segundos, Marcelo Crivella ocupou a liderança isolada de intenções de voto durante todo o período eleitoral. Marcelo Freixo teve seus maiores índices de votação em Cosme Velho e Laranjeiras, com 39,49% dos votos válidos.

No segundo turno, Marcelo Crivella obteve 59,36% dos votos válidos contra 40,64% de Marcelo Freixo:

Imagem 11 - Resultado do 2º turno – Eleições para o cargo de prefeito, município do Rio de Janeiro



Fonte: TSE – Infográfico G1, 2016.

No segundo turno, Marcelo Crivella venceu em 71 das 97 zonas eleitorais e Marcelo Freixo, em 26, sobretudo na Zona Sul, área com maiores índices de renda e escolaridade do município. A maior votação foi alcançada nos bairros de Cosme Velho e Laranjeiras, onde angariou 67,09% dos votos válidos. Marcelo Crivella teve resultados excelentes nas zonas Norte e Oeste. Na zona eleitoral que compreende os bairros de Cosmos, Paciência e Santa Cruz, obteve 77,82% dos votos válidos. Marcelo Freixo conquistou um número menor de zonas comparado ao 1º turno, quando havia vencido em 30 delas. Marcelo Crivella passou de 62 para 71 zonas eleitorais e foi, portanto, vencedor, com 59,37% dos votos válidos, enquanto Marcelo Freixo obteve 40,63%.

Essa eleição registrou um número recorde de votos brancos, nulos e de abstenções. Cerca de 150 mil eleitores votaram em branco e outros 570 mil anularam o voto. As abstenções (26,85%) e os votos brancos (4,18%) e nulos (15,90%) foram os grandes vencedores. Outro movimento atípico foi o fato de o PSOL, partido reconhecidamente de esquerda, ter conquistado seus eleitores nas camadas mais ricas e escolarizadas da sociedade carioca, sem grande êxito

nas classes populares, conforme indicaram algumas pesquisas sobre o perfil dos eleitores no decorrer do pleito⁹¹.

Esse cenário atípico de segregação da cidade, com previsível vitória do candidato do PRB, o qual teve mais sucesso nas parcelas mais empobrecidas do eleitorado, fez com que fosse escolhido, aqui, um pleito de cenário mais homogêneo para testar a influência das igrejas evangélicas no sucesso eleitoral de Marcelo Crivella. A eleição escolhida foi a de governador do estado do Rio de Janeiro em 2014, quando a disputa eleitoral nas áreas pobres foi mais equilibrada e Marcelo Crivella foi derrotado. Além disso, a disputa pelo governo encara dilemas e processos que relacionam outros municípios, expondo pautas mais diversas e que dialoguem com os setores mais heterogêneos do Estado. É, portanto, um cenário mais propício para testar o comportamento de áreas específicas em relação ao candidato.

Nas eleições em questão, Luiz Fernando Pezão (PMDB) saiu vitorioso do 1º turno, com 40,57% dos votos válidos (3.242.513 milhões), seguido por Marcelo Crivella, com 20,26% (1.619.165 milhão).

Imagem 12 - Resultado do 1º turno – Eleições para o cargo de governador, estado do Rio de Janeiro



Fonte: TSE – Infográfico G1, 2016.

⁹¹ “Crivella tem votos dos pobres; Freixo, dos ricos, aponta Datafolha”. Disponível em: <<https://eleicoes.uol.com.br/2016/noticias/2016/10/07/crivella-tem-votos-dos-pobres-crivella-os-dos-ricos-aponta-datafolha.htm>>. Acesso em: 4 jan. 2018.

No 2º turno, Luiz Fernando Pezão venceu com 55,78% dos votos, e Marcelo Crivella obteve 44,22% (3.442.713 milhões).

Imagem 13 - Resultado do 2º turno – Eleições para o cargo de governador, estado do Rio de Janeiro

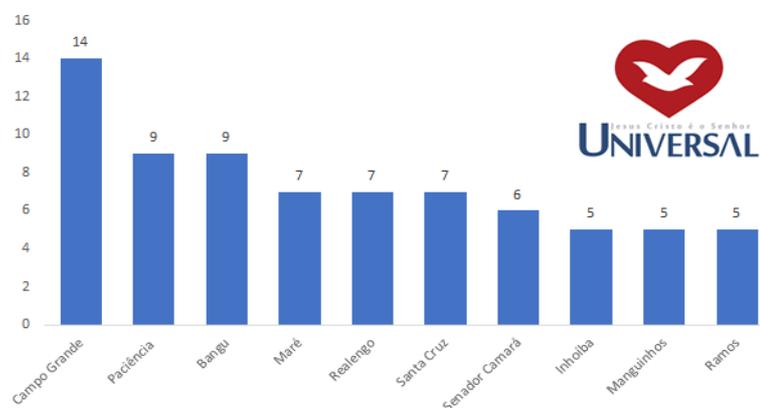


Fonte: TSE – Infográfico G1, 2016.

Considerando que esse seria um pleito mais adequado para a análise – dado o perfil dos candidatos, que disputaram parcelas semelhantes do eleitorado – em relação a níveis de escolaridade e renda, procurou-se analisar, aqui, se houve influência das igrejas evangélicas nos votos recebidos por Marcelo Crivella. O primeiro dado que chama atenção é o fato de os bairros com maior número de igrejas (considerando todas as denominações) serem, em ordem quase idêntica, onde Marcelo Crivella obteve votação mais expressiva: Campo Grande, Santa Cruz, Bangu e Realengo, todos bairros da Zona Oeste do município. Esses bairros encontram-se, conforme mostram, respectivamente, os gráficos 14 e 15, entre os que possuem o maior número de Igreja Universal do Reino de Deus e Assembleia de Deus.

O gráfico 14 mostra os bairros onde há maior incidência de Igreja Universal do Reino de Deus:

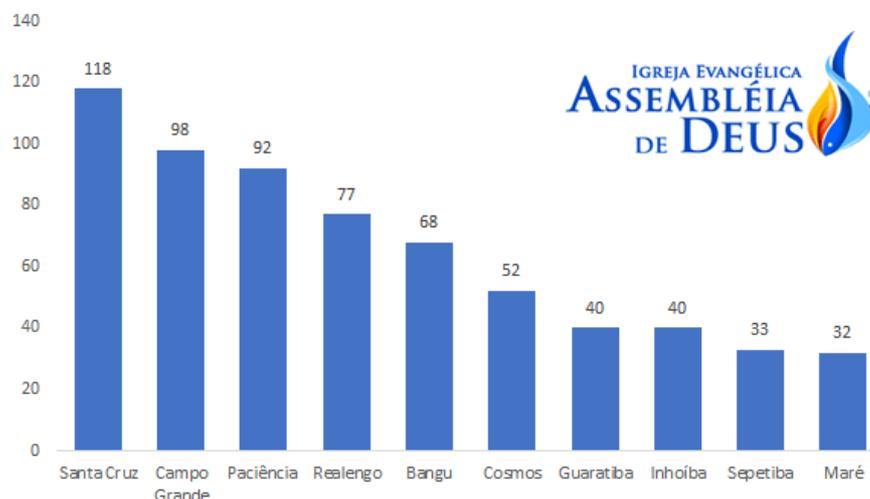
Gráfico 14 - Bairros com maior número de templos da Igreja Universal do Reino de Deus



Fonte: IBGE, 2018

Já o gráfico 15 mostra os bairros onde há maior número de Igrejas Assembleia de Deus:

Gráfico 15 - Bairros com maior número de templos da Assembleia de Deus



Fonte: IBGE, 2018

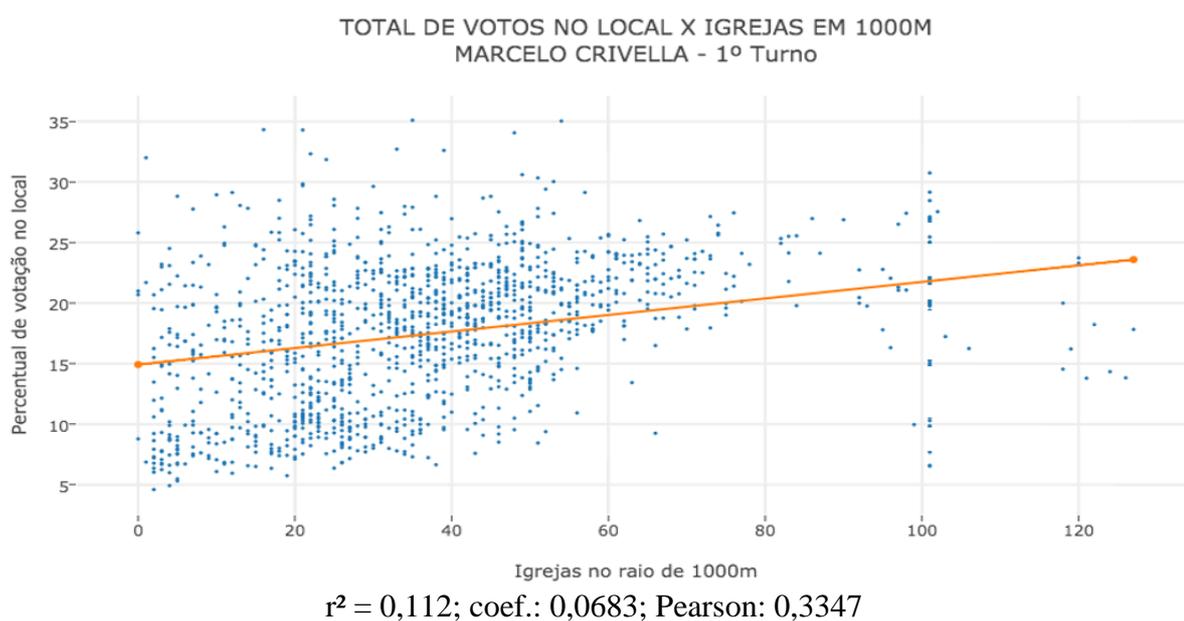
Esses dados apresentam o primeiro indício de correlação entre a votação de Marcelo Crivella e a presença de igrejas evangélicas nos bairros. Visando avançar na análise, será feito um cálculo de correlação de Pearson⁹², regressão de modelo univariado que testa o nível de

⁹²O coeficiente de correlação de Pearson (r), ou coeficiente de correlação produto-momento, ou o r de Pearson mede o grau da correlação linear entre duas variáveis quantitativas. É um índice adimensional com valores situados entre -1,0 e 1,0, inclusive, que reflete a intensidade de uma relação linear entre dois conjuntos de dados. Esse coeficiente, normalmente representado pela letra 'r', assume apenas valores entre -1 e 1. r = 1 significa uma

associação entre duas variáveis numéricas (intervalar ou de razão) e lineares, indicando a direção, ou seja, se a relação é positiva, negativa ou nula. Esse coeficiente varia entre -1 (correlação negativa) e 1 (correlação positiva). No caso de resultado zero, podemos afirmar que as variáveis não têm ligação entre si. A técnica aqui exposta também visa mostrar a força da correlação entre os elementos testados.

Em termos de presença das igrejas, foram utilizadas duas unidades de análise, bairro e zona eleitoral, intituladas aqui de “local de votação”. O percentual é calculado com o número absoluto de votos sobre o montante de eleitores, informação extraída do Tribunal Regional Eleitoral (TRE). A variável “todas as Igrejas” é o número absoluto de instituições (evangélicas e católicas, que possuem cadastros mais atualizados) observadas na zona eleitoral ou no bairro de referência. O Gráfico 16 mostra as variáveis percentual de votos no candidato Marcelo Crivella, calculado por local de votação, e a presença de igrejas em um raio de 1.000 metros da zona eleitoral.

Gráfico 16 - Relação entre percentual de votos no local vs. igrejas em 1000 m (1º turno)

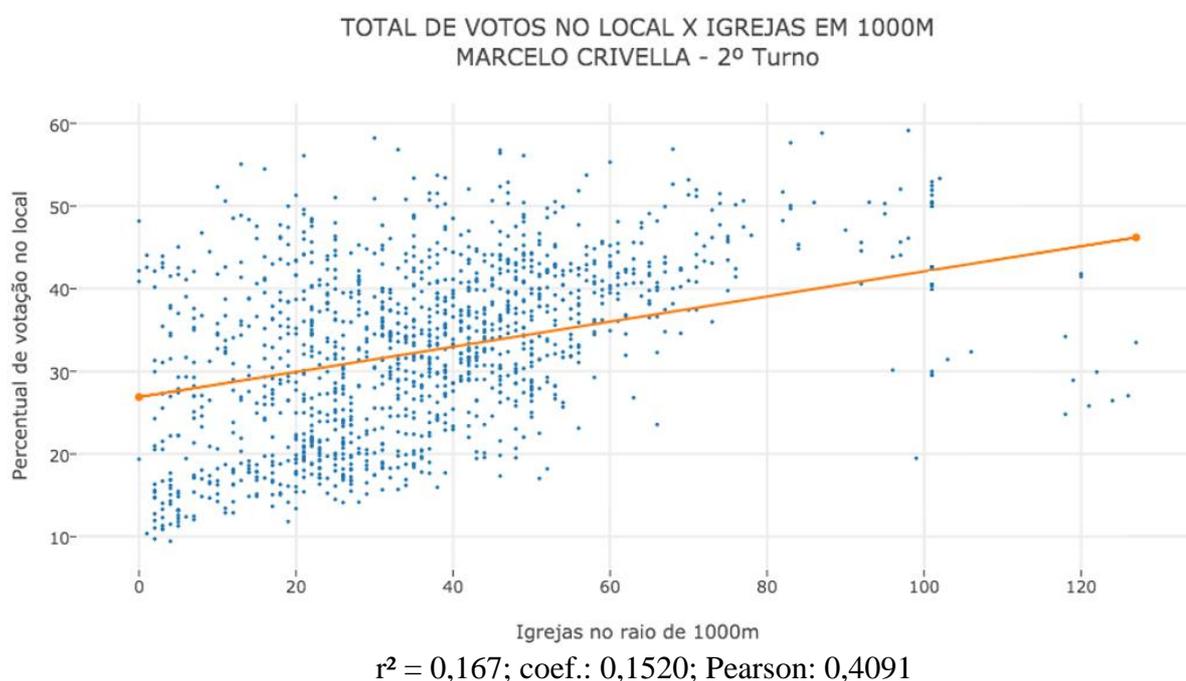


Fonte: Votos/Zona eleitoral – TRE-RJ, 2014; Localização das Igrejas: Prefeitura do Rio de Janeiro, 2016.

correlação perfeita positiva entre as duas variáveis; $r = -1$ significa uma correlação negativa perfeita entre as duas variáveis, isto é, se uma aumenta, a outra sempre diminui; $r = 0$ significa que as duas variáveis não dependem linearmente uma da outra. No entanto, pode existir uma outra dependência que seja ‘não linear’. Assim, o resultado $r=0$ deve ser investigado por outros meios.” Disponível em: <http://www.inf.ufsc.br/~vera.carmo/Correlacao/Correlacao_Pearson_Spearman_Kendall.pdf>. Acesso em: 1º jan, 2018.

Por meio do resultado apresentado, pode-se afirmar que a relação é positiva, ou seja, os votos no candidato do PRB aumentaram à medida que cresceu o número de igrejas próximas às zonas eleitorais. Embora o resultado do cálculo de correlação seja 0,33, que indica uma relação moderada, o Gráfico 16 mostra que há uma associação entre votação e presença de instituições religiosas. Esse mesmo efeito pode ser observado na votação do 2º turno, como se pode ver no Gráfico 17. No 2º turno, pode-se observar a mesma correlação positiva, mas com uma apuração mais proeminente, de 0,40, o que significa que a relação é levemente maior do que no 1º turno. Desse modo, o melhor resultado obtido deve-se ao fato de o 2º turno ter sido composto por apenas dois candidatos e ter havido migração de parte do eleitorado dos candidatos não eleitos. O r^2 , parâmetro que indica o quanto o modelo explica a variância, é de 11% para o 1º turno e 16% para o 2º, demonstrando um forte poder explicativo para um modelo univariado em ambos os casos.

Gráfico 17 - Relação entre percentual de votos no local vs. igrejas em 1000 m (Marcelo Crivella – 2º turno)

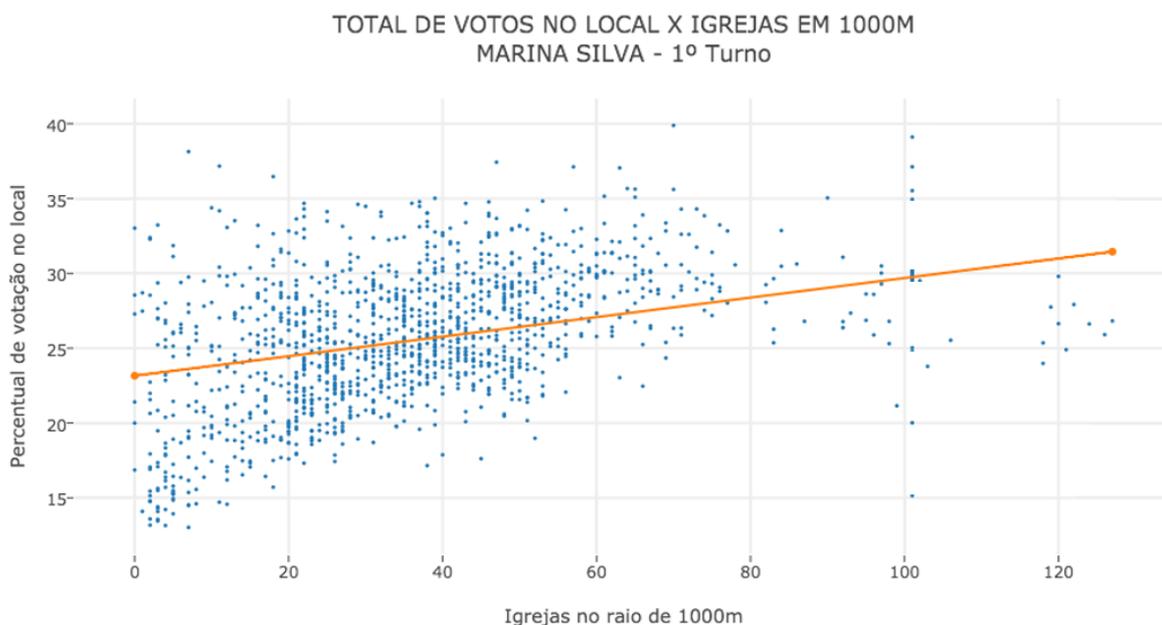


Fonte: Votos/Zona eleitoral – TER-RJ, 2014; Localização das Igrejas: Prefeitura do Rio de Janeiro, 2016.

Para aprofundar a investigação, comparou-se o percentual de votação obtido por outro candidato evangélico concorrendo a outro cargo, tendo o mesmo ponto de análise: o local de votação com a presença de igrejas no raio de 1.000 m. A análise, apresentada no Gráfico 18,

refere-se à votação da candidata à presidência da República Marina Silva (PSB), abertamente evangélica e missionária da Assembleia de Deus do Plano Piloto, em Brasília:

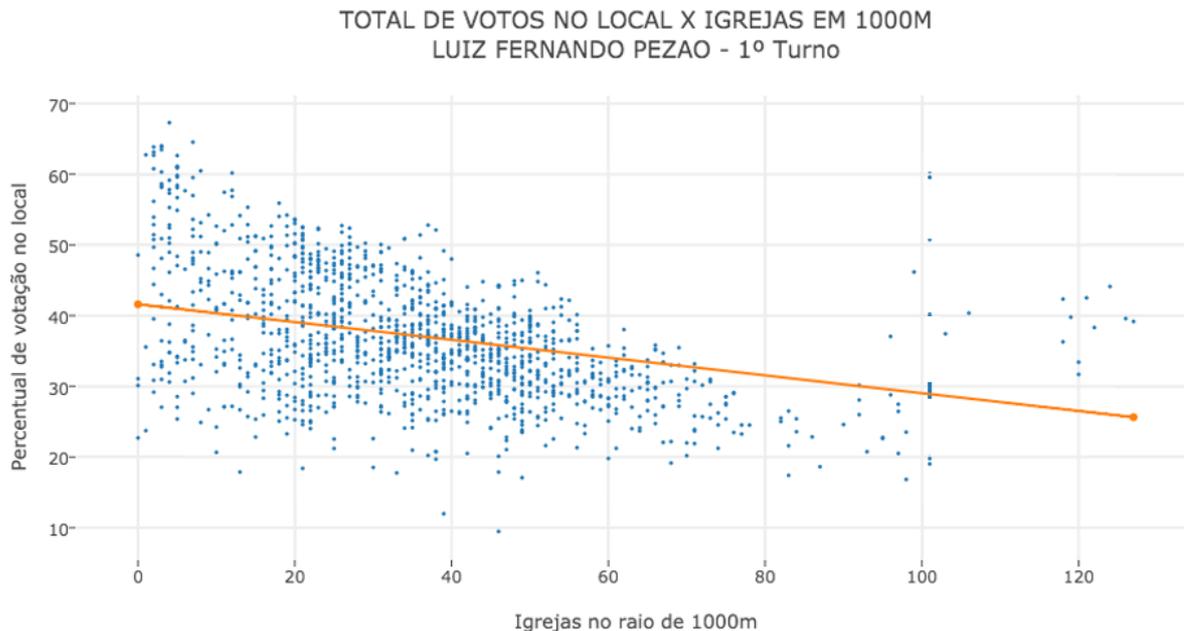
Gráfico 18 - Relação entre percentual de votos no local vs. igrejas em 1000 m (Marina Silva – 1º turno)



Fonte: Votos/Zona eleitoral – TER-RJ, 2014; Localização das Igrejas: Prefeitura do Rio de Janeiro, 2016.

É possível notar que Marina Silva obteve um resultado semelhante ao de Marcelo Crivella, reforçando a hipótese de que quanto mais igrejas em um raio de 1.000 m, melhor é o desempenho dos candidatos evangélicos. No entanto, pode ser observado resultado oposto, com correlação negativa, na votação de Luiz Fernando Pezão, principal concorrente de Marcelo Crivella e candidato sem atuação religiosa conhecida:

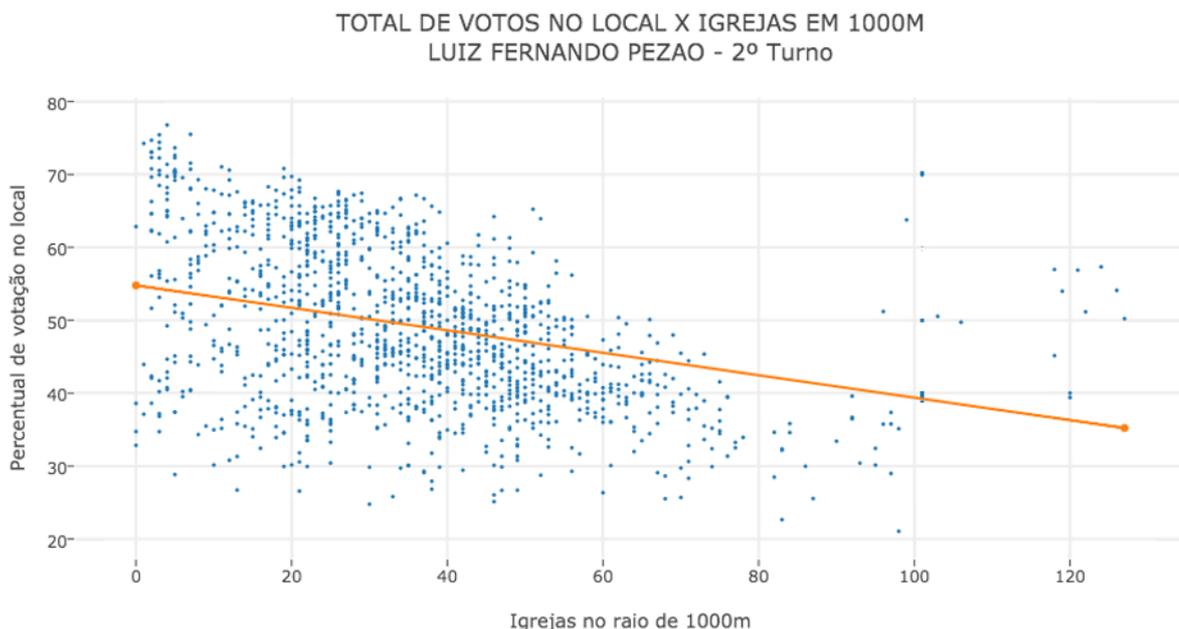
Gráfico 19 - Relação entre percentual de votos no local vs. igrejas em 1000 m (Luiz Fernando Pezão – 1º turno)



Fonte: Votos/Zona eleitoral – TER-RJ, 2014; Localização das Igrejas: Prefeitura do Rio de Janeiro, 2016.

Resultado semelhante se repete no 2º turno, quando também houve correlação negativa:

Gráfico 20 - Relação entre percentual de votos no local vs. igrejas em 1000 m (Luiz Fernando Pezão – 2º Turno)

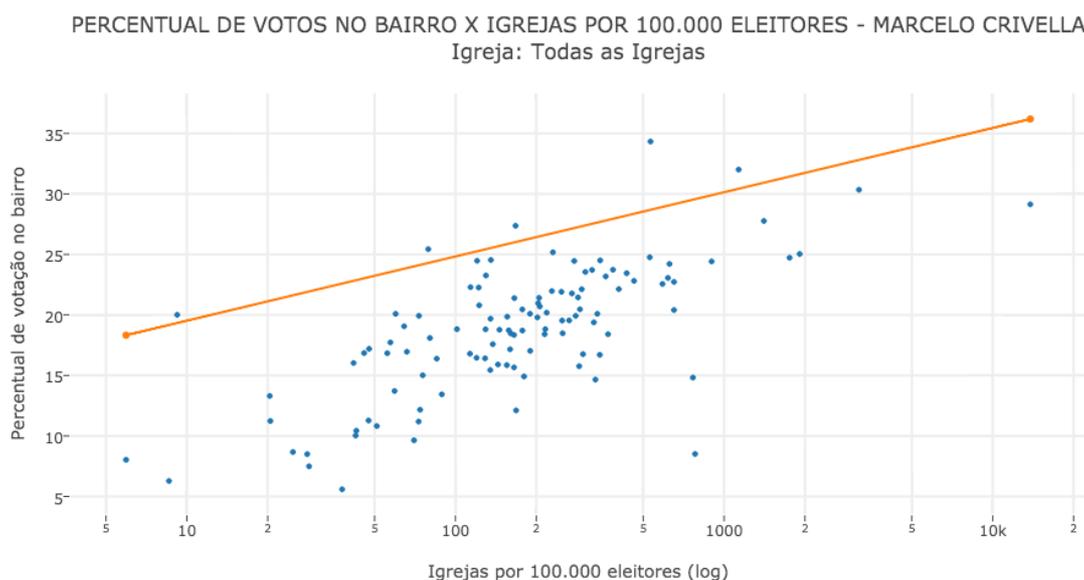


Fonte: Votos/Zona eleitoral – TER-RJ, 2014; Localização das Igrejas: Prefeitura do Rio de Janeiro, 2016.

Para aprofundar a investigação, analisou-se, em seguida, a votação de Marcelo Crivella nos locais onde há maior quantidade de igrejas de todas as denominações e nos locais com maior quantidade de templos da Assembleia de Deus e da Igreja Universal do Reino de Deus. O objetivo foi verificar se havia alguma diferença significativa nessas três categorias. Haveria uma influência puramente religiosa no desempenho de Marcelo Crivella ou a Igreja Universal do Reino de Deus, de onde o candidato é bispo licenciado, possui um poder de influência mais significativo?

A análise apresentada no Gráfico 21 considera as igrejas de todas as denominações. Trata-se do cruzamento do percentual de votação de Marcelo Crivella com o número de igrejas (todas) por 100 mil habitantes de todos os bairros:

Gráfico 21 - Relação entre percentual de votos no local vs. igrejas em 1000 m – locais de votação com maior número de igrejas de todas as denominações (Marcelo Crivella)



$$r^2 = 0,104; \text{coef.: } 0,0013; \text{Pearson: } 0,3228$$

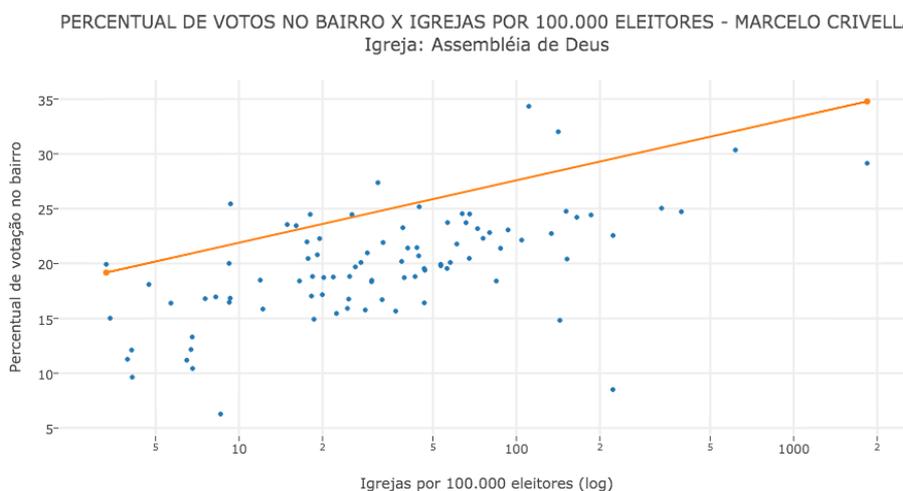
Fonte: Votos/Zona eleitoral – TER-RJ, 2014; Localização das Igrejas: Prefeitura do Rio de Janeiro, 2016.

O Gráfico 21 mostra que quanto mais igrejas para 100 mil eleitores no local de votação, maior a votação em Marcelo Crivella, com os seguintes indicadores: r^2 de 0,104, coeficiente (inclinação da reta do r^2) de 0,0013 e Pearson (grau de relacionamento entre as variáveis) de 0,3228. O modelo expressa uma relação positiva entre o percentual de votos em Marcelo Crivella e os locais de votação; o r ajustado contempla 10% de explicação modelo e a força da

relação é moderada. O coeficiente de inclinação, ou beta, indica que, a cada unidade, o acréscimo no número de igrejas por 100 mil eleitores representa o incremento de 0,003 no percentual de votos em Marcelo Crivella. Em outras palavras, se existir 100 igrejas para cada 100 mil habitantes, haverá um incremento de 1,3 ponto percentual na votação de Marcelo Crivella.

O Gráfico 22 mostra a mesma análise considerando o cruzamento do percentual de votação de Marcelo Crivella com a presença de templos da Assembleia de Deus.

Gráfico 22 - Relação entre percentual de votos no local vs. igrejas em 1000 m – locais de votação com maior número de templos da Assembleia de Deus (Marcelo Crivella)



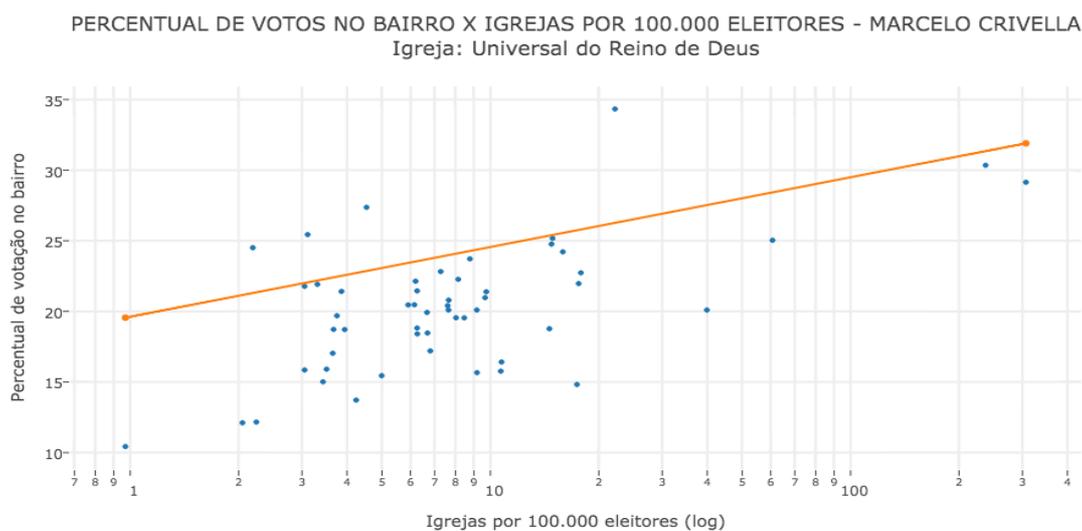
$$r^2 = 0,131; \text{coef.: } 0,0085; \text{Pearson: } 0,3621$$

Fonte: Votos/Zona eleitoral – TER-RJ, 2014; Localização das Igrejas: Prefeitura do Rio de Janeiro, 2016.

O resultado é bastante semelhante ao obtido no Gráfico 21, visto que o r^2 , que indica a previsibilidade da correlação, é similar, mas é possível notar um suave aumento em termos de explicação do modelo. Para todas as igrejas, o parâmetro foi de 0,104. Para a Assembleia de Deus, obteve-se 0,131, também indicando um discreto acréscimo. A inclinação da reta de projeção, dada pelo coeficiente beta, ficou em 0,0013 para as igrejas em geral e 0,0085 para a Assembleia de Deus. O mesmo se dá com o Pearson, de 0,3228 para igrejas em geral e 0,3621 para a Assembleia de Deus. Como se pode notar nesses resultados, apesar da aproximação com as outras instituições religiosas, a Assembleia de Deus tem um pequeno incremento para cada parâmetro. Em síntese, verificou-se que todas as igrejas e a Assembleia de Deus têm correlação positiva sobre o percentual de votos em Marcelo Crivella, com um bom percentual de explicação do modelo e uma força moderada entre as variáveis.

Por último, veja-se uma análise que considera a influência da Igreja Universal do Reino de Deus.

Gráfico 23 - Relação entre percentual de votos no local vs. igrejas em 1000 m – locais de votação com maior número de templos da Igreja Universal do Reino de Deus (Marcelo Crivella)



$$r^2 = 0,210; \text{coef.: } 0,0404; \text{Pearson: } 0,4585$$

Fonte: Votos/Zona eleitoral – TER-RJ, 2014; Localização das Igrejas: Prefeitura do Rio de Janeiro, 2016.

No Gráfico 23, relacionou-se o número de Igreja Universal do Reino de Deus por 100 mil eleitores (log) e o percentual de votos em Marcelo Crivella em cada bairro, expressando um resultado diferente dos anteriores. O cálculo do r^2 mostra que 21% do modelo é explicado (poder preditivo), o que significa que, em relação aos outros testes (todas as igrejas e Assembleia de Deus), é praticamente o dobro em relação aos votos em Marcelo Crivella. O Pearson também se destaca, com uma força maior do que os outros experimentos. O coeficiente de inclinação, que pode ser interpretado como ganho de votos, é 4,75 vezes maior na Igreja Universal do Reino de Deus do que nos testes com a Assembleia de Deus e é 31 vezes maior do que para igrejas em geral.

A análise indica que igrejas de todas as denominações e templos isolados da Assembleia de Deus também interferem positivamente na votação de Marcelo Crivella, mas as unidades da Igreja Universal do Reino de Deus influenciaram de maneira muito mais significativa na obtenção de votos. Não é possível afirmar, no entanto, que existe uma relação de causalidade, já que outros fatores podem influenciar a correlação, mas há um forte indício de que a presença

da Igreja Universal do Reino de Deus, junto a outros elementos combinados, afeta a escolha do voto. O que se pode destacar, todavia, é que, diferentemente das eleições municipais de 2016 – nas quais Marcelo Crivella conquistou uma massa eleitoral de bairros com menor renda e escolaridade, enquanto o segundo colocado, Marcelo Freixo, ganhou votos principalmente no centro e na Zona Sul, com maior incidência de eleitores de classes mais altas – a disputa pelo governo do estado do Rio de Janeiro, em 2014, liderada por Luiz Fernando Pezão e Marcelo Crivella, teve um perfil de disputa de votos muito mais homogêneo, e o fato de Marcelo Crivella não ter vencido a eleição, com uma diferença de 900.585 votos válidos, torna o resultado desses testes bastante significativo.

2.1.2 Financiamento de campanha

Assim como feito anteriormente, esta seção visa buscar indícios de que a identidade evangélica impacta positivamente no sucesso eleitoral dos candidatos. Aqui, será tratado um tema crucial para entender o desempenho dos candidatos nas eleições brasileiras: o financiamento de campanha. O foco da análise será o cargo de deputado federal, para cuja disputa o sistema proporcional de lista aberta implica grande peso nas candidaturas individuais. Tal fato ocorre, pois, nesse sistema, os partidos concorrem com listas de candidatos não ordenadas e os eleitores podem optar por votar em uma legenda ou escolher um candidato nominalmente. De maneira recorrente, a maioria dos eleitores do Brasil vem optando por votar nominalmente. Nas eleições de 2014, por exemplo, 8,37% dos votos válidos foram dados à legenda (TSE, 2014)⁹³. O PRB foi o terceiro partido com menos votos na legenda: 2,89% (TSE, 2014)⁹⁴. O objetivo neste momento é apurar se os evangélicos vêm registrando alguma vantagem no custo para a obtenção de votos. A análise corresponde aos pleitos para as 54^a e 55^a Legislaturas e considera evangélicos os parlamentares que integram a “bancada evangélica”.

Deve ser feita uma ressalva quanto à efetividade da análise: os valores apurados

⁹³ Os cálculos foram feitos com base em dados do TSE. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/eleitor-e-eleicoes/estatisticas/eleicoes/eleicoes-antiores/estatisticas-candidaturas-2014/estatisticas-eleitorais-2014-resultados>>. Acesso em: 4 jan. 2018.

⁹⁴ Os cálculos foram feitos com base em dados do TSE. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/eleitor-e-eleicoes/estatisticas/eleicoes/eleicoes-antiores/estatisticas-candidaturas-2014/estatisticas-eleitorais-2014-resultados>>. Acesso em: 4 jan. 2018.

referem-se exclusivamente aos gastos declarados de campanha, apresentados ao TSE em cumprimento ao requisito de prestação de contas. Existem ainda os recursos financeiros não contabilizados, o “caixa dois”, que podem corresponder a uma parcela significativa da campanha. No entanto, embora não retratem a realidade de modo pleno, os dados referentes à prestação de contas podem apresentar padrões importantes do financiamento da política no Brasil (NICOLAU, 2017).

Nas eleições de 2014, conforme apurado por Nicolau (2017), os gastos declarados de campanha (referentes a doações de campanha e recursos do fundo partidário) dos candidatos a deputado federal eleitos foi de R\$ 909 milhões, enquanto o montante total gasto pelos 4.480 candidatos não eleitos foi de R\$ 520 milhões. Os 513 deputados gastaram, portanto, 64% de todo o valor investido nas campanhas para o cargo. Em média, um candidato eleito gastou R\$ 1,772 milhão, enquanto o valor médio dos não eleitos foi de R\$ 116 mil, 15 vezes inferior à média dos candidatos eleitos, o que indica que o valor investido na campanha é determinante para o sucesso do candidato.

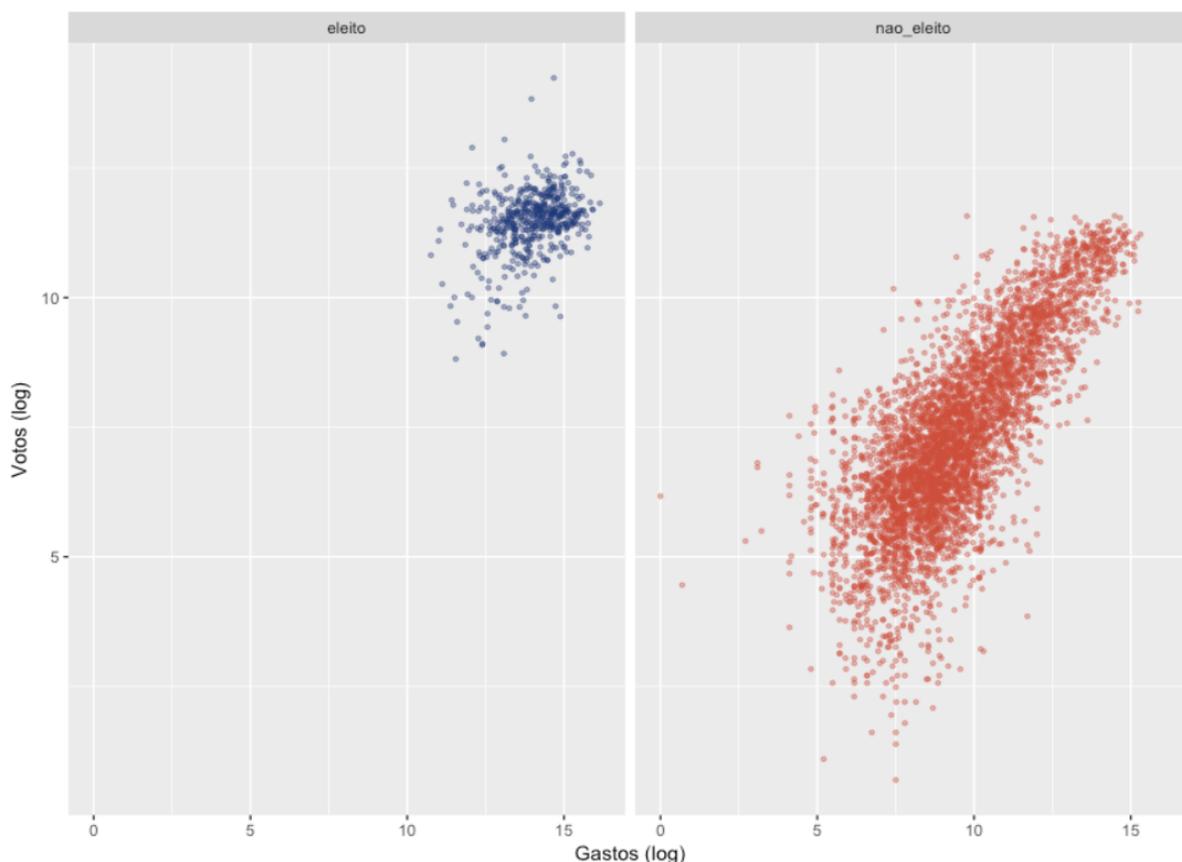
É preciso ressaltar, ainda, a existência de candidaturas fictícias, utilizadas como recurso para auxiliar os partidos a cumprir a determinação da Lei das Eleições (Lei nº 9.504/1997). O dispositivo estabelece, em seu art. 10, que, nas eleições proporcionais, “[...] cada partido ou coligação preencherá o mínimo de 30% e o máximo de 70% para candidaturas de cada sexo”. Há, ainda, as candidaturas lançadas exclusivamente para a obtenção de afastamento remunerado, visto que, com a Lei Complementar nº 64/1990, o funcionário público precisa estar compatibilizado dentro do prazo estabelecido por lei, sob pena de indeferimento do pedido de registro de candidatura. A compatibilização varia entre 3, 4 ou 6 meses, de acordo com a complexidade da função pública exercida e do cargo que pretende disputar⁹⁵. Como o período de afastamento não é um impeditivo para o pagamento de salários, exceto nos casos de funcionários comissionados que são exonerados, por não terem vínculo de estabilidade, alguns servidores utilizam a candidatura como maneira de obter o afastamento remunerado sem a real intenção de disputar o pleito. Ambos os casos, portanto, acabam por impactar no dimensionamento real dos valores totais e médios dos gastos de campanha.

O Gráfico 24 mostra a relação entre os gastos de campanha e o total de votos obtidos, segmentados por candidatos eleitos e não eleitos. Os dados foram dispostos em escala

⁹⁵ A regra é válida a todos os servidores da administração direta (União, estados, Distrito Federal e municípios) e indireta (autarquias, sociedade de economia mista, fundações públicas e empresas públicas), bem como de cooperativas, instituições de ensino, entre outros que recebam verbas públicas, sendo aplicada não somente aos servidores efetivos, mas também aos detentores de cargos comissionados.

logarítmica para facilitar a visualização. Como observado por Nicolau (2017), existe uma associação considerável entre gastos e votos; o r de Pearson entre os dois fatores para todos os candidatos é de 0,84.

Gráfico 24 - Relação gastos vs. votos – eleições de 2014



Fonte: Nicolau, 2017, com base em dados do TSE, 2015.

É possível notar que os candidatos vitoriosos, em azul, estão posicionados à esquerda, indicando que gastaram mais e receberam mais votos. A imagem referente aos candidatos não eleitos, no entanto, demonstra que alguns deles se posicionaram em patamares semelhantes aos vitoriosos em relação aos gastos e número de votos, o que, segundo Nicolau (2017), indica que deve ter ocorrido, em muitos estados, uma razoável disputa por vaga.

Ao analisar os gastos dos 513 deputados eleitos em 2014, com valores atualizados pela inflação entre outubro de 2014 e junho de 2016, Nicolau (2017) calculou que os candidatos eleitos tiveram um total de 58.134.351 votos, gastando uma média de R\$ 15,60 por voto.

Para essa tese, o cálculo foi replicado considerando-se apenas os membros da bancada

evangélica, visando verificar se o valor médio por voto é compatível ou divergente em relação à média nacional. Constatou-se que o gasto médio por voto dos evangélicos é de R\$ 10,06, que corresponde a 64,48% dos gastos médios dos parlamentares não evangélicos eleitos (R\$ 15,60). Entre esses, destaca-se o pastor Marco Feliciano (PSC-SP), que obteve a melhor relação custo-benefício do pleito, com o valor médio de R\$ 0,40 por voto. A Tabela 8 apresenta o resultado por candidato, ordenado pelo gasto declarado total da campanha:

Tabela 8 - Gastos por voto dos membros da bancada evangélica (continua)

Candidato	Partido	Estado	Gastos (R\$)	Total de votos	Gastos por voto (R\$)
Eduardo Cunha	PMDB	RJ	7.766.824	232.539,64	33,4
Leonardo Quintão	PMDB	MG	5.997.755	118.532,71	50,6
Fabio Garcia	PSB	MT	4.649.446	104.953,63	44,3
Edmar Arruda	PSC	PR	3.621.632	85.214,87	42,5
Bruna Furlan	PSDB	SP	3.286.968	178.639,57	18,4
Aureo	SD	RJ	3.238.361	58.139,34	55,7
Delegado Francischini	SD	PR	3.104.571	159.208,77	19,5
Paulo Freire	PR	SP	3.059.290	111.246,91	27,5
Anderson Ferreira	PR	PE	2.724.075	150.501,38	18,1
Onyx Lorenzoni	DEM	RS	2.704.471	148.597,31	18,2
Weliton Prado	PT	MG	2.416.189	185.860,69	13,0
Celso Russomanno	PRB	SP	2.368.189	1.480.118,13	01,6
Jorge Tadeu	DEM	SP	2.210.827	178.292,50	12,4
Toninho Wandscheer	PT	PR	2.116.723	71.753,32	29,5
Aguinaldo Ribeiro	PP	PB	2.109.385	162.260,38	13,0
Lincoln Portela	PR	MG	1.969.466	98.968,14	19,9
Sergio Reis	PRB	SP	1.933.341	45.277,31	42,7
Hissa Abrahão	PPS	AM	1.881.099	113.319,22	16,6
Missionário José Olímpio	PP	SP	1.799.164	155.100,34	11,6
Laércio Oliveira	SD	SE	1.742.967	84.201,30	20,7
Fábio Sousa	PSDB	GO	1.699.927	82.122,08	20,7
Washington Reis	PMDB	RJ	1.639.279	103.099,31	15,9
Sergio Vidigal	PDT	ES	1.578.648	161.086,53	9,8
Ronaldo Martins	PRB	CE	1.572.246	118.213,98	13,3
Joao Campos	PSDB	GO	1.474.898	107.656,79	13,7
Altineu Cortes	PR	RJ	1.414.851	40.540,14	34,9
Silas Camara	PSD	AM	1.287.561	167.215,71	07,7
Marcelo Belinati	PP	PR	1.235.291	137.254,56	09,0
Gilberto Nascimento	PSC	SP	1.172.885	119.682,14	09,8
Rejane Dias	PT	PI	1.127.412	134.215,71	08,4
Manato	SD	ES	1.040.357	67.555,65	15,4
Sandro Alex	PPS	PR	1.026.466	116.643,86	8,8
Arolde De Oliveira	PSD	RJ	1.018.703	55.364,29	18,4
João Henrique Caldas	SD	AL	1.011.340	136.667,57	7,4
Marcos Soares	PR	RJ	990.077	44.398,07	22,3
Professor Victório Galli	PSC	MT	986.575	64.482,03	15,3
Edinho Araujo	PMDB	SP	956.547	112.534,94	8,5
Cesar Halum	PRB	TO	919.730	46.217,59	19,9
Benedita Da Silva	PT	RJ	872.599	48.209,89	18,1
Lindomar Garçon	PMDB	RO	860.670	24.176,12	35,6
Jácome	PMN	RN	858.276	71.523,00	12,0
Sóstenes Cavalcante	PSD	RJ	845.475	104.379,63	8,1
Jefferson Campos	PSD	SP	791.597	161.550,41	4,9
Nilton Capixaba	PTB	RO	755.484	42.442,92	17,8
Dr. Damião	PDT	PB	697.016	67.671,46	10,3
Carlos Gomes	PRB	RS	678.097	92.890,00	7,3
Cleber Verde	PRB	MA	671.397	104.905,78	6,4
Max Filho	PSDB	ES	650.987	91.688,31	7,1
Ronaldo Fonseca	PROS	DF	619.441	84.854,93	7,3
George Hilton	PRB	MG	603.076	147.091,71	4,1
Alan Rick	PRB	AC	570.239	17.875,83	31,9
Pastor Eurico	PSB	PE	495.268	235.841,90	2,1

Tabela 9 - Gastos por voto dos membros da bancada evangélica (conclusão)

Marcos Rogerio	PDT	RO	479.300	60.670,89	7,9
Ronaldo Nogueira	PTB	RS	476.750	76.895,16	6,2
Stefano Aguiar	PSB	MG	462.106	144.408,13	3,2
Eliziane Gama	PPS	MA	445.475	134.992,42	3,3
Pastor Jony	PRB	SE	397.160	53.670,27	7,4
Johnathan De Jesus	PRB	RR	385.726	20.627,06	18,7
Roberto De Lucena	PV	SP	383.616	67.301,05	5,7
Irmão Lazaro	PSC	BA	368.056	160.024,35	2,3
Rosangela Gomes	PRB	RJ	357.228	102.065,14	3,5
Josué Bengtson	PTB	PA	351.697	121.274,83	2,9
Sérgio Brito	PSD	BA	342.969	83.650,98	4,1
Erivelton Santana	PSC	BA	301.381	75.345,25	4,0
Roberto Sales	PRB	RJ	281.632	122.448,70	2,3
Antonio Bulhões	PRB	SP	281.390	140.695,00	2,0
Francisco Floriano	PR	RJ	250.087	47.186,23	5,3
Takayama	PSC	PR	225.207	160.862,14	1,4
Tia Eron	PRB	BA	214.457	119.142,78	1,8
Ezequiel Teixeira	SD	RJ	208.108	35.880,69	5,8
Márcio Marinho	PRB	BA	178.104	118.736,00	1,5
Roberto Alves	PRB	SP	175.430	134.946,15	1,3
Pastor Marco Feliciano	PSC	SP	174.560	436.400,00	0,4
Julia Marinho	PSC	PA	172.166	86.083,00	2,0
Vinicius Carvalho	PRB	SP	157.751	78.875,50	2,0
Christiane Yared	PTN	PR	146.289	208.984,29	0,7
André Abdon	PRB	AP	108.204	13.872,31	7,8
Carlos Andrade	PHS	RR	103.481	6.719,55	15,4
Eduardo Bolsonaro	PSC	SP	62.904	78.630,00	0,8
Cabo Daciolo	PSOL	RJ	46.987	52.207,78	0,9

Fonte: TSE, 2015.

A mesma dinâmica pode ser observada nas eleições de 2010. O Gráfico 26, referente a gastos de campanha e votos obtidos pelos candidatos no pleito para a Câmara dos Deputados em todo o Brasil, evidencia que os candidatos eleitos (destacados em azul), em geral, são os que investiram mais recursos nas campanhas:

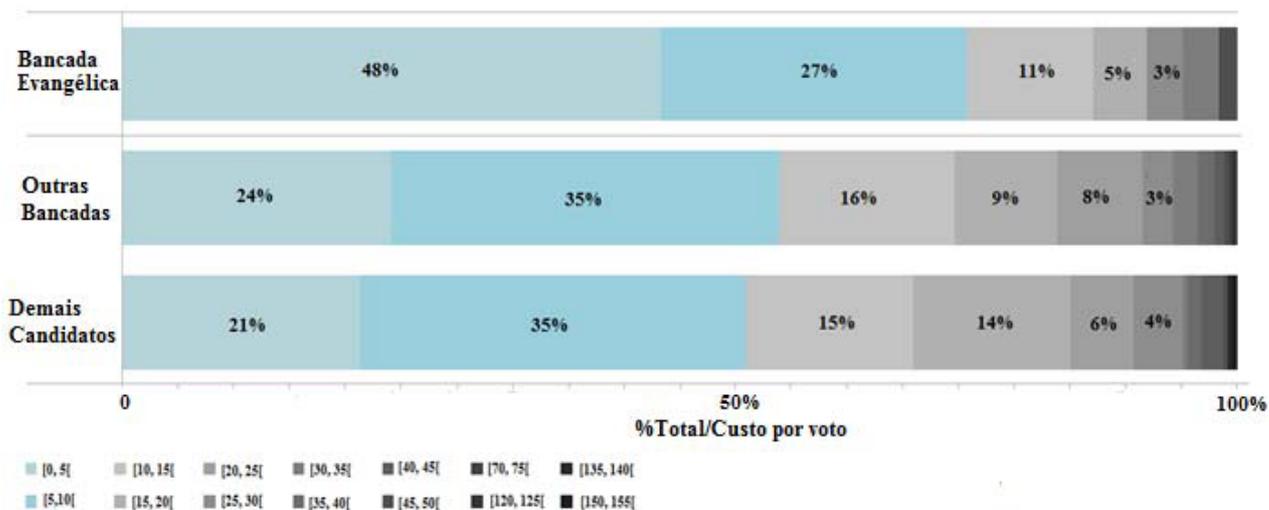
Gráfico 25 - Número de votos/Gastos de campanha individuais – eleições para a Câmara dos Deputados (2010)



Fonte: TSE, 2011.

O Gráfico 26, por sua vez, estabelece uma comparação entre os gastos de membros da bancada evangélica, outras bancadas e demais candidatos:

Gráfico 26 - Custo por voto – Bancadas suprapartidárias



Fonte: TSE, 2010.

O gráfico mostra que os evangélicos foram os que alcançaram a melhor relação custo-voto e que 48% dos eleitos gastaram entre 0 e R\$ 5 e 27% entre R\$ 10 e R\$ 15 por voto. Entre os não evangélicos, apenas 24% dos pertencentes a outras bancadas e 21% dos demais candidatos tiveram gastos entre R\$ 5 e R\$ 10 por voto. Assim, como sugerem os dados apresentados, justifica-se melhor a utilização, direta ou indireta, dessas redes que o grupo religioso evangélico possui, mais adequado para a mobilização de elementos simbólicos reconhecíveis pelo eleitor. No entanto, embora os gastos representem parcelas significativas para participação e conquista dos nos pleitos eleitorais, não se deve esquecer que o processo de escolha do voto partilha de experiências coletivas ou individuais, quando o pertencimento religioso do candidato pode ser priorizado, como será debatido no próximo capítulo.

2.2 Impactos na arela eleitoral: Perspectiva teórica

Introdução

Este capítulo, em continuidade ao anterior, traz uma abordagem sobre o impacto da atuação dos evangélicos na arena eleitoral, utilizando, desta vez, perspectivas teóricas. Enveredar-se-á pelas nuances do “voto evangélico”. O comportamento eleitoral será abordado como resultado de diversos elementos condicionantes e/ou concomitantes, originados no decorrer da vida, e de uma ação influenciada por fatores diversos: inserção em determinado grupo social, classe social, religião, identificação partidária, interesses pessoais, entre outros.

2.2.1 Quem os elege: as interfaces do “eleitor evangélico”

Os dados empíricos trabalhados no capítulo anterior sugerem duas evidências: 1) A Igreja Universal do Reino de Deus exerce influência na escolha dos voto; 2) Os parlamentares evangélicos vêm obtendo maior eficiência na obtenção de votos com menor custo.

Tomando como ponto de partida a hipótese de que as igrejas evangélicas estão conseguindo moldar um campo ideológico perceptível aos olhos do eleitor comum, voltada à “defesa da família”, “da vida” e à “moralização da política”, esta seção busca questionar se existe um “eleitor evangélico” e o que isso representaria, tendo como principal marco teórico a análise de Giovanni Sartori (1982) sobre o conceito de “voto por imagem”, concepção intermediária entre a ideia de voto estruturado de Lipset e Rokkan (1990), que sofre influência das divisões socioeconômicas e demográficas, e o voto desestruturado ou por identificação, defendido pelos pesquisadores de Michigan, em que o indivíduo é a unidade de análise. Essas duas vertentes serão aprofundadas ao longo deste capítulo.

A ideia de Sartori (1982) é dimensionar a questão do “voto por imagem”. O sentido buscado é deslocar a imagem do voto sobre uma questão de pertencimento ou identificação partidária destarte. O eleitorado é heterogêneo e pode se identificar com um partido político por diferentes razões. Assim, o conceito de “voto por imagem” estabelece um exemplo do “rótulo” apresentado ao público pelos partidos. Em outras palavras, pode-se dizer que a adesão a um grupo político não necessariamente está estruturando na consciência do eleitor.

O voto não decorreria unicamente da posição do partido em relação a determinadas questões nem da identificação psicológica do eleitor, mas apareceria como uma mistura, sujeita

a alterações, desses dois fatores, em que a ideologia ocuparia um papel fundamental. Para Sartori (1982, p. 360), “[...] imagem é um vago pacote de políticas e programas condensado numa palavra ou frase e por ela transmitido. ‘Bom para os trabalhadores’, ou ainda melhor, ‘partido dos trabalhadores’ é uma imagem (e não uma questão)”.

Na obra *Homem político*, Lipset (1967) buscar analisar aspectos políticos, debatendo as tendências políticas individuais ou coletivas segundo situação econômica, religião, profissão, entre outras variáveis. Aqui, de modo geral, o autor reflete mais detidamente sobre a construção dos governos uni, bis e multipartidários. A questão que permeia esse exame é buscar compreender como, em uma sociedade democrática, os conflitos ainda permanecem. Para isso, o autor tece seus comentários a partir do entendimento no qual a estabilidade democrática necessita de conflitos ou clivagens para sua manutenção. A ideia, portanto, é gerar certo tipo de consenso entre as partes. Aqui, o foco é compreender como as decisões podem ser geradas pelos de “dentro” para manter os “de fora” ainda com opiniões sobre a legitimidade do corpo político. Desse modo, a clivagem atuaria como meio de integração e organização (LIPSET, 1967).

Nesse modelo proposto, a ideologia na definição do voto é permeada pelas convicções aliadas às diferentes maneiras de pertencimento ao grupo social, levando em consideração também uma relação entre o poder aquisitivo e a posição política do eleitor. Para tal, concluiu-se que a ideologia funcionaria como um instrumento para que o eleitor identificasse o partido para além das proposições políticas imediatas que este defenderia. Nesse ponto, a teoria de Downs (1957) sobre a ação racional do eleitor ao tentar minimizar os custos para a escolha do voto converge com a de Lipset (1967) ao identificar a ideologia como um atalho para que o eleitor obtenha informações com menor custo.

A categoria “eleitor evangélico” é frequente nas publicações midiáticas⁹⁶. No entanto, o eleitor evangélico possui outros pertencimentos e identidades, além de ser um ente social composto pela combinação de variáveis como sexo, idade, cultura, posicionamento político, preferência partidária, condição financeira, escolaridade, profissão, tradições, histórico, visão de mundo, valores morais, nível de interesse pela política, avaliação do governo, motivação para a busca de informações etc. Isso leva à seguinte questão: Podemos pressupor que o

⁹⁶ Alguns exemplos do uso do conceito de eleitor evangélico são: “O jeito evangélico de pedir votos e fazer política”. *Época*. Disponível em: <<https://epoca.globo.com/tempo/eleicoes/noticia/2014/09/o-jeito-bevangelicob-de-pedir-votos-e-fazer-politica.html>> Acesso em: 17 jan. 2017.

Eleitor evangélico impulsiona ascensão de Bolsonaro. *Valor Econômico*. Disponível em: <<http://www.valor.com.br/politica/5175662/eleitor-evangelico-impulsiona-ascensao-de-bolsonaro>>. Acesso em: 17 jan. 2017.

pertencimento religioso terá precedentes sobre as demais categorias para influenciar na decisão do voto? Os apontamentos teóricos que serão apresentados ao longo desta seção indicarão que sim.

Um conceito interessante para entender a ligação entre o crente e o candidato evangélico é o *habitus*, desenvolvido por Pierre Bourdieu (2011). Para o autor, o *habitus* faz parte da vida cotidiana de todos, sendo alimentado pelo meio social e pelas interações entre os indivíduos:

“Os condicionamentos associados a uma classe particular de condições de existência que produzem *habitus*, sistemas de disposições duráveis e transponíveis, estruturas estruturadas predispostas a funcionar como estruturas estruturantes, ou seja, como princípios geradores e organizadores de práticas e de representações que podem ser objetivamente adaptadas ao seu objetivo sem supor a intenção consciente de fins e o domínio expreso das operações necessárias para alcançá-los, objetivamente ‘reguladas’ e ‘regulares’ sem em nada ser o produto da obediência a algumas regras e sendo tudo isso coletivamente orquestradas sem ser o produto da ação organizadora de um maestro” (p. 87).

O *habitus* pode ser entendido como um conjunto de ações incorporadas pelas pessoas em virtude da vivência em sociedade. Essa relação social é pautada pela “unidade de estilo que vincula práticas e os bens de um agente singular ou de uma classe de agentes” (BOURDIEU, 2011), por isso se relaciona com símbolos de legitimação para suas interações, que remontam a experiências de vida. Surge das interações sociais e molda as atitudes e os pensamentos dos indivíduos, embora não seja algo consciente ou propositalmente elaborado. No ambiente de um sistema partidário múltiplo, há uma intensa variação desses estilos de vida e experiências. Trata-se, portanto, do espaço social determinado pelas pessoas que dele participam e que possuem, como ponto em comum, características e concordâncias às regras que regem aquele meio.

Entendendo a religião como campo social, com ideias, valores e atitudes comuns, os quais se intercalam com outros campos sociais, é possível imaginar que os participantes de cada vertente religiosa incorporam um *habitus* com características que podem ser facilmente reconhecidas fora do campo religioso. Essa associação com a teoria de Bourdieu fica mais sólida se pensarmos sobre as igrejas evangélicas na sociedade brasileira, cujos integrantes possuem um conjunto de ações facilmente identificáveis e evidentes nas interações sociais, seja pela fala carregada de expressões religiosas, seja pelas vestimentas ou pelo agir em sociedade. Essas características, que compõem o *habitus*, podem ser identificadas quando a pessoa transita por outro campo que não o religioso e podem ser um elo de afinidade ou afastamento em relação a um determinado candidato, por exemplo.

A proposta teórica de Clifford Geertz (2008) também contribui nesse sentido, ao postular a teia de significados compartilhados por grupos da sociedade. Recuperando um conceito desenvolvido por Max Weber, Geertz afirma que o homem é um ser atrelado a uma teia de significados que ele mesmo teceu. O comportamento, nesse contexto, funciona como uma ação simbólica. Geertz afirma que a religião ajusta as ações humanas a uma espécie de ordem cósmica e projeta imagens dela no plano da experiência humana. Para ele, a religião pode ser definida como:

“[...] um sistema de símbolos que atua para estabelecer poderosas, penetrantes e duradouras disposições e motivações nos homens através da formulação de conceitos de uma ordem de existência geral e vestindo essas concepções com tal aura de fatualidade que as disposições e motivações parecem singularmente realistas” (GEERTZ, 2008, p. 67).

O autor ressalta a dependência do homem em relação aos símbolos e sistemas simbólicos e destaca três pontos nos quais o caos ameaça o homem: 1) Nos limites de sua capacidade analítica – o fracasso da incompreensão gera inquietação; 2) Nos limites de seu poder de suportar – não saber como interpretar as emoções gera sofrimento. Nesse ponto, a religião oferece a capacidade de compreender o mundo e definir as emoções, permitindo suportá-las; 3) Nos limites de sua introspecção moral – quando passa por dificuldades de fazer julgamentos morais ditos corretos e utilizar o sistema simbólico que nos oferece aparato ético e moral. A religião também oferece um contraponto para essa dificuldade de fazer julgamentos, pois pode ser entendida como um meio de conhecimento do mundo dotada de valores morais legítimos.

Os apontamentos de Geertz sobre a perplexidade, a dor e o paradoxo da moral levam a crer que o problema do significado é um dos principais impulsionadores da crença religiosa. Para ele, o axioma básico da perspectiva religiosa é que “aquele que tiver de saber precisa primeiro acreditar” (2008, p. 81). A religião é, portanto, um modo de conceber o mundo entre tantos outros. Assim, o sistema de significados e a concepção de mundo próprios em diversos segmentos religiosos geram uma identificação mútua e facilidade, no caso da inserção de evangélicos na política, em identificar princípios morais em comum que, na perspectiva do eleitor, seriam aplicados no campo político. Nesse sentido, votar torna-se uma oportunidade ainda mais acentuada de difundir seus valores na sociedade.

O crescimento da participação organizada dos evangélicos na política institucional, a influência da Igreja Universal do Reino de Deus e o melhor custo-benefício para a obtenção de votos sugerem uma correlação entre a preferência pela religião evangélica por parte dos eleitores e a escolha do voto. Porém, os dados não são suficientes para identificar as causas

dessa correlação. Para entender o avanço dos evangélicos na política, é preciso, em primeiro lugar, considerar o poder simbólico exercido pelas lideranças religiosas. Tal poder, entendido por Bourdieu como “[...] uma forma transformada, isto é, transfigurada e legitimada das outras formas de poder [...] capaz de produzir efeitos reais sem dispêndio aparente de energia” (2009, p. 15), consegue aplicar coação moral e psíquica ao conceder ou recusar aos fiéis os bens de salvação (WEBER, 2004).

Todavia, entende-se a religião como veículo de poder, composta por símbolos estruturados, diversos modos de discursos portadores de conteúdo disciplinar, a exemplo das pregações e homilias, e representações arquitetônicas e iconográficas, vistas como um espaço sagrado. A imposição de ideologias feita pela religião, que instrui os fiéis à submissão à hierarquia doutrinária e ao modo de poder político institucionalizado que a Igreja representa, pode ser entendido como uma maneira de disciplinarização⁹⁷.

A busca pelo entendimento do voto religioso não pode ser isolada da compreensão do papel das igrejas como agentes disciplinadores. Nas visitas de campo, foi possível identificar um padrão na ordem argumentativa dos cultos: a prescrição de conduta do processo disciplinar também é perpassada pela lógica do livre-arbítrio inerente ao discurso religioso. Desse modo, o silogismo apresenta-se como um artifício em que, por exemplo, ser fiel a Deus por meio do pagamento de dízimos e ofertas traz como retorno a prosperidade, o “livramento” e as “bençãos de Deus”. Nessa perspectiva, talvez, a Igreja funcione como uma intermediação entre os fiéis e Deus. A lógica aqui expressa é que as garantias de fartura serão alcançadas após a realização de pagamentos. A ideia de “ofertar” é abundante nos escritos bíblicos e estabelece um plano de aproximação em que as ofertas figuram como ato de reconhecer aquilo que o Divino trouxe ao fiel ou para pactuar por uma benção futura. O fiel oferece, a princípio, a partir do uso de seu livre-arbítrio, mas essa ação se dá com base na assimilação de um discurso doutrinário sobre os poderes de Deus presentes em preceitos bíblicos e a legitimidade da instituição religiosa.

2.2.2 O voto correto e a ideia de moralização da política

Muitos autores afirmam que a qualidade democrática exige um governo responsivo com as demandas dos cidadãos (DIAMOND; MORLINO, 2005; RENNÓ, 2010), e, nesse ponto, o

⁹⁷ O poder disciplinar é visto por Foucault como “[...] um poder que, em vez de se apropriar e de retirar, tem como função maior ‘adestrar’; ou sem dúvida adestrar para retirar e se apropriar ainda mais e melhor. Ele não amarra as forças para reduzi-las; procura ligá-las para multiplicá-las e utilizá-las num todo” (2005, p. 153).

“voto correto” tem o potencial de gerar um elo de responsabilização entre representantes e representados, requisito mínimo para a democracia (DAHL, 1997; BERELSON, 1952). “Votar corretamente” associa-se a valores, crenças e preferências dos eleitores em relação a políticas públicas e ocorre quando o voto é dado ao candidato que, supostamente, corresponde a preferências, crenças e valores individuais do eleitor, tendo em vista os posicionamentos que considera prioritários. Em outras palavras, o “correto” se define pelo voto, que deve ser realizado em condições de completa informação (LAU; REDLAWSK, 1997). Nessa perspectiva, espera-se que os cidadãos sejam mais atentos às ações políticas. Uma vez que tal voto é alcançado por meio de informações densas, como o conhecimento dos programas governamentais, histórico e projetos dos candidatos, o eleitor precisaria estar bem informado sobre os candidatos para que pudesse escolher o que mais se enquadrasse aos seus valores e interesses.

O voto “correto” é alcançado por meio da estratégia das heurísticas, ferramentas cognitivas utilizadas para simplificar o processo de tomada de decisão. Existe, no entanto, um limite na racionalidade desse processo decisório imposto, por exemplo, pela estrutura de memória dos indivíduos, a tendência a serem excessivamente confiantes em relação à qualidade de seus julgamentos e o fato de buscarem informações com base no que consideram verdadeiro.

Lau e Redlawsk (2006) afirmam que as estratégias das heurísticas não beneficiam todos os indivíduos de maneira equânime. Os mais bem informados são os mais beneficiados pelo uso desses atalhos cognitivos, pois controlam melhor os meios para o tratamento de informações, especialmente os de ideologia e identificação partidária. Lau et al. (2014) avaliam que os determinantes do voto “correto” são um somatório dos seguintes fatores: conhecimento, nível educacional, informações armazenadas, conhecimento das regras do jogo, experiência com eleições e motivação para fazer escolhas adequadas. Ao analisarem 33 países, constataram que o voto “correto” no Brasil foi de 67% no 1º turno e 75,5% no 2º turno, ou seja, votos deliberados, com base em informações, e não direcionados.

No entanto, embora o Brasil tenha alcançado resultados satisfatórios na pesquisa citada, tal teoria mostra que determinantes institucionais podem turvar as escolhas eleitorais. Se, por exemplo, o sistema eleitoral promove o voto personalista, como é o caso do Brasil com o sistema proporcional de lista aberta utilizado nas eleições para a Câmara dos Deputados, Assembleias Legislativas e Câmara dos Vereadores, a probabilidade de haver voto “correto” é

reduzida. Outro agravante é o elevado número de partidos, atualmente 35 (TSE, 2018)⁹⁸, que, no caso do Brasil, não é significativamente mitigado pela distinção ideológica entre as legendas, já que grande parte está no centro, conforme abordado no Capítulo 3⁹⁹.

Segundo André Bello (2016), o voto “correto” no Brasil apresenta, em razão do histórico social e político, algumas limitações evidentes:

- “1) os eleitores variavelmente apresentam problemas na aquisição de informação, com uma distribuição enviesada da informação;
- 2) o sistema político é complexo, com fragmentação dos partidos, baixa identificação partidária e ideológica;
- 3) o sistema eleitoral brasileiro é de representação proporcional de lista aberta, que estimula o voto nos candidatos e gera competição intrapartidária;
- 4) as eleições são sempre povoadas por muitos candidatos, limitando a aquisição de informações e dificultando a decisão do voto;
- 5) em certas campanhas não existe distinção entre as propostas dos candidatos. Quando não há polarização entre as propostas torna-se mais difícil ao eleitor distinguir o que combina mais com o seu interesse eleitoral;
- 6) os recursos de campanha não são distribuídos de maneira equânime, de modo que certos candidatos têm mais chances de aparecer publicamente do que outros” (BELLO, 2016, p. 471).

O autor destaca também que os estudos já elaborados sobre voto “correto” são voltados a democracias estabelecidas e que, mesmo nesses países, o acesso às fontes de informação não é igualitário, o que prejudica a busca por atalhos cognitivos para a escolha política. No entanto, esse conceito é válido para pensarmos que não existe voto “correto” no sentido literal, e sim um ato de dispensar tempo para escolher o melhor candidato com base nos valores e crenças inerentes ao indivíduo, de modo que seja criada uma identificação entre o eleitor e o representante.

2.2.3 Teorias da escolha do voto

O comportamento eleitoral é um dos fenômenos políticos mais difíceis de se prever. São inúmeras as tentativas de explicação do voto, entre as quais a existência de um cálculo racional, da psicologia, da estratificação social, do regionalismo, da noção de representação ideológica ou de interesses, da segmentação religiosa, das clivagens sociais, da noção de redes, entre

⁹⁸ Partidos políticos registrados no TSE. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/partidos/partidos-politicos/registrados-no-tse>>. Acesso em: 17 mar. 2018.

⁹⁹ Além dos 35 partidos, existem 73 em processo de formação, ou seja, legendas em fase de criação que comunicaram ao TSE obtenção de registro civil. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2018/Janeiro/brasil-tem-73-partidos-em-processo--de-formacao>>. Acesso em: 17 maio 2017.

outras. Esses esforços, seja em suas discordâncias ou complementaridades, ainda não foram capazes de explicar ou prever o comportamento eleitoral de modo a esgotar o tema. Tal fato se deve às múltiplas variáveis envolvidas, e a religião é, portanto, apenas uma delas.

Entre todos os estudos já feitos para explicar o comportamento eleitoral, as três correntes que ganharam maior visibilidade foram: as teorias sociológicas (LAZARFELD; BERELSON; GAUDET, 1948; BERELSON; LAZARFELD; MCPHEE, 1954); a abordagem psicossociológica (CAMPBELL; CONVERSE; MILLER et al., 1960; MILLER; SHANKS, 1996); e a teoria da escolha racional (ARROWS, 1963; DOWNS, 1957).

2.2.3.1 Teorias sociológicas

As teorias sociológicas são apresentadas na obra *The People's Choice: How the Voter Makes Up His Mind in a Presidential Campaign*, de Lazarfeld, Berselson e Gaudet (1948), a qual debate a ideia de as características sociais determinarem as preferências políticas desde momentos anteriores ao início da campanha, pautadas pelo princípio da macroanálise e indicando o contexto social do grupo em que o eleitor está inserido como uma categoria fundamental para explicar os comportamentos e escolhas individuais. São enfatizados também os determinantes socioeconômicos, culturais e da estrutura de classe na constituição das clivagens sociais. Para Adam Przeworski:

[a] importância relativa de uma classe como determinante do comportamento eleitoral é uma consequência cumulativa de estratégias empreendidas por partidos de esquerda. Os partidos políticos – juntamente com os sindicatos, igrejas, fábricas e escolas – forjam identidades coletivas, induzem ao comprometimento, definem os interesses em nome dos quais se tornam possíveis as ações coletivas, oferecem e inviabilizam escolhas aos indivíduos (1989, p. 123).

Nos estudos de comportamento eleitoral que utilizam as teorias sociológicas como base, existe uma preponderância de abordagens voltadas ao contexto, situação e condições socioeconômicas como elementos de maior importância no processo de segmentação social que baseia a estruturação de diversas tendências de comportamento político e eleitoral. Ou seja, segundo essa vertente teórica, eleitores em situação social semelhante desenvolvem condutas político-eleitorais semelhantes. Não é o indivíduo isoladamente que exprime a dinâmica política, e sim o coletivo social.

De acordo com essa perspectiva, as características sociais, econômicas e políticas de uma determinada sociedade são formadas com base em fatores históricos, culturais e estruturais

globais. As diversas clivagens sociais se expressam por meio de partidos políticos que se identificam com segmentos do eleitorado definidos de acordo com o meio social ao qual pertencem.

Figueiredo (2008) explica que, na abordagem sociológica, o ato individual não é socialmente isolado e o coletivo social exprime a dinâmica política. Tal teoria possui as seguintes premissas fundamentais:

“O modelo de explicação sociológica compõe-se, por assim dizer, de dois ‘tempos’ sociais e três leis básicas que definem e regem o comportamento social. Os dois tempos expressam, simplesmente, que primeiro é necessário haver interação para, a seguir, formarem-se opiniões e ocorrerem comportamentos. As três leis sociológicas básicas definem as chances sociais de que ocorram interações duais relevantes, que são a origem de toda sorte de transações sociais. Se não houver interação de pelo menos dois sujeitos (indivíduos e/ou coletivos), nenhum fenômeno social ocorrerá que envolva simultaneamente esses dois sujeitos – esta é a premissa a partir da qual as teorias sociológicas são formuladas” (p. 49).

As interações sociais formam as opiniões individuais que permitem a tomada de decisão de maneira isolada. Com base nesse entendimento, a corrente sociológica busca compreender os mecanismos por meio dos quais são construídas as identidades em grupos socialmente definidos e ideologias ou partidos específicos. Tal teoria entende que, para angariar votos, os partidos procuram manter uma identidade com grupos sociais, comunidades, classes sociais ou grupos mais amplos, como “pobres”, “mulheres”, “negros”, “católicos”, “evangélicos” etc. Tais grupos, com condições sociais análogas, possuiriam maior probabilidade de interagir. Mas, para que tal perspectiva se comprove empiricamente, é preciso que os grupos sociais específicos se reconheçam desse modo e que existam partidos ideologicamente identificados com esses grupos para que sejam reconhecidos como tal.

Existem teorias diferentes para identificar a estrutura social e as classes ou os grupos que a constituem, e é nessa interpretação do contexto social que, segundo Figueiredo (2008), as teorias sociológicas se dividem entre as de orientação marxista e as demais:

“A corrente marxista enfatiza sempre a importância dos determinantes econômicos e da estrutura de classes, enquanto a corrente não marxista salientou a relevância não só dos fatores sócio-econômicos, mas também dos culturais e chamou a atenção para a variedade das bases a partir das quais se formam clivagens sociais: elas podem ser econômicas, mas também étnicas, religiosas, culturais e regionais etc.” (CASTRO, 1992, p. 29).

Nas correntes não marxistas, acredita-se que a participação política deve ser analisada por meio do ambiente socioeconômico e cultural dos indivíduos, investigando a interação entre grupos ou categorias (sexo, idade, etnia, escolaridade, local de moradia, religião, *status* e

participação em grupos). Tais correntes defendem que essa interação é que torna as percepções políticas similares e leva o eleitor a votar ou não, de algum modo.

As correntes de orientação marxista têm como base a existência da “luta de classes”, ou seja, classes antagônicas no sistema capitalista que apresentariam posicionamentos ideológicos partidários distintos. Ou seja, por meio da “consciência de classe”, a classe trabalhadora¹⁰⁰ teria mais proximidade com os partidos de esquerda. Para Figueiredo, “[a] relação de causalidade entre classe e identidade política se estabelece quando os membros daquela classe compartilham os mesmos interesses fundamentais” (2008, p. 62).

No caso do Brasil, o espectro partidário é fragmentado e complexo, composto por um grande número de partidos de centro, sem uma identificação ideológica clara. Existe uma grande massa de eleitores sem preferência partidária definida e também, como trata Lima Junior, a aliança entre partidos ideologicamente antagônicos a nível municipal, que dificulta a identificação dos eleitores com um partido específico:

“Há aspectos gerais relativos às condições conjunturais das eleições que apontam para o enfraquecimento das raízes sociais dos partidos, para a redução da diferença entre eles e para a necessidade inexorável de se formar um esquema de alianças [...] criando uma rede pouco nítida do ponto de vista ideológico [...]. Todos esses aspectos apontam para a ‘banalização’ dos partidos, levando ao desaparecimento de suas diferenças essenciais, com base nas quais os eleitores optam por uma ou outra agremiação” (1999, p. 20).

Essa “banalização” dos partidos gera pouca clareza em relação a seus programas, identidades políticas e organização, dificultando o acesso às informações que poderiam auxiliar na decisão de voto. Autores como Richard Rose e Derek Urwin (1969) defendem que posições religiosas, em detrimento da divisão de classes, constituem a principal base dos partidos ocidentais. Além disso, outros autores (LAZARFELD et al., 1948; HUCKFELDT; SPRAGUE, 1995; MUTZ, 2006; SINCLAIR, 2012) defendem a ideia de que as pessoas com quem os indivíduos interagem afetam seu comportamento e suas escolhas políticas.

Os dados apresentados no Capítulo 1 demonstram que, no Brasil, a maior frequência de visita aos templos religiosos e, portanto, a maior exposição ao discurso dos líderes religiosos acontece no segmento evangélico. Como destacou Novaes (2001), não há outra instituição que reúna tantas vezes as mesmas pessoas durante a semana como as igrejas dessa religião. Esses fatores podem ser determinantes para que o sentimento de pertencimento a um grupo com valores morais e características específicas influencie a construção da “lógica social da

¹⁰⁰ “[...] assalariados modernos, os quais, não tendo meios próprios de produção, estão reduzidos a vender sua força de trabalho para poder viver” (MARX; ENGELS, 1997).

política”, definido por Zuckerman (2005) como o processo de formação da escolha política por meio de contingências socialmente estabelecidas: “[...] pessoas que vivem juntas em um mesmo ambiente estão propensas a compartilhar necessidades e interesses. Elas tendem a ver o mundo a partir do mesmo ponto de vista e a aplicar a mesma interpretação às experiências compartilhadas” (LAZARFELD; BERELSON; GAUDET, 1948, p. 148).

Instituições religiosas são fonte de informação política. Independentemente da qualidade de tais informações, elas estão presentes nas pregações, nas conversas e nas associações feitas entre os valores morais defendidos pelo político ou candidato e o que aquele grupo incorporou como sendo uma noção do que é “certo”, sobretudo por meio de ensinamentos bíblicos. São exemplos de valores compartilhados por boa parte da estrutura social da igreja evangélica: a oposição à união homoafetiva, a contrariedade ao aborto ou à legalização das drogas, a luta por maior visibilidade e o poder para as instituições religiosas.

A compatibilidade entre os valores e orientações compartilhados nas igrejas é acrescida, nas igrejas evangélicas, ao fator de pressão, mecanismos de conformação atitudinal e de defesa da importância da adesão a uma orientação política específica, que ocorre, sobretudo, quando a propaganda eleitoral é feita de maneira mais ou menos explícita nos templos. Como destacou Sinclair, “[é] provável que todos tenham suas próprias preferências, mas à medida que as eleições e a política se tornam mais visíveis durante uma campanha eleitoral, os indivíduos sentem-se pressionados a se conformar com as normas de sua rede social” (2012, p. 5). Embora haja contrapesos nessa decisão, a legitimidade do templo como detentor da autoridade da “palavra de Deus” pode ser priorizada em razão do alto nível de integração ao grupo e de valorização das ideias pregadas.

2.2.3.2 Teoria psicossociológica do comportamento eleitoral: o modelo de Michigan

A teoria psicossociológica do comportamento eleitoral apresenta forte antagonismo em relação às teorias sociológicas, pois, nessa perspectiva, é o indivíduo, por meio de suas motivações ao nível psicológico, que é utilizado como unidade de análise. O comportamento eleitoral se basearia na personalidade e no sistema de crenças individuais, não considerados dependentes do contexto social no qual o sujeito habita. Embora não se negue a importância das teorias sociológicas, estas são consideradas insuficientes por se basearem apenas na posição social do indivíduo e não fornecerem explicações sobre flutuações em curto prazo nas decisões eleitorais. Para os fundadores dessa teoria, portanto, os fatores psicossociais têm capacidade de

gerar e modificar comportamentos políticos. Em razão dessa premissa, devem ser consideradas atitudes, motivações e percepções que influenciam na identificação partidária e no comportamento político.

Com ênfase na dimensão psicológica e na formação das identidades subjetivas, essa corrente teórica começou a ser desenvolvida na década de 1960, com o pioneirismo de Angus Campbell et al. (1960)¹⁰¹. As decisões políticas são justificadas por meio das atitudes políticas em longo prazo, tendo como variáveis a responsabilidade e o compromisso com a política, bem como a identidade partidária, e desconsiderando características socioeconômicas. O modelo de Michigan “[...] não exclui a influência do entorno, mas o fator chave é sempre psicológico: é o indivíduo que elege, atua ou se inibe diante das opções que se apresentam” (JUSTEL, 1995, p. 34).

Elizabeth Balbachevsky e Denise Holzacker (2004) destacam que o modelo de Michigan, ao enfatizar como a opinião das pessoas sobre os partidos, candidatos ou assuntos públicos influencia a decisão do voto, criou uma nova perspectiva de análise do comportamento eleitoral. Nessa perspectiva, três variáveis são consideradas fundamentais: a identidade partidária, sua opinião sobre assuntos políticos e a imagem dos candidatos. Assim, “a identidade partidária tem um valor chave nesse esquema: um elo relativamente estável do eleitor com o mundo da política e tende a condensar, num formato simbólico rarefeito, as inclinações do eleitor, e suas percepções sobre a política” (BALBACHEVSKY; HOLZHACKER, 2004, p. 243). Para as autoras, a identidade incorpora um fator psicológico que se forma com o decorrer do tempo, durante a interação do eleitor com a política, e não é algo completamente racional.

A metodologia utilizada por essa corrente teórica inclui dados coletados por meio de pesquisas empíricas, inquéritos e *surveys*. Desse modo, busca-se a causalidade em nível psicológico. Nesse sentido, é importante saber como os sujeitos concebem a própria existência social e como são estruturadas as opiniões que possibilitam escolhas e decisões.

A explicação do comportamento eleitoral tem como base as atitudes políticas e o grau de participação dos indivíduos: o nível de interesse pela campanha, a sensação de eficácia política, a preocupação com os resultados da eleição e a identificação partidária são fatores que favorecem a participação.

¹⁰¹ *The American Voter* (CAMPBELL; CONVERSE; MILLER et al., 1960) foi o primeiro trabalho desenvolvido pelos pesquisadores da Universidade de Michigan. Trata-se de um estudo sobre o voto em eleições presidenciais norte-americanas, que utilizou *surveys* para analisar individualmente as tendências comportamentais dos eleitores, considerando as intenções de voto e as preferências políticas em detrimento da utilização dos resultados consolidados.

A teoria da socialização é a principal referência dos autores da escola de Michigan. Trata-se de “[...] um sistema de formação de personalidade que integra o indivíduo ao sistema político, fazendo com que ele adote determinadas atitudes, cujos eleitores parecidos socialmente e com atitudes próximas tendem a ter comportamento político também semelhante e a fazer a mesma escolha eleitoral” (CERVI, 2010, p. 108). O processo de socialização é considerado fundamental para o desenvolvimento de atitudes políticas, sejam de engajamento ou de afastamento; portanto, conhecendo-se a socialização dos eleitores, suas atitudes políticas tornam-se mais previsíveis. É a interação entre os valores do indivíduo e a sociedade que gera o comportamento político. Outro ponto necessário, então, é conhecer os valores considerados mais relevantes em um determinado grupo social e a interação entre esses valores e os universais.

Para o modelo de Michigan, existiriam três tipos ideais de níveis de participação política:

“[...] eleitores ‘assíduos’; eleitores ‘periféricos’; e não eleitores alienados. Os primeiros são os engajados, com grau de interesse político suficientemente alto para mantê-los sempre mobilizados para o voto; a mobilização dos segundos depende de forças momentâneas, de curta duração; e os últimos são os que se alienaram, e quase nada consegue motivá-los a participar do processo eleitoral” (FIGUEIREDO, 2008, p. 39).

Segundo essa corrente teórica, a ideologia não se configura como um elemento determinante do voto para a maior parte do eleitorado, e sim as crenças e os laços afetivos. Os estímulos políticos recebidos por meio do grupo social e a importância dada a estes possuem grande impacto e fazem com que o interesse por questões políticas varie entre indivíduos que pertencem a grupos sociais diferentes. Nessa vertente, esses estímulos e as atitudes políticas não são determinadas pela “classe social” ou situação econômica, mas são construídos desde o início da formação do indivíduo, por meio do convívio familiar, o que gera suas motivações e percepções.

A alienação política, como afirma Cervi (2010), por exemplo, não decorre de uma manipulação ideológica da elite, mas da rejeição consciente, por parte do indivíduo, do sistema político, em virtude da apatia e do descrédito em relação às práticas políticas. As dimensões subjetivas importam muito no processo de escolha eleitoral. É verdade que os indivíduos com formação social e atitudes semelhantes tendem a ter comportamentos sociais parecidos e que a religião, sobretudo sob o ponto de vista institucional, é também um ambiente de formação social. No entanto, a fragmentação partidária existente no Brasil dificulta uma definição clara sobre os posicionamentos dos eleitores.

2.2.3.3 Teoria da escolha racional

A teoria da escolha racional desenvolveu-se com base na premissa de que o comportamento humano pode ser estudado por meio do pressuposto da racionalidade para que se possa compreender os fenômenos sociais. Tal teoria teve origem na economia e tem como autores pioneiros Anthony Downs (1957), James Buchanan e Gordon Tullock (1962), entre outros. Segundo Ferejohn e Pasquino (2001), o pressuposto fundamental dessa teoria é que as pessoas são racionais e agem intencionalmente para maximizar seus ganhos, calculando os custos e benefícios de cada ação. Tal teoria, diferentemente das teorias sociológicas, enfatiza fatores micro.

Pode-se dizer que, nessa perspectiva, os votantes estão para os partidos políticos do mesmo modo que os consumidores estão para as empresas. Assim como os consumidores procuram maximizar a utilidade e as empresas, o lucro, os eleitores buscam aumentar a utilidade de seu voto enquanto os partidos buscam ampliar os ganhos eleitorais. Downs (1957) defende que os governos conquistam votos ao aumentar gastos públicos, mas perdem quando aumentam os impostos. Desse modo, procuram então aumentar os gastos públicos até que o ganho marginal de votos se iguale à perda que ocorre em razão da elevação dos impostos.

Os partidos, por sua vez, posicionam-se ideologicamente evitando extremismos, de modo a contemplar o maior número de eleitores possível – pré-requisito para o sucesso eleitoral, já que o eleitor acredita que maximizará seus benefícios se o partido com o qual mais se identifica ideologicamente vencer a disputa. Os partidos precisam manter suas ideologias e buscar cumprir as promessas de campanha, já que as ações concretas do governo oferecem uma previsão mais clara sobre o que o partido fará.

Em relação aos eleitores, Marcus Figueiredo (2008) destaca que o *Homo politicus* procura minimizar os efeitos da condição de incerteza da vida política por razões puramente egoístas. O autor afirma que a maioria dos eleitores é composta por essa concepção, de modo que suas características tornam-se irrelevantes.

Segundo Downs, o eleitor racional comporta-se do seguinte modo:

- “1- Ele sempre pode tomar uma decisão quando confrontado com uma série de alternativas;
- 2- Ele classifica todas as alternativas na ordem de sua preferência, de maneira que cada uma é preferida, indiferente ou inferior a cada uma das outras;
- 3- Seu ranking de preferência é transitivo;
- 4- Ele sempre escolhe entre todas as alternativas possíveis, aquela que fica em primeiro lugar no ranking ordenado de preferência; e

5- Ele sempre toma a mesma decisão quando é confrontado com as mesmas alternativas” (1957, p. 6).

Um homem racional sempre optaria pela alternativa de maior utilidade (DOWNS, 1957). Em uma eleição, o eleitor ponderaria os benefícios resultantes da atividade governamental para escolher o candidato ou partido que lhe traria maior utilidade ou optaria por se abster. O cálculo tem uma aplicação mais viável, em que o voto é facultativo, mas também pode ser pensado para o Brasil, onde o eleitor pode votar nulo ou se ausentar sem grandes implicações, e funciona da seguinte maneira: o eleitor realiza um cálculo incluindo a tarefa de escolher um candidato, os custos referentes ao deslocamento e as possíveis vantagens obtidas ao decidir votar. Caso os benefícios esperados superem os custos, ele participará da eleição¹⁰².

Os partidos políticos são entendidos como um meio de reduzir custos na aquisição de informações. Ou seja, o eleitor que tiver aptidão para diferenciar os partidos pelas ideologias terá um menor custo na obtenção de informações sobre os candidatos.

A mídia e o senso comum tendem a tachar os eleitores evangélicos como “curral eleitoral”, como se estes não estivessem agindo racionalmente ao escolherem um candidato de sua orientação religiosa. No entanto, os eleitores evangélicos também podem ser entendidos como o *Homo politicus* da teoria downsiana, pois o custo para a escolha do voto por meio de orientações obtidas na igreja ou da identificação de um candidato que seja evangélico é muito reduzido. Dessa maneira, o eleitor estará escolhendo, com menor custo para obtenção de informações, um candidato que teoricamente reúne o mesmo conjunto de crenças, valores morais e visão de mundo que ele possui.

¹⁰² No entanto, ao fazer um cálculo racional, o eleitor descobrirá que, independentemente dos custos e benefícios, o valor do seu voto é ínfimo no que se refere ao resultado da eleição, possuindo um efeito praticamente nulo devido ao fato de a teoria da probabilidade e a teoria da escolha do voto individual sugerirem que a participação não produz efeitos satisfatórios. Trata-se do paradoxo da participação, sobre o qual Figueiredo (2008) oferece a seguinte definição: “[...] com base em uma só premissa, a teoria da eficiência do voto oferece dois conselhos contraditórios. O primeiro conselho diz: não participe, porque seu ato individual é irrelevante e, como cidadão, você não estará excluído dos benefícios derivados da ação governamental, seja qual for o ‘time’ eleito. O segundo conselho diz: [...] mas se todos, menos eu, adotarem o primeiro conselho e não participarem, então eu participo e defino o resultado da eleição na direção que eu quiser; mas outros certamente pensarão o mesmo e assim logo seremos muitos, o que se torna um incentivo para que se pegue carona em vez de participar, voltando para o primeiro caso” (2008, p. 123). Como define o autor: “Os dois conselhos levam os indivíduos à indeterminação, pois seu ato é simultaneamente inútil e decisivo” (p. 123). Por estarem incertos em relação à atitude dos outros eleitores, cada eleitor avalia a eficiência de seu voto com base no que prevê em relação ao comportamento dos outros. Figueiredo defende que a incerteza é uma condição necessária para a participação, que é maior quando o grau de incerteza do eleitor em relação às eleições é elevado. E, caso decida participar, realiza seus cálculos racionais em busca de fazer a melhor escolha por meio do menor custo possível.

Como os evangélicos são os que mais frequentam as atividades religiosas¹⁰³, existe um longo período de exposição a informações, quando a igreja exerce seu papel de agente sociopolítico. É nos cultos que os eleitores conhecem os “homens de Deus”, escutam sobre a importância de ter os valores bíblicos representados e oram pelo bem da política e contra a corrupção, que é vista como “[...] a antítese dos princípios cristãos de valorização da comunidade, do bem comum e da fraternidade, constituindo-se no inimigo do bem-estar dos cidadãos. A corrupção justifica e legitima o ingresso na política, uma vez que eles se consideram uma espécie de ‘reserva moral’ da sociedade” (Eseb, 2002, p. 57). A alta frequência aos cultos soma-se, portanto, ao fato de os fiéis estarem em um momento voluntário de participação religiosa, o que torna praticamente nulo o custo de buscar informações sobre os candidatos.

Na obra *Plano de poder*, o bispo Edir Macedo, da Igreja Universal do Reino de Deus, afirma que os evangélicos possuem o dever e o poder de fazer com que, por meio do voto, os planos de Deus se concretizem:

“O resultado final de uma eleição é reflexo do exercício do poder genuíno que pertence ao povo, que o delega a quem deseja que represente seus interesses. Quando se trata dos votos dos evangélicos, estamos diante de dois interesses: os interesses dos próprios cristãos em ter representantes genuínos e o interesse de Deus de que Seu projeto de nação se conclua. Tudo, exatamente tudo, a esse respeito depende dos escolhidos a compor essa nação. Na verdade, desde o início deste intento os entraves nunca foram causados pelas ações de Deus, mas sim pelas ações das pessoas designadas a elaborar e concluir esse projeto. [...] O Brasil tem uma população de aproximadamente 40 milhões de evangélicos. Terminamos aqui chamando a atenção deles para que não deixem que essa potencialidade seja desperdiçada” (MACEDO; OLIVEIRA, 2008, p. 123).

O “homem de Deus”, por conhecer os preceitos bíblicos e por ser “da igreja”, e não “do mundo”, teria a “competência” de exercer um mandato fiel ao que é pregado nas igrejas e estaria comprometido com a purificação do “mal” que existe na política. Tratar-se-ia de candidatos “honestos” e merecedores de apoio de autoridades religiosas, como fiéis, diáconos e missionários, quando não são eles as próprias autoridades, como é o caso do bispo licenciado da Igreja Universal do Reino de Deus, Marcelo Crivella, que, com sua aparência idônea e vocabulário condizente com o perfil do “crente”, foi eleito senador em 2002 e prefeito do município do Rio de Janeiro em 2016.

Por que, para o eleitor evangélico, não seria racional escolher um candidato do seu segmento religioso, o qual já é conhecido como um “irmão de fé” detentor dos mesmos valores

¹⁰³ Segundo estudo realizado pelo Eseb, 83% dos evangélicos frequentam os cultos mais de uma vez por semana (Eseb, 2002).

morais? É possível considerar que o “irmão que vota em irmão” é, sim, um eleitor racional, sobretudo se observarmos a inserção geográfica de tais igrejas, que estão instaladas em todos os tipos de bairros e comunidades, especialmente nos mais empobrecidos, onde as políticas públicas são escassas. Já se conhece a existência e a qualidade dos trabalhos assistenciais desempenhados pelas igrejas, constituídos por creches, alfabetização de jovens e adultos, recuperação de usuários de entorpecentes, doação de roupas e alimentos etc. É racional que esse eleitor pense que, ao alcançarem o poder, os políticos evangélicos defenderão valores religiosos, como a “vida” e a “família”, desenvolverão políticas públicas inspiradas nos modelos de caridade que já implementam e concederão o maior benefício possível de acordo com o cálculo desses eleitores.

2.3 Impactos na atuação política: A bancada evangélica

Introdução

Este capítulo visa apresentar os possíveis resultados da atuação das igrejas na política institucional, tendo como ponto de análise a atuação da bancada evangélica. Em primeiro lugar, será abordada a definição de bancada evangélica e serão feitas ponderações sobre o poder de influência que possui. Posteriormente, será analisada uma amostra de todas as proposições apresentadas pela banca nos 3 primeiros anos da 55ª Legislatura, identificando o perfil de atuação e abordando alguns aspectos sobre as mobilizações em torno das principais bandeiras do grupo: contrariedade ao aborto, à união homoafetiva, à adoção por casais do mesmo sexo e à inclusão dos temas de gênero nos currículos escolares. Por fim, será feita uma relativização quanto à atuação dos evangélicos, questionando se existe uma nova forma de fazer política ou se estes se inserem em um conjunto maior, composto por políticos majoritariamente conservadores.

2.3.1 Frentes parlamentares e bancadas temáticas suprapartidárias

As duas próximas subseções partem da observação de que há uma dificuldade conceitual por parte de alguns autores e da mídia, em geral, em distinguir o que seria uma frente parlamentar e uma bancada suprapartidária, e, mais especificamente, qual seria a real dimensão do grupo evangélico que vem se mobilizando de maneira organizada no Congresso Nacional. Seria, verdadeiramente, uma frente parlamentar com 203 deputados e senadores evangélicos atuantes ou seria, na realidade, uma bancada suprapartidária com cerca de 90 integrantes que, a exemplo de outros grupos, angariou signatários para se registrar como uma frente? Serão vistos, por fim, quais são os reais poderes e o que está ao alcance das frentes e bancadas.

2.3.1.1 Frentes parlamentares

A inserção dos evangélicos na política institucional é conhecida, sobretudo, pela divulgação da chamada “bancada evangélica”, “frente parlamentar evangélica” ou “bancada da

Bíblia”. É preciso, no entanto, distinguir essas três nomenclaturas, mais ou menos informais, difundidas pelo grande público, para destrinchar a atuação desses atores.

As frentes parlamentares foram desenvolvidas para que interesses específicos da sociedade, que transpassam interesses partidários, fossem representados no Congresso Nacional. Tiveram início entre 1945 e 1964, sobretudo durante o governo de João Goulart, e foram suprimidas na Ditadura Militar (1964-1985), voltando a se reconfigurar no período da redemocratização (PINHEIRO, 2010).

As frentes foram criadas para serem um canal de interlocução que ultrapassasse os partidos políticos e as relações entre o Poder Executivo e o Legislativo. A importância que adquiriram no decorrer do tempo levaram à necessidade de regulamentação. Esse processo ocorreu durante a 52ª Legislatura (2003-2007), a partir do Ato da Mesa Diretora nº 69, de 10 de novembro de 2005¹⁰⁴. Para a formalização de uma frente parlamentar, o art. 2º diz o seguinte: “Para os efeitos deste Ato, considera-se Frente Parlamentar a associação suprapartidária de pelo menos um terço de membros do Poder Legislativo Federal, destinada a promover o aprimoramento da legislação federal sobre determinado setor da sociedade”. Como benefícios, está previsto que:

Art. 4º As Frentes Parlamentares registradas na forma deste Ato poderão requerer a utilização de espaço físico da Câmara dos Deputados para a realização de reunião, o que poderá ser deferido, a critério da Mesa, desde que não interfira no andamento dos trabalhos da Casa, não implique contratação de pessoal ou fornecimento de passagens aéreas; Art. 5º As atividades das Frentes Parlamentares registradas na forma deste Ato serão amplamente divulgadas pela TV Câmara, Rádio Câmara, Jornal da Câmara e na página da Câmara dos Deputados na Internet.

No entanto, um terço de parlamentares previstos no Ato não corresponde à composição usual dos grupos. Quando não se chega a esse número, os grupos são classificados como bancadas informais, sendo também recorrente o uso do termo “bancadas suprapartidárias”, cujo funcionamento não é impedido pelo Ato nº 69.

A regra da Câmara prevê a participação de senadores; ainda assim, a sua frequência é bem menor. No Senado, não há regulamentação própria para as frentes. Conforme pedido de Acesso à Informação nº 1475752 feito para este trabalho:

Em atenção ao pedido nº 0017369/17/WW, informamos que, segundo o Ato da Mesa nº 69, de 10/11/2005, da Câmara dos Deputados, Frente Parlamentar é a associação suprapartidária de pelo menos um terço de membros do Poder Legislativo Federal, destinada a promover o aprimoramento da legislação federal sobre determinado setor

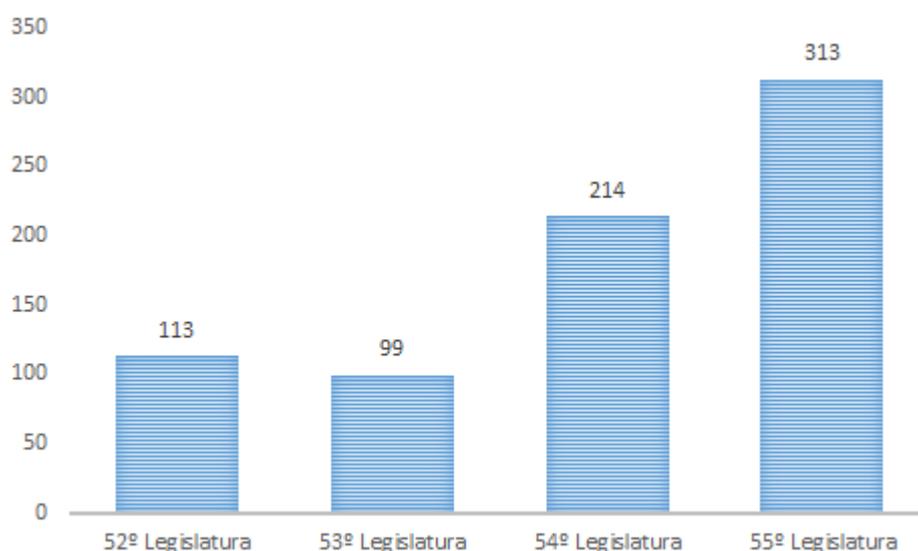
¹⁰⁴Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/int/atomes/2005/atodamesa-69-10-novembro-2005-539350-publicacaooriginal-37793-cd-mesa.html>>. Acesso em: 16 dez. 2016.

da sociedade. No Senado Federal não existe nenhuma norma a respeito. Não tem registro, ata, ou seja, nenhum procedimento legislativo, como na Câmara dos Deputados, embora os senadores costumam integrar as mais diversas Frentes Parlamentares Deputados (Atendimento nº 1475752).

Outro ponto é que, embora previstas em regulamento, as frentes parlamentares não possuem prerrogativas institucionais. A elas não são delegadas demandas ou poderes, e a vinculação a uma ou mais frentes não é obrigatória. Do mesmo modo, diferentemente das lideranças partidárias que podem, até mesmo, recomendar a expulsão de um parlamentar da legenda, as frentes não possuem mecanismos disciplinadores. É permitida às frentes a utilização do espaço físico do Congresso, porém, elas não dispõem de verba para contratação de pessoal ou outras despesas. Também não possuem atribuições ou regras determinadas no regimento interno, de modo que contam com diferentes graus de organização.

O gráfico 27 apresenta o crescimento do número de frentes parlamentares registradas no Congresso Nacional:

Gráfico 27 - Evolução do número de frentes parlamentares



Fonte: Serviço de Informação Legislativa, 2017¹⁰⁵.

Existem frentes dedicadas a diversos assuntos, como a frente parlamentar do automobilismo brasileiro; frente parlamentar em defesa da odontologia; frente parlamentar mista em defesa do serviço público; frente parlamentar de doenças raras; frente parlamentar

¹⁰⁵ Disponível em: <<http://www.camara.leg.br/internet/deputado/frentes.asp?leg=55>>. Acesso em: 20 dez. 2017.

mista de combate à corrupção; e, até mesmo, frentes dedicadas a questões locais, a exemplo da frente parlamentar em defesa da conclusão das obras de duplicação da BR 116, trecho Guaíba-Pelotas/RS, ou da frente parlamentar em prol da Baixada Fluminense, as quais, em ambos os casos, agregam deputados de diversos estados brasileiros. Existem ainda algumas frentes dedicadas a questões específicas, como a frente parlamentar pela defesa, apoio ao potássio brasileiro e frente parlamentar mista da erva-mate.

Como abordado anteriormente, o art. 2º do Ato da Mesa Diretora nº 69, de 10 de novembro de 2005, prevê que, para que a frente parlamentar seja registrada, é preciso haver adesão de pelo menos um terço de membros do Poder Legislativo Federal. Na 52ª Legislatura, a frente parlamentar evangélica foi uma das 113 registradas; no entanto, o registro ocorreu em período anterior à publicação da norma mencionada acima, em 4 de setembro de 2003 (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2017)¹⁰⁶.

Na 53ª e na 54ª Legislatura, o grupo não alcançou as prerrogativas para ser registrado como frente parlamentar, mantendo-se apenas como bancada suprapartidária, de modo que não se pode utilizar o termo “frente parlamentar evangélica” para se referir à organização dos evangélicos no período. Apenas na 55ª Legislatura essa organização alcançou os requisitos do art. 2º do Ato da Mesa Diretora nº 69 e voltou a ser registrada, contando com a adesão de 199 deputados e 4 senadores (idem)¹⁰⁷. No entanto, na lista de signatários, é possível observar a presença de deputados não evangélicos. Esse acontecimento resulta do costume dos congressistas de se vincular às mais diversas frentes, mesmo sem ligação ou interesse em participar das discussões sobre os temas. Funciona como uma troca de apoio para que seja possível alcançar a cota mínima e aprovar diversas frentes, gerando um perfil de difícil elucidação.

Para compreender melhor a atuação da frente parlamentar evangélica, foi feita uma entrevista com sua assessoria:

1. Como é a estrutura organizacional da frente parlamentar evangélica?
Qualquer parlamentar cristão pode aderir. É composta por um Presidente e demais membros. O presidente é eleito a cada ano, indicado pelos parlamentares.
2. Qual é a periodicidade das reuniões?
Semanal.
3. Como o trabalho da frente é organizado?
As pautas são discutidas durante as reuniões semanais e assim organizado.

¹⁰⁶ Disponível em: <<http://www.camara.leg.br/internet/deputado/frenteDetalhe.asp?id=53658>>. Acesso em: 24 dez. 2017. A lista dos signatários está disponível nos anexos desta tese

¹⁰⁷ Disponível em: <<http://www.camara.leg.br/internet/deputado/frenteDetalhe.asp?id=53658>>. Acesso em: 24 dez. 2017. A lista dos signatários está disponível nos anexos desta tese.

4. Quais são os temas de interesse?

Temas de interesse das famílias cristãs.

5. Os senhores dispõem de uma lista de projetos de lei que são acompanhados pela frente?

Sim. Também há um assessor legislativo que acompanha as pautas e auxilia o grupo.

6. Qual porcentagem dos membros é atuante na Frente?

São 90 parlamentares, atualmente.

7. Como se dá a participação dos membros não evangélicos signatários da frente?

Existem membros de várias religiões e partidos. Não são somente evangélicos, mas crentes. De qualquer igreja.

8. Na literatura, existe uma indefinição entre frente parlamentar evangélica e bancada evangélica. Existe uma bancada informal atuando paralelamente ou todos os esforços da 55ª Legislatura se concentram na frente parlamentar evangélica?

Isso. Os esforços se concentram na frente parlamentar evangélica.

9. Como os senhores avaliam o potencial de atuação da frente parlamentar evangélica no Congresso Nacional?

A frente parlamentar se articula contra temas como igualdade racial e de gênero, direito ao aborto, eutanásia e casamento entre pessoas do mesmo sexo.

A bancada evangélica no Parlamento titular eleita em 2014 é composta, em setembro de 2016, por 87 deputados(as) federais e 3 senadores, em um total de 90 parlamentares. Nós nos reunimos semanalmente com o intuito de verificar quais pautas na Câmara vão de encontro com os princípios cristãos.

Estamos sempre em contato com a frente católica e, juntos, lutamos contra temas que vão contra os princípios cristãos. Este ano, na CD, os mais polêmicos são a PEC 181 e a questão da ideologia de gênero. A frente, especialmente este ano, foi extremamente atuante. A última conquista foi esta semana, com a retirada da ideologia de gênero da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) (entrevista concedida por Lucinda Laboissiere em 22 dez. 2017, grifo nosso).

Entre as respostas cedidas pela assessoria da frente parlamentar evangélica, é possível observar alguns dados de grande importância: a) a periodicidade semanal das reuniões; b) a maneira de atuação, na qual há o acompanhamento de proposições de “interesse da família cristã”, que conta com o trabalho de um assessor dedicado a acompanhar as proposições; c) o fato de serem identificados como realmente pertencentes à frente parlamentar evangélica 90 parlamentares, e não 203, número oficial de signatários registrados e dentro do requisito mínimo para que um grupo seja registrado como frente (171); d) e o fato de corroborarem o que vem sendo apresentado na literatura como sendo seus lemas, ou seja: “se articular contra temas como igualdade racial e de gênero, direito ao aborto, eutanásia e casamento entre pessoas do mesmo sexo”. A contrariedade à igualdade racial chama especial atenção. Um diferencial da frente parlamentar evangélica perante muitas outras pode ser o engajamento: “Nós nos reunimos semanalmente com o intuito de verificar quais pautas na Câmara vão de encontro com(sic) os princípios cristãos”; “Este ano, na CD, os mais polêmicos são a PEC 181 e a questão da ideologia de gênero. A frente, especialmente este ano, foi extremamente atuante. A última conquista foi esta semana, com a retirada da ideologia de gênero da Base Nacional Comum Curricular (BNCC)”.

Portanto, assim como outras frentes, na 55^a Legislatura, a frente parlamentar evangélica reuniu assinaturas de membros, mesmo aqueles sem interesse em atuar, para cumprir o requisito de reunir um terço dos parlamentares, existente desde novembro de 2005. O mesmo êxito não foi obtido na 53^a e na 54^a Legislatura: o crescimento da bancada e a atuação de Eduardo Cunha como presidente da Câmara, o qual, antes de ser cassado em 2016, era um dos principais expoentes da bancada evangélica, podem ter sido determinantes para que esse resultado fosse alcançado. A seguir, será debatido o que são as bancadas temáticas suprapartidárias na tentativa de compreender um pouco mais sobre a atuação dos evangélicos na política institucional.

2.3.1.2 A formação e atuação das bancadas evangélicas

Como esclarece a Câmara dos Deputados em seu glossário, bancada parlamentar é o “[a]grupamento organizado dos parlamentares de uma mesma representação partidária. Informalmente, costuma-se chamar de bancada o grupo de parlamentares de uma determinada região ou estado (bancada mineira, bancada nordestina etc.), ou que representem determinados interesses (bancada ruralista, bancada evangélica etc.)”¹⁰⁸.

Existem, portanto, três principais formações de bancadas: a) partidárias; b) regionais; e c) de interesse. Embora, diferentemente das frentes parlamentares, não sejam reconhecidas do ponto de vista legal, sua existência e atuação são consideradas pelo Congresso como uma prática inerente à atuação parlamentar. As bancadas temáticas suprapartidárias funcionam sem requisitos definidos ou registro formal. Em geral, reúnem-se em torno de um tema e agregam parlamentares de diferentes frentes. Um estudo aprofundado dessas bancadas é dificultado pela pouca formalização e carência de dados.

Fica claro que os evangélicos, numericamente, sempre atuaram como uma bancada suprapartidária/bancada de interesse; além disso, na 52^a Legislatura, quando ainda não havia o requisito de adesão mínima, e na 55^a Legislatura conseguiram constituir uma frente parlamentar, sendo mais da metade dos parlamentares não atuantes. Antes de enveredar pelo debate da atuação do que será chamado de bancada evangélica, serão abordados os potenciais e as limitações da ação desses grupos de interesse.

¹⁰⁸ Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/glossario/b.html>>. Acesso em: 24 dez. 2017.

2.3.1.3 A utilidade e as limitações das frentes e bancadas

A existência das frentes partidárias e bancadas informais são um reflexo da realidade democrática que impõe a construção de uma maioria (maioria simples + 1 na Câmara dos Deputados e no Senado Federal) para a aprovação de temas prioritários da agenda de interesses dos grupos, tanto para o Poder Legislativo quanto para o Executivo. Com o presidencialismo de coalizão, o Poder Executivo precisa buscar a construção de maiorias para aprovar suas demandas, garantindo a governabilidade e a manutenção de suas prerrogativas institucionais. Um dos resultados é a tendência à preponderância do Executivo sobre o Legislativo (SILVA; ARAÚJO, 2013; FIGUEIREDO; LIMONGI, 2009), pois a possibilidade de o Poder Legislativo obstruir pautas relevantes do Executivo é minorada pelas negociações com a base, visto que existe uma grande adesão da bancada aliada por meio da orientação dos líderes (AMORIM; SANTOS, 2003; FIGUEIREDO; LIMONGI, 2006), ou por artifícios como a concessão de cargos ministeriais ou liberação de emendas parlamentares.

Como afirmam Figueiredo e Limongi:

A Constituição de 1988 garante ao Presidente de República o controle da agenda legislativa. O poder do executivo, portanto, é institucional, garantido pela Carta Constitucional. Os constituintes preservaram as vantagens institucionais com que o regime militar havia dotado o Poder Executivo. Nas áreas de maior interesse, como tributação, orçamentação e regulamentação e alterações na estrutura de cargos, salários e gratificações do funcionalismo público e da burocracia nomeada, o Executivo tem a prerrogativa exclusiva de propor legislação (2009, p. 77).

Para Silva e Araújo (2013), o quadro de preponderância do Poder Executivo sobre o Legislativo pode ser explicado, sobretudo, por regras presentes na Constituição Federal, que atribui ao Presidente da República as seguintes prerrogativas:

(i) a iniciativa exclusiva na apresentação das proposições legislativas que disponham sobre a administração pública federal em senso estrito ou sobre a questão orçamentária; (ii) a prerrogativa da adoção das medidas provisórias; e (iii) o poder de solicitar urgência da tramitação dos projetos de lei complementar ou ordinária de sua autoria, assim como pela capacidade de centralização do processo decisório no Congresso Nacional nos líderes dos partidos políticos que integram a base política do governo. O Poder Executivo, na prática, em ação articulada com os líderes, seria o responsável pela definição da agenda legislativa (p. 20).

Nesse cenário de preponderância do Poder Executivo e dos interesses em jogo, com proposições tramitando simultaneamente em velocidades condizentes com os interesses que lhes impulsionam, as frentes parlamentares e bancadas atuam para incentivar ou bloquear o debate sobre alguns temas.

É preciso verificar se os interesses das frentes ou bancadas se sobrepõem a outros interesses em pauta e se há divergências, por exemplo, em relação às orientações das respectivas lideranças partidárias¹⁰⁹. Essa análise é importante na medida em que os líderes dispõem de diversos instrumentos para delimitar a atuação dos parlamentares. Como avaliam Limongi e Figueiredo:

[...] o campo aberto para a estratégia individual e oportunista dos parlamentares é bastante restrito. Sobretudo, líderes têm como neutralizar os apelos dos membros de suas bancadas neste sentido. A despeito do que se passa na arena eleitoral, partidos contam e atuam de maneira disciplinada no interior do Congresso brasileiro. Nestes termos, os líderes partidários no Brasil são dotados de importantes poderes de agenda e por intermédio do uso destes preservam e garantem a unidade do partido (1998, p. 95).

Ou seja, “[...] os líderes partidários dispõem de mecanismos que lhe permitem neutralizar o impacto de estratégias individualistas dos parlamentares. A apresentação de projetos e emendas é a principal arma dos parlamentares para fazer valer seus interesses particulares” (idem, p. 97). As frentes parlamentares e as bancadas suprapartidárias são meios de ponderar o poder das lideranças partidárias, garantindo interesses de setores específicos que perpassam a filiação partidária.

Quanto à bancada evangélica, seus interesses, voltados, sobretudo, para questões morais, como a contrariedade ao aborto e à união homoafetiva, não vêm contrariando as bandeiras prioritárias do Poder Executivo ou temas de maior destaque do Congresso Nacional, de modo que se torna metodologicamente menos viável analisar sua força de sua atuação. Serão analisadas algumas características da bancada em questão, buscando evidenciar a estrutura e a mobilização de demandas que tal organização proporciona.

2.3.2 Composição da bancada evangélica

Como apresentado anteriormente, a existência de uma frente parlamentar não está necessariamente relacionada à existência de uma bancada, assim como se pode dizer em relação à situação oposta. O que vem ocorrendo na Legislatura atual, a 55^a (2015-2018), conforme já

¹⁰⁹“À luz do que sabemos sobre os partidos políticos e as bases sobre as quais é possível construir a disciplina partidária – uma função direta da capacidade do partido de exercer influência positiva sobre as chances eleitorais de seus membros [...] em média, 89,4% do plenário vota de acordo com a orientação de seu líder. A probabilidade do voto disciplinado varia com os partidos: atinge seu ponto máximo no PT (0,973) e no PFL (0,901). Os mais baixos índices de disciplina são encontrados no PTB (0,857) e no PMDB (0,857). Isto é, se sabemos qual é a posição assumida pelos líderes, podemos prever com acerto o resultado da votação em 93,7% dos casos” (LIMONGI; FIGUEIREDO, 1998, p. 83).

abordado, é que a bancada evangélica, composta por cerca de 90 parlamentares, angariou mais signatários para ser registrada como uma frente parlamentar e usufruir do prestígio e da infraestrutura básica oferecidos pelo regimento da Câmara. Como o foco recairá nos parlamentares atuantes e diretamente relacionados à questão religiosa, será analisada a definição de bancada evangélica, que não abrange a totalidade dos parlamentares signatários da frente parlamentar evangélica.

O termo “bancada evangélica” começou a ser registrado em publicações midiáticas durante as eleições de 1986 para a Assembleia Constituinte (FREESTON, 1993). Na ocasião, embora ainda não formalizada, conseguiu eleger 33 deputados, dos quais 18 eram pentecostais (PIERUCCI; PRANDI, 1996).

A inserção veio acompanhada de forte discurso moralizante (contra o aborto, homossexualidade, feminismo e em prol da censura dos meios de comunicação) e da autonegação como representantes de Deus na Constituinte, o que começou a chamar a atenção de grupos midiáticos e acadêmicos (PIERUCCI; PRANDI, 1996). O objetivo inicial era impedir iniciativas contrárias à moral cristã e aos interesses das instituições evangélicas, principalmente a hegemonia da Igreja Católica, que se postulava como “representante universal” do povo brasileiro (PIERUCCI; PRANDI, 1996, p. 174).

A ideia de juntar ativismo político ao credo protestante tinha como base a mobilização eleitoral do protestantismo conservador, que se apresentava como “alternativa política para os membros de suas igrejas e seus líderes” (PIERUCCI, 1996, p. 164). Nesse momento histórico, ou seja, durante a Assembleia Constituinte, 33 parlamentares se autoproclamavam evangélicos e emergiram de suas bases sociais populares. Assim, essa tendência conservadora é apresentada na análise de Pierucci (1996) para mostrar o cenário que comporia a emergência com base nas camadas mais pobres da sociedade brasileira. Mesmo assim, os evangélicos não se constituíram como um grupo homogêneo no sentido de restringir suas ações à defesa de interesses claramente vinculados ao pensamento de direita, por exemplo. Existiram, durante a Constituinte, participantes evangélicos mais progressistas que pensavam a “transformação social e superação das desigualdades de classe” (idem, p. 165); apesar disso, sua presença foi minoritária na “bancada”¹¹⁰.

¹¹⁰ Por exemplo, segundo a apresentação de uma tabela no capítulo intitulado *Representantes de Deus em Brasília*, existem tipos classificatórios da ideologia entre os parlamentares. Há, no estudo, uma diferenciação entre a autodefinição, a segunda, postulada pelo jornal *Folha de S.Paulo*, e a terceira, a definição do próprio pesquisador. Aqui, nomes como Benedita da Silva (PT/RJ), Celso Dourado (PMDB/BA), Edésio Frias (PDT/RJ) e mais 4 parlamentares são dimensionados pela posição de esquerda no espectro político (PIERUCCI, 1996, p. 169-71).

Desse modo, avaliam-se as condições que esse fenômeno social pode demonstrar no panorama político, como estratégia em participar e serem visíveis nas disputas políticas. Além disso, a novidade de emergência desses grupos religiosos poderia funcionar como mecanismo de organização política à direita, tendo novas possibilidades de estruturação discursiva e formando uma nova ala partidária: a “nova direita” (idem, p. 166). Esse caminho possibilitou, assim, o começo de uma mobilização eleitoral e participação política que já estava em processo desde 1982, com as primeiras eleições pluripartidárias (idem).

Segundo o autor, os representantes de Deus apresentam sua legitimidade para falar em nome de uma maioria. Embora fossem minoria religiosa no período, postulavam que a “maioria do nosso povo acredita em Deus” (PIERUCCI, 1996, p. 174) e, com base nisso, afirmavam, com seus valores morais, que a “vontade do povo” se representa pela “vontade de Deus” (idem). De algum modo, compartilhar esse discurso ajudou no combate às pautas que estavam em discussão durante a Constituinte, em que os parlamentares conservadores eram contrários ao aborto, jogo, homossexualidade, drogas, feminismo, pornografia, liberação do divórcio etc. (idem, p. 175), marcando o grupo pelo discurso “religioso, moralista e bíblico” (idem, p. 178).

Mesmo em partidos diferentes, segundo o autor, havia certa organização para manter uma unidade conjunta de atuação. No começo de 1987, havia uma tendência de o grupo evangélico se mostrar perante “[a] opinião pública como bloco coeso, dotado de estratégia conjunta, concentrando suas forças de pressão parlamentar e extraparlamentar em torno de algumas teses que, em princípio, deveriam ser compartilhadas por todos eles” (PIERUCCI, 1996, p. 182).

Tabela 10 - Parlamentares evangélicos eleitos nas últimas oito legislaturas

Legislatura	Total de parlamentares
48ª Legislatura (1991-1994)	23
49ª Legislatura (1995-1998)	30
50ª Legislatura (1997-2000)	49
51ª Legislatura (2001-2004)	59
52ª Legislatura (2003-2006)	68
53ª Legislatura (2007-2010)	32
54ª Legislatura (2011-2014)	73
55ª Legislatura (2015-2018)	87

Fonte: 48ª, 49ª, 50ª e 51ª Legislaturas: Mariano; Hoff; Dantas, 2006; 52ª, 53ª, 54ª e 55ª Legislaturas: Diap, 2017.

Desde a 52ª Legislatura, com exceção da 53ª, quando houve uma queda de mais de 50% no número de parlamentares na bancada evangélica, o grupo vem apresentando crescimento significativo. Como identificam Mariano, Hoff e Dantas (2006) e Batista (2009), a retração ocorrida na 53ª Legislatura foi ocasionada pelo envolvimento de parlamentares evangélicos no escândalo da Máfia dos Sanguessugas¹¹², que envolvia superfaturamento e outras irregularidades na aquisição de ambulâncias para diversas prefeituras. Dos 72 parlamentares envolvidos, 27 eram evangélicos. Entre os parlamentares que compunham a bancada, apenas 15 foram reeleitos e 16 não chegaram a tentar a reeleição. Como destacam ainda Mariano, Hoff e Dantas (2006), nenhum dos parlamentares evangélicos denunciados no

¹¹² “A Polícia Federal descobriu, em maio de 2006, esquema de fraude em licitações para compra de ambulâncias com verba do Ministério da Saúde. O esquema era comandado pela empresa Planam, de Mato Grosso, da família Vedoin (Luiz Antonio e seu pai, Darci), e envolvia parlamentares e funcionários do Ministério da Saúde. O grupo fazia contato com as prefeituras do país para oferecer entrega de ambulâncias com maior rapidez sem ter de passar pelos trâmites normais. Se o prefeito concordasse, a quadrilha negociava com assessores de parlamentares a apresentação de emendas individuais ao Orçamento da União para liberar o dinheiro. Assim que fossem liberados os recursos, o grupo manipulava a licitação e fraudava a concorrência usando empresas de fachada. Dessa maneira, os preços da licitação eram superfaturados, chegando a ser até 120% superiores aos valores de mercado. E o ‘lucro’ era dividido entre os envolvidos no esquema, inclusive parlamentares. Segundo a Polícia Federal, a organização negociou o fornecimento de mais de mil ambulâncias em todo o país. E a investigação do Ministério Público levantou prejuízos em torno de R\$ 110 milhões aos cofres públicos. Assim, foram denunciados ex-deputados federais, um ex-senador e assessores parlamentares, além de outros servidores públicos”. Disponível em: <http://politica.estadao.com.br/noticias/geral.entenda-o-escandalo-da-mafia-das-ambulancias,142811>. Acesso em: 9 set. 2017.

esquema conseguiu se reeleger. A igreja mais gravemente atingida foi a IURD, com 14 de seus 16 deputados federais denunciados, entre eles o bispo Carlos Rodrigues – à época, coordenador político da IURD.

A 55ª Legislatura trouxe o melhor resultado já registrado: 87 parlamentares segundo o Diap (2017). A bancada evangélica, assim como as demais bancadas temáticas e frentes parlamentares, é composta por parlamentares de diferentes visões ideológicas e pertencimentos partidários: “todas as análises e os resultados eleitorais ressaltam a pluralidade de opções partidárias e as divisões entre os evangélicos” (BURITY, 2006, p. 198). Até a 55ª Legislatura, os membros da bancada evangélica permaneciam dispersos por diferentes legendas, exceto os pertencentes à IURD, que se reuniram no PRB. Esse partido consolidou-se como o mais representativo da frente, com 16 parlamentares, seguido pelos Democratas (DEM), com 10, e pelo Partido Republicano (PR), com 8. Houve também presença reduzida de parlamentares filiados a partidos considerados de esquerda, o que ressalta o caráter conservador da bancada.

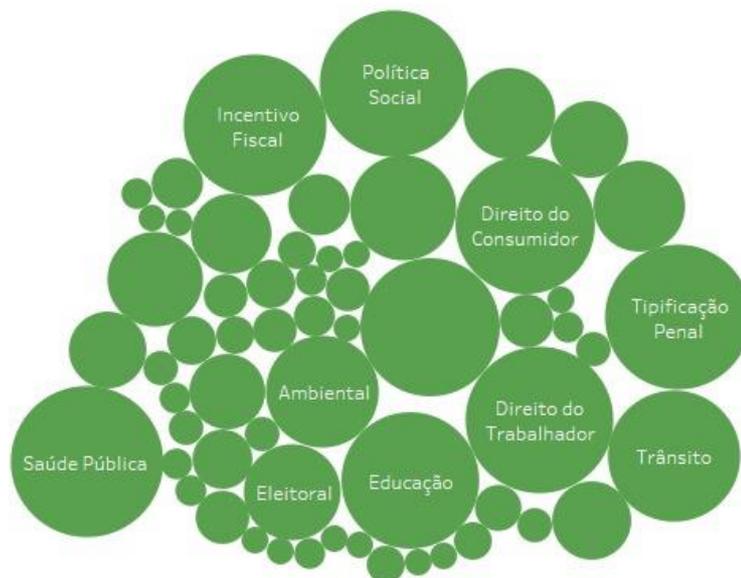
2.3.3 Os temas prioritários da Bancada Evangélica no Congresso Nacional: análise da 55ª Legislatura

Aqui, utiliza-se a mesma metodologia do Capítulo 3 para a análise das proposições do PRB. No entanto, o recorte foi outro: foram analisados todos os projetos de lei apresentados durante os três primeiros anos da 55ª Legislatura pelos parlamentares da bancada evangélica.

É válido ressaltar que, assim como no Capítulo 3, as proposições foram analisadas e classificadas com base na leitura das ementas e inteiro teor, cabendo, portanto, outras possíveis classificações na análise de conteúdo auferida. O objetivo central foi não apenas mapear as temáticas mais recorrentes apresentadas por esses parlamentares, mas também avaliar de maneira mais aprofundada os projetos de interesse religioso, como a regulamentação de atividades religiosa, a relação entre Estado e igrejas, e temas de teor moral que abordam bandeiras comuns aos evangélicos e outros movimentos religiosos, como a contrariedade ao aborto, à união homoafetiva e à adoção por casais do mesmo sexo.

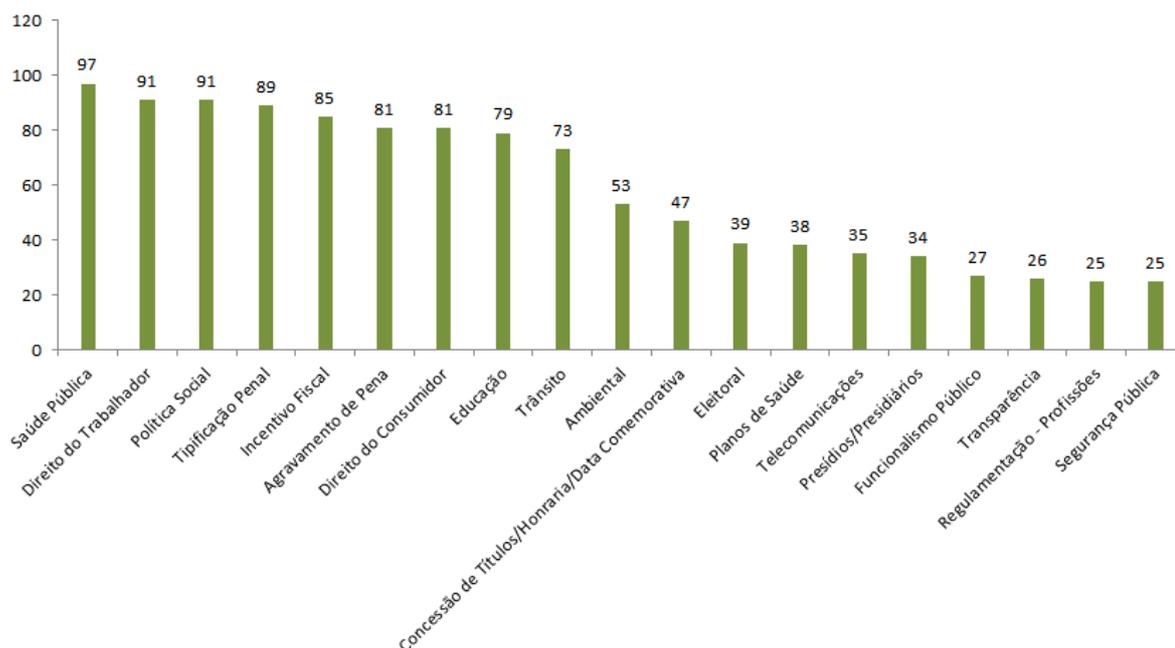
O número total de proposições apresentadas pelos membros da bancada evangélica no período analisado foi 1.643, dos quais apenas 29 são de interesse religioso, o que equivale a 1,8 % do total. Os gráficos 28 e 29 mostram os temas mais recorrentes em diferentes modelos de visualização:

Gráfico 28 - Temas mais recorrentes



Fonte: A autora, com tratamento de dados do Sileg – Congresso Nacional, 2018.

Gráfico 29 - Temas mais recorrentes



Fonte: A autora, com tratamento de dados do Sileg – Congresso Nacional, 2018.

O gráfico 30 mostra os partidos da bancada evangélica que mais apresentaram proposições no período analisado:

Gráfico 30 - Partidos dos parlamentares da bancada evangélica que mais apresentaram proposições: temas gerais



Fonte: A autora, com tratamento de dados do Sileg – Congresso Nacional, 2018.

O partido mais propositivo foi o PRB (376), seguido pelo SD (191), DEM (178), PP (177), PSC (172), PSDB (59) e PR (58).

O deputado que mais apresentou projetos de lei foi Marcelo Belinati (PP-PR), com 169 proposições no período analisado, sobretudo nos temas: Saúde Pública (29), Política Social (21), Ambiental (14), Agravamento de Pena (13) e Trânsito (12). Apenas no mês de dezembro de 2015, apresentou 127 proposições no período de 5 dias. O deputado em questão é médico, advogado e saiu de exercício em 2016 para cumprir o mandato de prefeito de Londrina (PR).

O teor da maioria dos projetos não interfere na ordem social e não há um peso numérico tão grande para minutas voltadas ao interesse religioso, diferentemente do que se noticia em relação à atuação da bancada evangélica. No entanto, embora não estejam exclusivamente voltadas ao desenvolvimento de proposições de interesse religioso, diversas propostas conservadoras já foram apresentadas anteriormente e possuem incentivos para avançar.

Quanto às 29 proposições de interesse religioso identificadas no período analisado, os partidos que propuseram foram: PSC (11), PRB (4), PSD (3) e PHS (2). Avante, PR, PTN, MDB, PSOL, PP, PTB e PSB apresentaram uma proposição cada. Uma outra proposição de interesse religioso foi apresentada em conjunto por 13 partidos, incluindo PSC e PRB.

Os parlamentares mais atuantes no tema foram: Prof. Victório (PSC-MT), com 7 proposições; Pastor Eurico (PHS-PE), com 3 proposições; Cabo Daciolo (1 pelo PSOL e 1 pelo Avante-RJ); e Takayama (PSC-PR), com 2 proposições.

Ao analisar as proposições da bancada evangélica, é possível notar que a maior parte dos esforços é investida em questões gerais de interesse social. Ainda assim, a produção voltada a assuntos religiosos é eficiente para sinalizar ao público evangélico e apoiadores sobre as causas centrais do grupo.

2.3.4 Evangélicos: uma outra política?

Conforme abordado anteriormente, as bancadas informais articulam interesses e constituem um grupo de pressão no Congresso Nacional, representando, muitas vezes, demandas específicas da sociedade. Foi possível notar que, no recorte temporal analisado, os temas religiosos não dominaram a agenda dos parlamentares da bancada evangélica. Quanto à apresentação de proposições, no entanto, os temas centrais desse grupo já estão contemplados e seguem em tramitação¹¹³. Além das proposições que priorizam interesses das instituições religiosas e, em alguns casos, contemplam não apenas as evangélicas, como isenções fiscais para templos, existem algumas, apresentadas nessa e em outras legislaturas, que buscam inserir características religiosas em instituições, ritos e símbolos nacionais.

Uma das mais interessantes, citada na introdução, é a PEC 12/2015, apresentada pelo Cabo Daciolo (Avante-RJ), que propõe alterar a Constituição Federal para acrescentar que “Todo o poder emana de Deus”. No PR 118/2008, por sua vez, Filipe Pereira (PSC-RJ) propôs mudanças no regimento interno da Câmara dos Deputados para iniciar as sessões plenárias com os seguintes dizeres: “Sob a proteção de Deus e em nome do povo brasileiro, iniciamos nossos trabalhos”, bem como aprovar datas comemorativas, a exemplo do “Dia do Evangélico”. No entanto, na agenda prioritária estão a contrariedade ao feminismo, demandas LGBT, contrariedade a pesquisas com células-tronco, aborto, entre outros.

¹¹³ Ver Apêndice A.

Prandi e Santos (2017) avaliam se há sintonia entre o que os representantes políticos pensam e articulam na carreira partidária com o pensamento de seus eleitores, incluindo outra dimensão para se compreender o fenômeno do “voto religioso”, adicionando os católicos nas mesmas pautas dos evangélicos, tratando do que seria uma “bancada da Bíblia”: “[...] não é politicamente nem ideologicamente homogênea, mas é, de forma geral, conservadora” (p. 187).

Para tal, os autores utilizam dados de pesquisa de opinião veiculados pelo Datafolha em 2015. A amostra estatística ambiciona medir se a relevância de pautas como “pena de morte, pobreza, maioria penal, posse de armas, questões econômicas, benefícios de programas governamentais etc.” (idem, p. 189) é pactuada entre eleitores e representantes no Congresso. Em cada pergunta, há um tipo de orientação política que visa compreender a concepção desses blocos opinativos como mais liberais ou conservadores. Todavia, os autores mencionam que a ideia religiosa no mundo contemporâneo moderno não é mais significativa como possibilidade de estruturação social, mesmo que esteja nas concepções individuais; isto é, haveria assim uma separação entre o modo privado da religião e sua ação no ambiente público e político (idem, p. 190).

Desse modo, aqueles que compõem o eleitorado religioso destacado entre católicos e evangélicos podem ser apresentados como defensores de que “acreditar em Deus torna as pessoas melhores”, sendo avessos aos ateus; possuem visão negativa sobre o uso de drogas, associando-o à desordem social; são a favor da punição a adolescentes que cometem crimes do mesmo modo que adultos, pois “é a maldade que atua como fator da criminalidade”; são contrários à pena de morte, à homossexualidade, e possuem visão negativa sobre os sindicatos, considerando-os “fazedores de políticos”, e não “defensores dos trabalhadores”; e são favoráveis ao Estado na regulação econômica do país (idem, p. 194-9).

Entretanto, seguindo a mesma metodologia, os congressistas eleitos podem ser considerados mais maleáveis em relação à ideia de que “acreditar em Deus torna as pessoas melhores”, ou seja, pouco mais da metade dos parlamentares religiosos afirma isso; contrários às drogas, a “maldade” não define os crimes praticados, e afastam-se da ideia sobre a pena de morte, sendo, de algum modo, independentes em relação aos eleitores. Além disso, são contrários à homossexualidade, têm visão negativa sobre os sindicatos e são liberais do ponto de vista econômico, isto é, desejam menos intervenção estatal e mais “empreendedorismo” (idem, p. 199-204).

A análise dos autores demonstra que existe certa independência e pensamento progressista do Congresso e da bancada evangélica em relação aos seus eleitores nos temas mencionados. Vale dizer que a religião e seus seguidores, atualmente, assumem novas posturas

e condutas diante de certos princípios. Ainda assim, “mesmo que quisesse, nenhuma religião teria, nas atuais condições sociais, capacidade de alterar os fundamentos e os aportes que regem o funcionamento e a reprodução das instituições sociais modernas” (idem, p. 208). Outra importante argumentação dos autores é que, embora o grupo evangélico detenha certo poder de influência por redes de comunicação, observa-se que essas redes estão justamente limitadas ao seu público seguidor da religião, e as práticas ou atividades propostas estão circunscritas nesse espectador, ou ouvinte/consumidor.

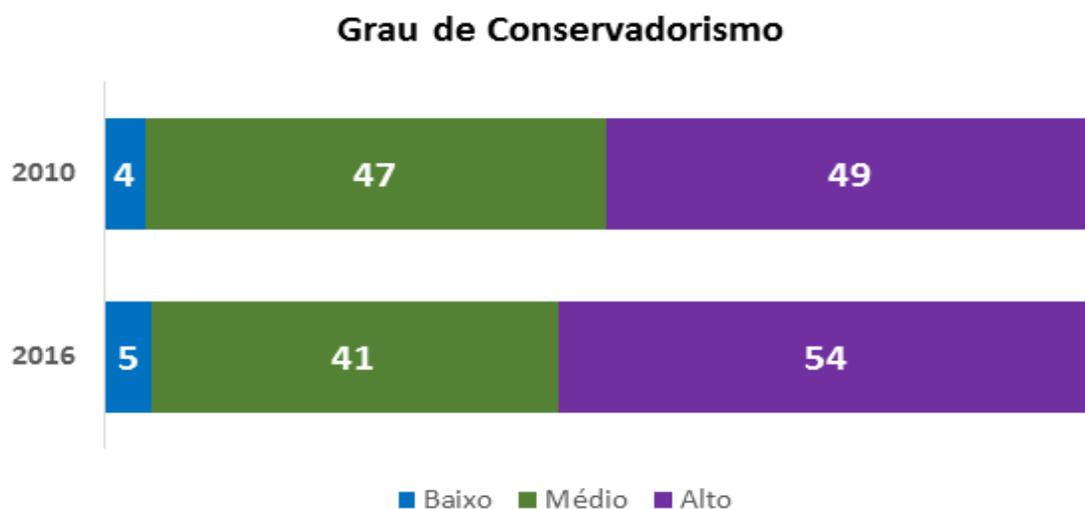
Apesar disso, uma análise mais recorrente indica que o discurso evangélico encontra eco não apenas em segmentos religiosos, mas também em outras esferas conservadoras da sociedade, como o próprio Congresso Nacional, majoritariamente composto por políticos conservadores, o que explicaria o baixo interesse por pautar medidas progressistas e avanços sociais.

A bancada evangélica, assim, apenas esgarçaria esse modo de atuação voltado ao tradicionalismo moral, tendo como uma de suas bandeiras centrais a defesa da família e dos valores cristãos, bem como a oposição aos movimentos LGBT e feministas, como já abordado anteriormente nesta tese.

Uma pesquisa elaborada pelo Ibope Inteligência (2016) mostrou que, em comparação ao ano de 2016, quando a pesquisa foi realizada pela primeira vez, o Índice de Conservadorismo aumentou no Brasil. A pesquisa consiste na aplicação de 5 perguntas sobre temas polêmicos: a) legalização do aborto; b) casamento entre pessoas do mesmo sexo; c) pena de morte; d) prisão perpétua; e e) redução da maioria penal. Trata-se de temas usuais para demarcar fronteiras entre posturas progressistas e conservadoras.

Analisando-se a distribuição da população com base no valor obtido no índice de conservadorismo, sendo considerado baixo até 0,3; médio entre 0,4 e 0,6; e alto 0,7 ou mais, é possível observar que, considerando-se o total da população, o grupo mais conservador passou de 49% para 54%, com aumento de 6 pontos percentuais (Ibope, 2016).

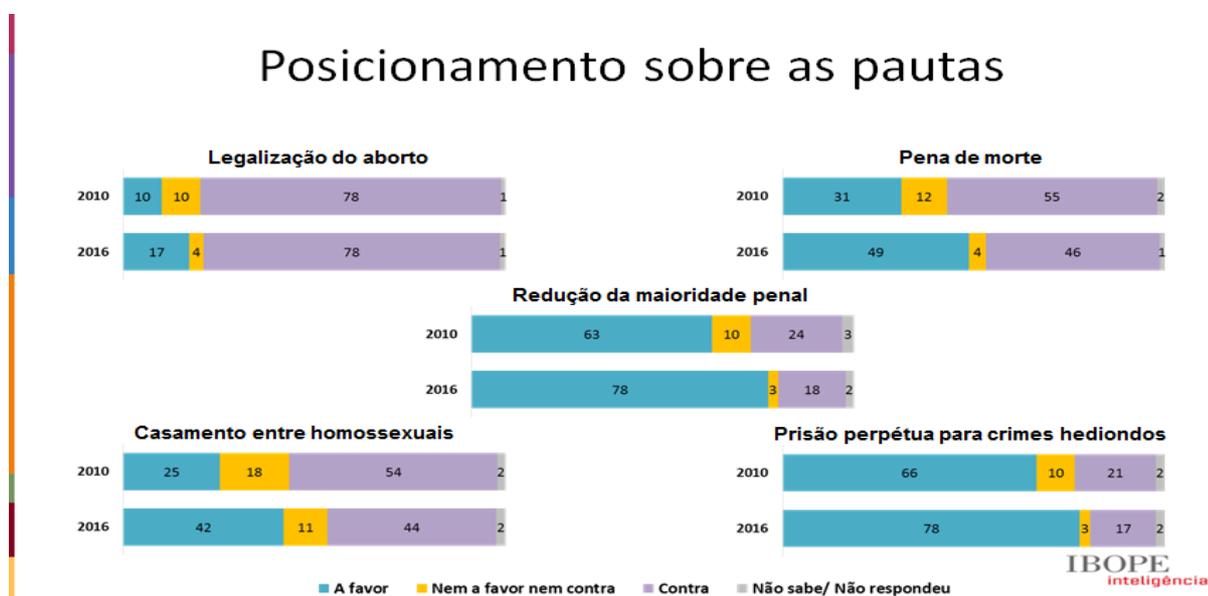
Gráfico 31 - Grau de conservadorismo da população



Fonte: Ibope, 2016¹¹⁴.

O gráfico 32 mostra a evolução do conservadorismo, considerando cada uma das pautas investigadas:

Gráfico 32 - Índice de Conservadorismo no Brasil: posicionamento sobre as pautas



Fonte: Ibope, 2016¹¹⁵.

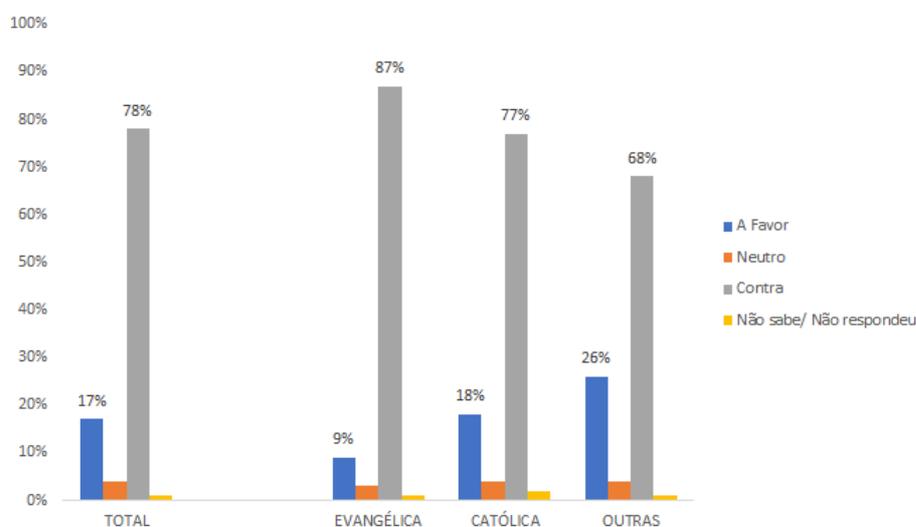
¹¹⁴ Disponível em: [http://www.ibopeinteligencia.com/arquivos/JOB_1713_BRASIL%20-%20Relat%C3%B3rio%20de%20tabelas%20\(impressa\)-v2.pdf](http://www.ibopeinteligencia.com/arquivos/JOB_1713_BRASIL%20-%20Relat%C3%B3rio%20de%20tabelas%20(impressa)-v2.pdf).

¹¹⁵ Disponível em: [http://www.ibopeinteligencia.com/arquivos/JOB_1713_BRASIL%20-%20Relat%C3%B3rio%20de%20tabelas%20\(impressa\)-v2.pdf](http://www.ibopeinteligencia.com/arquivos/JOB_1713_BRASIL%20-%20Relat%C3%B3rio%20de%20tabelas%20(impressa)-v2.pdf).

Os maiores aumentos do grau de conservadorismo foram registrados nos seguintes temas: redução da maioria penal (de 63% para 78%) e instituição da pena de morte (de 31% para 49%) e da prisão perpétua para crimes hediondos (de 66% para 78%). Essa elevação está relacionada, possivelmente, aos altos índices de violência e percepção da violência registrados no Brasil (o latrocínio – roubo seguido de morte –, por exemplo, cresceu 57,8% em 7 anos no país), segundo levantamento apresentado pelo 11º Anuário do Fórum Brasileiro de Segurança (2016). O aumento é um reflexo da ideia de que o agravamento de pena resulta em redução da criminalidade.

Em relação à legalização do aborto, houve pouco aumento na indicação “favorável”, mantendo o mesmo número percentual de contrários à medida. Quase todos do grupo evangélico foram contrários à medida, conforme demonstra o gráfico a seguir:

Gráfico 33 - Legalização do aborto: a favor ou contra?

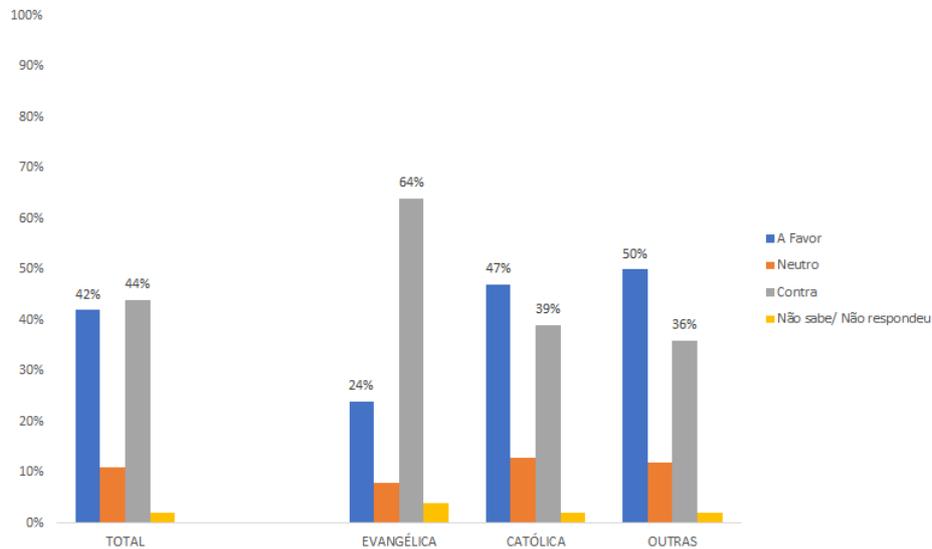


Fonte: Ibope (2016)¹¹⁶.

Em contrapartida, houve no período um aumento de pessoas “favoráveis” ao casamento homossexual. Embora os dados gerais recuperem uma ideia de proximidade entre ser a favor ou contra (respectivamente, 42% e 44%), no grupo evangélico, 64% das declarações mostraram-se contrárias à união entre pessoas do mesmo sexo.

¹¹⁶ Disponível em: [http://www.ibopeinteligencia.com/arquivos/JOB_1713_BRASIL%20-%20Relat%C3%B3rio%20de%20tabelas%20\(impressa\)-v2.pdf](http://www.ibopeinteligencia.com/arquivos/JOB_1713_BRASIL%20-%20Relat%C3%B3rio%20de%20tabelas%20(impressa)-v2.pdf).

Gráfico 34 - Casamento entre homossexuais: a favor ou contra?



Fonte: Ibope, 2016¹¹⁷.

O peso do comprometimento da laicidade do Estado no Brasil não pode ser atribuído unicamente aos evangélicos. A Igreja Católica exerce grande influência na dinâmica social, política e cultural do país. Pode-se, por exemplo, mencionar os feriados santos, símbolos religiosos em repartições públicas e o Acordo Brasil Vaticano, firmado em 2009, que concede isenção tributária às instituições católicas. Mesmo assim, os evangélicos vêm, no entanto, ampliando seu espaço de atuação religiosa na esfera pública.

Quanto à questão da representação política, é preciso relativizar o entendimento dos “evangélicos” enquanto grupo coeso. Como especificado no Capítulo 1, existem ao menos quatro tipos ideais de movimentos evangélicos: protestantes tradicionais, pentecostais clássicos, deuteropentecostais e neopentecostais. Não há uma uniformidade clara de interesses e preferências entre esses grupos. O que se pode observar, todavia, é que a IURD e Assembleia de Deus, que têm maior peso numérico na bancada evangélica, possuem, sim, representantes engajados e politicamente ativos que contribuem, de algum modo, para apresentar suas convicções religiosas no espaço partidário brasileiro, lutando pelos seus “irmãos”, combatendo os inimigos da moral e dos bons costumes e clamando pela vontade de Deus como vontade do povo.

¹¹⁷ Disponível em: [http://www.ibopeinteligencia.com/arquivos/JOB_1713_BRASIL%20-%20Relat%C3%B3rio%20de%20tabelas%20\(impressa\)-v2.pdf](http://www.ibopeinteligencia.com/arquivos/JOB_1713_BRASIL%20-%20Relat%C3%B3rio%20de%20tabelas%20(impressa)-v2.pdf).

Portanto, o fato de os evangélicos apresentarem claramente seu pertencimento religioso garante que tenham maior visibilidade. Desse modo, conseguem orientar seus discursos a um público e, possivelmente, a novos eleitores que não fazem parte de sua crença. A existência dessas lideranças eclesiais, como bispos e pastores, garante, em parte, que posições políticas conservadoras sejam acentuadas, extrapolando os limites evangélicos, ganhando posições e sendo sedimentadas em outros grupos sociais. Assim, os conservadores, anteriormente menos latentes, os quais possivelmente não seriam vistos como praticantes desse tipo de conduta, como os católicos, por exemplo, aliam seus interesses de modo a resguardar as tradições morais no país e atuam conjuntamente em temáticas consideradas menos progressistas, embora, em alguns casos, o sentimento de pertencimento religioso não seja o regulador da moral e dos valores no ambiente público.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pode-se compreender a inserção dos evangélicos na política enquanto um movimento que envolve questões gerais sobre a democracia brasileira, como representatividade e sistema eleitoral. Contudo, tal inserção também revela sobre o funcionamento do campo político em nível simbólico, as disputas e transformações no funcionamento das dinâmicas desse campo, bem como suas categorias valorativas que regem as interações, produzindo disputas internas por legitimação e hierarquias, nas quais os agentes se posicionam.

Embora esse e diversos outros fenômenos possam ser vistos como particularidades do Brasil esta tese buscou, primeiramente, situar o ingresso dos evangélicos na política em um contexto maior de dessecularização, que vem sendo notado não só em território nacional, mas em diversos países. Ou seja, a ascensão dos evangélicos no quadro político brasileiro não se dá de maneira isolada, mas coexiste com processos políticos globais. Os recentes resultados nas urnas europeias e norte-americanas demonstraram a influência que a religião exerce nos dias atuais, marcando temas de teor moral e debates acirrados capazes de conquistar ou repelir uma parcela do eleitorado.

Pode-se pensar a ascensão dos evangélicos, especialmente o grupo neopentecostal destacado para este estudo, para além de uma ocupação da política pela moral religiosa (o que não é novidade na política brasileira), fruto de uma racionalidade constitutiva da ordem econômica liberal internacional. Isto é, trata-se de um reflexo do pensamento neoliberal nas demais esferas da vida social (FOUCAULT, 2005) e seus traços de meritocracia, livre-arbítrio e individualismo, que compactuam, em partes, com o pensamento base da moral protestante, especialmente o neopentecostal.

Buscou-se, ainda, questionar alguns sentidos comuns, preconizados pela mídia, e juntar-se aos autores da área para investigar a perspectiva do eleitor. Os evangélicos comporiam ou não um “curral eleitoral”? Existiria uma homogeneidade nesse eleitorado? A representatividade, sob a perspectiva dos evangélicos, seria uma identidade monolítica? Caso elege-se um pastor, teria o eleitor feito uma escolha racional? Procurou-se analisar o modo de operação dos evangélicos, tanto na arena da atuação política quanto na eleitoral, bem como fatores que contribuem para o seu sucesso, analisando sua trajetória de politização, em um movimento de diferenciação da Igreja Católica, e de partidização, com a criação e o controle das instâncias decisórias do PRB.

O Capítulo 1 trouxe características gerais da formação dos evangélicos no cenário social, econômico e político brasileiro, apresentando as diferenças entre os grupos religiosos, incluindo as abordagens teológicas e mostrando diversas práticas que vão do ascetismo à Teologia da Prosperidade. Buscou-se distinguir as igrejas evangélicas, evidenciando que são dotadas de diferentes estruturas de poder e níveis de centralização. Nesse sentido, destacam-se dois exemplos distintos: a Assembleia de Deus, com centenas de ramificações e sub-ramificações, em alguns casos, desconectadas de um poder central, e, no outro extremo, a IURD que, no aspecto institucional, exerce um poder altamente centralizado, tendo adotado condições necessárias para dar um passo além da relação tradicional entre religião e política, e pleitear a ampliação do seu poder por meio da inserção político-partidária.

O Capítulo 2 buscou demonstrar como a clivagem religiosa constituiu uma clivagem política no caso brasileiro, comparando a nova participação dos evangélicos no cenário nacional. As noções de secularização e dessecularização foram abordadas para contextualizar a emergência do grupo no espaço público. A liberdade religiosa intensificou-se como justificativa para moralização e recuperação de questões tradicionais na vida social: antiaborto, contrariedade à união homoafetiva, adoção por casais do mesmo sexo, pesquisas com células-tronco, entre outras. O *status* da laicização no Brasil foi apresentado em sua incompletude, com destaque à importância previamente exercida pela Igreja Católica, contexto em que a politização dos evangélicos emergiu em um movimento de contraposição a esse poder hegemônico e de busca de legitimidade nos campos político e religioso, que mobiliza os discursos de fé e crença para a manutenção da ordem social. Para tal, trabalhou-se aqui com as noções de campo religioso e campo político, mostrando suas interseções e modo de atuação pela legitimação destes no espaço público brasileiro.

Sem esquecer que existem características inerentes ao sistema político e eleitoral brasileiro que favorecem a emergência desses grupos, como o elevado número de partidos e a dificuldade de reconhecer a posição ideológica que ocupam, é preciso destacar que há, ainda, dois fatores que, juntos, tornam a igreja, neste caso a evangélica, uma instituição que corrobora o exercício da cidadania por parte das classes populares no Brasil: a) a falta de institucionalização dos canais de diálogo torna menos atrativa, para os cidadãos, a participação e o *accountability*, uma vez que isso pode reforçar a impressão, já bastante forte nas sociedades democráticas contemporâneas, de que o engajamento em atividades políticas não surte resultado na vida prática (e esse é um dado que pode ser confirmado pela grande quantidade de eleitores que deixam de comparecer às urnas em países nos quais o voto não é obrigatório); e b) a igreja é o principal meio de socialização dessa parcela da população, e a eleição dos

representantes da fé aproxima a política institucional da vida cotidiana desses fiéis, o que corrobora meios alternativos de debate público, *accountability* e participação.

As igrejas, portanto, podem suprir os canais de diálogo entre os cidadãos e seus representantes políticos, ao passo que o ambiente da igreja se torna um local de aproximação entre o eleitor e o eleito. Nesse sentido, a inserção dos evangélicos na política, com a imigração de suas lideranças para esse ambiente, resolve parte dos problemas de representatividade abordados por Habermas (1984), os quais geram, em suma, desvalorização do espaço público de debate e participação política, embora também possam criar contradições, sobretudo no tocante à laicidade do Estado, revelando os limites da lei que proíbe que os púlpitos se tornem espaços para campanhas eleitorais.

Procurou-se evidenciar que as igrejas evangélicas são bem-sucedidas em manter suas portas e janelas midiáticas abertas, promovendo um espaço de acolhimento que preenche parte do vazio deixado pelo Estado. Nessa perspectiva, chama atenção a diferença em relação à Igreja Católica no que concerne à maior capacidade de aproximação e interação. As igrejas evangélicas constituem um espaço que dialoga sobre os diversos aspectos da vida privada e adquire a confiabilidade necessária para sugerir e gerir diversas transformações na vida do crente, um ponto a mais para as lideranças que decidem ingressar na carreira política.

Sobre o campo político e as relações hierárquicas que se constroem, Bourdieu (2011) indica as fronteiras que tornam algumas pessoas mais propensas a participar do que outras, como o sexo, a condição social e a etnia, por exemplo. Nesse sentido, pode-se pensar a inserção de evangélicos na política de duas maneiras: compreendendo as tramas entre religião e política, e entendendo como, no caso brasileiro, essa transmutação do campo religioso para o político envolveu o ingresso de grupos que tradicionalmente não participavam da política formal/institucional.

O Capítulo 3 enveredou pelo fenômeno de partidarização, apresentando as características institucionais da IURD que contribuíram para a criação e o controle do PRB, em um movimento de diferenciação das outras igrejas evangélicas, que também conquistaram espaço no campo político. Esse “controle”, dado como certo nos planos midiáticos, foi investigado empiricamente, comprovando-se pela análise da organização interna e peso numérico dos pastores e bispos nos cargos eletivos alcançados. Foram explorados, ainda, aspectos do sistema partidário brasileiro que contribuíram para o sucesso do partido e seu posicionamento no espectro, com a análise de algumas votações que indicam posicionamentos econômicos e morais, do programa partidário e da formação de alianças, mostrando que o

partido possui claro posicionamento ideológico e pode ser definido como uma legenda da direita conservadora.

Esse capítulo mostrou que a origem e a gestão do partido têm como atores centrais as mais altas instâncias decisórias da IURD, que já detinham, previamente, grande poder na mídia brasileira e inserção política crescente desde a década de 1980. A IURD funcionou, portanto, como uma instituição externa encarregada de articular a formação e o funcionamento do PRB, que pode, portanto, ser instrumentalizado para atender aos seus interesses. Essa presença externa facilitou a rápida criação e coesão nas decisões do partido, mas não favorece a autonomia e o fortalecimento das bases. Há certa artificialidade em sua criação e decisões, porém a permanência dessas condições é fundamental para que a IURD continue exercendo controle sobre o partido, priorizando a canalização de esforços e recursos para as figuras que consideram prioritárias. Nota-se a emergência de Marcelo Crivella (PRB-RJ) e Celso Russomanno (PRB-SP), mas ainda não há uma figura central a dar forças ao partido nacionalmente.

A segunda parte desta tese, iniciada no Capítulo 4, tratou dos impactos dessa inserção. Foram analisados dois aspectos: as evidências de que candidatos reconhecidamente evangélicos exercem influência real na escolha do voto dos fiéis, aqui evidenciado pela correlação entre o número de votos do bispo licenciado Marcelo Crivella e a proximidade dos templos da IURD; e o financiamento de campanha, que, em análise voltada aos pleitos das 54^a e 55^a Legislaturas, mostrou que candidatos evangélicos possuem a melhor relação custo-benefício para a obtenção de votos. Isso evidencia que seu pertencimento religioso e os elementos simbólicos que mobilizam são cruciais para a aproximação com o eleitor.

No Capítulo 5, com base em uma perspectiva teórica, foram destacados a composição do voto evangélico, os conflitos entre ideologia política e individual, a influência dos pertencimentos e os elementos explicativos trazidos pelas teorias dedicadas a explicar o comportamento eleitoral. Nesse momento da argumentação, buscou-se uma crítica capaz de contribuir para desestruturar as bases dos juízos negativos acerca do eleitor evangélico, tendo em vista o pressuposto de que seriam “currais eleitorais”, havendo um julgamento, implícito ou explícito, que determina que tal voto só ocorre em razão das habilidades de manipulação das lideranças religiosas.

Por último, no Capítulo 6, a atenção voltou-se à bancada evangélica, apresentando sua composição, potenciais e delimitações. Mostrou-se a diferença entre as frentes e as bancadas, procurando-se evidenciar o real peso desse grupo, que não é composto por 193 parlamentares, como formalmente registrado, e sim por cerca de 90 deles. Embora o peso numérico não seja

tão grande quanto o registrado, o grupo possui postura atuante em suas demandas e vem sendo bem-sucedido na articulação com outros grupos conservadores, a exemplo dos católicos, para resguardar sua pauta tradicionalista e de “bons costumes”. Isso indica, também, que os evangélicos não devem ser apresentados como os únicos responsáveis pela agenda conservadora do Congresso, pois seria atribuir-lhes mais força do que de fato têm. Foi abordada a produção legislativa do grupo e estabelecida uma relativização quanto a outros parlamentares e às preferências da população de modo geral. Um dos objetivos do capítulo foi mostrar que o comportamento legislativo de parlamentares evangélicos traz elementos que facilitam seu reconhecimento enquanto religiosos, não só pelo proselitismo, em maior ou menor grau, ora por vocábulos, ora por citações bíblicas, mas também pelas proposições que apresentam.

Não se pretende, no entanto, sustentar que todos os deputados evangélicos comportam-se de modo alinhado com o que seriam as “demandas evangélicas”, já que grande parte dos membros da bancada não chegou a apresentar proposições relacionadas a este tema no período analisado.

Esta tese investigou os caminhos históricos que levaram os evangélicos a passar da clivagem religiosa à clivagem política e, também, à clivagem partidária, e como se deu sua inserção na política institucional. Notou-se que esse movimento é parte de um processo mais amplo de construção da cidadania e de redes de colaboração com base no exercício da religiosidade.

Neste trabalho, evidenciou-se a potencialidade da clivagem religiosa para produzir efeitos na coordenação eleitoral e na formulação da preferência por parte do eleitorado. Stoll (2004) reforça as complicações que podem surgir nas análises sobre clivagens políticas e eleitorais. No caso deste trabalho, o voto enquanto secreto e o alto número de partidos políticos (em comparação com os Estados Unidos e o Reino Unido, por exemplo) foram elementos que dificultaram o mapeamento das preferências e o estabelecimento de relações causais. Esses desafios, embora se tenha tentado contornar com arcabouço teórico e empírico, por meio da amostra estudada e relacionada a alguns pleitos da cidade e do estado do Rio de Janeiro, precisam ser reconhecidos.

A conclusão geral desta tese está no fato de a religião adaptar-se aos poucos às democracias contemporâneas e criar estratégias e alianças para ocupar o espaço público e viabilizar sua agenda de inspiração confessional, também atrelada a anseios de crescimento institucional. No Brasil, pode-se dizer que os evangélicos tiveram sucesso em conquistar, ao menos em parte, o papel de representantes dos valores das famílias, muitas vezes postos em dúvida pela secularização. Todavia, não se buscou, por meio da demonstração da presença de

elementos religiosos nessa agenda, macular a presença dos evangélicos na política institucional ou questionar a legitimidade dos votos que angariaram nas cadeiras dos templos ou no eleitorado de modo geral. Não se buscou, também, fazer juízo de valor sobre tal expansão, determinando se tal resultado é positivo ou não para a recente democracia brasileira.

Por meio dessa tentativa de manter a vigilância epistemológica, procurou-se vislumbrar a influência da religião na política brasileira com maior propriedade. O foco esteve, em todo o momento, nos caminhos e nas veredas trilhadas, em que não há nenhum impedimento para a mobilização de ideias religiosas, que levaram ao cenário atual: uma mistura, aparentemente ainda mais indissolúvel do que antes, e novos contornos entre religião e política. Existe uma bancada evangélica em constante ascensão e um partido moldado e gerido por uma igreja em atuação na política brasileira. Nessa democracia, em que os limites entre religião e política ainda não estão claramente definidos, seguimos, aparentemente perseverantes, nos caminhos da dessecularização.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Ronaldo R. M. de. **A universalização do Reino de Deus**. REVISTA NOVOS ESTUDOS CEBRAP, São Paulo, n. 44, p. 16, mar. 1996.

ALMEIDA, Ronaldo; MONTERO, Paula. **Trânsito religioso no Brasil**. São Paulo Perspectiva, São Paulo, v.15, n.3, p. 92-101, 2001.

ALVES, Daniel. **Conectados pelo Espírito: Redes Pessoais de Contato e Influência entre Líderes Carismáticos e Pentecostais ao Sul da América Latina**. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, Porto Alegre, 2011.

AMARAL, Oswaldo E. do. **O que sabemos sobre a organização dos partidos políticos: uma avaliação de 100 anos de literatura**. Revista Debates, v. 7, p. 11 32, 2013.

AMORIM NETO, O. Gabinetes presidenciais, ciclos eleitorais e disciplina legislativa no Brasil. **Dados**, Rio de Janeiro, vol. 43, nº 2, p. 479-519, 2000.

AMORIM NETO, O. **Of presidents, parties, and ministers: cabinet formation and legislative decision-making under separation of powers**. Tese de Doutorado em Ciência Política. University of California. San Diego, 1998.

AMORIM NETO, Octavio; SANTOS, Fabiano. **O segredo ineficiente revisto: o que propõem e o que aprovam os Deputados brasileiros**. Dados, v.46, n.4,p.661-698, Rio de Janeiro, 2003.

ARROWS, Kenneth. **Social Choice and Individual Values**. New Haven: Yale University Press, 1963.

BALBACHEVISKI, Elizabeth; HOLZHACKER, Denise Oliveira. **Identidade, oposição e pragmatismo. O conteúdo estratégico da decisão eleitoral em 13 anos de eleições**. Opinião Pública, Campinas, Unicamp/Cesop, v.10, n.2, 2004.

BAPTISTA, Saulo de Tarso Cerqueira. **Cultura política brasileira, práticas pentecostais e neopentecostais: A presença da Assembleia de Deus e da Igreja Universal do Reino de Deus no Congresso Nacional (1999-2006)**. Tese (Doutorado em Ciências da Religião), UESP, São Bernardo do Campo, 2007.

BAPTISTA, Saulo. **Pentecostais e neopentecostais na política brasileira: Um estudo sobre cultura política, Estado e atores coletivos religiosos no Brasil**. São Paulo: Annablume, 2009.

BARTOLINI, Stefano & MAIR, Peter (eds.) (1990). **Identity, competition and electoral availability: the stabilization of European electorates (1885-1985)**. Cambridge: Cambridge University Press.

BELLO, André. **A lógica social do voto correto no Brasil**. OPINIÃO PÚBLICA, Campinas, vol. 22, nº 2, agosto, 2016.

- BERELSON, B. **Democratic theory and public opinion**. Public Opinion Quarterly, vol. 16, n° 3, p. 313- 330, 1952.
- BERELSON, B. R., LAZARFELD, P. F, & MCPHEE, W. N. **Voting: A study of opinion formation in a presidential campaign**. Chicago: Chicago University Press, 1954.
- BERGER, Peter. A dessecularização do mundo: uma visão global. **Religião e Sociedade**, vol. 21, n°. 1, 2001.
- BERGER, Peter. **O Dossel Sagrado**. 4. ed. São Paulo, Paulus, 2003.
- BERRYMAN, P. **Churches as winners and losers in the network society**. Journal of Interamerican Studies and World Affairs, vol.41, n°.4, p.21-34, 1999.
- BLANCARTE, Roberto. **O porquê de um Estado Laico. In: LOREA, Roberto Arriada (Org.). Em defesa das liberdades laicas**. Porto Alegre: Editora Livraria do Advogado, 2008a.
- BLANCARTE, Roberto. **Laicidad y laicismo en América Latina Estudios Sociológicos**, Vol. 26, No. 76 (Jan. - Apr., 2008 b.), pp. 139-164 Published by: El Colegio de Mexico.
- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.
- BOURDIEU, P. **A economia das trocas simbólicas**. 7. ed. São Paulo: Perspectiva, 2009.
- BOURDIEU, Pierre. O campo político. **Rev. Bras. Ciênc. Polít.**, Brasília, n. 5, p. 193 216, July 2011 a.
- BOURDIEU, Pierre. **O senso prático**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011 b.
- BURITY, Joanildo A. **Religião, voto e instituições políticas: notas sobre os evangélicos nas eleições de 2002**. In: BURITY, J. A.; MACHADO, M. D. C. Os Votos de Deus: evangélicos, política e eleições no Brasil. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Ed. Massangana, 2006.
- CAMPBELL, Angus, CONVERSE, Philip, MILLER, Warren, STOKES, Donald. **The American voter**. New York: Willey, 1960.
- CAMPOS, Leonildo Silveira. **Teatro , templo e mercado: Organização e marketing de um empreendimento neopentecostal (IURD)**. Petrópolis: Vozes, 1999.
- CARREIRÃO, Y. de S. (n.d.). Ideologia e partidos políticos: um estudo sobre coligações em Santa Catarina. **Opinião Pública**, 12(1), 136–163.
- CARREIRÃO, Yan de Souza. O sistema partidário brasileiro: um debate com a literatura recente. **Rev. Bras. Ciênc. Polít.**, Brasília , n. 14, p. 255-295, Aug. 2014 .
- CARREIRÃO, Yan. A eleição presidencial de 2002: uma análise preliminar do processo e dos resultados eleitorais **Rev. Sociol. Polít.**, Curitiba, **22**, p. 179-194, jun. 2004

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

CASANOVA, José. Reconsiderar la secularización: una perspectiva comparada mundial. **Revista Acadêmica de Relaciones Interacionales**, Madrid, n. 7, nov. 2007.

CASTELLS, M. **The rise of the network society. The information age: economy, society and culture**. Oxford: Blackwell, 1996.

CASTRO, Mônica Matta Machado de. Sujeito e estrutura no comportamento eleitoral. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 20, p. 7-19, 1992.

CLASTRES, Pierre. **"Do etnocídio", Arqueologia da Violência**, trad. Carlos Eugênio Marcondes de Moura, São Paulo: Brasiliense, 1982.

CERVI, E. U. Financiamento de campanhas e desempenho eleitoral no Brasil: análise das contribuições de pessoas físicas, jurídicas e partidos políticos às eleições de 2008 nas capitais de Estado. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, vol. 1, nº 4, p. 135-167, 2010.

DAHL, R. A. **Poliarquia: participação e oposição**. São Paulo: Edusp, 1997.

DANTAS, Bruna Suruagy do Amaral. **Religião e política: ideologia e ação da "Bancada Evangélica" na Câmara Federal**. Tese de Doutorado. 350f. Psicologia Social. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2011.

DIAMOND, L. J.; MORLINO, L. (eds.). **Assessing the quality of democracy**. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 2005.

DIAS, M. R., Menezes, D. B., & Ferreira, G. da C. "A quem serve o Graal?" Um estudo sobre a classificação ideológica dos partidos políticos através de seus projetos de lei na Alergs (2003 a 2006). **Civitas**, 12(2), 209–235, 2012.

DOWNS, Anthony. **An economic theory of democracy**. New York: Harper Collins, 1957.

FEREJOHN, John; PASQUINO, Pasquale. A teoria da escolha racional na ciência política: conceitos de racionalidade em teoria política. **Rev. bras. Ci. Soc.**, São Paulo, v. 16, n. 45, p. 05-24, Feb. 2001.

FERRARI, Odêmio Antônio. **Bispo S/A: a Igreja Universal do Reino de Deus e o exercício de poder**. 3ª edição. São Paulo: Ave-Maria, 2007.

FIGUEIREDO, A. e LIMONGI, F. **Poder de Agenda e políticas substantivas**. In: INÁCIO, M. e RENNO, L. (org). **Legislativo Brasileiro em Perspectiva Comparada**. Belo Horizonte: Editora UFMG, pp. 77-104, 2009.

FIGUEIREDO, A., & LIMONGI, F. **Executivo e Legislativo na Nova Ordem Constitucional (2º ed.)**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999.

FIGUEIREDO, Marcus. **A decisão do voto: democracia e racionalidade**. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2008.

FIGUEIREDO, Marcus. **Mídia, Mercado de Informação e Opinião Pública**, in César Guimarães e Chico Júnior (orgs.), Informação e Democracia. Rio de Janeiro: Editora UERJ, 2000.

FIGUEIREDO, Rubens. A eleição de 2002. **Opin. Publica** [online]. 2003, vol.9, n.2 [cited 2017-12-16], pp.93-117.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Edições Loyola, 2012.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão**. 30. ed. Petrópolis: Vozes, 2005.

FRESTON, Paul. **Protestantes e política no Brasil: da Constituinte ao impeachment. 1993**. 08 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

FRESTON, Paul. **Religião e política, sim; Igreja e Estado, não: os evangélicos e a participação política**. Viçosa: Ultimato, 2006.

FRESTON, Paul. **Uma breve história do pentecostalismo brasileiro**. In: ANTONIAZZI, Alberto; et. al. Nem anjos nem demônios: interpretações sociológicas do pentecostalismo. Petrópolis: Vozes, 1994.

GASKILL, Newton J. Rethinking **Protestantism and Democratic Consolidation in Latin America**. *Sociology of Religion* 58(1):69-91. Gay Robert, 1997.

GEERTZ, Clifford. A Religião como Sistema Cultural. In: **A Interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro: Ed. LTC, 2008.

GILBERT, C. **The impact of churches on political behavior: an empirical study**. Westport: Greenwood Press, 1993.

GIUMBELLI, Emerson. A vontade do saber: terminologias e classificações sobre o protestantismo brasileiro. **Religião e Sociedade**, Rio de Janeiro, n. 1, v. 21, 2001, pp. 87 120.

GOFFMAN, E. **A representação do Eu na vida Cotidiana**. Petrópolis: Vozes, 2007.

GOFFMAN, E. **Estigma: Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**, Brasil, Ed. Zahar, 1980.

GRAMSCI, A. **Maquiavel, a política e o Estado moderno**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

GUARNIERI, Fernando. A força dos partidos "fracos". **Dados**, Rio de Janeiro, v. 54, n. 1, p. 235-258, 2011.

HABERMAS, J. **Nachmetaphysisches Denken II: Aufsätze und Repliken**. Frankfurt a. M., Suhrkamp, 2012.

HABERMAS, Jürgen. **The theory of communicative action. Vol 1**. Reason and the rationalization of society. Boston, Beacon Press. 1984.

HABERMAS, Jürgen. **Direito e Democracia: entre facticidade e validade. Volume I**. Tradução de Flávio Beno Sieveinichler, Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.

HERVIEU-LÉGER, Danièle. **O peregrino e o convertido**. A religião em movimento. Petrópolis: Vozes, 2008.

HUCKFELDT, R. Robert & SPRAGUE, John D. **Citizens, politics, and social communication: information and influence in an election campaign**. Cambridge, Cambridge University Press, 1995.

HUCKFELDT, R., PLUTZER, E. & SPRAGUE, J. Alternative contexts of political behavior: churches, neighborhoods, and individuals. **Journal of Politics**, vol.55, nº.2, p.365-81, 1993.

IRELAND, R. **Popular religions and the building of democracy in Latin America: saving the Tocquevillean Parallel**. *Journal of Interamerican Studies and World Affairs*, vol.41, nº4, p.111-36, 1999. 999;

IVES, Diogo. A gênese e a institucionalização do Partido Republicano Brasileiro (PRB). Missões: **Revista de Ciências Humanas e Sociais**. Vol. 2, nº1, jan-ago. 2016.

JAHN, D. (2011). **Conceptualizing Left and Right in Comparative Politics: Towards a Deductive Approach**. *Party Politics*, 17(6), 745–765.
<http://doi.org/10.1177/1354068810380091>

JANSEN, G. & N.D. de Graaf & A. Need (2011). **Class Voting, social changes and political changes in the Netherlands 1971-2006**. *Electoral Studies* 30, 510-524.

JUSTEL, Manuel. **La abstención electoral en España, 1977-1993**. Madrid: Siglo Veintiuno de España Editorial, 1995.

LAU, R. R.; REDLAWSK, D. P. **Voting correctly**. *American Political Science Review*, vol. 91, nº 3, p. 585-598, 1997.

LAU, R. R.; REDLAWSK, D. P. **How voters decide: information processing during election campaigns**. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.

Lau, R. R., et al. **Correct voting across thirty-three democracies: a preliminary analysis**. *British Journal of Political Science*, vol. 44, nº 2, p. 239-259, 2014.

LAZARFELD, P. F, BERELSON, B, & GAUDET, H. **The people's choice: How the voter makes up his mind in a presidential campaign**. New York: Columbia University Press, 1948.

LEITE, Fábio Carvalho. **O Laicismo e outros exageros sobre a Primeira República no Brasil**. Relig. soc., Rio de Janeiro , v. 31, n. 1, p. 32-60, June 2011

LIENHARD, Marc. **Martin Lutero: tempo, vida, mensagem**. São Leopoldo: Sinodal, 1998.

LIJPHART, Arend. **Patterns of Democracy**. New Haven and London: Yale University Press, 1999.

LIMA JUNIOR, Olavo Brasil de. Eleições presidenciais: centralidade, contexto e implicações. **Rev. bras. Ci. Soc.**, São Paulo , v. 14, n. 40, p. 11-30, June 1999 .

LIMA, Diana Nogueira de Oliveira. "Trabalho", "mudança de vida" e "prosperidade" entre fiéis da Igreja Universal do Reino de Deus. **Relig. soc.**, Rio de Janeiro , v. 27, n. 1, p. 132-155, July 2007.

LIMA, Diana; WERNECK, Vinícius. **A notícia política na mídia evangélica: o Mensageiro da Paz e a Folha Universal em perspectiva comparada**. Dados, Rio de Janeiro, v. 55, n. 1, 2012.

LIMONGI, F.; FIGUEIREDO, A. **A democracia no Brasil: presidencialismo, coalizão partidária e processo decisório**. Novos estud. - CEBRAP, São Paulo, n. 76, p. 17-41, Nov. 2006.

LIMONGI, F.; FIGUEIREDO, A. **As Bases Institucionais do Presidencialismo de Coalizão**. Lua Nova, São Paulo, Cedec, v. 44, p. 81-106, 1998.

LIMONGI, Fernando. **Presidencialismo, coalizão partidária e processo decisório**. In: Novos Estudos CEBRAP n. 76, novembro de 2006, p. 41.

LIPSET (Seymour Martin) . **O homem político [Political Man]**. Tradução de Álvaro Cabral. Revisão técnica de Moacir Palmeira e Otávio Guilherme Velho. Rio de Janeiro, Zahar Editôres, 1967. 440 págs.

LIPSET, Seymour Martin; ROKKAN, Stein. **Cleavage Structure, Party Systems, and Voter Alignments**. IN: The West European Party System. MAIR, Peter (org.). New York: Oxford University Press Inc, 1990.

MACEDO, Edir Bezerra, OLIVEIRA, Carlos. **Plano de Poder: Deus, os cristãos e a política**. Rio de Janeiro: Thomas Nelson Brasil, 2008.

MACEDO, Edir. **Nos passos de Jesus**. Rio de Janeiro: Editora Gráfica Universal, 2005.

MACEDO, Edir. **Orixás, caboclos & guias: Deuses ou demônios?** Rio de Janeiro: Ed. Gráfica Universal, 2002.

MACHADO, M. C. D. & FERNANDES, S. S. **Carismáticos e Pentecostais: adesão religiosa na esfera familiar**, Campinas, Editores autores associados, 1996.

MACHADO, Maria das Dores Campos. Evangelicals and Politics in Brazil: the case of Rio de Janeiro. **Religion, State & Society**, v. 40, n. 1, mar. 2012.

MACHADO, Maria das Dores Campos. Aborto e ativismo religioso nas eleições de 2010. **Rev. Bras. Ciênc. Polít.**, Brasília, n. 7, p. 25-54, Apr. 2012.

MACHADO, Maria das Dores Campos. **Religião, cultura e política. Religião e sociedade**, Rio de Janeiro, 32 (2): p. 29-56, 2012.

MACIEL, Natalia Regina Avila. **Velhas raposas, novos governistas: o PMDB e a democracia brasileira** / Natalia Regina Avila Maciel. Tese de doutorado. Iesp-Uerj - 2014. 226 f.

MAFRA, C. **Os evangélicos**, Coleção Descobrimo o Brasil, Editora Jorge Zahar, 2001.

MAFRA, Clara. **Drogas e símbolos: redes de solidariedade em contextos de violência**. In: ALVITO, Marcos e ZALUAR, Alba (Orgs.) Um século de favela. FGV. 1998.

MAFRA, Clara; SWATOWISKI, Claudia; SAMPAIO, Camila. O projeto pastoral de Edir Macedo: uma igreja benevolente para indivíduos ambiciosos?. **Rev. bras. Ci. Soc.**, São Paulo, v. 27, n. 78, p. 81-96, Feb. 2012.

MAINWARING, Scott P. & SCULLY, Timothy R. (orgs.) (1995). **Building democratic institutions: party systems in Latin America**. Stanford: Stanford University Press.

MAINWARING, Scott P. & TORCAL, Mariano (2005). **Party system institutionalization and party system theory: after the third wave of democratization**. Trabalho apresentado no Annual Meeting of the American Political Science Association, Washington, 1 a 4 de setembro.

MAINWARING, Scott P. (2001). **Sistemas partidários em novas democracias: o caso do Brasil**. Porto Alegre: Mercado Aberto; Rio de Janeiro: Editora FGV.

MAINWARING, Scott. **The Catholic Youth Workers movement (JOC) and the emergence of the popular Church in Brasil**. Working Paper n. 6, Notre Dame, The Kellogg Institute, University of Notre Dame, dezembro 1983.

MAINWARING, **The Catholic Church and politics in Brazil 1916-1985**. Stanford, Stanford University Press, 1986.

MAIR, Peter. **Party system change: approaches and interpretations**. Oxford: Oxford University Press, 1997.

MARIANO, Ricardo & PIERUCCI, Antônio Flávio. O envolvimento dos pentecostais na eleição de Collor. **Novos Estudos Cebrap**, 34: 92-100, 1992.

MARIANO, Ricardo. **Os neopentecostais e a teoria da prosperidade**. Novos Estudos, São Paulo, Cebrap, n. 44, 1996.

MARIANO, Ricardo. **Expansão pentecostal no Brasil: o caso da Igreja Universal**. Estud. av., São Paulo, v. 18, n. 52, p. 121-138, Dec. 2004.

MARIANO, Ricardo. **Neopentecostais – Sociologia do novo pentecostalismo no Brasil**. São Paulo: Editora Loyola, 2005.

MARIANO, Ricardo. **Guerra espiritual: o protagonismo do diabo nos cultos neopentecostais**. REVISTA DEBATES DO NER, Porto Alegre, ano 4, n. 4, p. 21-23, jul. 2003.

MARIANO, Ricardo; HOFF, Márcio; DANTAS, Souza de Y. Toty. **Evangélicos sanguessugas, presidenciáveis e candidatos gaúchos: a disputa pelo voto dos religiosos**. Debates do NER, v. 7, n. 10, p. 65-78, jul./dez. 2006.

MARIANO, Ricardo. **Pentecostais e política no Brasil: do apolitismo ao ativismo corporativista**. In: SANTOS, Hermílio. Debates pertinentes – para entender a sociedade contemporânea volume 1. pp. 112-139. RS: PUCRS, 2009.

MARIANO, Ricardo. **Laicidade à brasileira Católicos, pentecostais e laicos em disputa na esfera pública**. Civitas Porto Alegre v. 11 n. 2 p. 238-258 maio-ago. 2011.

MARIZ, Cecília Loreto. **Mundo moderno, ciência e secularização**. In: ___ FALCÃO, Eliane Brígida Morais (Org.). Fazer ciência, pensar a cultura: estudos sobre as relações entre ciência e religião. Rio de Janeiro: UFRJ, 2006, p. 97- 128.

MARX, Karl. **Manuscritos Econômico-Filosóficos**. São Paulo: Martin Claret, 2001.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**. Lisboa: Editorial "Avante!", 1997.

MELO, Carlos Ranulfo & CÂMARA, Rafael (2012). Estrutura da competição pela presidência e consolidação do sistema partidário no Brasil. **Dados**, v. 55, n. 1, p. 71-117.

MELO, Carlos Ranulfo Felix de. **Partidos e migração partidária na Câmara Dos Deputados**. Dados: Revista de Ciências Sociais, v.43, n.2, 2000.

MENEGUELLO, R. **Partidos e Governos no Brasil Contemporâneo (1985 - 1997)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

MILLER, W. E. & SHANKS, J. M. **The new American voter**. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1996.

MONTAIGNE, Michel de. **Os ensaios**. Editora Companhia das Letras, 2010.

MONTERO, Paula; DULLO, Eduardo. Ateísmo no Brasil: da invisibilidade à crença fundamentalista. **Novos estud. - CEBRAP**, São Paulo, n. 100, p. 57-79, nov. 2014.

MUTZ, Diana C. **Hearing the other side: deliberative versus participatory democracy**. Cambridge, Cambridge University Press, 2006

NICOLAU, Jairo. Gastos dos candidatos a deputado federal em 2014. 2017. Disponível em: https://rstudiopubsstatic.s3.amazonaws.com/304472_e86cb1d2bf9b4670b6ec53c0dfbb71e.html#gasto-e-voto

NOVAES, Regina. (2001), **A divina política: notas sobre as relações delicadas entre religião e política**. Revista da USP, 49: 60-81.

ORO, Ari Pedro. **A política da Igreja Universal e seus reflexos nos campos religiosos e político brasileiro**. Revista Brasileira de Ciências Sociais. V.18. n.53. p.54-69, 2003.

ORO, Ari Pedro. A presença religiosa brasileira no exterior: o caso da Igreja Universal do Reino de Deus. **Estud. av.**, São Paulo , v. 18, n. 52, p. 139-155, Dec. 2004. out. 2003.

ORO, Ari Pedro. **Avanço pentecostal e reação católica**. Petrópolis: Vozes, 1996.

ORTIZ, Renato. Anotações sobre religião e globalização. **Rev. bras. Ci. Soc.**, São Paulo , v. 16, n. 47, p. 59-74, Oct. 2001 .

PANEBIANCO, A. Modelos de Partidos. **Organização e poder nos partidos políticos**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

PEREIRA, Carlos; MUELLER, Bernardo. **Uma teoria da preponderância do Poder Executivo: o sistema de comissões no Legislativo brasileiro**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 15, n. 43, p. 45-66, 2000.

PIERUCCI, Antônio Flávio. **As bases da nova direita**. Novos Estudos, São Paulo, n. 19, p. 26-45, dez. 1987.

PIERUCCI, Antônio Flávio; PRANDI, Reginaldo. **A realidade social das religiões no Brasil: religião, sociedade e política**. São Paulo: Editora Hucitec, 1996.

PINHEIRO, M. B. **Os dilemas da inclusão de minorias no Parlamento brasileiro: a atuação das frentes parlamentares e bancadas temáticas no Congresso Nacional**. 2010. 198 p. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Belo Horizonte, 2010.

PINTO, José Marcelino de Rezende. **A teoria da ação comunicativa de Jürgen Habermas: conceitos básicos e possibilidades de aplicação à administração escolar**. Paidéia (Ribeirão Preto), Ribeirão Preto , n. 8-9, p. 77-96, Aug. 1995 .

PRANDI, José Reginaldo. **Perto da Magia, Longe da Política**. Novos Estudos Cebrap. São Paulo, nº 34, 1992.

PRZEWORSKI, Adam. **Capitalismo e Social Democracia**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

RENNÓ, L. **Qualidade da representação de interesses no Brasil**. Cepal. Escritório no Brasil/Ipea. Brasília-DF, 2010.

RIBEIRO, P. F. (2012, November). **Comportamento legislativo e política externa na América Latina**. 29 Universidade de São Paulo, São Paulo.

RODRIGUES, Donizete e SILVA, Marcos de Araújo. **Gesù Cristo è il Signore: a Igreja Universal do Reino de Deus em Itália**. Miscelânea: Etnográfica, vol. 16 (2), 2012.

ROMEIRO, Paulo. **Supercrentes: o evangelho segundo Kenneth Hagin, Walnice Milhomens e os profetas da prosperidade**. São Paulo: Editora Mundo Cristão, 1998.

ROSE, Richard & MACKIE, Thomas (1988). **Do parties persit or fail? The big trade-off facing organizations**. In: LAWSON, Kay & MERKL, Peter (eds.). *When parties fail*. Princeton: Princeton University Press.

ROSE, Richard; URWIN, Derek. **Social cohesion, political parties and strains in regimes**. *Comparative Political Studies*, London, n. 2, p. 7-67, 1969.

SANTOS, Fabiano. **O Poder Legislativo no presidencialismo de coalizão**. Belo Horizonte/Rio de Janeiro: UFMG/Iuperj, 2003.

SARTORI, G. **Partidos e sistemas partidários**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

SILVA, Claudio José da. **A doutrina dos usos e costumes na Assembleia de Deus**. Dissertação de Mestrado em Ciências da Religião. Universidade Católica de Goiás, 2003.

SILVA, Rafael Silveira e; ARAUJO, Suely Mara Vaz Guimarães de. Ainda vale a pena legislar: a atuação dos agenda holders no Congresso brasileiro. *Rev. Sociol. Polit.*, Curitiba, v. 21, n. 48, p. 19-50, Dec. 2013.

SINCLAIR, Betsy. (2012), **The social citizen: peer networks and political behavior**. Chicago, University of Chicago.

SOUZA, Laura de Mello e. **O diabo e a terra de Santa Cruz: feitiçaria e religiosidade popular no Brasil colonial**. 2ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2009

STOLL, Heather. **Social Cleavages, Political Institutions and Party Systems: Putting Preferences Back into the Fundamental Equation of Politics**. A Dissertation Submitted To The Department Of Political Science And The Committee On Graduate Studies in Partial Fulfillment of the Requirements For The Degree Of Doctor Of Philosophy, 2004.

SYLVESTRE, Josué. **Irmão vota em irmão**. São Paulo: Ed. Pergaminho, 1986.

TAROUCO, G. da S. **Brazilian Parties According to their Manifestos: Political Identity and Programmatic Emphases**. *Brazilian Political Science Review*, 5(1), 54–76, 2011.

TAROUCO, G. da S., & Madeira, R. M. **Esquerda e direita no sistema partidário brasileiro: análise de conteúdo de documentos programáticos**. *Debates*, 7(2), 93–114, 2013.

TEIXEIRA, Cesar Pinheiro. **O Pentecostalismo em contextos de violência: uma etnografia das relações entre evangélicos pentecostais e traficantes de drogas em Magé**. In: *Ciências Sociais e Religião / Ciencias Sociales y Religión*, ACSRM, 2008.

WALD, K.; OWEN, D. & HILL, S. Churches as political communities. **American Political Science Review**, 71 (2), p.497-508, 1998.

WEBER, Max. **A ética protestante e o “espírito” do capitalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

WEBER, Max. **A Política como vocação**. In: Ensaio de Sociologia. Rio de Janeiro: Guanabara, 1982.

WEBER, Max. **Economia e sociedade**, vol. 1. Brasília e São Paulo, UnB e Imprensa Oficial, 2004.

WEBER, Max. **Rejeições religiosas do mundo e suas direções**. In: GERTH, Hans; MILLS, Wright. Max Weber. Ensaio de Sociologia. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

WEBER, Max. **Fundamentos da Sociologia Compreensiva**. In: Economia e Sociedade. UNB, 1994. Vol I

WILCOX, C. & SIGLEMAN, L. **Political mobilization in the pews: Religious contacting and electoral turnout**. *Social Science Quarterly*, 82 (3), p.524-535, 2001.

WILSON, Bryan. **La religión en la sociedad**. 1.ed. Espanha: Labor, 1969.

ZUCCO Jr., C. **Esquerda, direita e governo: a ideologia dos partidos políticos brasileiros**. In T. J. Power & C. Zucco Jr. (Eds.), *O Congresso por ele mesmo: autopercepções da classe política brasileira* (pp. 37–60). Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

ZUCKERMAN, Alan. **Returning to the social logic of political behavior**, in A. Zuckerman (org.), *The social logic of politics*. Philadelphia, Temple University, 2005.

APÊNDICE A – A tramitação das Proposições

Embora haja grande alarde quanto a algumas proposições apresentadas pela bancada evangélica, vale mencionar que poucas foram transformadas em norma jurídica. Como mostra a literatura, grande parte das proposições legislativas nunca chega a ser votada em plenário (LIMONGI, FIGUEIREDO, 1995; AMORIM NETO, SANTOS, 2003). Este apêndice visa explicar como ocorrem as tramitações.

Em nível federal, o Poder Legislativo é composto pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal. No entanto, o processo de criação de uma lei não é uma exclusividade do Poder Legislativo. As leis ordinárias e as complementares, por exemplo, também podem ser sugeridas pela população por meio de iniciativa popular:

Lei ordinária: Parlamentares, comissões, presidente da República, STF, Tribunais Superiores, procurador-geral da República e toda a população.

Lei complementar: Parlamentares, comissões, presidente da República, STF, Tribunais Superiores, procurador-geral da República e toda a população.

Medida provisória: Presidente da República.

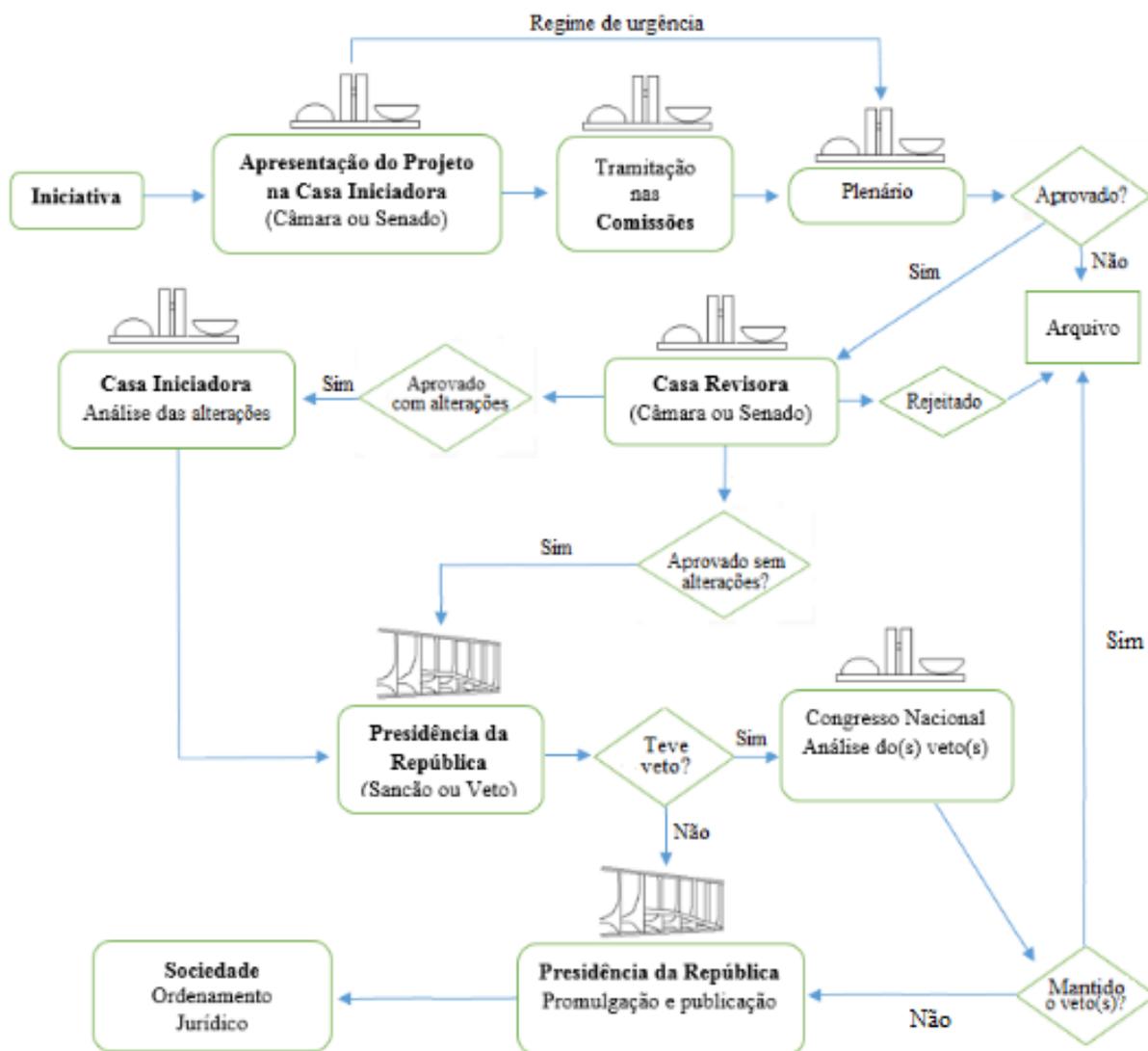
Emenda constitucional: 1/3 da Câmara dos Deputados ou Senado Federal, presidente, mais da metade das Assembleias Legislativas Estaduais.

Decreto legislativo: Deputados e senadores.

Resolução: Deputados e senadores (CF, 1998).

A Figura 1 mostra como ocorre a tramitação da maior parte das proposições :

Figura 1
Tramitação das proposições



Fonte: A autora, 2018

Algumas proposições, especialmente alguns projetos de lei ordinária, não chegam a ser votados no Plenário, sendo aprovados ainda nas comissões, quando a tramitação é conclusiva. Isso ocorre em virtude do poder de apreciação conclusiva que as comissões possuem. Porém, caso 10% dos parlamentares entrem com recurso, a proposição vai a Plenário (CF, Art. 58). Entre os tipos de comissões, estão: as permanentes, separadas por temas de competência; as

temporárias, criadas por período limitado para analisar proposições específicas; e as mistas, compostas por deputados e senadores, podendo ser permanentes ou temporárias. As proposições são distribuídas para as comissões com base no mérito da proposta, podendo passar em, no máximo, três. Caso sejam consideradas pertinentes por mais de três comissões, será criada uma comissão especial temporária para analisá-las. As comissões geralmente levam entre 5 e 40 sessões ordinárias para chegar a uma conclusão sobre as proposições. A próxima comissão que receber a proposição terá o mesmo prazo de análise, definido de acordo com seu regime de tramitação. As proposições podem levar anos até passarem pelas comissões para as quais foram designadas.

Cada tipo de proposição possui um objetivo específico e diferenciações no momento da votação. A Tabela 1 apresenta tais categorias.

Tabela 1 - Tipos de proposição/forma de votação

Tipo de proposição	Objetivo	Tipo de aprovação	Sujeito a veto presidencial?
Lei ordinária	Tipo mais comum. Engloba normas gerais e abstratas	Maioria simples dos presentes	Sim
Lei complementar	Surge por exigência da Constituição para quando há previsão de uma lei específica para regulamentar uma matéria em questão	Maioria absoluta. Metade + 1 de cada Casa Legislativa	Sim
Medida provisória	Elaborada pelo presidente(a) da República em casos de urgência	Entra em vigor antes de ser colocada em votação no Congresso. As Casas Legislativas possuem até 60 dias para votar e decidir se a MP será transformada em lei	Sim (após avaliação pelo Congresso)
Emenda constitucional	Propõe mudanças pontuais no texto da Constituição	Maioria qualificada: três quintos dos membros de cada Casa Legislativa. A votação é feita em dois turnos na Câmara e no Senado	Não
Decreto legislativo	Regula matérias de competência exclusiva do Congresso	Maioria simples dos presentes	Não
Resolução	Normas de interesse interno de cada Casa Legislativa	Maioria simples dos presentes	Não

Fonte: A autora, 2018

Entre os fatores que contribuem para a lentidão nas tramitações estão as Medidas Provisórias. Com força de lei desde a edição, elas vigoram por 60 dias, podendo ser prorrogadas

por igual período. Caso a votação da Medida Provisória não tenha sido concluída em 45 dias, passa a trancar a pauta da Casa em que estiver tramitando. Até que essa votação seja concluída, nenhuma proposta legislativa pode ser votada (CF, Art. 62). Além disso, o(a) presidente(a) da República pode pedir urgência aos projetos de lei criados por ele(a). Nessas circunstâncias, caso o projeto não seja votado em 45 dias, a pauta é trancada. Tais medidas são necessárias para dar celeridade a projetos de iniciativa do Poder Executivo, especialmente quando tratam de questões de especial interesse ou urgência, aumentando o prazo de apreciação das demais proposições.

O volume de proposições apresentadas anualmente é superior ao número de proposições apreciadas, o que gera um acúmulo progressivo de trabalho. Tal fato é agravado pelo número de sessões que o regime de tramitação ordinário possui, utilizado na maioria das proposições. Cada comissão pode levar até 40 sessões ordinárias para emitir um parecer sobre uma proposição. Além disso, ao ser levado a Plenário, a proposição precisa passar por uma longa fila de espera. Caso seja aprovada, precisa, ainda, seguir os mesmos processos na Casa Revisora, que, caso opte por emendá-la, ainda deverá remetê-la novamente à casa de origem.

Embora existam regimes de tramitação mais rápidos que poderiam acelerar o processo, como o regime de urgência, que conta com, no máximo, cinco sessões e regime de prioridade que pode se valer de até 10 sessões, cabe ressaltar que existem elementos mais subjetivos, os quais impedem que algumas tramitações ocorram de maneira célere. Trata-se dos interesses pessoais, eleitorais e partidários dos parlamentares ou do Poder Executivo. Muitas articulações podem ser feitas para que proposições contrárias ao interesse dos parlamentares e seus aliados não avancem ou, até mesmo, sejam arquivadas. Havendo, ainda, poder limitado de barganha, pouco interesse econômico ou social na demanda abordada ou pontos polêmicos, torna-se ainda mais difícil avançar no processo de tramitação.

ANEXO A – Exemplos de Propaganda Eleitoral com apelo religioso



prefeito
Cláudio Di Mauro
 Anderson Golucci vice

12

33111
 PASTOR
CRÉU
 VEREADOR

33
 PMN

Rio Claro no caminho certo!
vote Pastor Créu



VEREADOR
Pastor Roger
19444

 **Pastor Roger**

041 9986-3012



ELA PENSA NA GENTE.



65 ANGELA
PREFEITA • VICE PILDÃO

A serviço do próximo e da vida.



Vereadora
IRMÃ SALETE
13138



COLÉGIO AMANHA FURRIMÓPOLIS - Pódeá PT PR PBE PBP PTCB - Cipei cumilidã - 15.375-42-2000-30 - Cipei cumilidã - 15.375-42-2000-30 - Cipei cumilidã - 15.375-42-2000-30

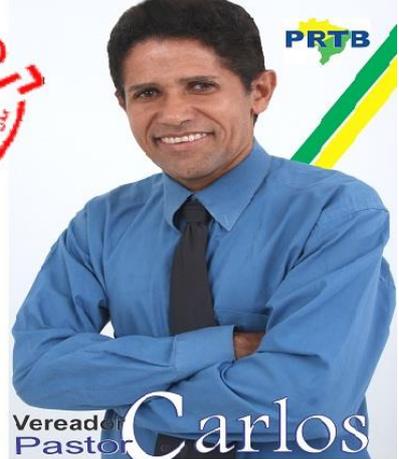
POVOADO MACHADO TEM WI-FI GRATUITA



NÃO SOU VEREADOR E JÁ FAÇO POR VOCÊ. LUTEI E CONSEGUI WI-FI NO POVOADO MACHADO. LÁ VOCÊ PODE ACESSAR A INTERNET GRATUITAMENTE.

COMPETENCIA TEM NOME: VOTE VEREADOR PASTOR CARLOS 28000

A Vitória é do Povo de Deus



Carlos
Vereador Pastor
28000
O Carlos Alberto tucano
Ex-lider de Movimento Estudantil em Laranjeiras

APROVADO

PREFEITO
Gaspar
VICE: PROFESSORA GE

psd
55

PT

CNPJ: 16.070.589/0001-34
 CNPJ: 16.401.324/0001-71

Pastor
Roberto Sardinha
 VEREADOR Coligação: Confresa pra frente PT-PSB

A VOZ DO TRABALHADOR
Vote **13.700**

ORAÇÃO DA PROTEÇÃO DIVINA

Aquele que habita no esconderijo do Altíssimo, à sombra do Onipotente descansará.
 Dize ao SENHOR: Ele é o meu Deus, o meu refúgio, a minha fortaleza, e nele confiarei.
 Porque ele te livrará do laço do passageiro, e da peste perniciosa.
 Ele te cobrirá com as suas penas, e debaixo das suas asas te confiará; a sua verdade será o teu escudo e broquel.
 Não terás medo do terror de noite nem da seta que voa de dia,
 Nem da peste que anda na escuridão, nem da mortandade que assola ao meio-dia.
 Mil castiões ao teu lado, e dez mil à tua direita, mas não chegará a ti.
 Sempre com os teus olhos contemplarás, e verás a recompensa dos ímpios.
 Porque tu, ó SENHOR, és o meu refúgio. No Altíssimo fizeste a tua habitação.
 Nenhum mal te sucederá, nem praga alguma chegará à tua tenda.
 Porque aos seus anjos dará ordem a teu respeito, para te guardarem em todos os teus caminhos.
 Eles te sustentarão nas suas mãos, para que não tropeças com o teu pé em pedra.
 Pisarás o leão e a cobra; calcarás aos pés o filho do tigre e o serpente.
 Porquanto tão encarecidamente me amou, também eu o invarei; pô-lo-ei em retináculo, porque confitei o meu nome.
 Ele me invocará, e eu lhe responderá; estarei com ele na angústia; dele o retináculo, e o glorificará.
 Fara-lo-ei com longura de dias, e lhe mostrarei a minha salvação. (SALMOS 91)

ORE COM SUA FAMÍLIA!

10.000
 VOTE
VALDIR TRINDADE DEPUTADO ESTADUAL

A senadora de Família
MARLENE 140
 CAMPOS MACHADO

PASTOR OTÁVIO PINHEIRO
 14777

PTB

Não vote em candidato que não acredita em Deus.

Intolerância no guia eleitoral: Pastor Otávio Pinheiro, candidato a deputado estadual por São Paulo, incita que eleitores não votem em ateus

CNPJ: 16.536.154/0001-32 TIRAGEM: 10 MIL CNPJ: 03.527.021/0001-58
 COLIGAÇÃO: RENOVAR PARA AVANÇAR - PTdoB / PMN

PTdoB
 70

Vereador
Pr. ROBERTO CERQUEIRA
 Fé e Trabalho: A Força da Renovação

70.222

"Quando os justos governam, o povo se alegra ..." Pv.29:2



[Disponível em :https://www.youtube.com/watch?v= E86aBBHqFQ](https://www.youtube.com/watch?v=E86aBBHqFQ)

PROGRAMA

O Partido Republicano Brasileiro - PRB, organizado segundo os ditames do sistema democrático representativo consagrado pela Constituição Federal, apresenta-se à sociedade brasileira como instrumento político de promoção do desenvolvimento econômico e social do País e do seu povo, de acordo com os princípios de liberdade, igualdade e fraternidade entre os cidadãos, os quais inspiram, desde o seu nascimento, os movimentos republicanos modernos.

É nosso entendimento que a República, como comunidade de homens livres, deve ser o espaço de realização das aspirações de cada cidadão a uma vida digna, e ao pleno desenvolvimento de suas potencialidades materiais e espirituais. O Estado deve exercer a sua soberania no sentido de assegurar aos cidadãos brasileiros condições efetivas de vencer a pobreza, de reduzir as disparidades de renda e de alcançar a felicidade individual e familiar.

Princípios básicos republicanos

1. A única fonte legítima do poder político é o voto livre do povo;
2. É intolerável toda forma de discriminação entre os cidadãos, seja de natureza econômica, social, de raça, religiosa ou de qualquer outra espécie;
3. O sistema federativo exige efetivo equilíbrio fiscal entre as unidades que o compõem, devendo ser revertida a tendência dos últimos anos de excessiva concentração tributária e de poderes orçamentários e fiscais pela União;
4. A política econômica deve visar ao desenvolvimento econômico e social, mediante a utilização plena e soberana dos recursos humanos e materiais da sociedade, dentro de critérios responsáveis em relação ao meio ambiente;
5. Os segmentos frágeis da sociedade, principalmente os jovens, os idosos e os portadores de necessidades específicas, devem gozar de atenção especial do Estado.

Objetivo

O PRB tem por objetivo um projeto de sociedade para o Brasil baseado nos princípios republicanos da liberdade individual e de associação para fins pacíficos, da promoção do Estado do bem estar social com base no desenvolvimento socioeconômico autossustentado segundo as potencialidades do País, e na garantia do direito ao trabalho remunerado alicerçado em forte compromisso do Estado de criação das condições macroeconômicas de pleno emprego, conforme preceitua a Constituição da República.

Da Política

O sistema político de representação democrática, derivado dos ideais republicanos históricos, deve ser complementado, em termos contemporâneos, por mecanismos de efetiva participação republicana nos negócios públicos, mediante aproximação entre a esfera política e a vida social, de forma a assegurar a vigilância cidadã sobre os procedimentos dos agentes públicos na condução das atividades do Estado.

Do Estado

O PRB considera dever do Estado assegurar a todos os cidadãos e seus dependentes os direitos sociais consignados na Constituição Federal, para o que é essencial garantir condições adequadas e dignas de remuneração de pessoal, assim como de investimento e de custeio, às corporações estatais de execução de políticas públicas encarregadas constitucional e legalmente de responder pelo serviço público em todo o território nacional.

Do Trabalho

O direito ao trabalho remunerado, como única fonte de sobrevivência digna para os que nasceram sem herança, é entendido como em pé de igualdade com o direito à propriedade privada, sendo dever do Estado garantir as condições macroeconômicas capazes de assegurá-lo a todos os cidadãos aptos e dispostos a trabalhar.

Da Economia

É dever do Estado promover o desenvolvimento econômico do País e criar as condições macroeconômicas para que, em regime de capitalismo regulado, e combinando a força da iniciativa privada com o planejamento estratégico indicativo governamental, todo o potencial material e humano da sociedade seja mobilizado, seguindo critérios razoáveis de responsabilidade ambiental, para a criação de renda, de riqueza e de postos de trabalho, com adequada retribuição do capital e do trabalho, e sob o ordenamento de um sistema fiscal e tributário moderno, justo e equitativo.

Da Educação

O Estado deve assegurar ao povo educação básica gratuita, seja por meio de uma estrutura educacional própria, seja por meio de estruturas privadas devidamente regulamentadas. O ensino de qualidade, em todos os níveis, com remuneração adequada de professores e pessoal auxiliar, é o principal instrumento para a ascensão social, pelo que deve figurar entre as prioridades nacionais.

Da Saúde

O Estado deve assegurar a todos os brasileiros, assim como a estrangeiros que se encontrem em território nacional, um eficiente e universal sistema público de saúde.

Da Moradia

Todo cidadão brasileiro deve ter acesso à propriedade privada e à moradia digna. O Estado deve garantir o acesso facilitado a linhas de crédito adequadas para aquisição de casa própria, em especial nos segmentos de renda média e baixa.

Das Relações Internacionais

As controvérsias internacionais devem ser resolvidas de forma pacífica, o que implica repúdio à guerra como meio de solução de conflitos internacionais.

Da Defesa

Às Forças Armadas devem ser garantidos os meios para cumprir o seu papel de defensora da Nação, com digna remuneração de seus servidores e de adequado equipamento. O PRB defende um orçamento estável de Defesa, que inclua suficiente provisão para a pesquisa e para o desenvolvimento científico e tecnológico, cujas conquistas possam ser revertidas em favor da indústria civil.

Da Religião

O PRB defende a liberdade de crença e a liberdade de culto. Ninguém deve ser preterido ou preferido em função de sua opção religiosa.

ANEXO C- Parlamentares que se declaram evangélicos – 55º Legislatura (continua)

Parlamentar	Partido	UF	Denominação
Deputados			
<u>Aguinaldo Ribeiro</u>	PP	PB	Batista
<u>Alan Rick</u>	DEM (ex-PRB)	AC	Batista
<u>Alexandre Serfiotis</u>	PMDB (ex-PSD)	RJ	Fazei Discípulos
<u>Altineu Cortes</u>	PMDB (ex-PR)	RJ	Assembleia de Deus – Ministério Madureira
<u>Anderson Ferreira</u> (Renunciou em 2017 – Eleito Prefeito de Jaboatão dos Guararapes)	PR	PE	Assembleia de Deus
<u>André Abdon</u>	PP (Ex-PRB)	AP	Assembleia de Deus
<u>Antônio Bulhões</u>	PRB	SP	Universal do Reino de Deus
<u>Antônio Jácome</u>	PODE (antigo PTN) (Ex-PMN)	RN	Assembleia de Deus
<u>Arolde de Oliveira</u>	PSC (Ex-PSD)	RJ	Batista
<u>Aureo</u>	SD	RJ	Metodista
<u>Benedita da Silva</u>	PT	RJ	Presbiteriana
<u>Bruna Furlan</u>	PSDB	SP	Congregação Cristã do Brasil
<u>Brunny (Bruniele Ferreira Gomes)</u>	PR (Ex-PTC)	MG	Batista do Calvário
<u>Cabo Daciolo</u>	PTdoB (Ex-PSOL)	RJ	Evangélico Não-Determinado(categoria do Censo 2010)
<u>Cabo Sabino</u>	PR	CE	Assembleia de Deus
<u>Carlos Andrade</u>	PHS	RR	Assembleia de Deus
<u>Carlos Gomes</u>	PRB	RS	Universal do Reino de Deus
<u>Carlos [Humberto] Mannato</u>	SD	ES	Cristã Maranata
<u>Chico Alencar</u>	PSOL	RJ	Anglicana
<u>Christiane Yared</u>	PR (Ex-PTN)	PR	Evangelho Eterno

Parlamentares que se declaram evangélicos – 55º Legislatura (continuação)			
<u>Clarissa Garotinho</u> (Afastada- Secretária Secretária Municipal de Desenvolvimento, Emprego e Inovação do Rio de Janeiro)	PR	RJ	Presbiteriana
<u>Dejorge Patrício</u> (Suplente em exercício)	PRB	RJ	Assembleia de Deus
<u>Dr. João (João Ferreira Neto)</u> (Renunciou em 2017 – eleito Prefeito do Município de São João do Meriti/RJ)	PR	RJ	Batista
<u>Edinho Araújo</u> (Renunciou em 2017 – eleito Prefeito de São José do Rio Preto/SP)	PMDB	SP	Presbiteriana
<u>Edmar Arruda</u>	PSD (Ex-PSC)	PR	Presbiteriana Independente
<u>Elizeu Dionízio</u> (Suplente em exercício)	PSDB (Ex-SD)	MS	Assembleia de Deus Missões
<u>Eliziane Gama</u>	PPS (Retornou ao PPS depois de se filiar brevemente à REDE)	MA	Assembleia de Deus
<u>Erivelton Santana</u>	PEN (Ex-PSC)	BA	Assembleia de Deus
<u>Ezequiel Teixeira</u>	PODE (antigo PTN)(Ex-SD)	RJ	Projeto Vida Nova
<u>Fabiano Horta</u> (Renúnciou em 2017 – eleito Prefeito do Município de Maricá/RJ)	PT	RJ	Presbiteriana
<u>Fábio Garcia</u>	PSB	MT	Sara a Nossa Terra
<u>Fábio Sousa</u>	PSDB	GO	Fonte de Vida
<u>(Delegado) Fernando Francischini</u>	SD	PR	Assembleia de Deus
<u>Fernando Torres</u> (Suplente efetivado em virtude da renúncia de Moema Gramacho/PT)	PSD	BA	Ministério Apostólico Getsêmani
<u>Francisco Floriano</u>	DEM (Ex-PR)	RJ	Mundial do Poder de Deus

Parlamentares que se declaram evangélicos – 55ª Legislatura (continuação)			
<u>Franklin Lima</u>	PP (Ex-PTdoB)	MG	Mundial do Poder de Deus
<u>George Hilton</u>	PSB (Ex-PRB; ex-PROS)	MG	Universal do Reino de Deus
<u>Geovania de Sá</u>	PSDB	SC	Assembleia de Deus
<u>Gilberto Nascimento</u>	PSC	SP	Assembleia de Deus
<u>Hissa Abrahão</u>	PDT (Ex-PPS)	AM	Aliança Evangélica
<u>Irmão Lazaro</u>	PSC	BA	Batista
<u>Jefferson Campos</u>	PSD	SP	Evangelho Quadrangular
<u>Jhonatan de Jesus</u>	PRB	RR	Universal do Reino de Deus
<u>João Derly</u>	REDE (Ex-PCdoB)	RS	Presbiteriana
<u>JHC (João Henrique Caldas)</u>	PSB (Ex-SD)	AL	Internacional da Graça
<u>João Campos</u>	PRB (Ex-PSDB)	GO	Assembleia de Deus
<u>Jony Marcos</u>	PRB	SE	Universal do Reino de Deus
<u>Jorge Tadeu Mudalen</u>	DEM	SP	Internacional da Graça
<u>Josué Bengtson</u>	PTB	PA	Evangelho Quadrangular
<u>Julia Marinho</u>	PSC	PA	Assembleia de Deus
<u>Laércio Oliveira</u>	SD	SE	Presbiteriana
<u>Leonardo Quintão</u>	PMDB	MG	Presbiteriana
<u>Lincoln Portela</u>	PRB (Ex-PR)	MG	Batista Nacional
<u>Lindomar (Garçon) Barbosa Alves</u>	PRB (Ex-PMDB)	RO	Evangelho Quadrangular
<u>Lúcio Mosquini</u>	PMDB	RO	Batista Nacional

Parlamentares que se declaram evangélicos – 55º Legislatura (continuação)			
<u>Luiz Carlos Heinze</u>	PP	RS	Evangélica Luterana
<u>Luiz Cláudio</u>	PR	RO	Metodista Wesleyana
<u>Luiz Lauro Filho</u>	PSB	SP	Nazareno
<u>Marcelo Aguiar</u> (Suplente em exercício)	DEM	SP	Renascer em Cristo
<u>Marcelo Álvaro Antônio</u>	PR	MG	Cristã Maranata
<u>Marcelo Delaroli</u> (Suplente efetivado em substituição ao Dr. João)	PR	RJ	Batista
<u>Márcio Marinho</u>	PRB	BA	Universal do Reino de Deus
<u>Marcos Rogério</u>	DEM (Ex-PDT)	RO	Assembleia de Deus
<u>Marcos Soares</u>	DEM (Ex-PR)	RJ	Internacional da Graça
<u>Marquinho Mendes</u> (Renunciou em 2017 – eleito Prefeito de Cabo Frio/RJ)	PMDB	RJ	Metodista
<u>Max [Freitas Mauro] Filho</u> (Renunciou em 2017 – eleito Prefeito de Vila Velha/ES)	PSDB	ES	Presbiteriana
<u>Missionário José Olimpio</u>	DEM (Ex-PP)	SP	Mundial do Poder de Deus
<u>Moses Rodrigues</u>	PMDB (Ex-PPS)	CE	Adventista
<u>Nilton Balbino Capixaba</u>	PTB	RO	Assembleia de Deus
<u>Onyx Lorenzoni</u>	DEM	RS	Luterana
<u>Pastor Eurico</u>	PHS (Ex-PSB)	PE	Assembleia de Deus
<u>Pastor Luciano Braga</u> (Suplente em exercício)	DEM	BA	Internacional da Graça de Deus
<u>Paulo Freire</u>	PR	SP	Assembleia de Deus
<u>Pr. Marco Feliciano</u>	PSC	SP	Assembleia de Deus Catedral do Avivamento
<u>Professor Victório Galli</u>	PSC	MT	Assembleia de Deus

Parlamentares que se declaram evangélicos – 55º Legislatura (continuação)			
<u>Roberto Alves</u>	PRB	SP	Universal do Reino de Deus
<u>Rejane Dias</u> (Afastada – Secretária de Educação do Estado do Piauí)	PT	PI	Batista
<u>Roberto de Lucena</u>	PV	SP	O Brasil para Cristo
<u>Roberto Sales</u>	PRB	RJ	Universal do Reino de Deus
<u>Rômulo Gouveia</u>	PSB (Ex-PSD)	PB	Batista
<u>Ronaldo Fonseca</u>	PROS	DF	Assembleia de Deus
<u>Ronaldo Martins</u>	PRB	CE	Assembleia de Deus
<u>Ronaldo Nogueira</u> (Afastado – Ministro do Trabalho)	PTB	RS	Assembleia de Deus
<u>Rosângela Gomes</u>	PRB	RJ	Universal do Reino de Deus
<u>Sérgio Brito</u>	PSD	BA	Batista
<u>Sérgio Vidigal</u>	PDT	ES	Batista
<u>Sheridan</u>	PSDB	RR	Evangelho Quadrangular
<u>Silas Câmara</u>	PRB (Ex-PSD)	AM	Assembleia de Deus
<u>Sóstenes Cavalcante</u>	DEM (Ex-PSD)	RJ	Assembleia de Deus Vitória em Cristo
<u>Stefano Aguiar</u>	PSD (Ex-PSB)	MG	Evangelho Quadrangular
<u>Takayama</u>	PSC	PR	Assembleia de Deus
<u>Tia Eron</u> (Afastada – Secretária Municipal de Promoção Social e Combate à Pobreza em Salvador/BA)	PRB	BA	Universal do Reino de Deus
<u>Toninho Wandscheer</u>	PROS (Ex-PT)	PR	Menonita
<u>Vinicius Carvalho</u>	PRB	SP	Universal do Reino de Deus
<u>Walney Rocha</u> (Suplente efetivado em substituição de Marquinho Mendes)	PEN (Ex-PTB)	RJ	Sarando a Terra Ferida

Parlamentares que se declaram evangélicos – 55ª legislatura (conclusão)			
<u>Washington Reis</u> (Renunciou em 2017 – eleito Prefeito de Duque de Caxias/RJ)	PMDB	RJ	Nova Vida
Senadores			
<u>Eduardo Lopes</u> (Suplente efetivado em substituição a Marcelo Crivella)	PRB	RJ	Universal do Reino de Deus
<u>Magno Malta</u>	PR	ES	Batista
<u>Marcelo Crivella</u> (Renunciou em 2017 – eleito Prefeito do Rio de Janeiro/RJ)	PRB	RJ	Universal do Reino de Deus
<u>Walter Pinheiro</u> (Afastado para assumir Secretaria de Educação do Estado da Bahia)	Sem Partido	BA	Batista

Fonte: DIAP (2017)